



Revista da
ABRALIN

PERIÓDICO

VOLUME XVII

NÚMERO 2

JUL-DEZ 2018

R454 Revista da ABRALIN / Associação Brasileira de Linguística.
Vol. I, n. 1 (junho 2002)

Volume XVII, n. 2 (jul. - dez. de 2018)

Semestral

ISSN 0102-7158

1. Linguística - Periódico. 2. Políticas linguísticas. 3. Palavra -
Políticas linguísticas críticas.

I. Associação Brasileira de Linguística. II. Políticas linguísticas
críticas em contextos coloniais e pós-coloniais

CDD: 415

Bibliotecário: Arthur Leitis Junior - CRB 9/1548

DOI 10.25189/RABRALIN.V17I2

ISSN – ON LINE: 0102-7158

REVISTA DA ABRALIN

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Bolívar (UCV/Venezuela)
Alice Krieg-Planque (Universite Paris Ést/Creteil)
Ana Luiza Artiaga Motta (UNEMAT)
Ana Maria Zilles (UNISINOS)
Aracy Graça Ernst Pereira (UFPEL)
Ataliba de Castilho (UNICAMP)
Beth Brait (USP/PUC-SP)
Bethânia Mariani (UFF)
Bruna Franchetto (UFRJ)
Charlotte Marie C. Galves (UNICAMP)
Denize Elena Garcia (UNB)
Dermerval da Hora (UFPB)
Diana Luz Pessoa de Barros (USP/Makenzie)
Dominique Maingueneau (Université Paris IV)
Eduardo Roberto J. Guimarães (UNICAMP)
Elias Alves de Andrade (UFMT)
Eni de Lourdes P. Orlandi (UNICAMP/UNIVAS)
Esmeralda Vailati Negrão (USP)
Fátima Cristina da Costa Pessoa (UFPA)
Fernanda Mussalim (UFU)
Gessiane Lobato Picanço (UFPA)
Hillary Janks (University of Johannesburg)
Ida Lucia Machado (UFMG)
Ieda Maria Alves (USP)
Johannes Anguermüller (EHES- Paris)
José Luiz Fiorin (USP)
Kátia Menezes de Sousa (UFG)
Leda Bisol (PUC-RS)
Leticia Maria Sicuro Corrêa (PUC-RIO)
Loredana Limoli (UEL)
Luiz Carlos Cagliari (UNESP-Car)
Luiz Carlos Travaglia (UFU)
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (USP)
Maralice de Souza Neves (UFMG)
Marcelo Módulo (USP)
Márcia Cançado (UFMG)
Marco Antonio Martins (UFSC)
Marcus Antonio Rezende Maia (UFRJ)
Maria Bernadete Marques Abaurre (UNICAMP)
Maria Carlota do Amaral Paixão Rosa (UFRJ)
Maria da Graça Krieger (UNISINOS)
Maria Eugênia Lamoglia Duarte (UFRJ)
Maria Helena Moura Neves (UNESP/Makenzie)
Maria Inês Pagliarini Cox (UFMT)
Maria José Foltran (UFPR)
Maria Laura Pardo (UBA/Argentina)
Maria Luiza Braga (UFRJ)
Maria Marta Pereira Scherre (UNB)
Mariângela Rios de Oliveira (UFF)

Marília Ferreira (UFPA)
Pablo Arantes (UFSCar)
Pedro Navarro (UEM)
Renato Miguel Basso (UNICAMP)
Roberto Leiser Baronas (UFSCar)
Rodolfo Ilari (UNICAMP)
Rosane de Andrade Berlinck (UNESP/Car)
Ruth Elisabeth V. Lopes (UFPR)
Sheila Grillo (USP)
Simon Bouquet (Universite Paris X/Nanterre)
Sirio Possenti (UNICAMP)
Sonia Branca (Universite Paris III)
Sonia Cyrino (UNICAMP)
Sophie Moirand (Université Paris III)
Suzy Lagazzi (UNICAMP)
Tatiana Bubnova (UNAM/México)
Teresa Cristina Wachowicz (UFPR)
Thaís Cristóforo Silva (UFMG)
Vanderci de Andrade Aguilera (UEL)
Vanice Sargentini (UFSCar)
Wander Emediato (UFMG)

COMITÊ EDITORIAL

Editor Chefe

Raquel Meister Ko. Freitag (UFS)
Vera Menezes (UFMG)

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO DE TEXTOS

Victor Rene Andrade Souza (UFS)

PROJETO GRÁFICO

Estúdio Guayabo

FORMATAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Patricia Mabel Kelly Ramos

Associação Brasileira de Linguística

Rua Sérgio Buarque de Holanda, 571
Cidade Universitária, Campinas - SP
CEP 13 083-859
Tel: +55 (82) 99624-8419
Email: ra@abralin.org

Sumário

10 APRESENTAÇÃO

Cristine Gorski Severo - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Ricardo Nascimento Abreu - Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Sinfrey Makoni - Penn State University

ARTIGOS

16 Línguas e heranças africanas no Brasil articulando política linguística e sócio-história

Cristine Gorski Severo - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

46 Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de línguas no Brasil

Ricardo Nascimento Abreu - Universidade Federal de Sergipe (UFS)

78 A relação entre as teorias linguísticas e raciais no final do século XIX no Brasil

Ana Cláudia Fabre Eltermann - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

102 A demarcação de terras indígenas como política linguística

Carlos Maroto Guerola - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

144 “Yo hablo un perfecto portuñol”: Indexicalidade, ideologia linguística e desafios da fronteira a políticas linguísticas uniformizadoras

Daniel do Nascimento e Silva - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Adriana Carvalho Lopes - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

182 Transnacionalidade da língua portuguesa, política linguística externa e cooperação acadêmica Sul-Sul nos governos Lula da Silva-Dilma Rousseff (2003 – 2016)

Letícia Ponso - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

- 210 **Políticas Linguísticas em Angola Sobre as Políticas Educativas In(ex)clusivas**
Ezequiel Pedro José Bernardo - Instituto de Ciências da Educação (ISCED/Cabinda)
Cristine Gorski Severo - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- 234 **Língua portuguesa em Angola silenciamentos isolamentos e hierarquias**
Heloisa Tramontim de Oliveira - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- 270 **Les Droits Linguistiques au Canada entre avancées historiques et reculs contemporains**
Sara Farias Da Silva - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Simon Dabim - - Université de Montréal - Québec - Canadá
- 294 **O governo da língua implicações do conceito de gestão na política linguística**
Charlott Eloize Leviski - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- 332 **As potências políticas do deslocamento na etnografia, na tradução e na linguística**
Evelyn Martina Schuler Zea - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- 350 **É a linguagem um dispositivo (ou o linguista enrubescido)**
Atilio Butturi Junior - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- 376 **TRADUÇÃO: Da linguística humana ao sistema "d" e às ordens espontâneas: uma abordagem à emergência das línguas indígenas africanas**
Autor: *Sinfree Makoni*
Tradutor: *Alexandre Cohn da Silveira* - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

APRESENTAÇÃO

Políticas linguísticas críticas em contextos coloniais e pós-coloniais

Este número da revista da *Abralin* agrupa textos sobre políticas linguísticas a partir de uma perspectiva crítica, o que implica submeter as políticas e planejamentos linguísticos a indagações e reflexões que levam em consideração: conceitos de língua; relação entre língua, poder e economia; ideologias linguísticas; políticas linguísticas em contextos coloniais e pós-independentes; papel dos agentes e lideranças locais na construção de suas políticas; relação entre política linguística e etnografia; relação entre língua e políticas territoriais; políticas linguísticas e transnacionalismo; e relação entre políticas linguísticas e justiça social. Busca-se, com isso, problematizar o uso de categorias e explicações universais para a resolução de problemas linguísticos, indagando-se, inclusive, sobre o que se entende por “problema linguístico”. Supomos que as políticas e planejamentos linguísticos, embora estejam fortemente centrados em pautas institucionais, transcendem esses limites, colocando em tela o papel das comunidades e das agentividades locais na configuração de modos coletivos de uso, compartilhamento e legitimação de suas práticas linguísticas.

Alguns dos trabalhos aqui apresentados resultam de apresentações e conversas que marcaram o *II Seminário de Políticas Linguísticas Críticas*, ocorrido em Florianópolis (UFSC), entre os dias 26 e 30 de novembro de 2018. Tratou-se de um evento que agregou professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e de graduação dos cursos de Letras, Linguística e de áreas afins. Na ocasião, buscou-se refletir sobre as políticas linguísticas a partir de perspectivas interdisciplinares e de metodologias não-hegemônicas, salientando a importância de considerarmos as relações históricas de poder que envolvem as relações entre línguas, instituições, sujeitos e políticas. Tanto o Seminário como a presente edição especial da

Revista da *Abralin* têm como meta colocar em tela reflexões e análises a partir de um olhar atento às dinâmicas de poder que envolvem o modo de circulação das línguas. Propomos que, em política – compreendida como um espaço dialógico e plural de convívio entre sujeitos singulares –, a relação entre línguas e subjetividades é relevante, uma vez que as línguas fazem sentido a partir de contextos concretos de enunciação e de circulação. Isso implica considerar a relação entre as políticas linguísticas e temas como justiça social, inclusão, acessibilidade, direitos e visibilidade.

Este número especial agrupa treze artigos, dentre os quais uma tradução e um texto em língua francesa. Inicialmente, destacamos quatro artigos que se ocupam do cenário brasileiro: o primeiro, *Línguas e heranças africanas no Brasil: articulando política linguística e sócio-história*, de autoria de Cristine Gorski Severo, aborda os significados sociais atribuídos às línguas e heranças africanas no Brasil, articulando políticas linguísticas, sócio-história do português brasileiro e uma avaliação sobre o processo de racialização das línguas no Brasil; na sequência, Ricardo Nascimento Abreu discorre sobre os *Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de línguas no Brasil*, atentando para o papel e importância da hermenêutica jurídica na construção das políticas de nacionalização de línguas no país. Ana Claudia Eltermann, em *A relação entre as teorias linguísticas e raciais no final do século XIX no Brasil*, analisa e problematiza os discursos linguísticos do final do século XIX a partir de um olhar centrado na construção de retóricas raciais e racializantes. Em seguida, o texto *A demarcação de terras indígenas como política linguística*, assinado por Carlos Maroto Guerola, aponta para uma relação relevante entre as políticas de línguas indígenas e a questão territorial, sinalizando, a partir de um relato autoetnográfico, para a maneira como essas políticas se relacionam mutuamente.

Após esses quatro textos, seguem cinco artigos que apresentam uma discussão sobre a língua em contextos de fronteira ou pós-coloniais. No artigo *Indexicalidade, ideologia linguística e desafios da fronteira a políticas linguísticas uniformizadoras*, Daniel do Nascimento e Silva e Adriana Carvalho Lopes abordam ideologias linguísticas e indexicalidades em contextos fronteiriços de uso e legitimação do Português; em seguida, Letícia Ponso escreve sobre a *Transnacionalidade da língua portuguesa, política linguística externa e cooperação acadêmica Sul-Sul nos governos Lula da Silva-Dilma Rousseff (2003 – 2016)*, no qual analisa o estatuto da língua portuguesa no processo de integração de estudantes oriundos dos PALOPs no ensino superior brasileiro, questionando a ideia “lusofonia”. Ezequiel Pedro José Bernardo e Cristine Gorski Severo abordam as *Políticas Linguísticas em Angola: Sobre as Políticas Educativas In(ex)clusivas*, discorrendo sobre a situação da educação bilíngue em Angola e atentando para a fragilidade das políticas atuais em relação ao multilinguismo angolano. Na sequência, o artigo *Língua portuguesa em Angola: silenciamentos, isolamentos e hierarquias*, de Heloisa Tramontim de Oliveira, trata das relações de poder envolvendo as línguas e sujeitos em Angola, com enfoque nas políticas coloniais e pós-independência. O quinto artigo dessa sequência é assinado por Sara Farias Da Silva e Simon Dabin, que abordam – em *Les Droits Linguistiques au Canada: entre avancées historiques et reculs contemporains* – a relação entre direitos linguísticos, políticas históricas e acontecimentos contemporâneos do Canadá.

Um terceiro bloco de textos traz uma visão crítica, reflexiva e alargada de políticas linguísticas. Em *O governo da língua: implicações do conceito de gestão na política linguística*, Charlott Eloize Leviski trata da relação entre os conceitos de economia e de política, atentando para a maneira como as políticas linguísticas contemporâneas estão assujeitadas a um modelo econômico centrado na ideia de “gestão”.

Na sequência, Evelyn Martina Schuler Zea aborda, a partir de um olhar interdisciplinar, *As potências políticas do deslocamento na etnografia, na tradução e na linguística*, discutindo os sentidos e potências políticas da ideia de deslocamento nos campos da etnografia, da tradução e da linguística. Atílio Butturi Junior, em *É a linguagem um dispositivo? (ou o linguista enrubescido)*, indaga a respeito de um dispositivo da linguagem em relação com o rubor saussuriano sobre a emergência de um campo científico sobre a linguagem.

Por fim, essa edição especial apresenta uma tradução de um texto de Sinfree Makoni – *Da linguística humana ao sistema “d” e às ordens espontâneas: uma abordagem à emergência das línguas indígenas africanas* –, no qual o autor busca expandir repertórios epistemológicos e analíticos para descrever as diversidades sociolinguísticas, com foco no contexto africano.

Esperamos que esse agrupamento de textos – que trata do cenário brasileiro, fronteiriço e africano, bem como de aspectos epistemológicos das políticas linguísticas – contribua para fortalecer as reflexões e os debates atuais sobre a relação entre língua e política, sinalizando para a complexidade desse campo de pesquisa e para a necessidade e importância de uma reflexão interdisciplinar e crítica sobre a maneira como as línguas afetam a vida das pessoas.

*Cristine Gorski Severo*¹

*Ricardo Nascimento Abreu*²

*Sinfree Makoni*³

26/04/2019.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), crisgorski@gmail.com, orcid.org/0000-0002-2758-6668.

² Universidade Federal de Sergipe (UFS), tenascimento@gmail.com, orcid.org/0000-0003-3829-7973.

³ Penn State University, sbm12@psu.edu, orcid.org/0000-0002-4493-1750.

ARTIGOS

Línguas e heranças africanas no Brasil: articulando política linguística e sócio-história

Cristine Gorski SEVERO¹

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), crisgorski@gmail.com, orcid.org/0000-0002-2758-6668.

RESUMO O presente texto aborda o lugar atribuído às “línguas africanas” nos discursos coloniais e modernistas brasileiros. Para tanto, articulo sócio-história e políticas linguísticas, com vistas a averiguar os significados e papéis atribuídos a essas línguas em contextos políticos e sociais específicos. Assumo que no contexto colonial tais significados envolveram tanto representações gramaticais e jesuíticas, como o uso “simplificado” da língua portuguesa pelos africanos escravizados. No contexto modernista, os significados atribuídos às línguas africanas estiveram a reboque de uma dada representação polarizada de português brasileiro, em que as africanidades linguísticas estiveram associadas às ideias de popular, regionalismo e oralidade. Além disso, o texto discorre sobre o complicado conceito de mestiçagem aplicado às línguas africanas. Por fim, defende-se a importância de uma análise sócio-histórica e política das línguas e heranças africanas no Brasil de forma a se evidenciar as relações de poder envolvidas, como a relação entre língua e raça.

ABSTRACT This article addresses the role attributed to African languages in Brazilian colonial and modernist discourses. It articulates socio-history and language policy as framework to understand the role played by such languages in specific political and social

contexts. We assume that in colonial context such African languages were both submitted to grammatical/Jesuit representations and to a “simplified” use of Portuguese language. In the modernist context, African languages were seen from a bipolarized view of Brazilian Portuguese, in which African linguistic heritages were associated to the ideas of popular, regionalism and orality. In addition, this article discusses the use of the concept of miscegenation to explain the role of African languages in Brazil. Finally, we argue in favor of a framework that combines socio-history and language policy if we want to understand how power relations, such as the relation between language and race, were involved in the construction of what counts as language.

PALAVRAS-CHAVE africanidades. línguas. colonialismo. modernismo. português brasileiro.

KEYWORDS africanity. language. colonialism. modernism. Brazilian portuguese.

Introdução

Neste artigo articulo política linguística e sócio-história para se abordar a maneira como as línguas africanas¹ foram discursivizadas no Brasil. Tais discursivizações – de natureza acadêmica, política, religiosa e cultural – sobre as línguas africanas e suas heranças são nomeadas aqui como “africanidades linguísticas”. O conceito de política linguística adotado inclui tanto as práticas e discursos oficiais ou formalizados vinculados às instituições (CALVET, 2007; SPOLSKY, 2004; FISHMAN, 1994; COOPER, 1989; FISHMAN, 1968), como as políticas linguísticas implícitas que operam através de discursos e práticas que produzem e reforçam as desigualdades sociais e as relações de poder (PILLER, 2016; SEVERO, 2015; RAJAGOPALAN, 2013; SHOHAMY, 2006; SCHIFFMAN, 1996). Em termos de sócio-história, as línguas são tidas como fenômenos histórica e discursivamente construídos, ao invés de realidades abstratas, autônomas e previamente classificadas (SEVERO; MAKONI, 2015; MAKONI; PENNYCOOK, 2006; ERRINGTON, 2001; BURKE, 1995). Ao propor uma articulação entre política linguística e sócio-história, assumo que o processo de discursivização das línguas é de natureza política, na esteira da crítica feita por Burke (1995, p. 45) à sociolinguística: “Os sociolinguistas às vezes têm sido criticados por negligenciar o problema da dominação”. Assim, considero que enunciados como “línguas africanas”, “heranças linguísticas africanas”, “elemento negro”, entre outros, não são neutros, mas sinalizam para significados sociais e políticos específicos, conforme as condições de produção e de circulação desses enunciados. Neste

¹ As línguas africanas no Brasil referem-se, de modo geral, às línguas Banto (Quicongo, Quimbundo e Umbundo) e Oeste-africanas (Iorubá e Ewe-Fon), todas elas vinculadas à família linguística Níger-Congo (CASTRO, 1983). Ressalto que não é o objetivo do artigo abordar as classificações etnolinguísticas dessas línguas africanas circulantes no Brasil, mas atentar para o modo como elas foram historicamente discursivizadas, com efeitos políticos na configuração de uma dada representação de língua portuguesa brasileira.

artigo, rastreio alguns desses significados que tiveram impacto na maneira como temos representado – seja pela descrição linguística, seja pela política – as línguas africanas.

A abordagem usada aqui se filia às reflexões de Piller (2016), que tematizam a situação de injustiça linguística – afetada por assimetrias políticas, desigualdades econômicas e dominação cultural – que vivem os sujeitos falantes. Tais assimetrias foram historicamente produzidas, legitimando práticas discursivas e comunicativas muitas vezes impositivas e monológicas. Diante disso, acredito que as políticas linguísticas envolvendo os falantes que foram historicamente marcados pela história colonial devem problematizar o processo histórico que afetou esses sujeitos, caso contrário corre-se o risco de promover uma celebração acrítica da diversidade (SEVERO; MAKONI, 2015). Assim, uma perspectiva histórica aliada às políticas linguísticas torna-se central, pois possibilita uma revisão crítica das categorias coloniais e de seus usos contemporâneos.

Neste artigo, abordo, a partir de uma visão panorâmica, a maneira como as línguas africanas foram discursivizadas em dois períodos históricos: no contexto colonial brasileiro e no contexto nacionalista do modernismo brasileiro, entre 1930 e 1950. Busco, assim, evidenciar a maneira como o poder opera na construção de representações sobre o que conta como língua africana ou heranças africanas. Proponho que representações coloniais de língua reverberaram em discursos modernistas, especialmente em um momento histórico fortemente afetado pela discussão pública sobre a definição da “língua nacional”.

1. Do contexto colonial afro-brasileiro

Nesta seção, exploro a relação entre política linguística e sócio-história a partir de dois aspectos: (i) a sistematização e produção de conhecimentos sobre as línguas africanas – Quimbundo e língua

de Mina, a serem abordadas a seguir –, nos contextos coloniais de missionarização e de escravização; (ii) as práticas e relações coloniais que envolveram os escravizados, seguindo um modelo do engenho.

A produção das gramáticas coloniais ajudou a construir uma representação do que conta como língua africana no Brasil colonial, tendo sido usada no contexto jesuítico para fins de missionarização; assim, alguns jesuítas aprendiam o Quimbundo no Brasil e Angola para fins de doutrinação, confissão e ensino das regras básicas do catecismo católico (LEITE, 1938). Além da produção de conhecimento sobre línguas africanas, as relações coloniais – de exploração, subjugação ou resistência – foram também atravessadas por práticas comunicativas complexas, em que a própria ideia de língua como um sistema abstrato, sistematizável e nomeável poderia ser posto em questão. Assim, nesse contexto das práticas sociais, a língua é vista como produto de práticas comunicativas e de relações de poder entre sujeitos falantes de discursos e línguas variadas.

Sobre o item (i), o processo de construção de conhecimento sobre as línguas integrou um projeto colonial e colonizador de domínio e governo das pessoas, conforme proposto por Errington (2001, p. 20): “[...] representações sobre a estrutura linguística e os interesses coloniais se moldaram e se capacitaram mutuamente”². O projeto de gramatização das línguas consideradas da terra ou exóticas – entendido como um processo de instrumentalização das línguas a partir de gramáticas e dicionários (AUROUX, 2009) – ajudou a construir fixações/ficções e representações sobre o que conta como língua no contexto colonial. Tal gramatização, contudo, não se restringiu à produção de gramáticas e dicionários, mas incluiu uma ampla produção de gêneros cristãos nas línguas africanas, os *cristianletos*, a exemplo dos catecismos (SEVERO, 2019; SEVERO; MAKONI, 2015). No que tange à sistematização de línguas africanas

² “representations of linguistic structure and colonial interests shaped and enabled each other.” As traduções são de minha responsabilidade.

no Brasil através da produção de gramáticas, pode-se mencionar duas obras, uma referente à língua Quimbundo, intitulada *Arte da Língua de Angola* (1697), por Pedro Dias; e outra destinada à sistematização da língua geral de Mina, chamada de *A obra nova da língua geral de mina*, por Antônio da Costa Peixoto (1731/1741). Ressalte-se que essas duas obras foram produzidas com finalidades discursivas diferentes, apesar de compartilharem semelhanças em termos de representação sobre língua: enquanto a primeira foi produzida por um jesuíta para fins de evangelização, a segunda foi produzida no contexto da mineração, para fins de um maior controle dos escravizados.

A gramática de Pedro Dias seguia o modelo das demais gramáticas produzidas no Brasil sobre as línguas indígenas³ (como a de Anchieta), sendo voltada para o ensino da língua de Angola aos não-nativos, especialmente futuros jesuítas e missionários. A gramatização do Quimbundo, língua de Angola, teria ocorrido no final do século XVII na Bahia, seguindo os modelos clássicos orientados pelas classes de palavras e a representação som-grafema. A preocupação com a palavra como centro organizador do conhecimento linguístico fica evidente na observação que Dias faz sobre o sistema de declinação do Quimbundo: “Não tem esta língua declinações nem casos, mas tem singular e plural” (2013 [1697], p. 4). Essa gramática aborda os verbos da língua africana a partir dos modelos latinos de descrição dos tempos verbais – presente, passado e futuro. Assim, Pedro Dias adota uma visão universalista de língua, que propõe a existência de regras gerais, “que pertencem a todas as línguas, e que se podem acomodar à dos Ambundu [...]” (2013 [1697], p. 33).

Já o trabalho de Antônio da Costa Peixoto (1703–1763) teve uma orientação mais empírica e menos classificatória, pois buscou, em grande medida, uma sistematização pragmática dessa língua para ser

³ O termo “línguas indígenas” refere-se às línguas dos povos autóctones e originários que foram gramatizadas pelos jesuítas. Exemplificamos com a língua Tupi, gramatizada por Anchieta (1595) e Figueira (1687), e a língua Guarani, gramatizada por Montoya (1640).

compreendida pelos senhores, que buscavam evitar as rebeliões dos escravizados. Tratou-se da construção de uma outra representação de língua, diferente do Quimbundo. A língua de Mina era falada pelos escravizados em Minas Gerais, oriundos, de forma geral, da Baía do Benim e Golfo da Guiné (FERNANDES, 2012). Essa língua, segundo Castro (1983), seria uma língua de base Ewe, sendo que grande parte do vocabulário caracterizaria a língua Fon. Note-se que, diferentemente da obra produzida por Pedro Dias, o manual de Peixoto apresenta um pequeno dicionário de palavras, expressões e diálogos curtos, envolvendo um campo semântico vinculado ao universo da escravização. Diferentemente das obras jesuíticas, esse manual não seguia fielmente os modelos clássicos de representação, sendo destinado à venda local. Exemplificando o caráter pragmático da gramática, segue abaixo um pequeno excerto de ordens e perguntas/respostas em língua de mina-português (PEIXOTO, 1741, p. 21):

Sógamnáme – daquela corrente // sócamnáme – dá qua
hûa corda // name alõ – á quá as mãos // alòhéhunihé –
aqui estão as mãos // blame abõ – amarreme devagar
// tum camnâme – tireme as cordas fora // men cru
hauhé – quem é o teu senhor // methómereu ame –
eu sou forro // snor fuão cruáme – eu sou do s. fuão //
hihàbouce de cruâme – eu sou escravo de hua molher //

Sobre as práticas coloniais envolvendo essas línguas no Brasil, proponho uma interpretação sócio-histórica que considere o engenho como modelo político e simbólico de relações que pautaram, entre outros, as práticas comunicativas locais. Reconheço que a complexidade discursiva e linguística caracterizou o contexto dos engenhos e das plantações, o que foi fomentado pela mistura de povos oriundos de diferentes etnias subsaarianas. Contudo, a despeito dessa estratégia de mistura étnica ter sido usada com fins

de se dificultar a comunicação mútua, Castro (2009) afirma que ela não foi suficiente para evitar as rebeliões e a emergência de “falares afro-brasileiros de base banto” (CASTRO, 2009, p. 180). Defendo, entretanto, que tais falares não se reduzem a sistematizações linguísticas, mas incluem tanto as práticas linguísticas orais, como a própria concepção de língua, atravessada, por exemplo, por uma relação com o corpo e a sonoridade.

Por um lado, o contexto dos engenhos produziu a emergência de práticas linguísticas que mobilizaram recursos discursivos e linguísticos – gramaticais, lexicais, prosódicos e fonéticos – de diferentes línguas e culturas. Por outro, as práticas comunicativas envolvendo escravizados, senhores de engenho, jesuítas e capelães foram fortemente embaladas pelo aprendizado da língua portuguesa por parte dos escravizados, uma vez que poucos jesuítas conheciam as línguas africanas, como o Quimbundo, quando comparado com o amplo número de africanos no Brasil colonial (LEITE, 1938). Nesse universo, eram difíceis os casos de aprendizagem do português por africanos pela via da escolarização, o que fazia com que a língua portuguesa fosse, necessariamente, uma língua de transmissão oral. O conhecimento linguístico do português exigido dos escravizados era pragmático, o que incluía basicamente a compreensão de ordens dadas pelos senhores e de fórmulas religiosas genéricas. Para exemplificar esse uso pragmático, segue abaixo um trecho das *Constituições do Arcebispo da Bahia de 1707*, documento cujo objetivo era organizar a vida religiosa no Brasil colônia, escrito por D. Sebastião Monteiro da Vide. Segundo o documento, a cristianização se daria em língua portuguesa mediante o uso de estruturas linguísticas simplificadas que veiculassem, de forma resumida e mecânica, a catequese, conforme o excerto abaixo sugere (p. 219-220):

BREVE INSTRUCÇÃO DOS MYSTERIOS DA
FÉ, ACCOMMODADA AO MODO DE FALLAR

DOS ESCRAVOS DO BRASIL, PARA SEREM
CATHEQUISADOS PORELLA

Quem fez este mundo? *Deos*

Quem nos fez a nós? *Deos*

Deos onde está? *No Ceo, na terra, e em lodo o mundo*

Temos um só Deos, ou muitos? *Temos um só Deos*

Quantas pessoas? *Tres*

Dize os seus nomes? *Padre, Filho, e Espirito Santo*

Qual destas Pessoas tomou a nossa carne? *O filho*

Qual destas Pessoas morreo por nós? *O filho*

Como se chama este Filho? *Jesus Christo*

[...]

Nesse documento, Monteiro da Vide delega aos senhores de engenho o poder para doutrinar os escravizados em relação a alguns aspectos religiosos básicos e genéricos, que seriam passíveis de apreensão pela “rudeza” africana. Um dos sinais dessa rudeza africana seria o não conhecimento da língua portuguesa, a exemplo do termo “boçal”, usado para designar o africano que desconhecia a língua portuguesa e que não tinha instrução, sendo reduzido a um estado de criança que precisaria ser educada e tutelada: “[...] o africano boçal, isto é, nascido bem longe, falando mal a língua do branco, é normalmente considerado uma criança ignorante que necessita ser criada, ensinada” (MATTOSO, 2003, p. 106). Já o termo “ladino” seria usado para designar o africano que conhecia a língua portuguesa e era cristianizado, o que sinalizava para um maior grau de “civildade”. Ser ladino também aumentava o valor econômico do escravizado, conforme registrado pelo jesuíta João Antonil (1982 [1711]).

Percebe-se que o maior ou menor conhecimento da língua portuguesa inscrevia os africanos em sistemas hierarquizados de subjetivação. Ainda sobre os sentidos de “boçal” e “ladino”, O *Vocabulário Português e Latino* (1712-1728), escrito pelo padre Raphael Bluteau (1638-1734), traz as seguintes designações usadas na época:

Boçal. Negro boçal. Aquele que não sabe outra língua que a sua [...] Ignorante, que não sabe coisa alguma (vol 2, p. 137, ortografia adaptada).

Ladino. Nas Hespanhas se deu antigamente esse nome aos que aprendiam melhor a língua latina, e como esses tais eram tidos por homens de juízo e mais discretos que os outros; hoje dão os Portugueses esse mesmo nome aos estrangeiros, que falam melhor a sua língua, ou aos negros que são mais espertos e mais capazes para o que se lhes encomenda (vol 5, p. 16, ortografia adaptada).

O modelo de engenho seguia uma organização escravocrata violenta, que agrupava, classificava e subjugava os sujeitos. Tratou-se de um modelo patriarcal, em que o controle e os privilégios eram centralizados nas mãos dos senhores de engenho. Em termos católicos, o engenho se tornou o calvário dos escravizados africanos, lugar de redenção e purificação dos pecados, conforme atestado por Antônio Vieira no sermão XIV do Rosário (1633): “Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado: *Imitatoribus Christi crucifixi* – porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão.”

A escravização dos africanos foi legitimada pela igreja católica no Brasil colonial com base na concepção de que os negros africanos estariam associados aos descendentes de Canaã, filho de Cam que, ao ver seu pai Noé nu e embriagado, teria sido amaldiçoado por ele. A maldição lançada significava que os filhos de Cam se tornariam “servos dos servos”. Nessa chave interpretativa, a escravidão foi vista como castigo e a cristianização seria o caminho para a salvação. Antônio Vieira, no sermão XX do Rosário (1686-1688, capítulo V), menciona a tese bíblica de dispersão das linhagens de Noé pelo mundo, associando o castigo de Cam e de seus descendentes à cor da pele dos etíopes: “Por espaço de dois mil anos foram da mesma cor

todos os homens, até que, habitando as duas Etiópias os descendentes do segundo filho de Noé, começaram muitos deles a ser pretos.” Esse sentido bíblico usado para justificar a escravidão também foi registrado por Raphael Bluteau em seu *Vocabulário Português e Latino*, sob o termo “Negro”.

Reconheço que esse sistema de classificação e naturalização das diferenças legitimou o uso da violência e as relações de poder que envolveram os africanos escravizados. No contexto colonial, o tratamento conferido pelos jesuítas aos indígenas (povos autóctones) e africanos foi diferente, inclusive em relação à atenção conferida às línguas. Por um lado, os jesuítas se opuseram à escravização indígena, em prol da sua cristianização e de torna-los vassallos do rei de Portugal; por outro lado, os jesuítas apoiaram a escravização africana a partir de um discurso religioso que associou, através da ideia de pecado, a cor da pele e a procedência geográfica com a condição de servidão (SEVERO, 2019). Vários são os relatos jesuíticos que reconhecem a importância de se conhecer a língua Tupi, sistematizada por Anchieta, a ponto dessa língua ser comparada à importância do Grego (LEITE, 1938). O mesmo, contudo, não ocorreu com as línguas africanas no contexto colonial brasileiro; além disso, registre-se que o conhecimento das línguas africanas operou diferentemente na África, onde a igreja romana incentivava o conhecimento das línguas locais, especialmente através da criação da Propaganda Fide, em 1622, que passou a problematizar o Padroado ibérico, ou seja, o poder que os reinos de Portugal e Espanha tinham sobre a Igreja.

Conforme mencionado, a dedicação dos jesuítas à aprendizagem da língua indígena de base tupi – sistematizada por Anchieta na *Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil* (1595) – não foi a mesma em relação às línguas africanas, seja pela imensa quantidade de línguas africanas existentes no Brasil, seja pelo lugar que a cristianização dos africanos escravizados ocupou no

imaginário jesuítico. Ademais, o contexto de aldeamento indígena, que esteve amplamente sob a tutela jesuítica, também favoreceu o uso compartilhado de uma língua indígena geral de base tupi ou guarani, diferentemente do que ocorreu no contexto dos engenhos (SEVERO, 2019). O uso complexo da língua portuguesa por africanos e seus descendentes nos engenhos pode ser exemplificado com o caso da mães-de-leite, a quem cabia a função de nutrir os filhos dos senhores, o que incluía também a nutrição linguística e discursiva, conforme atesta Freyre (1933, p. 460):

As histórias portuguesas sofreram no Brasil consideráveis modificações na boca das negras velhas ou amas-de-leite. Foram as negras que se tornaram entre nós as grandes contadoras de histórias.

Não aprofundarei o papel desempenhado por essas mulheres no contexto linguístico-discursivo colonial, embora ressaltemos sua importância simbólica e política na constituição – a partir de relações de poder – daquilo que historicamente tem sido chamado de português popular brasileiro. Esse lugar linguístico conferido às mulheres escravizadas também foi pontuado por Serafim da Silva Neto (1936, p. 364): “a respeito da influência do negro, penso que ela se processou sobretudo pela escrava – que era lavadeira, ama de leite, cozinheira, mucama, amante do senhor, e, quiçá, confidente das nhandãs e dos nhandôs”. Infelizmente, temos poucos registros na historiografia das línguas no Brasil sobre as histórias, narrativas e cantos dessas mulheres no contexto colonial, bem como sobre os usos religiosos e rituais das línguas africanas nos contextos do engenho.

2. Do popular, oral e regional como índices de africanidade linguística

Nesta seção, enfoco a maneira como alguns intelectuais da primeira metade do século XX, especialmente entre os anos 1930 e 1950, abordaram a relação entre língua e africanidade. A escolha por esse recorte temporal se justifica, pois foi um período de produção intelectual, embora tímida, sobre as heranças africanas na formação linguística do Brasil, a exemplo de duas obras detidamente voltadas para esse tema: *A influência africana no português do Brasil* (1933), de Renato Mendonça; e *O elemento afro-negro na língua portuguesa* (1936), de Jacques Raimundo; entre outras obras de caráter mais geral, como *Os africanos no Brasil* (1933), de Nina Rodrigues; *a Poesia afro-brasileira* (1943), de Roger Bastide; *Casa-Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Compêndio de história da música* (1929), de Mário de Andrade; entre outros (SEVERO, 2015; QUEIROZ, 2002). Não se trata, aqui, de fazer um levantamento bibliográfico sobre esses estudos, mas de averiguar a maneira como a ideia de africanidade foi inscrita em discursos que abordaram a formação do português brasileiro, em um tempo histórico fortemente marcado por ideias nacionalistas e regionalistas, a exemplo do movimento modernista brasileiro e a *Era Vargas* (VELLOSO, 1987).

Note-se que esse período se caracterizou pela existência de um debate público – que envolveu escritores, gramáticos, filólogos, jornalistas, juristas e médicos – sobre qual seria a “língua nacional” no Brasil, em conformidade com o artigo 35 da constituição de 1946⁴ que previa: “O Governo nomeará comissão de professôres, escritores e jornalistas, que opine sôbre a denominação do idioma nacional.” A decisão da comissão⁵ foi a favor da manutenção do nome *língua*

⁴ Documento disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/conadc/1940-1949/constituicao.adct-1946-18-julho-1946-365201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 06 de jan. 2019.

⁵ Integravam a comissão os seguintes nomes: Gustavo Capanema, Gilberto Freyre, Levi

portuguesa. O relator da comissão avaliou as influências linguísticas africanas na formação do português brasileiro da seguinte maneira:

Os estudos linguísticos, sérios e imparciais, aplicados ao Brasil, fazem-nos concluir que a nossa língua nacional é a língua portuguesa, com pronúncia nossa, algumas leves divergências sintáticas em relação ao idioma atual de além-mar, e o vocabulário enriquecido por elementos indígenas e africanos e pelas criações e adoções realizadas em nosso meio (SILVEIRA, 1946, p. 73).

Notamos nos escritos desse período orientações diferentes sobre a maneira como as heranças africanas teriam afetado o português no Brasil, que variam desde influências lexicais e estilísticas, até prosódicas e gramaticais (SEVERO; ELTERMANN, 2018). Subjacente a essas diferentes posições está uma concepção de língua atrelada à noção de sistema linguístico e sua relação com elementos estilísticos e prosódicos. Nesse contexto intelectual, nota-se que a herança africana na língua portuguesa foi discursivizada em relação a dois elementos principais: as ideias de regionalismo e de popular (SEVERO, 2015), reforçando hierarquias e diferenciações linguísticas e sociais, a partir de uma visão binária que envolvia os pares popular *vs.* erudito, regional *vs.* urbano e fala *vs.* escrita.

Um dos elementos fortemente atrelados a uma dada herança linguística africana no português brasileiro foi a pronúncia (MENDONÇA, 1933), conforme esses exemplos: vocalização de *lh* (folha) em *y* (foya), assimilação de *j* (José) em *z* (zozé), dissimilação de grupos consonantais (negro por nego), aférese (estar por tá), queda do *r* final (cafezal por cafezá), metátese (escova por sikova), rotacismo (rapaz por lapassi), suarabacti (flor por fulô) e redução de ditongo (cheiro por chêro). Tais características fonéticas estariam

Carneiro, Pedro Calmon, Cláudio de Sousa, Azevedo Amaral, Augusto Magno, Júlia Nogueira, Hebert Moses e Souza da Silveira (relator).

vinculadas à oralidade e a uma fala considerada popular: “O negro influenciou sensivelmente a nossa língua popular” (MENDONÇA, 1933, p. 80). Essa relação entre heranças africanas e uma dada ideia de popular e oralidade também foi ratificada por Mário de Andrade (1929, p. 171) “A língua brasileira se enriqueceu duma quantidade de termos sonoros e mesmo de algumas flexões de sintaxe e de dicção que influenciaram necessariamente a conformação da linha melódica.”

Ainda em termos prosódicos, Gladstone Chaves de Melo (1946, p. 62) menciona o “sotaque peculiar e deformador” dos africanos ou descendentes falantes de português. E Mário de Andrade, em sua *Gramatiquinha*, associa o ritmo de fala lento e musical a heranças africanas (*apud* PINTO, 1990, p. 262):

Um capítulo chamado Psicologia da língua brasileira:
Doçura. Lentidão. Meiguice. Sensualidade. Aspreza.
Embolados.
Olha o bambu do bambu bambu.
Olha o bambo do bambu bambabê.
Olha o bambo do bambu bambubê.
Quero dizer 3 vezes bambabê bambulalá!⁶
Molenga língua. Indecisão passageira. Frases rápidas.

O ritmo lento e açucarado do modo de falar teria sido atribuído, por Andrade, aos africanos e caipiras: “Caracteres psicológicos do brasileiro: [...] verdadeira musicalidade no oral que nem com as crianças. O caipira quando fala, sobretudo o mulato canta que nem criança” (*apud* PINTO, 1990, p. 263). Notem-se duas valorações delicadas atribuídas às heranças africanas: o ritmo lento/açucarado e a infantilidade da fala do mulato. Ressoam, aqui, os sentidos coloniais

⁶ Essa música foi coletada da tradição oral do interior de Pernambuco e adaptada por Patrick Teixeira e Donga. Foi interpretada por Carmen Miranda no filme *Down Argentine Day* (1940), estreado nos Estados Unidos, no qual a artista brasileira retrata o estereótipo da baiana (GARCIA, 2004).

de boçal, ao se atribuir à fala dos africanos uma dada infantilidade ou ingenuidade. Além disso, Andrade aproximou os elementos africanos à fala caipira, fazendo com que as africanidades linguísticas fossem interpretadas à luz dos regionalismos.

Além desses aspectos fonéticos, outro elemento linguístico que é tomado como exemplo da herança africana é a formação do plural. Mendonça (1933) atribui a redução de concordância verbal e nominal, como em *as casa*, à influência africana, o que teria fortemente afetado o dialeto caipira. Já no aspecto sintático mais amplo, segundo Mendonça (1933), a influência teria sido reduzida. Ainda sobre esse nível linguístico, Gladstone Chaves de Melo (1946) propõe que a influência africana teria sido maior do que a indígena, sendo que a primeira teria afetado a morfologia e sintaxe e a segunda teria sido mais determinante no léxico. Essa ampla influência africana estaria vinculada a uma aproximação maior dos africanos com a língua portuguesa, a exemplo da influência das “mães-pretas que ensinaram a falar milhares de brasileiros” (MELO, 1946, p. 60). A influência africana na morfologia e na sintaxe do português se refletiria em uma “tendência à simplificação das flexões e certas deturpações fonéticas extra-românicas que se notam na fala popular brasileira” (MELO, 1946, p. 60)

No que tange aos aspectos culturais, exemplos de herança africana seriam alguns cantos e danças, como o Congo e o Lundu (ANDRADE, 1929). A associação entre língua falada e gestualidade foi atribuída aos africanos por Rodrigues (1933, p. 144): “A importância do papel do gestual, da ação e da mímica na linguagem do negro é tanta que, sem ajuda, nem conseguiríamos compreendê-la”. Tal relação, contudo, é visto pelo autor como um traço de inferioridade, avaliação que teria sido também ratificada por designações pejorativas sobre a língua portuguesa falada pelos africanos, como português caçanje, português bunda e português nagô (RODRIGUES, 1933).

A articulação entre heranças africanas, português popular e oralidade é feita por uma série de autores, a exemplo de Gladstone Chaves de Melo e Gilberto Freyre, para mencionar apenas dois. O primeiro propõe a existência no Brasil de dois dialetos crioulos de origem africana, um de base iorubá (crioulo nagô) e outro de base banto (crioulo banto). Tais dialetos teriam produzido alguma “influência em nossos falares plebeus” (MELO, 1946, p. 61). Dentre as duas influências linguísticas, Banto e Iorubá, Melo atribui ao Quimbundo, uma língua banto, a maior influência no português falado no Brasil. Em termos gramaticais, segundo o mesmo autor, o fato dessas línguas africanas não terem sistema de flexão pelo uso de sufixos, e sim de prefixos, teria produzido uma “simplificação” morfológica no português popular brasileiro.

Melo (1946, p. 62) propõe, ainda, que no contexto do planalto central paulista teria surgido um “dialeto crioulo de tipo tupi-quimbundo” que, ao ter se “lusitanizado”, teria se transformado no dialeto caipira. Identificamos, aqui, a interpretação das heranças africanas a partir do regionalismo caipira. Amadeu Amaral, autor do *Dialeto Caipira* (1920), ao abordar as influências africanas na formação do dialeto caipira, menciona o aspecto fonético, como a ausência da palatal *lh*, sendo que o léxico teria sido menos afetado: “A colaboração do negro, por mais estranho que o pareça, limitou-se à fonética; o que dele nos resta no vocabulário rústico são termos correntes no país inteiro e até em Portugal” (p. 21). Essa regionalização do elemento linguístico africano, distribuindo-o por regiões brasileiras divididas linguisticamente, também é proposta por Luiz Viana Filho, na obra *A Língua do Brasil* (1936, p. 35): “[...] o que se deu foi a transformação autônoma dentro da mesologia glottica de cada região, ou a se fazer sentir mais fortemente a influencia do tupy, como em S. Paulo, ou a se accentuar a acção africana, como na Bahia e em Minas, ou a se manifestar a vizinhança do hespanhol, como nas fronteiras do sul”.

Gilberto Freyre (1933, p. 176-177), por seu turno, associa as heranças linguísticas africanas à formação de uma dualidade linguística, entre a língua da casa-grande e a língua da senzala, ou entre a língua falada e a escrita:

Ficou-nos, entretanto, dessa primeira dualidade de línguas, a dos senhores e a dos nativos, uma de luxo, oficial, outra popular, para o gasto – dualidade que durou seguramente século e meio e que prolongou-se depois, com outro caráter, no antagonismo entre a fala dos brancos das casas-grandes e a dos negros das senzalas – um vício, em nosso idioma, que só hoje, e através dos romancistas e poetas mais novos, vai sendo corrigido ou atenuado: o vácuo enorme entre a língua escrita e a língua falada. Entre o português dos bacharéis, dos padres e dos doutores, quase sempre propensos ao purismo, ao preciosismo e ao classicismo, e o português do povo, do ex-escravo, do menino, do analfabeto, do matuto, do sertanejo. O deste ainda muito cheio de expressões indígenas, como o do ex-escravo ainda quente da influência africana.

Essa visão dual e dicotômica – popular *vs.* culto, regional/rural *vs.* urbano e fala *vs.* escrita – ainda ressoa em interpretações contemporâneas sobre o que conta como português brasileiro. Essas dicotomias foram hierarquizadas de forma que o segundo elemento da série assumiu valores de prestígio social, enquanto o primeiro elemento passou a identificar determinados sujeitos, especialmente analfabetos e afro-descendentes. Não por acaso, dados recentes do IBGE⁷ mostram que o nível de analfabetismo entre pessoas

⁷ Informações disponíveis em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao.html>. A título de exemplificação estatística, entre as pessoas consideradas analfabetas com 60 anos ou mais, os autodeclarados brancos totalizariam 11,7%; já os autodeclarados pretos ou pardos totalizaria de 30,7%.

pretas ou pardas no Brasil é o dobro em relação às pessoas brancas, reforçando o estereótipo que vincula os afro-descendentes ao analfabetismo. Questionamos, contudo, a articulação política entre domínio do código escrito, valores sociais de prestígio e a ideia de desenvolvimento humano, a exemplo dos elementos que compõem o índice de avaliação IDH e da fixação da UNESCO pela “cura” do analfabetismo, além de tantos outros discursos institucionais. Observe-se, sucintamente, que a compreensão do que conta como “oralidade” fica a reboque de representações de língua calcadas, muitas vezes, no código escrito de natureza alfabética.

Para problematizar a dimensão política inscrita nas valorações e significações atribuídas às línguas africanas na sua relação com o português brasileiro no contexto histórico entre 1930-1950, período em que se legislou sobre o que se entendia por “língua nacional”, acionamos um conceito amplamente usado e debatido nesse período para explicar o que se entendia por brasilidade: a mestiçagem. Como pano de fundo político da época, tratou-se de um período marcado pelas discussões sobre eugenia e mestiçagem, em que os discursos médicos e biológicos sobre o determinismo biológico – a exemplo do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929) – colocavam em pauta, por exemplo, se a mistura de raças seria um problema ou uma qualidade genética na formação do povo brasileiro. Nesse contexto, havia aqueles que defendiam que a mistura levaria à formação de um povo inapto, inferior, indolente, preguiçoso e disforme, como Azevedo Amaral e Renato Kehl; e aqueles que defendiam que a miscigenação atribuiria características singulares ao brasileiro, como Gilberto Freyre, Levi Carneiro e Roquete Pinto. Tratava-se, também, de um embate entre o determinismo biológico e as influências sociais na configuração das identidades e das interpretações sobre a formação da brasilidade.

Em termos linguísticos, a categoria da mestiçagem também foi acionada por alguns estudiosos da língua, como Renato Mendonça e Serafim da Silva Neto, que propunham fazer uma diferenciação entre língua e raça, conforme ilustram os excertos abaixo:

Língua e raça formam dois elementos que têm evolução paralela a ponto de serem muitas vezes confundidos. Como o negro fundiu com o português e do consórcio resultou o mestiço, pareceria lógico que este mestiço falasse um dialeto crioulo. Os fatos são diferentes (MENDONÇA, 1933, p. 79).

[...] a mestiçagem de sangue foi imensa. É verdade que, em si, ela não tem importância para a mestiçagem linguística, mas como pressupõe contato íntimo, é um testemunho para esta (NETO, 1936, p. 363).

Tal separação entre o tratamento conferido à raça e às línguas não foi reproduzido por Gilberto Freyre (1940, p. 316) que, diferentemente, afirmou que “ao dinamismo biológico correspondeu um dinamismo linguístico como também um dinamismo religioso”. Podemos aventar que esses diferentes posicionamentos sobre a relação entre raça e língua sinaliza para a controvérsia envolvida no debate sobre eugenia no Brasil. No campo de um possível “eugenismo linguístico”, de defesa do purismo linguístico, podemos aventar que a mistura seria um problema e sinal de deteriorização e enfraquecimento da língua; dessa forma, para alguns, seria estratégico poupar a língua portuguesa, negando a teoria de uma “mestiçagem linguística” e localizando as heranças africanas em elementos ditos periféricos ou acessórios da língua, como o léxico, a prosódia, a pronúncia e o estilo. Por outro lado, para aqueles que afirmavam a mestiçagem como um sinal de enriquecimento, não haveria problemas em sustentar a tese de uma “mestiçagem linguística”.

Assim, as ideias de eugenismo e mestiçagem linguística – como defesa do purismo ou da mistura como sinais de vitalidade linguística, respectivamente – podem ser relativizadas conforme os interesses e o conceito de língua em questão. Se a língua é definida em termos de estrutura gramatical, atribuir a africanidade linguística a elementos acessórios preservaria a ideia de uma suposta pureza linguística; por outro lado, se o conceito de língua inclui elementos prosódicos, estilísticos, semânticos e pragmáticos, a ideia de pureza seria posta em xeque, em prol de uma suposta celebração da mestiçagem.

Um exemplo da maneira como os argumentos biológicos, a favor e contra o eugenismo, estiveram presentes no debate sobre a língua nacional foi a participação no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929) de representantes da comissão que definiu o que seria a língua nacional. Por um lado, o médico Azevedo Amaral abordou o *Problema eugênico da imigração*, em que defendeu o controle da imigração de estrangeiros para o Brasil para fins de construção de uma raça nacional que estivesse em sintonia com a civilização europeia. Para tanto, considerou que o país não deveria aceitar a imigração africana: “Embora nossa formação nacional tenha sido em grande parte conseguida pela contribuição de um vasto elemento africano [...] seria inadmissível que consentíssemos a entrada de imigrantes de raça negra” (AMARAL, 1929, p. 335-336). Por outro lado, o jurista e escritor Levi Carneiro proferiu a conferência *Educação e Eugenia*, em que defendeu o papel da educação na modificação dos supostos “riscos” hereditários: “Será a educação o corretivo necessário da hereditariedade em cada indivíduo” (CARNEIRO, 1929, p. 110).

Finalizando esta seção, a emergência da ideia de um português brasileiro – reforçada pelo debate público sobre a língua nacional e pelas produções modernistas, além das discussões acadêmicas e políticas sobre eugenismo e mestiçagem – moldou um discurso polarizado sobre a língua, relegando as heranças africanas aos

elementos regionais, populares e orais. De forma geral, houve uma tendência de se considerar tais elementos como contribuições marginais e periféricas, que teriam afetado a pronúncia ou léxico, especialmente de falares regionais típicos, como o falar caipira. Em termos morfossintáticos, o reconhecimento da influência africana estaria atrelado à ideia de um português popular, em que a “simplificação” das flexões nas concordâncias verbal e nominal estaria legitimada.

Nesse contexto de reconhecimento das misturas linguísticas africana e portuguesa, o discurso sobre miscigenação apresentou duas facetas: por um lado, para os defensores do eugenismo, o reconhecimento da miscigenação linguística significaria validar uma suposta deturpação da língua portuguesa no Brasil; por outro lado, para os críticos do eugenismo, o reconhecimento da miscigenação linguística colocaria em questão as misturas que poderiam ser consideradas como aceitáveis ou não – em termos de valoração social – na definição do que conta como língua nacional. Nesse segundo caso, a mistura linguística foi legitimada através da diferenciação entre o português brasileiro popular e culto, em que a dimensão popular acoplaria mais elementos africanos (periféricos, marginais e acessórios) do que o culto. Assim, a invenção, diferenciação e hierarquização entre culto e popular abriu espaço para que tanto os discursos puristas como os discursos em defesa da mistura assumissem um lugar confortável no debate público da época, o que, de alguma maneira, ainda ressoa contemporaneamente.

Palavras finais

Este artigo enfocou a maneira como as línguas africanas foram discursivizadas no contexto colonial e na primeira metade do séc. XX no Brasil. Tratou-se de averiguar o percurso discursivo de tais línguas

que, de forma geral, estiveram: (i) relegadas a um dado imaginário gramatical de definição de língua, a exemplo das gramáticas do Quimbundo e da língua de Mina; (ii) invisibilizadas para os jesuítas e senhores de engenho, que, de forma geral, priorizaram o uso “simplificado” da língua portuguesa como forma de “comunicação”; (iii) enquadradas como lugares simbólicos do que conta como popular, oral e regional, sinalizando para identidades sociais específicas, que foram historicamente silenciadas e marginalizadas; (iv) relegadas a um lugar linguístico periférico, em que a língua seria definida como sistema (gramática), e os demais elementos (africanos) seriam acessórios e periféricos; (v) submetidas a um discurso de mestiçagem ou hibridismo linguístico, ajudando a configurar o que seria o português popular brasileiro. Note-se, nesse caso, que o rótulo de mestiço ou híbrido tende a recair sobre as línguas africanas e dificilmente sobre as línguas europeias.

Por outro lado, defendemos que a compreensão das línguas como produto de práticas sociais, comunicativas, estéticas e/ou religiosas ajuda a expandir o que se entende por heranças linguísticas africanas e pelo próprio conceito de língua em questão, colocando em tela a memória discursiva colonial que afetou os diferentes sujeitos africanos e não-africanos no contexto brasileiro. Tal memória foi atravessada por relações de poder complexas, que envolviam violências, submissões, subversões e profanações. Narrar a história das práticas linguístico-discursivas africanas e afro-brasileiras não se resume a descrições estruturais, mas passa por uma compreensão mais alargada de língua, a exemplo do papel das mulheres escravizadas, as amas-de-leite, como contadoras de histórias; dos contadores e cantadores das minas; das práticas religiosas e místicas africanas e afro-cristãs no Brasil colonial e pós-independência; das práticas comunicativas de resistência e de compartilhamento de uma vida comum, a exemplo do modo de vida dos quilombos; da maneira como corpo, canto, voz e língua se entrecruzaram na construção de

sentidos; das pequenas narrativas que ressoam oralmente, passando de geração em geração e atualizando uma memória discursiva africana e afro-brasileira; entre tantos outros aspectos. Nesse caso, concordamos com a definição de língua de Franz Fanon (2008 [1952], p. 33), para quem: “Falar é estar em condições de empregar um certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização.”

Por fim, assumimos que os significados coloniais envolvendo as línguas africanas – e aquilo que conta como língua – ainda ressoam contemporaneamente. Além disso, a relação entre língua e raça tem sido pouco tematizada de forma explícita na linguística brasileira. Neste artigo, buscou-se compreender a maneira como a racialização da língua – a língua usada como índice de identidade racial – ajudou a definir categorias sociais e identitárias, além de reforçar estereótipos, assimetrias sociais e políticas de silenciamento e invisibilização, a exemplo dos termos coloniais “ladino” e “boçal” cujos significados políticos ainda reverberam em tempos contemporâneos.

Referências

AMARAL, Amadeu. O *dialeto caipira*. 1920. Disponível em: <http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao13/pdfs/dialeto.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.

AMARAL, Azevedo. O problema eugênico da imigração. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro: Academia Nacional de Medicina, 1929. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AceBibCOC_R&PagFis=10172. Acesso em: 06 jan. 2019.

ANDRADE, Mario de. *Compêndio de história da música*. São Paulo: Chiarato, 1929.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982 [1711].

AROUX, Silvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: editora da Unicamp, 2009.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Portuguez e latino* – v. 2 e 5. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1716.

BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: editora da UNESP, 1995.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola/IPOL, 2007.

CARNEIRO, Levi. Educação e Eugenia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro: Academia Nacional de Medicina, 1929. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AceBibCOC_R&PagFis=10172. Acesso em: 06 jan. 2019.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Das línguas africanas ao português brasileiro. *Afro-Ásia*, n. 14, 1983. p. 81-106.

CASTRO, Yeda Pessoa de. O português do Brasil, uma intromissão nessa história. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: editora da Unicamp, 2009. p. 175-184.

COOPER, Robert. *Language planning and social change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

DIAS, Pedro. *Arte de grammatica da lingua de Angola*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1697.

DIAS, Pedro. Arte de grammatica da lingua de Angola. In: ROSA, Maria Carlota. *Uma língua africana no Brasil* – colônia de seiscentos. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 111-226.

ERRINGTON, Joseph. Colonial Linguistics. *Annual Review of Anthropology*, v. 30, 2001. p. 19-39.

FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008 [1952].

FERNANDES, Gonçalo. A Língua Geral de Mina (1731/1741), de António da Costa Peixoto. *Confluência* - Revista do Instituto de Língua Portuguesa, n. 42, 2012. p. 23-46.

FISHMAN, Joshua. Critiques of language planning: A minority languages perspective. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*. v. 15, n. 2-3, 1994. p. 91-99.

FISHMAN, Joshua. Nationality-Nationalism and Nation Nationalism. In: FISHMAN, J. A.; FERGUSON, Charles A.; GUPTA, Jyotirindra Das (orgs.). *Language Problems of Developing Nations*. New York: John Wiley & Sons, 1968. p. 39-51.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 1933.

FREYRE, G. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

GARCIA, Tania da Costa. O “it verde e amarelo” de Carmen Miranda (1930-1946). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo 1. Lisboa: Livraria Portugália/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair (orgs.). *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 2006.

MATTOSO, Katia M. de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed./2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MELO, Gladstone Chaves. *A língua do Brasil*. Fundação Getúlio Vargas, 1971 [1946].

MENDONÇA, Renato. *A influência africana do Português no Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012 [1935].

NETO, Serafim da Silva. O dialeto brasileiro (1936). In: PINTO, E. P. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos 2* (1920-1945). Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1981.

PEIXOTO, Antonio. *Obra nova da língua geral de mina* (1731/1741). Publicado e apresentado por Luís Silveira. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944. Disponível em: <http://purl.pt/16608/3/#/1>.

PILLER, Ingrid. *Linguistic Diversity and Social Justice: An Introduction to Applied Sociolinguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

RAIMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

PINTO, Edith Pimentel. *A gramatiquinha de Mário de Andrade*. São Paulo: Duas cidades, 1990.

QUEIROZ, Sonia. Remanescentes culturais africanos no Brasil. *ALETRIA*, v. 9, 2002. p. 48-60. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/poslit>. Acesso em: 05 jan. 2019.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Política Linguística: do que é que se trata, afinal? In: Nicolaidis, C. et. al. (orgs.). *Política e Políticas Linguísticas*. SP: Pontes, 2013. p. 19-42.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2008 [1933].

SCHIFFMAN, Harold. *Linguistic culture and language policy*. London: Routledge, 1996.

SEVERO, Cristine Gorski; ELTERMANN, Ana Claudia F. Língua e brasilidade no pensamento linguístico dos anos 1940-1960. *Investigações* (Online), v. 31, 2018. p. 410-428.

SEVERO, Cristine Gorski; MAKONI, Sinfree. B. *Políticas Linguísticas Brasil-África: Por uma perspectiva crítica*. Florianópolis: Insular, 2015.

SEVERO, Cristine Gorski. *Os jesuítas e as línguas*. 2019 (no prelo).

SEVERO, Cristine Gorski. Políticas Patrimoniais e Projetos Nacionalistas: Línguas e Brasilidade em tela. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski; GÖRSKI, Edair Maria (orgs.). *Sociolinguística e Política: Linguística Olhares Contemporâneos*. São Paulo: Blucher, 2016. p. 189-203.

SEVERO, Cristine Gorski. Língua portuguesa como invenção histórica: brasilidade, africanidade e poder em tela. *Working Papers em Linguística (ONLINE)*, v. 16, 2015. p. 35-61.

SHOHAMY, Elana. *Language Policy: Hidden Agendas e New Approaches*. Londres/Nova York: Routledge, 2006.

SILVEIRA, A. F. de Souza. A denominação do idioma nacional no Brasil. In: BECHARA, Evanildo (org.). *Estudo da língua portuguesa: textos de apoio*. Brasília: FUNAG, 2010 [1946].

SPOLSKY, Bernard. *Language Policy. Anais do 4º Simpósio Internacional de Bilinguismo* [4th International Symposium on Bilingualism]. Cascadilla Press, Somerville: 2004. p. 2153-2164.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VIDE, d. Sebastião Monteiro da. *As Constituições do Arcebispo da Bahia de 1707*. São Paulo: Typographia de Antonio Louzada Antunes, 1853.

VIANA FILHO, Luis. *A Língua do Brasil*. Bahia: A Gráfica, 1936.

VIERA, Antônio Padre. *Maria Rosa Mística: sermões XIV e XX*. Edição de referência: Sermões, Padre Antônio Vieira. Erechim: Edelbra, 1998 (1686-1688). Texto-base digitalizado por NUPILL. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=midias&id=144104>. Acesso em: 05 jan. 2019.

Como citar

SEVERO, Cristine Gorski. Línguas e heranças africanas no Brasil: articulando política linguística e sócio-história. *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p. 16-45, 2018.

Recebido em 07/01/2019 e aceito em 31/03/2019



Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de línguas no Brasil: considerações à luz de uma emergente teoria dos direitos linguísticos

Ricardo Nascimento ABREU¹

¹ Universidade Federal de Sergipe (UFS), tennascimento@gmail.com, orcid.org/0000-0003-3829-7973.

RESUMO A Constituição Brasileira de 1988 inaugura uma nova cena nas políticas linguísticas da história constitucional do país, ao registrar, pela primeira vez, a existência de uma língua oficial para servir de instrumento de suporte da organização estatal e reforçar a sua condição de nação soberana perante a comunidade internacional. A decisão política de elevar a língua portuguesa à condição de idioma oficial não foi seguida de um processo de planejamento legislativo e do desenvolvimento de uma teoria política dos direitos linguísticos com a finalidade de definir os lugares jurídicos das demais línguas constitutivas da realidade multilíngue nacional. Assim, além de termos no país a existência de línguas sem estatuto jurídico algum, ou seja, línguas sem nenhuma proteção jurídica por parte do Estado, encontramos também, no conjunto daqueles idiomas que lograram êxito em conseguir o amparo estatal, um cenário bastante confuso e, por vezes, inibidor do desenvolvimento de políticas mais robustas de nacionalização das nossas línguas. Objetivamos elucidar as circunstâncias que levaram a esse panorama de extrema fragilidade nas diretrizes de classificação dos estatutos jurídicos dos idiomas e, em seguida, apresentaremos alguns dos principais processos de nacionalização de línguas adotados pelo Brasil após a promulgação da “Constituição Cidadã”.

ABSTRACT The Brazilian Constitution of 1988 inaugurates a new scene in the linguistic policies of the country's constitutional history, recording, for the first time, the existence of an official language to serve as an instrument of the state organization and to reinforce its status as a sovereign nation before international community. The political decision to raise the Portuguese to the status of official language was not followed by a process of legislative planning and the development of a political theory of linguistic rights in order to define the legal places of the other languages that constitute the national multilingual reality. Thus, in addition to having in the country the existence of languages without any legal status, that is, without any legal protection by the State, we also find, in all those languages that have succeeded in obtaining state protection, a very confusing and, sometimes inhibiting the development of more robust policies of nationalization of languages. We aim to elucidate the circumstances that led to this scenario of extreme fragility in the classification guidelines of the legal statutes of languages and then we will present some of the main processes of nationalization of languages adopted after the promulgation of the "Citizen Constitution."

PALAVRAS-CHAVE idioma oficial. línguas nacionais. nacionalização de línguas.

KEYWORDS official language. national languages. nationalization of languages.

Considerações iniciais

O processo de redemocratização do Brasil, em meados da década de 1980, fez-se seguir da elaboração de uma nova carta constitucional, conhecida como a “Constituição Cidadã”, que teve como uma das suas grandes metas o aumento da permeabilidade dos princípios e normas contidas no Direito Internacional dos Direitos Humanos - DUDH no ordenamento jurídico nacional.

No bojo das mais variadas matérias sobre as quais as Comissões da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 precisaram se debruçar, a necessidade de inserção da questão da língua oficial da República, no texto constitucional, uma tendência assumida por vários Estados nacionais a partir da segunda metade do século XX, forçou os constituintes brasileiros a enfrentar a questão da tutela jurídica da realidade multilíngue do Brasil, em contraponto com uma difundida e equivocada tradição inventada, nos termos de Hobsbawm e Ranger (2008), de sermos um país monolíngue e linguisticamente homogêneo. Desse processo, resultou a esperada afirmação política e a constitucionalização¹ da língua portuguesa como idioma do novo Estado brasileiro.

Conforme apontado por Abreu (2016) e Russell e Cohn (2012), o final da Segunda Guerra Mundial e a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, fizeram eclodir vários processos de constitucionalização de línguas oficiais em grande parte dos países do globo terrestre, estimando-se, na atualidade, mais de 150 países nos quais as normas constitucionais fazem menção à(s) língua(s) oficial(is), restando pouco menos de 20 Estados nos quais as constituições silenciam completamente a respeito da questão.

¹ A noção de constitucionalização com a qual operamos nesse texto refere-se ao conceito de constitucionalização do Direito, conforme nos apresentam Souza Neto e Sarmiento (2007). Um processo através do qual uma determinada norma, após ser inserida no texto constitucional, passa a influenciar todo o ordenamento jurídico do Estado, afetando a hermenêutica e a própria constitucionalidade das normas infraconstitucionais.

A inserção maciça de línguas oficiais nos textos constitucionais da maioria dos países do globo terrestre tornou mais latente, aos olhos do mundo, questões de políticas de línguas atinentes às mais variadas espécies de conflitos linguísticos em seus territórios, tais quais aqueles que envolvem os processos de nacionalização das línguas não-oficiais, as minorias linguísticas e os seus direitos (indígenas, imigrantes, comunidades surdas); a preservação da diversidade linguística como um patrimônio cultural do mundo; os processos educacionais em contextos plurilíngues; o ensino de línguas estrangeiras, entre outros.

Some-se ao contexto acima descrito o fato de estarmos vivenciando, nas últimas décadas do século XX, e nesses primeiros momentos do século XXI, um período que invoca ao que vem sendo chamado por pesquisadores a exemplo de Wolkmer e Leite (2012) e Ferraz e Leite (2015), como a era dos “novos direitos”, e que aponta para temáticas historicamente marginalizadas e/ou esquecidas das maiorias das sociedades ocidentais. Destacadamente àquelas temáticas que dizem respeito aos direitos dirigidos às populações etnicamente marcadas (indígenas, negros, imigrantes/refugiados); aos direitos dirigidos às populações vulneráveis (mulheres, crianças, idosos, deficientes, minorias religiosas e LGBTQI+); aos direitos dirigidos à proteção do meio ambiente e, de uma maneira cada vez mais crescente, aos direitos linguísticos, esses últimos ainda carecendo de uma elaboração mais consolidada de uma teoria jurídica² mais elaborada.

² O campo dos direitos linguísticos, diferentemente daquilo que muitos ainda pensam, não se constitui apenas de uma lista de direitos individuais e/ou coletivos aos quais as pessoas fazem jus. Mais que isso, diz respeito a uma Teoria dos Direitos Linguísticos que fundamenta o estudo das normas de direito linguístico, quando estes estão vinculados aos direitos humanos, ao direito constitucional, ao direito administrativo etc. Interessa-se, igualmente, pelas fontes desse direito linguístico (direito internacional dos direitos humanos, direito constitucional, direito comparado, costumes das populações etc.); pela identificação de princípios aplicáveis a essas normas (territorialidade, personalidade etc.); pela identificação de metaprincípios geradores dessas normas (dignidade humana, igualdade etc.); pelas

Na complicada relação entre Estados nacionais, línguas oficiais e seus cenários territoriais multilíngues, o pensamento jurídico resultante dessa era dos novos direitos tem permitido a realização de reflexões hermenêuticas acerca do (não) lugar jurídico daquelas línguas não erigidas à condição de idiomas oficiais, bem como dos limites, possibilidades e graus de proteção estatal das línguas minoritárias, por meio dos mais variados processos de nacionalização linguística.

Chegamos, dessa forma, ao cerne da discussão que será desenvolvida no presente estudo, qual seja, a análise dos principais **processos de nacionalização das línguas** minoritárias no Estado brasileiro, no período constitucional pós 1988, sob a clara tensão política de determinação dos estatutos jurídicos dos idiomas no país. Pelo viés de uma emergente Teoria dos Direitos Linguísticos, que vem aos poucos se desenvolvendo no ambiente da pesquisa acadêmica e em algumas poucas jurisprudências dos tribunais nacionais e internacionais³, traçaremos uma análise e um contraponto entre o alcance jurídico da constitucionalização da língua portuguesa como idioma oficial da República Federativa do Brasil, bem como dos principais processos de proteção jurídica das línguas brasileiras, alçando-as à condição de línguas nacionais.

possibilidades hermenêuticas e de aplicação das normas de direito linguístico aos casos concretos, bem como pelas formas jurídicas de garantia de materialização desses direitos linguísticos a todos os seres humanos.

³ Para o aprofundamento da questão da jurisprudência dos tribunais brasileiros, em matéria de línguas minoritárias, recomendamos a leitura de Vitorelli (2015).

1. Os atuais estatutos jurídicos das línguas no Brasil

Em toda e qualquer nação constitucionalmente dirigida, o processo de organização do Estado perpassa, necessariamente, pela declaração dos estatutos jurídicos que as línguas possuirão naquele ordenamento normativo. Isso significa que não há Estado sem que haja uma gestão mínima, declarada ou percebida, das línguas utilizadas em seu território.

A (não) declaração dos estatutos jurídicos das línguas nos Estados é um ato integralmente político e que pode, de maneira intencional ou não, minimizar e/ou potencializar os conflitos linguísticos já existentes, promover o uso e a difusão de algumas línguas em detrimento da promoção do desaparecimento de outras.

Nesse sentido, a história e o direito comparado se colocam como ferramentas imprescindíveis para que possamos aprender com as experiências exitosas de algumas nações, bem como evitar a repetição dos erros ou das políticas glotocidas de outras.

Países como o Canadá, a Índia e a África do Sul já há algum tempo vêm desenvolvendo com sucesso, na própria estrutura dos Estados, mecanismos de gestão e tutela das suas línguas oficiais e nacionais, por meio do desenvolvimento de uma teoria política, como demonstram Ricento, Peled e Yves (2015), Kymlicka (2001) e Kymlicka e Patten (2007). Na América Latina, mais recentemente, bons exemplos advindos do Peru, do Paraguai, da Bolívia e do México comprovam que, mesmo em realidades históricas e econômicas similares às do Brasil, é possível estabelecer como prioritárias as políticas de proteção das línguas por meio da ação legislativa e da tutela jurídica dos idiomas.

Infelizmente, aqui, no Brasil, ainda nos encontramos em uma fase embrionária da gestão estatal das línguas. Exemplificativamente, podemos apontar para o fato de ainda sermos surpreendidos com a

invenção de novas categorias jurídicas de língua, para a qual o próprio criador não consegue estabelecer a fundamentação e as fronteiras jurídicas da sua criatura⁴.

Diante desse cenário, para uma compreensão mais aclarada dos atuais estatutos jurídicos das línguas no Brasil, temos que nos impor a tarefa metodológica de explorar, necessariamente, dois caminhos distintos:

- a. Apresentação das taxonomias jurídicas aplicadas às línguas brasileiras, na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), bem como nos principais diplomas normativos federais infraconstitucionais⁵, para que possamos agrupar as línguas brasileiras em conjuntos distintos, conforme as suas respectivas naturezas jurídicas.
- a. Definir, por meio dos estatutos normativos dessas línguas, no ordenamento jurídico pátrio, cada uma dessas taxonomias, de modo a podermos diferenciar, em cada caso concreto, as atribuições, os limites e possibilidades jurídicas de cada uma dessas classificações.

O resultado do primeiro caminho proposto acima revela que no Brasil existem, de forma ostensiva na legislação em vigor, as seguintes ocorrências de classificação jurídica das línguas: **idioma oficial** (Constituição da República - 1988); **língua nacional** (Código de Processo Penal; Código Penal; Código Civil; Consolidação das Leis do Trabalho e outros) e, por fim, **meio legal de comunicação e expressão** (Lei 10.436/2002⁶).

⁴ Referimo-nos aqui à criação da categoria “meio legal de comunicação e expressão” atribuída a Libras. Discutiremos esse aspecto no item 1.3 desse artigo.

⁵ Nesse estudo, consideramos que os processos de nacionalização de línguas precisam, necessariamente, ter a União como agente direto ou indireto da política linguística de tutela da língua ou dos direitos dos seus falantes. Por esse motivo, nossa análise circunscreve-se exclusivamente ao texto constitucional de 1988 e às leis infraconstitucionais federais.

⁶ Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

Para concluirmos a segunda tarefa metodológica, passaremos, a partir desse momento, a analisar cada uma dessas classificações mais detalhadamente.

1.1. O idioma oficial na Constituição da República Federativa do Brasil (1988)

Na história do constitucionalismo brasileiro, somente com a Constituição de 1988 é que o país passou a figurar no rol das nações detentoras de uma língua oficial constitucionalizada. Antes disso, é possível encontrar referências sobre línguas na Constituição de 1934, por meio da expressão “idioma pátrio” e, nas Constituições de 1946 e 1967, por meio da expressão “língua nacional”. Em nenhuma dessas constituições, no entanto, há referência explícita sobre ser, a língua portuguesa, o idioma pátrio (1934) ou mesmo a língua nacional (1946/67). No entanto, o próprio fato de termos essas mesmas constituições redigidas e publicadas na língua portuguesa nos autoriza, com certo grau de segurança, a afirmar que, nesses documentos, as expressões referiam-se diretamente ao português.

Diante da inovação apresentada pela Constituição de 1988, a “Constituição Cidadã”, cumpre-nos agora nos debruçar e discutir as possibilidades e os limites jurídicos acerca da condição de idioma oficial que foi dada à língua portuguesa no Brasil. Isso significa, entre outras questões, buscar responder, de forma mais imediata, às seguintes perguntas: o que significa para um Estado ter um idioma oficial? O que significa, para uma língua, ser alçada à condição de idioma oficial?

Sob um viés *lato-sensu*, é possível afirmar que, nos Estados modernos, os idiomas oficiais possuem duas funções prototípicas. Uma função interna, por meio da qual visa ser instrumento linguístico do processamento da burocracia estatal nas mais distintas esferas: judicial, educacional, legislativa etc., e, por outra visada, uma função

externa, diretamente vinculada à soberania do Estado e que diz respeito à(s) língua(s) com a(s) qual(is) uma determinada nação se comunicará com outras nações, igualmente soberanas, na esfera das relações internacionais.

Pode também, a língua oficial, ainda que acessoriamente, no âmbito internacional, situar um Estado no âmbito das grandes fônias mundiais, a exemplo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, da qual o Brasil faz parte desde 1996.

Diante da apresentação das duas grandes funções exercidas pelas línguas oficiais, nos Estados nacionais, inclusive no Brasil, podemos claramente chegar a algumas conclusões:

- a. A condição de língua/idioma oficial é uma construção político-jurídica que visa à instrumentalização linguística dos Estados nacionais, nos âmbitos interno e externo. As normas constitucionais que regulam a escolha e a implementação de uma ou mais línguas oficiais em um país não estão, desse modo, diretamente vinculadas aos direitos dos indivíduos de utilizar suas próprias línguas, mas ao poder do Estado de determinar com qual(is) língua(s) vai operar a sua burocracia e se relacionar, no âmbito internacional, com outros Estados.
- b. Um idioma oficial, de natureza **constitucional**, possui, necessariamente, uma função vinculada à organização do Estado e uma função atrelada às relações internacionais entre Estados.

Realizadas essas ponderações preliminares acerca das funções estatais prototípicas de um idioma oficial, normalmente instituído por norma constitucional, resta-nos, nesse momento, proceder a uma análise, ainda que sucinta, da norma que instituiu o português como idioma oficial do Brasil, para verificarmos se a norma insculpida no

Art. 13 da CF/88 teria, de fato, o condão de cumprir os objetivos para os quais fora projetada.

Na Constituição Brasileira de 1988, a questão do idioma oficial é apresentada no Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), Capítulo III (Da nacionalidade), Art. 13.

CAPÍTULO III DA NACIONALIDADE

Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

§ 1º São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Para nos auxiliar nesse processo de análise, lançaremos mão de um rápido exercício de direito comparado, mantendo-nos estrategicamente no ambiente da lusofonia, para contrapor a questão do idioma oficial na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a sua irmã mais velha e que lhe serviu de inspiração, a Constituição da República Portuguesa de 1976.

ARTIGO 11.º SÍMBOLOS NACIONAIS E LÍNGUA OFICIAL

1. A Bandeira Nacional, símbolo da soberania da República, da independência, unidade e integridade de Portugal, é a adotada pela República instaurada pela Revolução de 5 de Outubro de 1910.

2. O Hino Nacional é A Portuguesa.

3. A língua oficial é o Português. (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE PORTUGAL, 1976, grifo nosso).

De forma direta e imediata, é possível constatar a nítida diferença nos tratamentos por meio dos quais a questão da língua oficial é apresentada em ambas as cartas constitucionais. Enquanto na lei brasileira a matéria é abordada vinculando-se aos direitos da nacionalidade⁷, na carta lusitana, a temática é normatizada no Art. 11º (Símbolos nacionais e língua oficial) e complementada nos Arts. 7º (Relações Internacionais) e 9º (Tarefas fundamentais do Estado)⁸.

Percebe-se, de forma clara, que a questão do idioma oficial no Brasil é temática pantanosa e que repousa sob o manto de uma tentativa retórica de construção de uma nacionalidade brasileira em torno de uma suposta língua comum, do hino, das armas e do selo nacionais. Tal estratégia, de fato, não é algo incomum nas constituições ocidentais promulgadas após a Segunda Guerra Mundial. O que chama bastante a atenção, no caso brasileiro, é a total ausência de vinculação explícita do seu idioma oficial às questões de natureza da política externa e da gestão linguística da administração interna do Estado.

A imprecisão do constituinte brasileiro, tanto no processo de vinculação da matéria “idioma oficial” à temática da nacionalidade, quanto à falta de definições constitucionais explícitas e claras acerca dos objetivos internos e externos dessa língua tem sido um severo obstáculo na elaboração de políticas linguísticas de promoção e valorização da diversidade linguística no nosso país.

⁷ Há outra menção, na Carta Constitucional Brasileira, à língua portuguesa, que remete hermeneuticamente a sua condição de idioma oficial. Trata-se do 2º do Art. 210, *in verbis*: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”.

⁸ Há outras menções à língua portuguesa na Constituição de Portugal, entretanto, interessamos, nesse estudo, as referências prototípicas das funções estatais das línguas oficiais nos Estados modernos.

Um simples questionamento atual e candente já seria suficientemente capaz de ilustrar as consequências negativas que essa imprecisão constitucional imprime nos estudos e nas formulações de algumas políticas públicas voltadas para a nossa condição de nação multilíngue, senão vejamos:

- Se, no Brasil, a matéria constitucional “idioma oficial” está vinculada aos direitos da nacionalidade e a competência para legislar sobre tais direitos, nos termos do Art. 22, inciso XIII da CF/88⁹ é privativa da União, poderiam os municípios brasileiros editar leis de co-oficialização de línguas nos seus territórios?

A resposta a essa pergunta, se futuramente dada pelo Supremo Tribunal Federal - STF, mais alta corte jurídica nacional e guardião da Constituição, definirá a (in)constitucionalidade de um conjunto significativo de leis municipais de co-oficialização de línguas e poderá representar a linha divisória entre consagração ou a frustração de uma das mais engenhosas e produtivas políticas de promoção e proteção das línguas minoritárias no Brasil.

Outro aspecto de grande relevo envolvendo o processo de constitucionalização da língua portuguesa na condição de idioma oficial envolve diretamente alguns diplomas normativos infraconstitucionais que não fazem referência ao idioma oficial da República, lançando mão, em vez disso, da expressão “língua nacional”.

A elucidação dessa aparente contradição classificatória, que faremos no próximo tópico desse texto, interessa-nos diretamente para que possamos discutir, de forma inequívoca, a existência de possíveis processos de nacionalização das línguas brasileiras na contemporaneidade.

⁹ Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização;

1.2.A língua nacional na legislação federal infraconstitucional

Em que consiste, em termos jurídicos, a categoria língua nacional? A imperativa resposta a essa pergunta se coloca como um dos elementos imprescindíveis para que possamos compreender a delicada questão acerca da existência (ou não) de línguas nacionais no ordenamento jurídico brasileiro.

Se, por um lado, ao buscarmos conceituar a noção de idioma oficial, tivemos como principal obstáculo a exiguidade de conceituações consolidadas acerca do termo, a situação se polariza radicalmente quando tentamos elaborar uma conceituação minimamente aceitável para a noção de língua nacional. É plenamente factível encontrar dezenas de definições para o termo, desde a propositura de ser, ele mesmo, um sinônimo direto para o termo língua oficial, ou mesmo a condição de língua falada por uma determinada comunidade, circunscrita em um território.

Pois bem, parametrizando um pouco as balizas da questão, já sabemos por meio das experiências internacionais de países como o Canadá, a África do Sul e a Índia que nem toda língua nacional é alçada à condição de idioma oficial. Tomar as expressões como sinônimas é, no mínimo, uma decisão temerária.

Por outro lado, sabemos que também não é verdadeira a afirmação de que toda língua falada por uma comunidade e circunscrita em um determinado território é reconhecida ou protegida pelo Estado. A história das línguas registra fartamente casos e circunstâncias nas quais uma ou mais línguas podem ter seu uso desestimulado ou, de modo mais extremo, até mesmo vedado por lei desse mesmo Estado

Imagem 1: Placa produzida pela Delegacia de São Lourenço do Sul – RS, em 1942, informando sobre a política monolíngue brasileira e alertando sobre a proibição do uso dos idiomas Alemão, Italiano e Japonês.



Foto acervo: Edilberto Luiz Hammes, São Lourenço do Sul/RS.

Apesar de mais fluida que a noção de idioma oficial, ao buscarmos construir uma conceituação de língua nacional, nos mesmos moldes com os quais propusemos construir anteriormente a definição jurídica de língua oficial, ou seja, tomando esse conceito de forma *lato-sensu*, é possível afirmar, com certo grau de confiabilidade, que uma língua nacional é toda aquela devidamente tutelada pelo Estado (ela mesma ou algum direito linguístico dos seus falantes¹⁰), em um ou múltiplos aspectos (administrativo, cultural, processual etc), podendo tal língua, inclusive, ser declarada idioma oficial¹¹ desse mesmo Estado¹².

¹⁰ Para a compreensão dessa dicotomia sugerimos a leitura de Abreu (2016).

¹¹ Tomadas por uma perspectiva jurídica, toda língua oficial é também língua nacional, mas o contrário não é necessariamente verdadeiro.

¹² De acordo com a legislação nacional, outras exigências podem ser apresentadas para que uma determinada língua possa ser tutelada pelo Estado brasileiro. O fator tempo de existência da comunidade linguística em território brasileiro e a vitalidade da língua em questão, por exemplo, podem ser algumas dessas exigências.

Feitas essas considerações preliminares, passemos a analisar algumas ocorrências na legislação federal brasileira, nas quais a terminologia “língua nacional” é elemento constitutivo da norma jurídica. Dividiremos a escolha desses diplomas normativos em dois *corpora* distintos, sendo o primeiro *corpus* formado por ocorrências de legislação que entraram em vigor antes da Constituição de 1988, portanto antes da norma que institui o idioma oficial e, no segundo *corpus*, analisaremos exemplos de leis que passaram a vigorar após a promulgação da nossa carta magna nacional.

- a. Lei 3.689/1941 – Código de Processo Penal – Arts. 193 e 223
Art. 193. Quando o interrogando não falar a **língua nacional**, o interrogatório será feito por meio de intérprete.
Art. 223. Quando a testemunha não conhecer a **língua nacional**, será nomeado intérprete para traduzir as perguntas e respostas.
- b. Lei 10.406/2002 – Código Civil – Arts. 215, §3º e 1.871
Art. 215. A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena.
§ 3º A escritura será redigida na **língua nacional**.
Art. 1.871. O testamento pode ser escrito em **língua nacional** ou estrangeira, pelo próprio testador, ou por outrem, a seu rogo.

Um olhar aligeirado sobre as normas apresentadas acima pode resultar na equivocada conclusão de que a expressão “língua nacional” registrada em leis anteriores e posteriores à promulgação da Constituição da República são equivalentes em hermenêutica jurídica e técnica legislativa. Discorreremos, a partir desse momento, sobre as principais diferenças entre ambos os casos, bem como nas semelhanças que apresentam e como essas diferenças e

semelhanças podem contribuir para o entendimento dos processos de nacionalização de línguas no Brasil.

Para uma plena compreensão da expressão “língua nacional” nas legislações datadas de períodos anteriores ao ano de 1988, mas que ainda vigoram no ordenamento jurídico nacional, faz-se necessário que se apresente o fenômeno da filtragem constitucional, ou constitucionalização do Direito. Assim, nas palavras do eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, tal instituto é ilustrado da seguinte forma:

[...] a Constituição passa a ser não apenas um novo sistema em si – com a sua ordem, unidade e harmonia – mas também um modo de olhar e interpretar todos os demais ramos do Direito. Este fenômeno, identificado por alguns autores como filtragem constitucional, consiste em que toda ordem jurídica deve ser lida e aprendida sob a lente da Constituição, de modo a realizar os valores nela consagrados. [...] a constitucionalização do direito infraconstitucional não tem como sua principal marca a inclusão na Lei Maior de normas próprias de outros domínios, mas, sobretudo, a reinterpretação de seus institutos sob uma ótica constitucional. À luz de tais premissas, toda interpretação jurídica é também uma interpretação constitucional. (BARROSO, 2014, 213).

Isso significa, retomando o pensamento de Barroso, que todas as normas jurídicas precisam “passar pela peneira” constitucional e serem declaradas em conformidade com a nova Constituição. Aquelas normas que forem declaradas inconstitucionais devem, necessariamente, ser excluídas do ordenamento jurídico do Estado.

Desse modo, somos autorizados a dizer que após a promulgação do texto constitucional brasileiro, em 1988, as ocorrências da expressão “língua nacional”, fartamente utilizada na formulação de diplomas normativos anteriores à atual noção de idioma oficial, a

exemplo do Código de Processo Penal (1941), do Código Penal (1941) e da Consolidação das Leis do Trabalho (1943), foram “filtradas” e, por um processo hermenêutico, tomadas modernamente como equivalentes da expressão constitucional contida na norma insculpida no Art. 13 da CF/88.

No que diz respeito às ocorrências da expressão “língua nacional”, em textos legais editados em datas posteriores ao ano da promulgação da “Constituição Cidadã”, não há que se falar em filtragem constitucional, posto que é preciso que haja a pressuposição da constitucionalidade desses diplomas normativos. Assim, dois caminhos conclusivos se apresentam para nós. O primeiro caminho diria respeito a uma possível imperícia do legislador, ao desconsiderar que a melhor técnica legislativa obrigaria o uso da expressão constitucional “idioma oficial”, em vez de “língua nacional”. Já o segundo caminho interpretativo que se apresenta conduz-nos à hipótese de que a República Federativa do Brasil, em suas leis infraconstitucionais, vem tomando, de forma deliberada, as duas expressões como equivalentes. Em ambas as hipóteses apresentadas, considerando a realidade multilíngue brasileira, com as reais possibilidades de nacionalização de outras línguas para além do português, torna-se bastante temerário, ambíguo e juridicamente inseguro referir-se à língua oficial como também sendo a única língua nacional.

Imperícia legislativa ou não, o fato é que ao se tomar as expressões “idioma oficial” e “língua nacional” como equivalentes, na legislação produzida após a CF/88, acabou-se por se criar, no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, um real empecilho para a classificação explícita das línguas nacionais àquelas línguas brasileiras que foram submetidas aos mais variados processos de nacionalização.

O fato acima tem sido o principal responsável, ao nosso ver, pela evidente esquizofrenia taxonômica das línguas nacionais no Brasil, cujo expoente máximo desse fenômeno ocorreu em 2002, com a sanção da Lei 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

1.3. Meio legal de comunicação e expressão

Se até o ano de 2001 as duas classificações referentes às línguas encontradas na legislação pátria restringiam-se aos registros de “idioma oficial”, no texto constitucional, e “língua nacional”, em textos infraconstitucionais, em 2002, com a sanção da lei que ficou conhecida amplamente conhecida como a “Lei da Libras”, o ordenamento jurídico brasileiro inova e inaugura um novo estatuto jurídico-linguístico, desconhecido até então, qual seja: o meio legal de comunicação e expressão.

A lei 10.436/2002 foi originada por meio do Projeto de Lei do Senado - PLS nº 00131, de 1996, de autoria da Senadora Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Após realizar uma análise nos autos do PLS, desde a sua origem, perpassando por um longo processo de tramitação, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, nas suas comissões de Educação, Cultura e Desporto; de Constituição e Justiça e de Redação; de Seguridade Social e Família, percebemos que em momento algum houve questionamentos acerca da pertinência e adequação vocabular da expressão “meio legal de comunicação e expressão”, que se refere a Libras, tendo sido a referida lei publicada no Diário Oficial da União nº 79, no dia 25 abril de 2002.

Fato igualmente intrigante e digno de uma breve análise diz respeito à base normativo-constitucional utilizada pelas comissões nas quais o PLS tramitou (no Senado e na Câmara dos Deputados) para fundamentar a necessidade da criação da Lei da Libras. Essa importante lei que tem nos artigos 2º, 3º e 4º o seu núcleo de garantias

à comunidade surda, bem como as obrigações do Estado brasileiro em relação a essa comunidade, ou seja, há insculpidas nesses artigos normas baseadas na organização e no funcionamento do Estado, a partir de outra língua que não o seu idioma oficial, foi alicerçada por meio do Art. 216 da Constituição Federal, o qual regulamenta as questões atinentes ao patrimônio cultural brasileiro.

Não há, em toda a tramitação do PLS 131/96, nas duas casas do parlamento nacional, uma única referência sequer ao Art. 13 da Constituição Federal. Somemos a isso, por outro lado, que o texto final aprovado e sancionado como lei não relaciona, em momento algum, a Libras a um Patrimônio Cultural do Brasil.

E se os nossos representantes no Congresso Nacional decidiram classificar a Libras como um meio legal de comunicação e expressão, deixando de classificá-la como o que de fato ela é – uma língua nacional – temendo que dessa forma ela pudesse ser equivocadamente confundida, ao lado da língua portuguesa, com uma língua oficial do Brasil, parece-nos que a estratégia não funcionou conforme o esperado.

Em 2004, a Empresa Brasil de Comunicação-EBC, controlada pelo próprio Governo Federal, publicou uma reportagem na qual se refere à Língua Brasileira de Sinais como a segunda língua oficial do Brasil.

Lei que oficializa a Língua Brasileira de Sinais, para surdos, não é cumprida

24/04/2004 - 14h34

Brasília, 24/4/2004 (Agência Brasil - ABr) - Pouca gente sabe, mas o Brasil tem uma segunda língua oficial. É a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que diferente da oral, tem nos gestos e no sistema visual a sua forma de comunicação. Hoje faz dois anos que a Libras foi oficializada pela Lei 10.436. Tempo ainda insuficiente para garantir cidadania aos surdos, que representam 2% da população brasileira e não gostam de ser chamados de 'deficientes auditivos'. A surdez "pelo lado biológico, é uma deficiência, mas pelo lado social, é uma diferença", explica a diretora administrativa da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos do Distrito Federal, Meireluce Leite Pimenta.

Fonte: Portal EBC

Reforçando o falso estatuto jurídico da Libras como a segunda língua oficial do país, o INEP, importante autarquia vinculada ao Ministério da Educação e responsável por um dos maiores exames de avaliação de larga escala do mundo, apresentou, no ano de 2017, em um dos seus textos motivadores da prova de redação do ENEM, trecho de uma reportagem extraída do site oficial do governo brasileiro que também se referia à Libras, explicitamente, como a segunda língua oficial no país.

TEXTO IV

No Brasil, os surdos só começaram a ter acesso à educação durante o Império, no governo de Dom Pedro II, que criou a primeira escola de educação de meninos surdos, em 26 de setembro de 1857, na antiga capital do País, o Rio de Janeiro. Hoje, no lugar da escola funciona o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). Por isso, a data foi escolhida como Dia do Surdo.

Contudo, foi somente em 2002, por meio da sanção da Lei nº 10.436, que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como segunda língua oficial no País. A legislação determinou também que devem ser garantidas, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva.

Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (adaptado).

Fonte: www.inep.gov.br

A imensa confusão taxonômica gerada pela Lei da Libras soma-se a um cenário maior de desorganização da questão linguística no ordenamento jurídico pátrio, revelando que, de fato, o país não possui sequer uma diretriz mínima de tratamento legislativo da classificação dos estatutos jurídicos dos idiomas no Brasil.

Essa ausência de uma diretriz inequívoca de tratamento da classificação dos idiomas no país espalha-se e torna-se empecilho para o desenvolvimento outras políticas de igual importância, destacadamente no que diz respeito aos processos de nacionalização das línguas brasileiras.

2. Processos de nacionalização das línguas no Brasil

Nesse momento do texto, após compreendermos de forma mais clara que a questão dos estatutos jurídicos das línguas no Brasil é temática deveras candente, passaremos ao segundo objetivo delineado para esse estudo, qual seja, a análise de alguns processos de nacionalização das línguas brasileiras.

Para tal finalidade, convém retomarmos que a noção jurídica de língua nacional com a qual operamos aqui diz respeito à tutela jurídica das línguas brasileiras, envolvendo a proteção legal do Estado, por meio de lei federal (e outros instrumentos que possuam força normativa) ou transferência de competência da União para os demais entes federativos.

Vale a pena ressaltar também que, no Brasil, por conta da ausência de uma teoria dos direitos linguísticos que parametrize a produção legislativa nacional, não se utilizou a expressão “língua nacional” em outro contexto senão naqueles que referenciam a própria língua oficial. Assim, mesmo diante dos mais evidentes processos de nacionalização de idiomas que vêm ocorrendo no país nos últimos anos, destacadamente a proteção constitucional das línguas indígenas, não se tem, como justo resultado taxonômico, a denominação legal de “línguas nacionais” a esses idiomas.

É possível identificar, no Brasil, dois macroprocessos de nacionalização das línguas brasileiras, os quais designamos, nesse momento, de processos diretos e processos indiretos de nacionalização.

Os processos diretos de nacionalização de línguas no Brasil são aqueles nos quais a competência jurídica da proteção da língua pertence à União que, por meio da Constituição, das leis, dos decretos e demais instrumentos jurídicos com força normativa tutelam uma ou mais línguas consolidadas no território nacional, ou ainda o direito

de os falantes dessas línguas utilizarem-nas em situações formais e informais da vida social.

Esses processos diretos de nacionalização de línguas envolvem a proteção constitucional e infraconstitucional dos idiomas, sempre vinculando a responsabilidade da tutela jurídica à União.

Na Constituição Brasileira verifica-se, no § 2º do Art. 210, bem como no Art. 231, as normas que nacionalizam, de forma coletiva, todas as línguas dos grupos autóctones do país.

Art. 201. [...]

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, **assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas** e processos próprios de aprendizagem.

Art. 231. São **reconhecidos aos índios sua** organização social, costumes, **línguas**, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, **competindo à União** demarcá-las, **proteger** e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988, grifos nossos).

A nacionalização das línguas indígenas foi, inclusive, temática abordada no bojo das discussões sobre o idioma oficial, na elaboração da nova Constituição, em 1987, conforme podemos verificar nesse pequeno trecho extraído das Atas da Assembleia Nacional Constituinte, na fala do Deputado Constituinte mineiro, Lysâneas Maciel:

Outra observação. Por exemplo: o Constituinte João Menezes fez referência ao Português tomo (sic) língua nacional, mas não apresentou nenhuma emenda para alterar isto. Houve uma proposta que gostaria de submeter à apreciação: que o português é a língua oficial, porque a língua nacional do Brasil, na verdade, não é o português. Mas se a subcomissão entender que a língua de origem não é o português, pode fazer. O português é a língua oficial, mas ressalvado

que realmente a língua nacional é a indígenas (sic), que estão massacrados. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE - ATAS DAS COMISSÕES, 1987, p. 107).

Esse pequeno trecho de uma das reuniões das comissões da Assembleia Constituinte brasileira é bastante revelador da ciência que os constituintes possuíam da realidade plurilíngue nacional, do reconhecimento da importância das línguas indígenas e da necessidade de protegê-las na mais alta e importante legislação do país, por meio da nacionalização constitucional desses idiomas.

Em um exercício hermenêutico de busca da vontade do legislador constituinte originário, fica irrefutável a inserção das línguas indígenas na Constituição na condição de línguas nacionais.

Ainda no âmbito dos processos diretos de nacionalização das línguas, dessa vez na legislação federal infraconstitucional, podemos exemplificá-lo, por meio da já mencionada Lei da Libras (Lei 10.436/2002) que assegura o uso da Língua Brasileira de Sinais no âmbito da administração pública e regula a inserção da Libras nos currículos de formação dos profissionais de fonoaudiologia e magistério.

Deve ser igualmente ser considerado um processo direto de nacionalização das línguas o Decreto nº 7.387/2011, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências que, dentre os seus objetivos, prevê a concessão do título de “Referência Cultural Brasileira” às línguas que forem incluídas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Nesse último caso, a proteção estatal dessas línguas, como patrimônio cultural imaterial do povo brasileiro, bem jurídico de natureza difusa, deve ser igualmente considerada como um processo de nacionalização com objetivo especificamente cultural.

Art. 3º A língua incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística **receberá o título de “Referência Cultural Brasileira”**, expedido pelo Ministério da Cultura. (BRASIL, 2010 grifos nossos).

No que tange aos processos indiretos de nacionalização de línguas, conforme indicamos anteriormente, é preciso que se verifique uma transferência de competência da União para os estados, Distrito Federal e municípios, no que diz respeito à tutela da proteção jurídica das línguas, através de legislações estaduais, distritais ou municipais, conforme o caso.

Esses processos, apesar de mais raros, são dotados de um potencial imenso de geração de novas políticas de proteção de direitos linguísticos nos demais entes federativos, já que em um país de dimensões continentais como o Brasil, a transferência de competência apresenta como consequência imediata um uso mais produtivo do princípio da territorialidade¹³.

A ocorrência que ilustra cristalinamente o processo de nacionalização indireta de línguas pode ser encontrada no mesmo Decreto 7.387/2010 que, no seu artigo sexto, distribui a competência da União para os entes federativos para que esses possam desenvolver políticas linguísticas próprias.

Art. 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão informados pelo Ministério da Cultura, em caso de inventário de alguma língua em seu território, para que possam promover políticas públicas de reconhecimento e valorização. (BRASIL, 2010)

¹³ Destaque-se que a Constituição da República Federativa do Brasil prevê que os entes federativos são competentes para tratar de assuntos dos seus interesses, o que permite que seja plenamente factível a gestão das línguas diretamente pelos estados, Distrito Federal e municípios, sem a transferência de competência da União. Nesses casos, no entanto, não estaríamos diante de um processo de nacionalização de línguas, mas sim de processos de estadualização, distritalização e municipalização dos idiomas. Para que de fato ocorra a nacionalização de uma ou mais línguas, há a necessidade da vinculação jurídica e do reconhecimento desses idiomas, ainda que de forma difusa, pela União.

No caso em tela, a União compartilha a competência da nacionalização da língua inventariada pelo INDL, ficando ela mesma com a gestão dos aspectos culturais, por se tratarem de direitos de natureza difusa, e permitindo que os entes federativos possam tratar de políticas mais locais, principalmente as de natureza individual e coletiva, quais sejam aquelas que dizem respeito aos direitos dos falantes dessas línguas.

A política de inventário da diversidade linguística e suas possibilidades de nacionalização indireta podem representar uma fronteira bastante produtiva para a conquista de direitos linguísticos por parte das populações falantes das línguas de imigração, posto que, até o presente momento, a legislação federal registra um intrigante/perverso silêncio acerca da situação jurídica desses idiomas no país.

Diante de todo esse corpo de evidências apresentado, torna-se claro que, de fato, existem políticas de nacionalização de línguas no Brasil, mas essas políticas são realizadas de forma pouco articulada entre si e sem qualquer baliza teórica que possa guiar as ações dos legisladores e aplicadores das leis nacionais.

Não restam dúvidas de que é necessário um sério investimento do Estado brasileiro no desenvolvimento de diretrizes nacionais próprias para a organização dos processos de nacionalização dos idiomas, sob pena de, caso não as tenhamos, testemunharemos o desaparecimento cada vez mais acelerado do patrimônio linguístico do nosso povo.

Que o pensamento acerca dos direitos linguísticos possa rapidamente se desenvolver no âmbito da academia é um desejo atual daqueles que tomaram o campo de estudos para desenvolver os seus trabalhos, mas que esse pensamento possa extrapolar os muros das universidades e consiga influenciar positivamente, em prol da tutela jurídica das nossas línguas, o trabalho daqueles operadores do direito que formulam e aplicam as leis do nosso país, deve ser a nossa grande meta.

Considerações finais

A gestão da diversidade linguística de um Estado nacional perpassa, na modernidade, pela elaboração de uma teoria política dos direitos linguísticos, na qual estejam definidas, ainda que minimamente, as possibilidades de tutela jurídica das línguas, em maior ou menor grau, e as funções estatais que esses idiomas devem cumprir.

Após a Segunda Guerra Mundial e a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o número absoluto de países que inseriram normas jurídicas de oficialização de idiomas em suas constituições escalou vertiginosamente. Em paralelo a esse movimento, alguns Estados nacionais desenvolveram diretrizes de proteção das línguas não oficiais, principalmente por meio de mecanismos de nacionalização.

No Brasil, apesar de termos seguido o restante do mundo no que diz respeito ao processo de constitucionalização de um idioma oficial, deixaram-se de lado as questões importantes envolvendo as demais línguas faladas em seu território, como por exemplo, a correta classificação dos estatutos jurídicos dessas línguas.

Sem a devida noção do que as línguas representam juridicamente para o Estado, somando-se a isso o fato de haver uma clara confusão que envolve os termos “língua oficial” e “língua nacional”, que são tomados como sinônimos em todos os contextos da produção legislativa nacional, o país vem construindo as suas políticas linguísticas de forma desordenada, criando novos institutos jurídicos para as línguas e aumentando o caos taxonômico que temos atualmente.

Urge, na esfera dos três poderes constituídos da República, com maior destaque para o Poder Legislativo Federal, que se realizem estudos com vistas a dar à temática da gestão das línguas a importância que elas precisam ter na contemporaneidade, sob pena de continuarmos fomentando indiretamente o enfraquecimento e

o desaparecimento da nossa diversidade linguística por conta dos obstáculos que nos são apresentados pela própria legislação nacional, pois essa tem deixado de servir como o mais seguro *locus* de defesa para se transformar no *locus* da omissão e da fragilização dos idiomas brasileiros.

Referências

ABREU, Ricardo Nascimento. Prolegômenos para a compreensão dos direitos linguísticos: uma leitura a partir da Constituição da República Federativa do Brasil, *In: Sociolinguística e Política Linguística: Olhares Contemporâneos*. São Paulo: Blucher, 2016. p. 161 -188.

BARROSO, L. R. *Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a constituição do novo modelo*. São Paulo: Saraiva, 2014.

BARROSO, L. R. *O novo direito constitucional brasileiro: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Editora do Senado, 1988.

BRASIL. *Código de Processo Penal*. Organização Saraiva Jur. São Paulo: Saraiva, 2019.

BRASIL. *Consolidação das Leis do Trabalho*. Organização Saraiva Jur. São Paulo: Saraiva, 2019.

BRASIL. *Código Penal*. Organização Saraiva Jur. São Paulo: Saraiva, 2019.

BRASIL. *Código Civil*. Organização Saraiva Jur. São Paulo: Saraiva, 2019.

BRASIL. *Lei 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências*. 2010.

BRASIL. Decreto 7.387 de 09 de dezembro de 2010: Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. 2010.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte – Atas das Comissões. Brasília: Senado Federal, 1987.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Guia de pesquisa e documentação para o INLD: patrimônio cultural e diversidade linguística*. Brasília, DF, IPHAN, 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *A Constituição e o Supremo*. Brasília, DF, 2015.

CUNHA FILHO, Humberto. *Teoria dos Direitos Culturais: fundamentos e finalidades*. São Paulo: Edições SESC, 2018.

FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. *Direito à Diversidade*. São Paulo: Atlas, 2015.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

KYMLICKA, Will. *Politics in the vernacular: nationalism, multiculturalism, and citizenship*. New Your: Oxford University Press, 2001.

KYMLICKA, Will; PATTEN, Alan. *Language rights and political theory*. New Your: Oxford University Press, 2007.

RICENTO, Thomas; PELED, Yael; IVES, Peter. *Language policy and Political Theory: building bridges, assessing breaches*. Switzerland, 2015

RUSSELL, Jesse; COHN, Ronald. *Linguistic rights*. Scotland: Bookvika publishing, 2012.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel. *A Constitucionalização do Direito: fundamentos teóricos e aplicações específicas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

VITORELLI, Edilson. Minorias linguísticas no processo judicial brasileiro. In: VITORELLI, Edilson (org.). *Temas atuais do Ministério Público Federal*. Salvador: Podium, 2015. p 501-522.

WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas – uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2012.

Como citar

ABREU, Ricardo Nascimento. Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de línguas no Brasil. *Revista da Abralín*, v. 17, n. 2, p. 46-76, 2018.

Recebido em 15/02/2019 e aceito em 19/03/2019

A relação entre as concepções de língua e de raça no final do século XIX no Brasil

Ana Cláudia Fabre ELTERMANN¹

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), anaeltermann@gmail.com, orcid.org/0000-0002-3355-7185.

RESUMO Neste artigo, buscamos descrever e analisar os discursos do final do século XIX de pensadores brasileiros sobre língua e raça. Nosso objetivo está em perceber a relação entre a entrada das teorias rácio-biológicas no país e a visão dos intelectuais brasileiros sobre a língua portuguesa falada e escrita no Brasil, especialmente no que se refere à especificidade desta e à influência africana nesta língua. Os autores analisados foram, principalmente, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, João Ribeiro e Nina Rodrigues. Constatamos que as pesquisas desse período foram fortemente marcadas por ideais de civilidade e de pureza étnica e linguística.

ABSTRACT In this article, we aim to describe and analyze the late nineteenth century discourses of Brazilian researchers on language and race. Our objective is to understand the relationship between the insertion of the racial and biological theories in the country and the view of the Brazilian intellectuals on the spoken and written portuguese language in Brazil, especially with regard to its specificity and African influence in this language. The authors analyzed were, mainly, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, João Ribeiro and Nina Rodrigues. We verify that the researches of this period were strongly marked by ideals of civility and ethnic and linguistic purity.

PALAVRAS-CHAVE Língua. Teorias raciais.
Século XIX.

KEYWORDS Language. Racial theories. XIX
century.

Introdução

Neste artigo, buscamos descrever e analisar os discursos sobre língua e raça de alguns pensadores brasileiros do final do século XIX, tais como Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, João Ribeiro e Nina Rodrigues. Procuramos, principalmente, a relação entre as teorias rácio-biológicas presentes no pensamento intelectual do período com certas concepções de língua, em especial referentes à diferenciação entre o português do Brasil e de Portugal e às influências africanas na língua portuguesa. A escolha pelo período se justifica devido à política linguística que, naquele momento, estava relacionada à construção de um imaginário brasileiro e estava marcada, fortemente, pelas teorias raciais, especialmente o darwinismo social.

Acreditamos, como Kroskrity (2004), que as ideias que os indivíduos têm sobre a língua e o discurso – sobre o que é “verdadeiro”, “moralmente bom” ou “agradável esteticamente” – estão baseadas na experiência social e estão vinculadas a interesses políticos e econômicos. Essas noções são usadas, desse modo, para promover, proteger ou legitimar certos benefícios, que favorecem alguns grupos sociais e não outros. Sendo assim, as próprias descrições linguísticas não são neutras e constituem uma forma de intervenção social, pois a maneira como os falantes representam as línguas produz certos efeitos (MAKONI; MEINHOF, 2006). Dessa forma, não existe um olhar que não seja posicionado. A partir de uma investigação das atividades dos linguistas com uma distância histórica, podemos observar as dimensões ideológicas contidas em suas atividades interpretativas (IRVINE; GAL, 2000).

Assim, buscando perceber essas questões, apresentamos, na seção a seguir, as teorias raciais e como elas foram transplantadas para o Brasil. Na seção seguinte, fazemos a descrição e a análise de alguns estudos realizados no final do século XIX pelos pensadores brasileiros.

1. As teorias raciais

Para compreender o pensamento linguístico do final do século XIX no Brasil, é necessário entender o que ocorria também fora do país. Conforme discute Ortiz (2013), o século XIX é o século das nações e do progresso. O Estado-nação está vinculado à ideia de cidadania e a uma dimensão integradora, de modo que a nação seria aquela que congrega pessoas em um mesmo território, em um mesmo mercado, em um Estado em que as normas são legítimas para todos. Usando um termo de Durkheim, Ortiz fala em uma “consciência coletiva”, que aproxima os indivíduos na coletividade, criando vínculos sociais e dando uma ideia de totalidade. Além disso, com a Revolução Industrial a noção de progresso torna-se dominante, ligando-se a ela valores como liberdade, soberania e democracia. Assim, a história passa a ser tratada como algo que parte de um ponto inicial, o estado selvagem, para se chegar, em etapas, à civilização. Desse modo, os povos são hierarquizados a partir de critérios materiais e espirituais que os classificam em avançados ou atrasados.

Sendo assim, naquele momento as nações eram consideradas desiguais, não estando, portanto, na mesma ordem de evolução, e precisariam passar por determinados estágios para chegar à civilização. A maior parte das sociedades, no entanto, estaria longe desse ideal, de modo que ele é projetado para um futuro incerto. É comum encontrar, entre os escritos da época, a afirmação de que apenas alguns países podem ser considerados nações. Assim, a maior parte dos países asiáticos, africanos e também o Brasil eram excluídos dessa noção (ORTIZ, 2013).

Nesse contexto, conforme as potências europeias foram aumentando seu domínio sobre outras regiões e ganhando força econômica e política no mundo, os intelectuais europeus passaram a apresentar explicações para o seu êxito, a partir de razões “científicas” para o sucesso da Europa. Utilizavam, dessa forma, as ciências

naturais para justificar suas conquistas econômicas e políticas, por meio da afirmação de que os europeus do Norte obtiveram êxito devido a sua herança genética e ambiente físico favoráveis, se tornando então as “raças superiores”. Como consequência, as raças mais morenas ou os locais com o clima tropical não seriam capazes de produzir civilizações com o mesmo nível (SKIDMORE, 2012).

Assim, no século XIX, houve duas tendências contraditórias no que se refere às teses raciais: ao mesmo tempo em que havia um retrocesso da escravização, com os movimentos abolicionistas, ocorria também a elaboração de teorias sistemáticas de diferenças raciais inatas. Sendo assim, surgiram três escolas principais dessas teorias racistas: a etnológica-biológica, que era poligenista e postulava que as raças humanas tinham sido criadas na forma de diferentes espécies; a escola histórica, que, baseada em evidências históricas – como o estabelecimento de diferenças físicas por etnógrafos e anatomistas –, presumia que era possível definir raças humanas bem diferenciadas, sendo a branca considerada intrinsecamente superior; e o darwinismo social, que acreditava na evolução e na sobrevivência dos mais aptos, de modo que as raças ditas superiores tenderiam a predominar, condenando as ditas inferiores ao desaparecimento (SKIDMORE, 2012).

As três escolas, em especial o darwinismo social, acabaram influenciando os pesquisadores que pensaram a questão racial no Brasil. Desse modo, boa parte dos pensadores brasileiros desse período acreditavam que sociedades mais simples, ou primitivas, evoluíam historicamente para sociedades mais complexas. No final do século XIX e início do XX, a elite brasileira considerava um fato histórico a “superioridade” ariana, levando, inclusive, alguns intelectuais a assegurar a tese da degenerescência latina, que levava à visão dos portugueses como uma população inferior aos europeus do Norte da Europa. Essas ideias geraram um paradoxo para os

pensadores brasileiros, pois tornava desconfortável afirmar uma teoria como essa em uma nação vista como inferior (SKIDMORE, 2012; ORTIZ, 1986).

Isso devia-se ao fato de o Brasil, no final do século XIX, ser considerado um caso extremado de miscigenação racial. Era recorrente a afirmação de que o país era constituído de três raças fundamentais – o branco, o negro e o indígena. Sendo o negro e o indígena considerados inferiores, a miscigenação gerava um problema para o país.

Assim, essa perspectiva temporal linear, baseada em uma ideia de evolução, dificultava a busca por uma identidade brasileira, pois tornava desfavorável a condição do Brasil. Estando em um estágio inferior à civilização, o problema do país estaria no presente. Assim, a solução encontrada pelos intelectuais foi a de explicar o “atraso” do país e buscar um futuro que permitisse ao Brasil se constituir como nação. Esse futuro estava baseado na imitação das civilizações consideradas “superiores”:

A defasagem temporal obriga-nos a olhar num espelho que reflete uma imagem distorcida, o contorno do futuro é fugidio, nele a identidade laboriosamente construída nas entranhas do nacional é confrontada ao Outro, o alter ego inalcançável. Afinal, toda identidade é relacional, integra algo que contrasta com sua diferença: as outras nações. Por isso a temática da imitação do estrangeiro é uma constante no debate sobre cultura brasileira. Não qualquer estrangeiro, claro, mas aquele que em princípio teria realizado os ideais da civilização ocidental. (ORTIZ, 2013, p. 618)

A nação, dessa forma, somente existiria enquanto possibilidade, enquanto projeto futuro. Desse modo, nessa perspectiva, a raça branca, vista como superior, deveria se sobrepôr às demais, eliminando os “obstáculos” para a civilização, ou seja, o negro e o

indígena. Sendo assim, construiu-se um projeto de branqueamento da população a partir de um movimento imigratório de grandes proporções, de populações vindas, principalmente, de países da Europa. Acreditava-se que, assim, as raças consideradas inferiores seriam “diluídas” na raça branca. Com base no evolucionismo, os intelectuais acreditavam que os indivíduos iriam historicamente se aperfeiçoando, o que faria o contato inter-racial promover a vitória da raça dita “superior”.

Assim, percebemos, como Marisa Corrêa (2001, p. 43), que:

Se não foi explicitado em leis civis discriminatórias, como a segregação racial norte-americana, o racismo enquanto crença na superioridade de determinada raça e na inferioridade de outras teve larga vigência entre os nossos intelectuais no período do final do século passado e início deste, sendo o ponto central de suas análises a respeito de nossa definição como povo e como nação.

Na seção a seguir, apresentamos os estudos dos intelectuais brasileiros do período.

2. Os discursos dos pensadores brasileiros

Nesta seção, buscamos analisar como essas teorias raciais influenciaram os pesquisadores brasileiros, especialmente na forma como trataram a questão linguística do país. Percebemos como essa visão de que certas raças eram superiores a outras recaía, muitas vezes, sobre as línguas, que também eram classificadas e hierarquizadas. Isso ocorreu porque, da mesma forma que nos estudos das raças, no século XIX, havia uma corrente de estudos que explicava a origem das línguas a partir de ideias evolucionistas, como a relação genética e graus de parentesco entre as línguas. Isso devia-se ao fato de a língua

ser vista, para alguns pesquisadores da época, como um organismo vivo, de modo que passava pelos mesmo processos dos seres vivos — crescimento, maturidade e declínio. Assim, nesse período, ganham força os estudos comparativistas, influenciados pelos princípios naturalistas de deriva genética e seleção natural (ROBINS, 1967; MOURA; CAMBRUSSI, 2018).

Dessa forma, com esse método, as línguas eram comparadas de forma sistemática, a partir do cruzamento de características similares, de modo a mostrar que eram aparentadas geneologicamente. Assim, surgem noções como a de estágios de desenvolvimento das línguas, especificando relações temporais entre elas, que estabelecem relações de anterioridade ou posterioridade e, conseqüentemente, de avanço ou retrocesso. A partir dessa concepção de língua, surgem conceitos como *família de línguas*, *língua-mãe*, *genealogia das línguas*, *parentesco entre as línguas* (MOURA; CAMBRUSSI, 2018).

Da mesma forma, a ideia de seleção natural aparecia nesses estudos. Sendo assim, a explicação para a manutenção ou o apagamento de línguas estaria em sua adaptação ou não às transformações, sejam elas internas ou externas (MOURA; CAMBRUSSI, 2018). Por trás dessa noção, subjaz a ideia de que as línguas mais “fortes”, ou “superiores”, teriam mais chances de sobreviver e se propagarem, enquanto que as línguas mais “fracas”, ou “inferiores”, tenderiam a desaparecer. Veremos, nesta seção, como essas ideias aparecem nos estudos sobre língua no Brasil.

No final do século XIX, um movimento intelectual importante que divulgou algumas das teorias evolucionistas no Brasil foi aquele conhecido como Escola do Recife, que surgiu na Faculdade de Direito de Recife, liderado por Tobias Barreto. Tinha como integrantes, entre outros, Sílvio Romero, Joaquim Nabuco, Franklin Távora, Araripe Júnior e Inglês de Sousa. O grupo buscava a integração do Brasil na cultura ocidental, questionando-se quais elementos

definiriam o país e quais seriam as suas especificidades. Essa geração de intelectuais buscava, assim, a compreensão da identidade múltipla da nacionalidade brasileira. Reconhecia-se, embora ainda de modo envergonhado, a identidade mestiça do país, de modo que as figuras do indígena, do africano, do europeu e do mestiço apareciam nos cantos, contos, poesias e danças produzidos (VELLOSO, 2006; SKIDMORE, 2012).

Tais intelectuais da Escola do Recife estudavam de forma aprofundada o positivismo, o evolucionismo e o materialismo, lendo autores como Comte, Darwin, Haeckel, Taine e Renan, negando, dessa forma, o pensamento tradicional (SKIDMORE, 2012). Influenciados pelas teorias evolucionistas, acreditavam que o estilo tropical e a mistura étnica e cultural fundamentavam a literatura brasileira, enquanto que a falta de disciplina e de unidade e o excesso de emoção, imaginação e sensualismo caracterizavam o escritor brasileiro. Assim, para esses intelectuais, a ciência era o grande instrumento para a modificação da realidade brasileira, capaz de integrar futuramente o país ao contexto internacional. Caberia, portanto, aos intelectuais, descobrir a nacionalidade por meio dos parâmetros científicos. Seriam as elites intelectuais, dessa forma, as autoridades dotadas de saber superior e capazes de produzir mudanças sociais (VELLOSO, 2006).

Um dos membros da Escola do Recife foi Joaquim Nabuco. Este – que paradoxalmente era filho de fazendeiros – foi um líder a favor da libertação dos escravizados e o principal teórico entre os abolicionistas. Chegou a redigir, em 1880, um dos primeiros manifestos da *Sociedade contra a escravidão*, no qual usou principalmente o argumento liberal em seu discurso abolicionista, afirmando que a escravização fizera do Brasil um país atrasado em relação ao mundo moderno:

A nação que, no nosso seculo, tolerasse indifferente esse regimen tão immoral como barbaro, seria uma nação condemnada. Nós Brasileiros não queremos fechar por mais tempo os olhos á essa monstruosa mutilação do homem, á essa suppressão systematica da natureza humana em um milhão e meio dos nossos compatriotas de outra raça. [...] A escravidão tem sido para elle tão sómente uma causa de atrazo; ella é uma arvore cujas raizes esterilizam sempre o solo physico e moral onde se estendem. (NABUCO, 1880, p. 9)

Assim, para Nabuco, seria necessário o fim da escravização para que o país tivesse sua plena independência:

[...] o acto de providencia tanto quanto de justiça, que puzesse termo á escravidão, despertaria no caracter nacional facultades inertes e abriria para a nação, em vez da paralytia vegetativa á que ella está sujeita, uma epoca de movimento e de trabalho livre, que seria o verdadeiro periodo da sua constituição definitiva e da sua completa independencia. (NABUCO, 1880, p. 8)

No entanto, o fato de um intelectual ser um abolicionista, nesse período, não pressupunha que não estivesse de acordo com o racismo. As teorias racistas vindas da América do Norte e da Europa influenciavam demasiadamente os pensadores brasileiros. Nabuco, por exemplo, almejava um Brasil mais branco, chegando a afirmar que se tivesse vivido no século XVI, teria se colocado contra a inserção de africanos escravizados e lamentava que os holandeses não tivessem permanecido no país no século XVII (SKIDMORE, 2012).

Dessa forma, apesar de fazer parte do movimento abolicionista, Nabuco também foi um dos defensores do purismo linguístico. Como foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, fez um discurso inaugural em 1897, no qual argumentou a favor de uma literatura brasileira que não seguisse os mesmos passos da literatura

portuguesa, pois seriam diversos os seus destinos nacionais. No entanto, no que se refere à língua escrita, o intelectual argumentou a favor da uniformidade e da pureza:

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. A língua é um instrumento de ideias que pode e deve ter uma fixidez relativa; nesse ponto tudo precisamos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época... (NABUCO, 1897, online)

Observamos, assim, a presença dos ideais evolucionistas no discurso de Nabuco, que elege uma “raça superior”, a portuguesa, que considera pura e de maior resistência. Os brasileiros, para o pesquisador, ao contrário, seriam aqueles que “deformariam” a língua mais rapidamente, de modo que deveriam se empenhar para seguir os verdadeiros “donos das fontes”.

Esse discurso de Nabuco tem relação com um grande debate realizado nesse período para a definição da norma escrita brasileira. Conforme afirma Pagotto (1998), no século XIX, no Brasil, uma nova norma culta escrita foi codificada, por meio de um longo e laborioso trabalho discursivo, realizado por diversos intelectuais – gramáticos, escritores e jornalistas da época. Assim, ao longo do século XIX, a norma culta escrita brasileira sofreu mudanças radicais, embora não se tratasse de uma substituição de formas linguísticas em desuso por formas da oralidade brasileira, mas sim de uma substituição por outras formas, próprias do português de Portugal, mas igualmente

estranhas ao português falado e escrito no Brasil. Desse modo, no país, língua falada e escrita seguiram caminhos opostos.

Em Portugal teria se dado, com a emergência do romantismo, a incorporação de variantes em mudança à condição de norma culta. A razão disso se daria, segundo a hipótese de Pagotto (1998), devido ao surgimento da burguesia e à popularização da literatura no romantismo, de modo que os escritores portugueses, visando alcançar o novo público consumidor, utilizavam-se das formas gramaticais emergentes no texto escrito. Dessa forma, em Portugal, a língua literária e a norma culta se aproximaram das mudanças que ocorriam no português falado pelos portugueses do período.

No Brasil, ao contrário, as elites buscavam, paradoxalmente, ao mesmo tempo romper politicamente com a Europa e construir uma nação à sua semelhança – branca e europeizada. Assim, valeram-se da norma culta portuguesa moderna. Não se tratava, portanto, de buscar as raízes da língua para construir a nova norma, mas sim de usar como modelo um português que nunca havia sido falado no país, mas que era falado em Portugal. Essa era a forma que as elites encontraram para se diferenciar da maior parte da população – tomando uma norma culta moderna europeia que só poderia ser aprendida por meio da educação, restrita a essa elite, para assim garantir o processo de exclusão (PAGOTTO, 1998).

Outro membro da Escola do Recife foi Sílvio Romero, um crítico literário que fazia uma abordagem sociológica da literatura e acreditava na importância da raça e do meio ambiente para a compreensão das obras artísticas. Considerava-se um darwinista social, baseando-se em algumas ideias de Spencer, embora com algumas reservas. Em seus estudos, era muitas vezes contraditório e polêmico, devido justamente à dificuldade de tratar do futuro do Brasil pela chave do darwinismo social, conforme já discutido na seção anterior (SKIDMORE, 2012).

Conforme afirma Skidmore (2012, p. 73-74):

Sílvio Romero tinha uma convicção inabalável: os brasileiros precisavam dominar as doutrinas científicas do período e aplicá-las a seu país. E jamais abandonou sua ligação emocional com o Brasil, por mais deprimentes que fossem as suas conclusões. Partia do princípio de que qualquer nação é produto de uma interação entre a população e seu habitat natural. O caráter e a cultura específicos do país resultavam de um ajuste a longo prazo.

Embora considerasse o habitat brasileiro um fator negativo, acreditando que o calor e a seca ocasional poderiam contribuir para a debilidade dos seus indivíduos, preocupava-se mais com a questão da raça. Algumas vezes chegou a falar em raças “inferiores” e “superiores” e utilizou a expressão “escala etnográfica” (SKIDMORE, 2012). No entanto, também percebeu as incoerências do discurso racial, como a própria indefinição do conceito de raça.

Romero considerava o Brasil uma fusão de três vertentes raciais – o europeu branco, o indígena nativo e o africano negro. Com relação à primeira – a portuguesa, de origem greco-latina –, acreditava que era inferior ao ramo germano-saxão. A indígena era considerada por ele a mais inferior, de baixo nível cultural e quase sem influência na cultura brasileira. Sobre a vertente africana, Romero afirmava uma inferioridade inerente dos negros em relação aos brancos, considerando que nunca haviam formado uma civilização (SKIDMORE, 2012). Sendo assim, de qualquer maneira, todas as vertentes apontavam para a inferioridade do brasileiro:

Povo que descendemos de um estragado e corrupto ramo da velha raça latina, a que juntara-se o concurso de duas das raças mais degradadas do globo, os negros da costa e os pelles vermelhas da America, nós ainda

não nos distinguimos por uma só qualidade digna de apreço [...] O servilismo do negro, a preguiça do índio e o genio autoritário e tacanho do português produziram uma nação informe, sem qualidades fecundas e originaes. (ROMERO, 1888a, p. 354-355)

De qualquer forma, o primeiro lugar, em grau de importância, era dado ao português. Apesar de reconhecer as influências indígenas e africanas, em sua concepção o brasileiro, mais do que uma fusão de três elementos, era um português que havia se abasileirado no contato com os outros. Assim, afirmou: “O fator português pesa-lhe com mais força por meio de sua civilização, sua língua, sua religião e suas leis” (ROMERO, 1888a, p. 10). Em outro fragmento, Romero chega, inclusive, a afirmar a superioridade linguística e cultural do português: “De todas ellas amalgamadas e fundidas em um só molde – a língua portuguesa, a língua do vencedor, é que se formaram nos séculos seguintes as nossas canções populares. O europeu foi o concorrente mais robusto por sua cultura e o que deixou mais tradições” (ROMERO, 1888a, p. 17). Observamos como, da mesma forma que Nabuco, Romero tinha uma visão hierarquizadora das línguas, colocando sempre o europeu como aquele que possuía a língua mais “civilizada”, de maior cultura. Assim, para o pesquisador, a língua portuguesa no Brasil teria uma tendência maior a predominar em relação às outras faladas no território.

Dentre os elementos indígena e africano, Romero dava destaque maior ao segundo: “Dos três povos que constituíram a atual população brasileira, o que um rastro mais profundo deixou foi por certo o português; segue-se-lhe o negro e depois o indígena” (ROMERO, 1888a, p. 35). Segundo o pesquisador, essa escolha se devia a uma maior entrada do negro nas atividades dos brancos: “O negro é adaptável ao meio americano; é suscetível de aprender; não tem as desconfianças do índio; pode viver ao lado do branco, aliar-

se a ele” (ROMERO, 1888a, p. 28). Sendo assim, em sua concepção, o negro era considerado “superior” ao indígena por conseguir se aproximar mais do europeu, estando, portanto, em um nível acima de uma suposta escala de civilização.

No entanto, na visão de Romero, o povo brasileiro iria, futuramente, se constituir em uma só raça. Assim, os indígenas e negros iriam, aos poucos, desaparecer, predominando então a raça dita “superior”, que era a branca, por meio da miscigenação. Desse modo, o mestiço e o branco iriam, no futuro, se confundir, pois o mestiço tomaria “a cor e a preponderância” (ROMERO, 1888b, p. 21) do branco. Ao longo das gerações, dessa forma, prevaleceria a raça mais numerosa, que seria a branca, consequência esta da imigração europeia. A fusão étnica faria preponderar no Brasil um povo mestiço, de cor branca, um “misto de brasileiros propriamente ditos, portugueses e alemães” (ROMERO, 1888b, p. 21).

Sobre a questão linguística, na visão de Romero, assim como de muitos pesquisadores da época, as línguas seriam equivalentes a organismos vivos, de modo que se desenvolviam e se transformavam. Sendo assim, as línguas portuguesas do Brasil e de Portugal teriam tido, para Romero, um desenvolvimento diferenciado e independente, embora ainda não tivessem se formado duas línguas diversas. Mesmo reconhecendo a diferença, acreditava que não haveria uma língua mais autêntica ou correta do que a outra, pois “um povo falla e traja como quer” (ROMERO, 1888a, p. 310). Embora, em alguns contextos como esse, Romero tenha se colocado contra uma visão que rebaixava o falar brasileiro, defendendo que este não seria uma deturpação da língua, em outros momentos o pesquisador se contradisse. Como exemplo, Romero afirmou que, no Brasil, a língua portuguesa teria se deixado “saturar de elementos estranhos, tomados às outras” (ROMERO, 1888b, p. 32). Esses trechos mostram as contradições presentes neste final de século, em que ora os

pensadores se deixavam influenciar pelas teorias racistas vindas do exterior e ora buscavam afirmar a identidade do país por meio de sua exaltação.

Assim, embora em alguns momentos Romero fizesse elogios à língua portuguesa do Brasil e afirmasse a sua independência em relação a Portugal, muitas vezes o seu desejo por uma pureza étnica incidia em um desejo por uma pureza linguística. Da mesma forma que reconhecia as diferentes raças na constituição étnica do país, mas almejava um futuro em que a raça branca predominaria, em alguns momentos reconhecia as influências das línguas africanas e indígenas no português, mas acreditava que essas interferências corrompiam a língua, que futuramente deveria se livrar desses resquícios.

Em outro exemplo, do livro *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* (1879-1880), percebemos que o pesquisador traz um vocabulário de palavras cabinda e conta ter observado um fenômeno de “cruzamento” entre esta língua e o português. Neste texto, Romero faz uma avaliação da língua cabinda, afirmando que esta teria um aspecto “primitivo e rudimentar” e atestando, por fim, que a língua “mais culta tende afinal a triunfar”, embora reconhecendo que esta tende a sofrer grandes alterações com esse contato. Podemos observar como os ideais evolucionistas estavam presentes nessas avaliações, que hierarquizam as línguas em estágios: um inferior, primitivo, em que estaria a língua cabinda; e um superior, civilizado, em que estaria a língua portuguesa. Além disso, observamos como esse desejo por uma suposta “vitória” da língua mais civilizada também estava presente em seu discurso.

Outro pesquisador importante foi João Ribeiro, que em 1889, escreveu, em seu *Diccionario gramatical*, o verbete “elemento negro”, no qual tratou das influências africanas na língua portuguesa brasileira. Declarou que as alterações não eram superficiais, como afirmavam os pesquisadores da época, mas sim profundas, tanto

em relação ao vocabulário quanto em relação ao sistema gramatical. Pouco se falava, até aquele momento, sobre essas influências e praticamente não havia estudos afirmando estas na morfologia ou na sintaxe, de modo que a percepção de Ribeiro era bastante relevante para o período.

João Ribeiro tratou, especialmente, das influências da língua que ele chama de *ambundo*, devido à falta de documentos sobre outras línguas africanas. No entanto, é importante destacar, hoje os *ambundu* ou *mbundu* são um grupo étnico bantu, falantes da língua *kimbundu*. Este fato revela como essas fronteiras são complexas e como as próprias noções de língua e nação africanas estavam sendo construídas naquele momento.

Ribeiro afirmou que a origem africana de alguns termos – como *camondongo*, *mucunzá*, *mucama*, *batuque* ou *candomblé* – já era um fato conhecido, pois faziam parte do que ele chamou de elemento popular. Seguiu, dessa forma, para as análises gramaticais – morfológicas, sintáticas e fonológicas –, apresentando algumas normas do *ambundo* e relacionando-as com uma possível influência no português do Brasil. Podemos citar um exemplo apresentado por Ribeiro, no qual ele emitiu sua apreciação sobre a língua falada pelos africanos no Brasil:

O facto capital que é o característico de todas as linguas do grupo bantú, é o que se chama *concordancia alliterativa*. Os negros no Brasil, quando falam o portuguez, repetem por alliteração a *particula prefixa* inicial em todo o corpo da phrase: *Z'ere z'mandou z'dizê*, elle mandou dizer. Este facto é uma reminiscencia da grammatica geral das linguas do *bantú*: a concordancia por alliteração. Não sabemos que exista vestigio d'essa syntaxe na linguagem do Brasil, a não ser na *meia lingua* de africanos que estropiam o portuguez. (RIBEIRO, 1889, p. 222, grifos do autor)

Assim, percebemos que mesmo Ribeiro, que foi um dos primeiros a reconhecer a influência africana no português falado no Brasil, tinha uma visão bastante negativa e depreciadora da língua falada pelos africanos. Avaliações como “meia língua” e “estropiam o português” evidenciam como eram percebidos os sujeitos africanos e a maneira como falavam.

Nina Rodrigues também foi um pesquisador relevante nesse período, sendo conhecido como um dos primeiros a fazer um estudo aprofundado sobre o negro no Brasil. Seu foco estava nas pesquisas de duas áreas: a perícia médico-legal e a pesquisa antropológica das relações raciais. Entre os anos de 1890 e 1905, Rodrigues realizou uma extensa pesquisa sobre o negro, embora ela só tenha sido publicada após a sua morte, a partir da recuperação e organização do estudo por Homero Pires, sob o título de *Os africanos no Brasil* (1932). Outros trabalhos publicados por Rodrigues incluem os livros *Mestiçagem, degenerescência e crime* (1899) e *O animismo fetichista dos negros baianos* (1900).

Para entender o pesquisador Nina Rodrigues, é importante perceber a relação que havia entre as ciências médicas e as ciências sociais no final do século XIX. Nesse momento, a ciência médica ganha um novo papel: o de intervir publicamente nas doenças e epidemias, visando impedir um considerado enfraquecimento biológico da população. Desse modo, o médico se tornou um pesquisador, capaz de intervir na sociedade e de transformá-la. Como, naquele momento, a sociedade era vista como análoga ao corpo humano, a medicina poderia, da mesma forma que previne e cura as doenças dos indivíduos, fazer isso também com a sociedade. Os médicos do período, em especial os da Bahia, fizeram uma associação entre as enfermidades e as raças, de modo que estas se tornaram fatores condicionantes para as doenças. O negro, assim, era visto como um problema para o Brasil e um dos fatores da inferioridade da nação. Além disso, sob o olhar da teoria social-darwinista, o cruzamento

de raças era visto como um mal, de modo que a mestiçagem era utilizada para explicar a criminalidade, a loucura ou a degeneração (SCHWARCZ, 1993; CÔRREA, 2001).

Dessa forma, Nina Rodrigues, como os pesquisadores de seu tempo, acreditava que os brancos e os negros estavam em diferentes “estágios de civilização”, estando os primeiros em um nível acima. No entanto, para Rodrigues, o maior problema não estava nas raças em si, mas no seu cruzamento. Conforme afirma Côrrea (2001, p. 135), esse “parece ser o grande horror que ele denunciaria sem tréguas: a possibilidade de o negro transformar o branco, alterá-lo, torná-lo outro” (CORRÊA, 2001, p. 135), porque “liberto o escravo, tornava-se óbvia a entrada do negro numa sociedade que se queria branca” (CORRÊA, 2001, p. 136).

Na sua principal obra, *Os africanos no Brasil*, o objetivo consistia em analisar a influência da cultura negra na formação da nacionalidade brasileira, de modo a entender o estatuto social do negro e o seu grau de contribuição à cultura do país. Para isso, fez uma descrição e uma análise da procedência dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro ao Brasil, visando compreender as influências africanas à cultura do país, focando no contexto baiano. Sua pesquisa foi baseada em uma bibliografia dos estudos sobre os africanos no Brasil, em documentos reunidos – como estatísticas, jornais e livros manuscritos – e observações empíricas.

O discurso de Rodrigues era condizente com as teorias ráciobiológicas de seu tempo. Assim, em seu texto, o intelectual afirmava que a supremacia da raça negra no Brasil era nociva à nacionalidade, ao progresso e à cultura.

No entanto, a obra de Rodrigues se constitui como de fundamental importância devido à descrição feita pelo pesquisador sobre a língua, a religião, as festas, as tradições e o folclore das populações negras no Brasil, apresentando de forma minuciosa esses elementos. Em relação às línguas, o pesquisador fez um estudo

sobre algumas línguas africanas que teriam sido faladas no Brasil, a partir da reunião de alguns cânticos sagrados. Fez, dessa forma, um estudo descritivo sobre algumas línguas faladas na Bahia, fazendo associações com localidades africanas. Seu intuito era, mais do que fazer um estudo sobre as línguas dos escravizados trazidos para o Brasil, saber que línguas tinham sido essas e conhecer a sua influência no português do Brasil.

Sobre essa questão, Nina Rodrigues acreditava que as interferências das línguas africanas ocasionavam vícios de fala e corrompiam a língua portuguesa da antiga metrópole. O pesquisador chega a comentar que certas qualificações pejorativas como “português caçanje”, “português bunda” ou “português nagô” eram utilizadas, naquele período, para se referir ao “português defeituoso ou incorreto dos que falam ou escrevem mal” (RODRIGUES, 1988 [1932], p. 152). Observamos, assim, que a visão de Rodrigues sobre as línguas também era permeada pelas teorias racistas de seu tempo. Aqueles considerados “inferiores”, desse modo, eram corruptores da língua e o português “correto” era somente aquele falado pelas raças ditas “superiores”.

Nina Rodrigues também considerava que essas influências não se dariam apenas a nível de léxico, mas também inferiam em construções sintáticas e modos de falar:

De fato, é curioso notar que os negros têm uma tendência instintiva a aplicar ao português as regras por que se rege a gramática das suas línguas. Em alguns casos, a tendência toma uma feição tão grosseira que se impõe a exame superficial. Assim, nas práticas do estranho culto da *Cabula*, observado na sua diocese e descrito por D. Nery, quando bispo de Espírito Santo, a procedência ou origem banto dessas práticas se revelava não só no emprego de termos da língua *tu*, mas ainda na aplicação de torneios manifestamente prefixados pertencentes às línguas aglutinantes. (RODRIGUES, 1988 [1932], p. 151, grifos do autor)

Mais uma vez, percebemos as qualificações negativas que Rodrigues atribui à língua e às tradições africanas, a partir de expressões como “feição tão grosseira” e “estranho culto”. Assim, observamos como a visão que Nina Rodrigues tinha das línguas africanas e sua influência no português era carregada pelos estereótipos de seu tempo, dialogando com as teses sociais e culturais do final do século XIX.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos descrever e analisar certas concepções dos pensadores do final do século XIX sobre o que conta como língua brasileira, relacionando-as com as teorias rário-biológicas que as afetaram. Observamos como podemos estabelecer uma relação entre concepções de língua e visões racistas e como isso ocorreu fortemente no Brasil no período abrangido neste trabalho. Percebemos como as influências das línguas africanas no português ou a maneira dos africanos de falar foram inferiorizadas e consideradas, muitas vezes, corrupções na língua. Isso foi consequência das ideias evolucionistas que afetaram a forma como as raças e as línguas eram vistas, a partir de oposições entre o que era considerado superior ou inferior, posterior ou anterior, civilizado ou primitivo. Assim, vimos que os estudos desse período foram fortemente marcados por ideais de civilidade e de pureza étnica e linguística.

Acreditamos que revisitar esses estudos se torna relevante, por dar a ver as relações de poder que levaram a certas concepções hierarquizadoras das línguas, que ressoam, muitas vezes, em abordagens contemporâneas, que continuam, muitas vezes, desconsiderando o papel das línguas africanas na formação do português brasileiro.

Referências

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 2. ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

IRVINE, Judith T.; GAL, Susan. Language ideology and linguistic differentiation. *In: KROSKRITY, Paul V. (org.). Regimes of language: ideologies, politics, and identities*. Santa Fe: School of American Research Press, 2000, p. 35-84.

KROSKRITY, Paul V. Language ideologies. *In: DURANTI, Alessandro (ed.). A companion to linguistic anthropology*. Blackwell Publishing Ltd., 2004.

MAKONI, Sifree; MEINHOF, Ulrike. Linguística aplicada na África: desconstruindo a noção de “língua”. *In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (org.). Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOURA, Heronides; CAMBRUSSI, Morgana. *Uma breve história da linguística*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

NABUCO, Joaquim. *Discurso de posse*. Sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras, 20 de julho de 1897. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco/discurso-deposse>. Acesso em: 18 abr. 2017.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 28, n. 3, set./dez. 2013.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e instrumentos linguísticos* (2), Campinas, Pontes, p. 49-68, jul./dez. 1998.

RIBEIRO, João. *Diccionario grammatical*. 3. ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906.

ROBINS, Robert Henry. *A short history of linguistics*. Londres: Longman Group Limited, 1967.

RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil (1879-1880)*. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & C., 1888a.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 1888b. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/344495.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Prefácio de Lilia Moritz Schwarcz. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Como citar

ELTERMANN, Ana Claudia. A relação entre as teorias linguísticas e raciais no final do século XIX no Brasil. *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p. 78-101, 2018.

Recebido em 30/01/2019 e aceito em 18/04/2019

A demarcação de terras indígenas como política linguística¹

Carlos Maroto GUEROLA²

¹ A dissertação e a tese às que partes deste trabalho dizem respeito foram orientadas pela Profa. Dra. Maria Inéz Probst Lucena, a quem dedico o presente artigo, com todo o meu carinho, admiração e gratidão.

² Instituto de Humanidades e Letras do Campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), cmguerola@gmail.com, orcid.org/0000-0002-0017-8250.

RESUMO Este artigo tem como objetivo ilustrar um exercício de construção teórica a partir dos princípios da pesquisa etnográfica no âmbito da Linguística Aplicada indisciplinar. Em específico, disserto, num relato autoetnográfico, a respeito de como desenvolver trabalho de campo durante oito anos no universo indígena de Santa Catarina, particularmente em comunidades e escolas Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng, assim como em programas de formação de professores da Universidade Federal de Santa Catarina para essas comunidades, tem me levado a fundamentar teoricamente as línguas indígenas enquanto processos sociais, construindo uma resposta à seguinte pergunta: de que forma é possível fundamentar teoricamente a demarcação de terras enquanto política indispensável para o fortalecimento das línguas indígenas?

ABSTRACT The goal of this paper is to illustrate an exercise of theoretical construction carried out upon the principles of ethnographic research within interdisciplinary Applied Linguistics. Particularly, I expatiate, in an auto-ethnographic tale, on how my eight-year-long fieldwork experience within the indigenous universe of the Brazilian southern state of Santa Catarina — specifically within Guarani, Kaingang and Laklãnõ-Xokleng

schools and communities, as well as within pre-service and in-service teacher training programs addressed to them by the Federal University of Santa Catarina —, has led me to theoretically explain indigenous languages as social processes. I thus elaborate an answer to the following question: to what extent can the demarcation of lands be theoretically grounded as an indispensable policy to strengthen indigenous languages?

PALAVRAS-CHAVE Política linguística. línguas indígenas. escola indígena. terras indígenas. Guarani. Kaingang. Laklãnõ-Xokleng.

KEYWORDS Language policy. indigenous languages. indigenous schools. indigenous lands. Guarani. Kaingang. Laklãnõ-Xokleng.

Introdução

O objetivo deste artigo é ilustrar um exercício de construção teórica com base nos princípios da pesquisa etnográfica no âmbito da Linguística Aplicada indisciplinar. Particularmente, este texto almeja ilustrar o modo em que fundamentações e construtos teóricos transdisciplinares podem ser desenvolvidos dentro desse paradigma epistemológico, no intuito final de argumentar em favor da demarcação de terras como política linguística indispensável para o fortalecimento das línguas e processos sociais indígenas no Brasil.

O contexto aplicado no qual minha experiência etnográfica tem tido lugar ao longo dos últimos oito anos é o universo indígena do estado de Santa Catarina¹, particularmente comunidades e escolas Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng, assim como programas de formação de professores da Universidade Federal de Santa Catarina — doravante UFSC — direcionados a eles.

Como linguista aplicado nesse universo, tenho trabalhado para contribuir academicamente na reflexão em torno das seguintes questões: i) a ameaça à vitalidade e ao papel das línguas guarani, kaingang e laklãnõ-xokleng no dia a dia das comunidades; ii) o papel que as escolas podem desempenhar para fortalecer seu aprendizagem e uso; iii) o impacto da escola nas práticas de linguagem das comunidades; e iv) o modo em que o ensino-aprendizagem escolar dessas línguas pode vir a fortalecer a luta guarani, kaingang e laklãnõ-xokleng em prol da demarcação de suas terras. Assim sendo, dissertando sobre como a experiência em campo junto aos meus parceiros Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng me levou a fundamentar teoricamente as línguas indígenas enquanto processos

¹ Estima-se que a população indígena de Santa Catarina é composta por 16.000 indivíduos, os quais residem em áreas urbanas e em cerca de 30 terras indígenas. As terras indígenas catarinenses ocupam 78.000 hectares no total, 1% da superfície do estado. Apenas 50% dessas terras são oficialmente indígenas, quer por terem sido demarcadas quer por terem sido adquiridas pelos próprios indígenas (BRIGHENTI, 2012).

sociais, respondo neste texto a seguinte pergunta: de que forma é possível fundamentar teoricamente a demarcação de terras enquanto política indispensável para o fortalecimento de línguas indígenas? A ilustração desse exercício de construção teórica anseia desestabilizar visões naturalizadas sobre as línguas e contribuir para que os estudos da linguagem sirvam em maior medida aos interesses da luta política indígena no Brasil.

Na próxima seção, aponto para os traços que definem a Linguística Aplicada indisciplinar no Brasil e a etnografia dentro dela. Posteriormente, construo um relato autoetnográfico sobre a minha experiência junto às comunidades Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng e sobre o exercício de reflexão teórica desenvolvido com base nela. Na seção final, fundamentarei teoricamente as línguas indígenas enquanto processos sociais e apontarei para a demarcação de terras indígenas como a principal política para o seu fortalecimento.

1. A etnografia na linguística aplicada indisciplinar

A Linguística Aplicada — doravante LA — é uma área de conhecimento autônoma (CAVALCANTI, 2004; MOITALOPES, 2006b) que estuda línguas reais, faladas por falantes reais, nas suas práticas reais e específicas (SIGNORINI, 1998) e, conseqüentemente, em tempos, espaços, sociedades e culturas específicas (KLEIMAN, 1998). A LA dirige o seu foco às práticas linguísticas de comunidades minorizadas — como, por exemplo, mulheres, comunidades negras, comunidades de surdos, comunidades indígenas, LGBTs, etc. —, particularmente no que diz respeito às práticas de linguagem em que se embrenham para batalharem e sobreviverem dentro da sociedade dita dominante (KLEIMAN; CAVALCANTI, 2007).

Os linguistas aplicados desenvolvem suas pesquisas em contextos aplicados, isto é, nos contextos em que os indivíduos vivem, agem e participam nas práticas sociais nas quais constituem suas línguas (MOITA LOPES, 2006b). Pesquisando dentro dessas comunidades e contextos minorizados, e identificando as questões a serem investigadas junto àqueles que pertencem a eles, os linguistas aplicados tencionam contribuir para enfrentar desafios, problemas e desigualdades nos quais a linguagem e o discurso desempenham um papel central (KLEIMAN, 1998; KLEIMAN, 2013; MOITA LOPES, 1998).

A etnografia é considerada maioritariamente a metodologia mais apropriada para tais fins: ela estuda os interesses, visões e interpretações dos participantes dos contextos aplicados de pesquisa (KLEIMAN, 1998; MOITA LOPES, 1998; CAVALCANTI, 2004). Os etnógrafos interpretam “o fluxo do discurso social”² (GEERTZ, 1973, p. 20) por meio da investigação de como os agentes da vida social compreendem, experienciam, produzem e representam suas realidades (MASON, 1996). Assim, fazendo etnografia, os pesquisadores buscam interpretar e comunicar “as perspectivas de significado das pessoas que estudam, do mesmo modo que um intérprete faz quando traduz o discurso de um falante ou de um escritor” (ERICKSON, 1990, p. 89).

É esse o modo em que os etnógrafos tentam servir aos propósitos políticos daqueles junto aos quais e para os quais pesquisam: eles traduzem seus discursos para a linguagem e gêneros acadêmicos no intuito de favorecerem a possibilidade de tais discursos serem mais amplamente estudados, divulgados e legitimados. Alinhado com essa perspectiva, Blommaert (2009, p. 258-259) associa a natureza “democrática e anti-hegemônica” da etnografia ao fato da mesma oferecer voz àqueles que estuda, construindo um discurso sobre os usos sociais da linguagem e as dimensões sociais do comportamento

² Todas as citações de textos em inglês aparecem na minha tradução para o português.

semiótico “que difere substancialmente das normas e expectativas estabelecidas, e que não está alinhado com o interesse dos poderosos”.

O método para se investigar a vida e o discurso social na etnografia é a experiência pessoal e o convívio direto em trabalho de campo. Os etnógrafos apenas conseguem aplicar tal método através de instrumentos humanos — eles próprios. Contudo, uma vez que a vida e o discurso são construções sociais (SPRY, 2001), o que os etnógrafos fazem enquanto instrumentos de pesquisa é mediar entre as suas próprias construções ou perspectivas de significado e aquelas dos habitantes dos contextos em estudo (DAVIES, 1999). É isso que torna o trabalho etnográfico um ato imaginativo, através do qual os etnógrafos produzem “verdades inventadas” ou “ficções verdadeiras” (CLIFFORD, 1986, p. 6).

Produzidas através da experiência e convívio junto a outros sujeitos — sendo, portanto, “extremamente particulares”, “inquietaantemente pessoais” (VAN MAANEN, 1988, p. 9) e “inerentemente parciais” (CLIFFORD, 1986, p. 7) — as narrativas etnográficas adotam necessariamente abordagens autobiográficas, nas quais os etnógrafos, personagens de ficção, ocupam um lugar central (CLIFFORD, 1986). Para Spry (2001, p. 720), a abertura de formas estilísticas na escrita acadêmica constitui uma oportunidade para se favorecer uma maior diversidade de conteúdos; é por isso que ela defende a autoetnografia enquanto “espaço para a emancipação da voz e do corpo”. Nesse sentido, para Clifford (1986, p. 26), as etnografias devem transgredir as fronteiras entre literatura e ciência, uma vez que elas resultam de uma “atividade textual híbrida” que “atravessa gêneros e disciplinas”.

A principal atividade de pesquisa que os etnógrafos executam durante a pesquisa de campo é a observação participante (ERICKSON, 1990; DAVIES, 1999), a qual consiste em observar, registrar e analisar sistematicamente tempos-espacos e interações específicas (HEATH;

STREET, 2008). Essa atividade constitui “um modo de ação teorizado” (BLOMMAERT; JIE, 2010, p. 1) ou uma “empreitada de construção de teoria” (HEATH; STREET, 2008, p. 29), uma vez que são os dados gerados em campo através da observação participante que devem pautar a orientação e construção da fundamentação que dará sustento teórico à análise de dados e ao relato etnográfico final.

Por essa empreitada precisar ser “tão intuitiva — ou tão radicalmente indutiva — quanto possível” (ERICKSON, 1990, p. 135), a observação participante em trabalho de campo exige flexibilidade. Flexibilidade significa começar a pesquisa apenas com um conjunto inicial de questões e uma área geral de interesse e não com hipóteses pré-estabelecidas (GEERTZ, 1973; ERICKSON, 1990; MASON, 1996), pois, se a etnografia tem como propósito interpretar o fluxo do discurso social descobrindo e comunicando as perspectivas de significado dos habitantes dos contextos aplicados, são essas perspectivas de significado que devem guiar e fundamentar as escolhas teóricas que os etnógrafos fazem durante a geração e análise de dados. Ainda, elas devem guiar e fundamentar também as perguntas de pesquisa, que devem ser consolidadas apenas nos estágios finais do processo (ERICKSON, 1990; DAVIES, 1999).

Guiadas pela flexibilidade, fundamentações teóricas baseadas em trabalho de campo etnográfico no âmbito da LA precisam ser transdisciplinares. Para Moita Lopes (2006b, p. 16), a transdisciplinaridade é necessária nessa área de conhecimento porque as áreas das ciências sociais e humanas que investigam questões relevantes a respeito das práticas de linguagem são muitas e muito diversas. Os linguistas aplicados, conseqüentemente, precisam circular por essas diferentes áreas de estudo, desafiando o conhecimento disciplinar e assumindo, portanto, uma atitude indisciplinar (MOITA LOPES, 2006a; MOITA LOPES, 2006b).

Essas são as características que definem a etnografia no âmbito da LA indisciplinar. O relato autoetnográfico a seguir as exemplifica.

2. Direitos linguísticos e educação indígena

A Constituição Federal de 1988 foi a primeira na história do Brasil em reconhecer os direitos das comunidades indígenas³. Graças a ela, elas tiveram reconhecido, dentre outros, o direito de usarem as suas “línguas maternas” e “processos próprios de aprendizagem” no ensino fundamental (BRASIL, 2016, p. 124). Essa novidade favoreceu a emergência de um discurso segundo o qual os “princípios básicos” das escolas indígenas, pautadas numa política educacional “diferenciada, intercultural e bilíngue”, são a “preservação e valorização” das línguas e culturas indígenas (SOUZA, 2006, p. 144). Esse novo discurso e a conjuntura jurídica que o sustenta têm propiciado de fato uma guinada radical em relação à tradição de o Estado e as igrejas usarem a escola contra as populações indígenas, como uma ferramenta “para a eliminação da diferença” e “para a assimilação à cultura e à língua nacional” (SOUZA, 2006, p. 143).

Dentro das aldeias guarani, a existência de escolas é bastante recente — a primeira delas em Santa Catarina foi inaugurada em 1994 (BRIGHENTI; NÖTZOLD, 2010). Antes disso, os poucos Guarani que frequentavam a escola o faziam em escolas regulares nas áreas urbanas próximas às aldeias. A escola do *tekoa* Itaty — fotografada na figura 1 abaixo —, na Terra Indígena — doravante TI — Morro dos Cavalos⁴, foi oficialmente inaugurada em 2002.

³ Esses direitos permanecem até hoje, contudo, violentamente ultrajados (CIMI, 2017).

⁴ O Morro dos Cavalos é uma dentre a dezena de terras indígenas localizadas na Grande Florianópolis.

Figura 1: Escola Itaty e algumas das casas da TI Morro dos Cavalos, frente à BR-101.



Fonte: Fotografia do autor, 2011.

O Ministério da Justiça demarcou oficialmente o Morro dos Cavalos como terra indígena, com 1988 hectares, em 2008. Porém, o último passo do processo demarcatório, a homologação da demarcação por parte da presidência da república, ainda não se concretizou, apesar da intensa mobilização política dos Guarani para tanto.⁵ Em decorrência dessa situação, os Guarani do Morro dos Cavalos, conforme pode ser observado na fig. 1, apenas conseguem habitar áreas restritas da TI, anexas à rodovia que a divide.

A área geral de interesse a partir da qual dei início ao meu trabalho de campo na TI Morro dos Cavalos e na escola Itaty dizia respeito a direitos humanos linguísticos escolares. Posteriormente, nos seus estágios finais, o objetivo definitivo da minha dissertação de mestrado, elaborada com base nessa experiência, foi visibilizar

⁵ Maiores informações no site oficial da comunidade no Facebook, disponível em: <https://www.facebook.com/ConexaoItaty/>. Acesso em: 28 jan. 2019.

as perspectivas guarani sobre as suas práticas de linguagem e sobre os direitos que reivindicam em relação a elas na escola, assim como a ligação entre essas práticas e reivindicações e o contexto educacional, político e econômico em que se enquadram (cf. GUEROLA, 2012).

A noção de direitos humanos linguísticos escolares que norteava inicialmente o meu raciocínio teórico mudou radicalmente quando compreendi, a partir do contato com as perspectivas de significado guarani, que os direitos humanos precisam ser reconstruídos interculturalmente (SOUSA SANTOS, 2010). O sistema capitalista tem cercado historicamente — e está cercado cada dia mais — as comunidades ditas tradicionais em minúsculos pedaços de terra — desse cerco, o Brasil é um exemplo ímpar. Uma das consequências dessa violência territorial, que inviabiliza a soberania econômica dessas comunidades, tem sido tornar os indígenas dependentes da escola e do letramento para a sua sobrevivência financeira e cultural (GUEROLA, 2012; GUEROLA, 2014; GUEROLA, 2017a). A escola e o letramento constituem hoje para os Guarani, portanto, uma necessidade, além de uma obrigação⁶, antes que um direito. Porém, a partir do momento em que os Guarani começaram a fazer um uso estratégico, em benefício da sua luta política, da escola e do letramento enquanto “armas de defesa e sobrevivência”, eles passaram a constituir, simultaneamente, direitos interculturais (GUEROLA, 2014, p. 57).

Nas nossas conversas, os professores Guarani do Morro dos Cavalos começaram a expor suas perspectivas de significado a respeito dos laços entre práticas de linguagem e território/espaço desde os primeiros dias do trabalho de campo. Tais ligações podem ser visualizadas através das seguintes palavras da liderança e professora

⁶ Segundo o artigo 208 da Constituição Federal de 1988, o dever do Estado com a educação “será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica *obrigatória* e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade.” (BRASIL, 2016, p. 123-124) Tal disposição se aplica indistintamente a populações não indígenas e indígenas.

Guarani Kerexu Yxapyry⁷, registradas durante a nossa entrevista em novembro de 2011:

Antigamente [...] toda criança tinha que ficar na Casa de Reza, aprendendo... o ensinamento era passado na oralidade mas ele era praticado, você chegava assim, a criança falava assim “Ô, eu quero pescar, eu quero aprender a pescar”. O vô, o tio, o pai chamava [...] o filho e ele sentava ali e ele passava todos os conhecimentos oralmente, depois ele pegava e falava “agora vamo pescar”. Então quando o filho chegasse lá no rio, tudo aquilo que o pai tinha passado ele ia praticando e aprendendo, então é assim que ele aprendia, com tudo, na agricultura, mesma coisa [...] Era toda a questão religiosa e tudo, envolvia tudo [...] Quando os europeus invadiram, começaram a catequizar, eles tiraram, tiraram a criança da Casa de Reza, do dia a dia dele, do aprendizado dele e trouxeram pra escola, a criança começou a perder os ensinamentos, começou a ficar sentado ali aprendendo a ler e escrever [...] Ai deu-se um conflito, claro, e daí a criança já não tava aprendendo aquilo que era pra ser, que era pra ele aprender, e hoje, hoje a gente já... aqui não tem como eu tar passando na oralidade [...] Não tem um rio próximo pra eles tar pescando, caça, não tem como, agricultura, piorou [...] Então pra as crianças aqui do Morro dos Cavalos crescer aprendendo a tradição é difícil [...] Ai a escola aqui eu acho importante porque [...] nós como professores temos a obrigação de passar a parte cultural, que é a questão da religião, da tradição, nem que seja no papel [...] Eu acho que se não tivesse escola a cultura hoje ia se perder. (Kerexu Yxapyry)

⁷Todos os participantes aqui referenciados autorizaram, através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a divulgação da sua imagem e nome para fins de divulgação dos resultados da pesquisa, após os caciques das suas comunidades terem autorizado, também através de TCLE, o desenvolvimento da pesquisa nas terras indígenas sob a sua liderança.

Em consonância com muitas outras lideranças e intelectuais Guarani de hoje, no seu discurso político sobre educação, Kerexu associa tempo, espaço, conhecimento e práticas de linguagem. O tempo-espaço⁸ guarani tem sofrido uma violenta transformação desde tempos imemoriais — “antigamente” —, tempos nos quais o ensino-aprendizagem tinha lugar na Casa de Reza e em lugares ao ar livre como à beira do rio. Essa violenta transformação tem tido como resultado um tempo-espaço presente no qual não há mais rios, nem lugares para caça ou para cultivo, e no qual as crianças continuam sendo *tiradas* da Casa de Reza.

De acordo com o *Mbya Reko*, filosofia e modo de viver guarani, a Casa de Reza, ou *Opy*, constitui simultaneamente o seu templo, a sua escola e o seu hospital⁹. A *Opy* fotografada na fig. 2 abaixo foi construída para albergar atividades da escola Itaty e ainda se encontra atrás da mesma. Todavia, ela se localiza fora dos limites oficiais da escola e não infreqüentemente tem sido banida como espaço para atividades escolares pela instância governamental à qual a escola Itaty é subordinada institucional e financeiramente (GUEROLA, 2012).

Figura 2: *Opy* atrás da escola Itaty, anexa à trilha principal da aldeia.



Fonte: Fotografia do autor, 2011.

⁸ Cf. Borges (2002) para uma reflexão aprofundada a respeito da visão Guarani do tempo-espaço como uma unidade indissolúvel.

⁹ Cf., por exemplo, Affonso (2014) para um estudo aprofundado a respeito da *Opy* Guarani.

Transformações no tempo-espaço desencadeiam transformações nas práticas de linguagem: as ocorridas no território guarani têm tornado inviável “tar passando na oralidade”, e é essa a razão pela qual os professores Guarani hoje têm a “obrigação” de ensinar a cultura guarani “nem que seja no papel”. Essa é uma das obrigações que tem tornado a escola indígena diferenciada, intercultural e bilíngue uma necessidade compulsória e, concomitantemente, um direito humano linguístico intercultural.

3. Consequências insidiosas da invenção colonial das línguas para as escolas indígenas

A segunda mudança radical na minha empreitada de construção teórica no universo da escola indígena em Santa Catarina ocorreu quando comecei a colaborar como docente na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica na UFSC. Lá comecei a trabalhar também com lideranças e professores de comunidades Kaingang e Laklãnõ-Xokleng.

A história dessas comunidades no que diz respeito a terra, línguas e escola é significativamente diferente da do povo Guarani (cf. GUEROLA, 2018). Uma das principais diferenças é o fato de o grosso das populações Kaingang e Laklãnõ-Xokleng em Santa Catarina terem se visto obrigadas a ficar confinadas em duas reservas indígenas desde as primeiras décadas do século XX. No contexto desse confinamento, a transformação do seu tempo-espaço foi marcada igualmente pela violência: em primeiro lugar, por essa transformação ter se dado no âmbito de um genocídio — que, no caso dos Laklãnõ-Xokleng, reduziu a sua população a 150 indivíduos nas primeiras décadas do século XX (WIİK, 1998; WITTMANN, 2005); em segundo lugar, por os órgãos indigenistas governamentais no comando das

reservas — Serviço de Proteção ao Índio (SPI), entre 1910 e 1967, e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) posteriormente — terem orquestrado uma exploração irrestrita dos seus recursos naturais — particularmente, porém não exclusivamente, de madeiras de lei como a araucária (SANTOS, 1987; NACKE; BLOEMER, 2007) —, desflorestando as áreas. As crianças Kaingang e Laklãnõ-Xokleng foram obrigadas a frequentar as escolas construídas dentro das reservas, nas quais as línguas indígenas eram estritamente proibidas. Tal proibição foi implementada com afinco na Reserva Indígena Xapecó, onde os Kaingang eram repreendidos ou até punidos quando ouvidos falando na sua língua nativa tanto dentro da escola como fora dela (SALVARO, 2009).

A transformação do seu tempo-espaço e práticas de linguagem foi tão violenta que, hoje, os adultos Kaingang e Laklãnõ-Xokleng em Santa Catarina, mesmo aqueles que tiveram a língua indígena como única língua materna, não infrequentemente vêem os seus filhos crescerem com o português como a sua única língua. Por não estar sendo aprendida mais no ambiente doméstico, muitos desses adultos desejam que os seus filhos aprendam a língua indígena na escola, num paradigma educacional diferenciado, intercultural e bilíngue.

Não obstante, dentre os adultos Kaingang e Laklãnõ-Xokleng, particularmente dentre aqueles que tive o privilégio de ter como alunos na UFSC, de idades entre 25 e 60 anos, o número dos que se entendem como tendo a capacidade de ler e escrever na sua língua indígena é surpreendentemente maior que o número dos que se dizem capazes de falá-la ou entendê-la oralmente (GUEROLA, 2015a). Entretanto, a maioria daqueles meus alunos haviam sido estudantes — e já atuavam na altura como professores — em escolas indígenas ditas bilíngues. Esse dado me deixou perplexo. Perguntei-me: Como é possível que, embora pertencentes a sociedades consideradas de tradição oral, indivíduos Kaingang e Laklãnõ-Xokleng completem

a sua educação escolar sem a habilidade de falar e compreender oralmente as línguas indígenas que supostamente lêem e escrevem? O que *falar, compreender, ler e escrever* significa para eles? Quais são suas perspectivas de significado a respeito das suas línguas?

No que diz respeito à habilidade de ler e escrever em línguas que não se fala ou compreende oralmente, chegamos a concordar, depois de muitas discussões em sala, na “disciplinarização letrada” das línguas indígenas: a redução, no âmbito das escolas indígenas, das práticas discursivas nessas línguas a espaços específicos (a sala de aula), tempos (a carga horária de disciplinas específicas como *Língua Kaingang, Língua Xokleng* ou *Artes Indígenas*) e atividades focadas exclusivamente na representação escrita das mesmas (GUEROLA, 2015a, p. 564). Atestando o mesmo processo, D’Angelis (2012, p. 191) afirma que, nesse tipo de práticas, as línguas indígenas são abordadas como “línguas estrangeiras em terras indígenas”.

Enquanto refletia teoricamente a respeito da disciplinarização letrada das línguas indígenas em escolas diferenciadas bilíngues, em Guerola (2015b), pude apontar para dois problemas discursivos em textos governamentais e midiáticos sobre escolas indígenas no Brasil: i) signos ideológicos como *educação, língua* ou *cultura* são tornados monovalentes (BAKHTIN, 2006), isto é, tratados como se tivessem apenas um único significado; e ii) a agência atribuída aos atores representados nesses textos é alocada de forma visivelmente assimétrica. A identificação desses fenômenos ajuda a vislumbrar o modo em que indivíduos e comunidades indígenas são representados, em leis e matérias de telejornais sobre as suas escolas, enquanto agentes passivos, destinatários de políticas desenhadas e implementadas *para eles* por parte do Estado. Simultaneamente, nesses discursos, as noções de educação ou língua que os permeiam nunca são colocadas em discussão. Por serem considerados monovalentes, a diversidade de significados que podem ser atribuídos

a esses conceitos é abafada, e, conseqüentemente, apenas um único significado (hegemônico) é suposto para eles.

Por conta do abafamento da diversidade de significados que lhes podem ser atribuídas, as línguas têm sido historicamente reduzidas — tal como foram nos textos analisados em Guerola (2015b) — a “ficções convenientes de sala de aula” (HARRIS 2010, n.p), as quais, segundo Bakhtin (2006, p. 110), limitam nossas práticas de linguagem e nos distanciam da “realidade evolutiva e viva da língua e de suas funções sociais”. Para Harris (2010, n.p), tais ficções são reforçadas por governos que buscam impor às populações sob o seu controle uma “camisa de força normativa num fluxo aberto de relações entre atos linguísticos e o mundo”. Para Makoni e Pennycook (2006) e para Garcés (2007), essa *invenção* simbólica e epistemologicamente violenta e racista a respeito das línguas constitui um elemento fundamental do projeto colonial.

Aqui é importante apontar que, de acordo com Makoni e Pennycook (2006, p. 21-31), as formas de se pensar sobre a linguagem “não são apenas uma questão conceitual”. Antes, elas têm “efeitos potencialmente negativos” sobre os usuários das línguas, donde o “imperativo político de se trabalhar em direção à sua desinvenção e à reformulação de conceitos básicos da Linguística e da Linguística Aplicada”. A desinvenção e reinvenção das línguas pode evitar as “consequências insidiosas” que a invenção colonial das mesmas temido para as comunidades indígenas: essas consequências podem estar na raiz do insucesso de muitos professores indígenas em Santa Catarina nas suas tentativas de ensinarem as línguas que tão ansiosamente desejam ensinar — e que tão ansiosamente se espera que consigam ensinar.

Maria Librantina Campos, uma das anciãs e sábias da TI Xaçecó, na sua palestra no primeiro dos grandes encontros organizados no contexto kaingang pelo programa de formação continuada de

professores *Ação Saberes Indígenas na Escola* em Santa Catarina — doravante ASIE-SC —, em 2015, discursou sobre tal insucesso nos seguintes termos:

Se deixar desse jeito, do jeito que tá indo, vai tudo água abaixo. Já tá terminando. Já, pra encurtar, a língua kaingang já tá muito pouquinho. É muito poucas pessoa que fala a língua kaingang! Às vezes eu comento com o compadre Pedro: “É vergonhoso a gente falar dos nossos irmão índio, que estudam anos e anos a língua kaingang com os professor: ‘eu sou professor de língua kaingang, eu tô dando aula de língua kaingang’. Mas qual é o aluno que hoje é dominante da língua kaingang?! Não tem! Eu falo porque eu tenho os meus filho, tudo eles estudaram a língua kaingang, mas nenhum é dominante da língua! (Maria Librantina Campos, registro audiovisual disponível em: <https://vimeo.com/202534537¹⁰>).

Durante o planejamento da ASIE-SC — programa¹¹ em cuja equipe de coordenação tive o privilégio de atuar entre 2015 e 2017 —, os professores indígenas demandaram ficar a cargo da organização e desenvolvimento de reuniões de especialistas em educação indígena. Nessas reuniões — ou *Grandes Encontros*, como viriam a ser chamadas, organizadas nas terras indígenas separadamente em cada contexto étnico — os professores partilhariam e debateriam, sob a orientação de sábios e lideranças, as suas experiências e perspectivas em relação à educação indígena e em relação a como a escola diferenciada pode vir a fortalecê-la. Eles escolheriam as datas e locais nos quais os encontros teriam lugar, selecionariam e convidariam os

¹⁰ Acesso aos registros audiovisuais dos depoimentos através da senha “asiesc”.

¹¹ O programa de formação continuada de professores indígenas *Ação Saberes Indígenas na Escola* foi organizado em nível nacional, entre 2013 e 2018, pela hoje extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação, e foi implementado em SC pela UFSC, particularmente como projeto de extensão no âmbito do Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral. Mais informação em: <http://saberresindigenas.ufsc.br>. Acesso em: 29 janeiro 2019.

palestrantes e organizariam as atividades, governando diretamente sobre a configuração espaço-temporal dos encontros.

E assim fizeram. A seguir, disserto sobre as suas escolhas sobre o espaço-tempo — especificamente sobre os locais escolhidos para os grandes encontros de 2015 e 2016 — e sobre o impacto dessas escolhas nas práticas de linguagem constituídas neles. Assim fazendo, estarei pronto por fim para fundamentar teoricamente as línguas guarani, kaingang e laklãnõ-xokleng enquanto processos sociais.

4. A experiência da *ação saberes indígenas na escola*

Dado que as comunidades Guarani são pequenas — com uma média de 20 famílias em cada uma delas —, as suas escolas também o são, particularmente perante o desafio de sediarem reuniões de mais de 200 participantes entre professores, lideranças, sábios, professores universitários e técnicos e autoridades de instituições educacionais e outros órgãos públicos que atuam diretamente nas comunidades indígenas, como a FUNAI, a SESAI ou o Ministério Público Federal. Assim, outros locais para os grandes encontros precisariam ser escolhidos.

O local do primeiro grande encontro guarani da ASIE-SC, ocorrido em julho de 2015, foi o galpão que aparece representado nas figs. 3 e 4 abaixo, anexo à escola do *tekoa* ou aldeia Marangatu. O local escolhido para o segundo, ocorrido no *tekoa* Yvyã Yvate em outubro daquele mesmo ano, foi uma tenda alugada especialmente para a ocasião, fotografada na fig. 5. As lideranças do *tekoa* Mymba Roka, que receberia o terceiro grande encontro, em maio de 2016, fizeram a solicitação de receberem o recurso que seria empregado na locação de outra tenda para eles próprios construírem um espaço, representado nas figs. 6 e 7, especialmente concebido para o evento.

A mesma solicitação foi feita pelas lideranças do *tekoa* Vy'a, cujos membros construíram a *Oo Jere* — casa redonda — representada nas figs. 8, 9 e 10, para o quarto grande encontro, ocorrido em novembro de 2016.

Figuras 3 e 4: Local do I Grande Encontro Guarani da ASIE-SC, no *tekoa* Marangatu.



Fonte: Fotografias do autor, 2015.

Figura 5: Local do II Grande Encontro Guarani da ASIE-SC, no *tekoa* Yvyã Yvate.



Fonte: Fotografia do autor, 2015.

Figuras 6 e 7: Local do III Grande Encontro Guarani da ASIE-SC, no *tekoa* Mymba Roka.



Fonte: Fotografias do autor, 2016.

Figuras 8, 9 e 10 - Local do IV Grande Encontro Guarani da ASIE-SC, no *tekoa* Vy'a.





Fonte: Fotografias do autor, 2016.

Esses quatro locais compartilham diversas características: aqueles que se reuniram no seu interior para assistirem às discussões e palestras sentavam em bancos de madeira — como os da fig. 10 —, tendo as paredes como encosto — conforme podemos ver na fig. 4. Quando o número de assistentes era elevado, fileiras concêntricas de cadeiras e bancos se formavam em disposição paralela àquelas junto às paredes — como é possível observar nas figs. 9 e 5¹². Quando possível, uma das paredes ficava sem assentos — como se vê na fig. 5 — ou com assentos reservados apenas para os sábios — como é o caso entre as duas portas na fig. 9 —, esse espaço servindo como margem de um estrado invisível sobre o qual os anciões e sábios faziam uso da palavra. Em Guerola (2017b, p. 186), minha tese de doutorado, desenvolvida no âmbito da ASIE-SC, me referi a esse estrado como um “vão discursivo”, onde os enunciadores Guarani, “principalmente aqueles pertencentes às gerações mais velhas [*xeramôï* e *xejaryi*],

¹² Na tenda, as paredes eram, por assim dizer, imateriais, e os bancos, cadeiras de plástico.

discursam caminhando [...], perambulando em ambos os sentidos enquanto buscam inspiração fumando os seus *petyngua*”. Na fig. 4, um amplo vão discursivo pode ser notado em frente ao sábio fotografado fazendo uso da palavra. Nas figs. 5 e 9, embora menores, outros vãos discursivos podem ser notados, circundados pelas fileiras concêntricas de assistentes, muitos dos quais fumavam também os seus *petyngua* — nome para o cachimbo guarani — para se concentrarem nas falas dos palestrantes. Imagens como as figs. 7 e 10 ilustram a onipresença do fogo, cujas brasas serviam para acender o fumo dos *petyngua* e cujas chamas esquentavam a água do *ka’a*, ou chimarrão, que os Guarani tomavam nas cuias que faziam circular entre todos os presentes — nas imagens, contudo, apenas as brasas e algumas toras nas fogueiras apagadas podem ser percebidas.

Essas características espelham a organização espacial da *Opy*, o lugar sagrado de conhecimento para os Guarani: a disposição dos assistentes sentados em bancos encostados na parede, a presença do fogo no centro do vão discursivo, a parede destinada à autoridade — no caso da *Opy*, o *ambá*, ou altar, com os instrumentos musicais, sendo essa parede o lugar a que os rezadores se dirigem para, após fumarem sobre os instrumentos, começarem a entoar seus rezos ou a proferir seus discursos —, a fala e a escuta auxiliadas pela fumaça dos *petyngua*, as cuias de *ka’a* passando de mão em mão.

Com base nessa organização espacial, a organização do tempo também espelhou em boa medida a organização do tempo ao redor da *Opy* e dentro dela: as palestras e atividades da manhã e da tarde foram precedidas pelos cantos dos corais infantis e encerradas com a dança dos *xondaro*, a dança dos guerreiros Guarani, na qual testam sua atenção e destreza física perante os desafiadores e imprevisíveis movimentos do seu chefe ou *xondaro ruvitcha* — tanto o trabalho dos corais como dos *xondaro* ocorre, via de regra, no terreiro em frente à *Opy*. Por outro lado, ao contrário do que costumeiramente ocorre em

eventos acadêmicos, o uso da palavra não foi estritamente regulado: não foi regulada a ordem na qual os palestrantes interviriam nem a duração das suas falas, o que espelha a forma em que as práticas de linguagem ocorrem dentro da *Opy*. Em todas as práticas de linguagem dentro desses espaços — com exceção daquelas nas quais se buscava diretamente a escuta e compreensão dos não indígenas —, foi constituída a língua guarani, língua costumeiramente constituída em todas as práticas de linguagem que ocorrem dentro da *Opy*.

Já as atividades dos grandes encontros da ASIE-SC no contexto laklãnõ-xokleng foram planejadas para acontecer em diferentes locais em diferentes períodos do dia. De manhã e de tarde, as atividades ocorreriam dentro das escolas da TI Ibirama-Laklãnõ¹³ — dentro da escola Laklãnõ, fotografada na fig. 11, no primeiro grande encontro, em agosto de 2015; na escola Vanhecu Patté, fotografada na fig. 12, no segundo, em outubro de 2015; e na escola João Bonelli, fotografada na fig. 13, no terceiro e quarto encontros, ocorridos respectivamente em março e novembro de 2016. As atividades à noite ocorreriam fora da escola, ao redor do fogo — veja-se a fig. 14 para o primeiro grande encontro, a fig. 15 para o segundo e a fig. 16 para o terceiro e o quarto.

¹³ A TI Ibirama-Laklãnõ, com 14.084 hectares, localizada no Alto Vale do Itajaí, foi a reserva — inicialmente denominada “Duque de Caxias” — na qual os Laklãnõ-Xokleng foram confinados pelo SPI na nova era *fora do mato*, a partir da *pacificação* ocorrida em 1914 (LOCH, 2004; WITTMANN, 2005; WITTMANN, 2011). Desde 1998, os Laklãnõ-Xokleng estão lutando — ainda infrutiferamente, porém — para que o tamanho da área seja ampliado para 37.018 hectares — com base num estudo de identificação e delimitação da área efetivado na altura pela FUNAI a partir de depoimentos dos sábios-anciões quanto à identificação de locais de antigas aldeias, cemitérios, sítios arqueológicos e outros lugares sagrados e de uso tradicional.

Figura 11: Interior da escola Laklãnõ durante o I Grande Encontro Laklãnõ-Xokleng da ASIE-SC.



Fonte: Fotografia do autor, 2015.

Figura 12: Interior da escola Vanhecu Patte durante o II Grande Encontro Laklãnõ-Xokleng da ASIE-SC.



Fonte: Fotografia do autor, 2015.

Figura 13: Escola João Bonelli durante o III Grande Encontro Laklãnõ-Xokleng da ASIE-SC.



Fonte: Fotografia do autor, 2015.

Figura 14: Anciões e professores ao redor da fogueira durante o I Grande Encontro Laklãnõ-Xokleng da ASIE-SC.



Fonte: Fotografia do autor, 2015.

Figura 15: Anciões e alunos ao redor do fogo durante o II Grande Encontro Laklãnõ-Xokleng da ASIE-SC.



Fonte: Fotografia do autor, 2015.

Figura 16: Fogueira na área externa da escola João Bonelli durante o IV Grande Encontro Laklãnõ-Xokleng da ASIE-SC.



Fonte: Fotografia do autor, 2016.

As razões para as escolas laklãnõ-xokleng terem sido escolhidas como locais para sediar as atividades matutinas e vespertinas dos grandes encontros estão relacionadas não apenas com o fato dos prédios das escolas possuírem espaço suficiente para acomodarem o público esperado. Elas também estão ligadas ao fato de, em grande medida por terem ficado sob tutela do SPI e da FUNAI durante tantas décadas — foi sob o comando dessas instituições que as escolas foram introduzidas nas suas terras já na década de 1940 (WEBER, 2007) —, os Laklãnõ-Xokleng já terem se acostumado com a escola como espaço privilegiado para o ensino-aprendizagem: hoje em dia entendem que, se é para se falar de educação, as escolas são o espaço adequado para tanto.

Como pode ser observado parcialmente nas figs. 11 e 12, a organização dos espaços para as atividades diurnas espelhava a das salas de aula — cadeiras organizadas em fileiras paralelas defronte à mesa das autoridades. Nesse arranjo espacial, habitual em atividades acadêmico-escolares, os professores Laklãnõ-Xokleng ficaram surpresos e contrariados quando, durante o primeiro grande encontro, os anciões convidados enquanto especialistas em educação laklãnõ-xokleng recusaram com veemência o convite a ocuparem as cadeiras reservadas para eles na mesa de autoridades. Em prol de se evitar uma nova situação de constrangimento, o espaço foi organizado de forma diferente em encontros posteriores, como pode se ver na fig. 13.

É inegável o caráter translíngue (GARCÍA, 2009) das práticas de linguagem laklãnõ-xokleng, nas quais recursos do laklãnõ-xokleng e do português são combinados em função da performance identitária dos falantes e dos seus propósitos comunicativos. Todavia, é possível afirmar que, dentro da organização espacial descrita acima, as práticas de linguagem entre os anciões e professores Laklãnõ-Xokleng constituíram um português translíngue e não um laklãnõ-

xokleng translíngue, particularmente por os não falantes de laklãnõ-xokleng termos podido acompanhar as discussões e participar ativamente nelas.

À noite, porém, a situação era diferente. Dispostos ao redor da fogueira — quer na área externa da escola Laklãnõ, na fig. 14; quer dentro da casa de artesanato erguida atrás da escola Vanhecu Patte, na fig. 15; quer sob o telhado de palha da construção anexa à escola João Bonelli, na fig. 16 — os mesmos indivíduos que durante o dia tinham passado horas constituindo um português translíngue dentro da escola, espontaneamente performavam suas práticas de linguagem num laklãnõ-xokleng translíngue. Tal fenômeno pôde ser testemunhado em todos e cada um dos encontros: independentemente do tema tratado, os Laklãnõ-Xokleng fluíam espontaneamente na sua língua nativa ao redor da fogueira, com as gargalhadas hilárias e contagiantes que costumam ressoar nas suas práticas nessa língua. Independentemente do tema abordado, o público assistente se embrenhava com entusiasmo na escuta das palavras dos sábios e anciões que, ao redor do fogo — ao contrário do que no interior da escola —, se sentiam confortáveis para assumirem o seu papel de autoridades e se dirigirem enquanto tais aos seus parentes, em laklãnõ-xokleng.

Outros locais que os professores Laklãnõ-Xokleng consideram particularmente adequados para o fluxo da língua laklãnõ-xokleng é no mato e à beira do rio. Nesses espaços, de acordo com os seus depoimentos, as práticas de linguagem são substancialmente diferentes daquelas que acontecem dentro da escola. Os seguintes depoimentos a esse respeito foram enunciados durante o I Grande Encontro Laklãnõ-Xokleng da ASIE-SC:

Aqui [dentro da escola] é o ambiente que o ancião vai contar a história de uma maneira. Ali fora ele vai contar de outra forma. São todas essas coisas... Então...

no mato, são outras coisas. E aí começa a vir passar filme na mente dos anciões e eles começam a lembrar das coisa pra contar (Copacãm Tschucambang, registro audiovisual disponível em: <https://vimeo.com/202546511>).

Eu sei o nome das madeiras, dos animais, porque eu me criei — alguns mais velhos sabem — que eu me criei com a minha vó, meu tio Munhã, desde pequeno ia no mato com ele. Então, nome de muitas madeira eu sei. Agora, tanto tempo que não fui mais pro mato que até esqueci. Eu vendo, vou lembrar. Agora, imagina as pessoas que nunca tiveram no mato... Nunca vão saber! (Copacãm Tschucambang, registro audiovisual disponível em: <https://vimeo.com/202542195>).

Hoje nossos filho, meus neto, não sabe nada [...] que nem meus filho, não tiveram tempo de eu chegar e levar eles lá, “vamo aprender aqui: o nome dessa madeira é assim, o nome daquela é assim...” Eles têm que tar na escola. Eu já fui diferente: eu ia pra escola, ficava, uns dias ia lá pescar com os meus pai, lá ele me ensinava o nome dos peixe... Então aí voltava pra escola, ficava uns três, quatro dia. Então parece que ficou... antigamente era melhor, e hoje tá difícil. (João Paté, registro audiovisual disponível em: <https://vimeo.com/202542500>).

A partir das palavras do professor e liderança Copacãm Tschucambang e do ancião e sábio João Paté, é possível apontar mais uma vez para o vínculo entre espaço, tempo, conhecimento e língua. Certos locais favorecem a enunciação de certos discursos, sobre certos conhecimentos, enunciados através de certas palavras e línguas. Ao redor da fogueira, no mato ou na beira do rio, discursos e memórias abrem passagem para as palavras e a língua através das quais foram vivenciados originalmente. Para que essa língua possa ser ensinada a novos aprendizes, esses lugares não apenas precisam ser revisitados como frequentados com assiduidade — para tanto, a

disponibilidade de tempo é essencial. Para os Laklânõ-Xokleng, o fato de não estarem frequentando mais esses lugares e de não disporem de tempo para tal fim — por terem que empregar esse tempo em outros espaços, como, por exemplo, no interior das escolas, nos quais a língua laklânõ-xokleng não é constituída — resulta prejudicial para que os membros das novas gerações consigam aprender a língua com os seus parentes mais velhos.

Contudo, para que possam ser frequentados, é necessário, em primeiro lugar, que os lugares onde os discursos e línguas indígenas têm sido tradicionalmente performados ainda se encontrem acessíveis. Porém, na TI Xapecó, vítima de uma exploração ambiental desmesurada durante décadas — na qual residem atualmente mais de 5000 Kaingang —, esses lugares virtualmente não existem mais, não estando mais, portanto, à disposição de estudantes e professores:

A realidade é diferente: não tem mais matas. Talvez isso seja nossa grande dificuldade. Então, o que trabalhar agora dentro das leis que garante pra nós? Mas o que que eu vou trabalhar enquanto professor Kaingang? Que conteúdos eu vou trabalhar com os meus alunos quando quer que eles continuem sendo povo Kaingang? Outra coisa: quando não tem-se mais a mata, muda todo o sistema. As roças, por exemplo, muda todo o sistema... não existe mais. (Pedro Kresó de Assis, registro audiovisual disponível em: <https://vimeo.com/202545344>).

Meu esposo... várias vezes nós dois em casa, olhando para poucos de mata que nós temos. Até muitas vezes nós comentava: “por que será que os pássaro, os animais que existia no mato no passado, estão sumindo?” [...] Queremos uma reserva para criar, criar a mata, criar as abelha, criar caça. Não para granjear, não para envenenar a terra. Para criar peixe, não para contaminar as água, os rio, que antes nós não tomava água com cloro, nós tomava água pura, água natural,

fazia bem para o nosso organismo. E hoje estão tudo diferente. Quantos vêm que é diferente nas aldeia? Eu vejo que é diferente, porque muitos estão acabando com as mata nas aldeia [...] Nós temos até medo de tirar [ervas, plantas] no meio das granja, porque nós temos medo até de comer algumas comida intoxicada de veneno. Nós temos medo até de beber a água dos rios! (Marilene Feliciano, registro audiovisual disponível em: <https://vimeo.com/202545432>).

Tal como afirmado por Silva (2002) e Fernandes e Piovezana (2015), a mata virgem — por ela ter representado tradicionalmente a fonte por excelência de alimento e de remédio, assim como por ela ser a morada dos espíritos e dos guias animais que dão poder aos xamãs ou *kuiã* Kaingang — tem desempenhado desde tempos imemoriáveis um papel estratégico na mitologia, ideologia e sociologia Kaingang — o próprio etnônimo *Kaingang* significa “homens do mato”. A extinção da mata virgem do universo kaingang, junto à acirrada poluição do meio-ambiente por parte das atividades do agro-negócio, tem acarretado a transformação radical de “todo o sistema”, do processo social kaingang como um todo e, com ele, das práticas de linguagem que ocorrem dentro dele e que outrora constituíam a língua kaingang.

É significativo apontar aqui que todos os grandes encontros kaingang da ASIE-SC foram planejados pelos professores para ocorrerem exclusivamente dentro das escolas ou de espaços organizados de forma análoga à sala de aula — dentro da escola Cacique Vanhkrê, na fig. 17, em setembro de 2015 e novembro de 2016; dentro de um galpão, na fig. 18, anexo à escola Cacique Pirã, em outubro de 2015; e dentro da escola Fen’no, na fig. 19, em março de 2016. De acordo com a teoria em favor da qual arguo nas considerações finais a seguir, não surpreende, portanto, que dentro desses espaços — e, conseqüentemente, em todos os encontros kaingang da ASIE-SC — a única língua constituída fosse o português translíngue.

Figura 17: A escola Cacique Vanhkrê durante o I Grande Encontro Kaingang da ASIE-SC.



Fonte: Fotografia do autor, 2015.

Figura 18: Galpão anexo à escola Cacique Pirã durante o II Grande Encontro Kaingang da ASIE-SC.



Fonte: Fotografia do autor, 2015.

Figura 19: Escola Fen'no durante o III Grande Encontro Kaingang da ASIE-SC.



Fonte: Fotografia do autor, 2016.

5. Línguas como processos sociais e demarcação de terras indígenas

Com base no relato etnográfico acima, no qual expus uma pequena parte do meu trabalho de campo junto aos meus parceiros Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng, é possível agora sistematizar a contribuição que trago aqui para a reinvenção e fundamentação teórica das línguas indígenas enquanto processos sociais — compreensão natural da linguagem desde uma perspectiva etnográfica, segundo Blommaert (2009).

Em prol dessa reinvenção, recorro a Bakhtin (2006, p. 126), para quem a linguagem é um fluxo ou “corrente de comunicação verbal ininterrupta”. Essa corrente é composta por “ações executadas por gente num ambiente social” (BLOMMAERT, 2009, p. 264), ações semióticas — enunciações, nos termos de Bakhtin (2006) — que são um produto da interação social — “realidade fundamental” ou “verdadeira substância” da língua (BAKHTIN, 2006, p. 125) — e cuja forma e conteúdo são determinados pela situação em que são produzidas. Recorro também a Pennycook (2010, p. 1), para quem a linguagem é uma forma de ação em lugares e tempos específicos, uma “prática local por meio da qual as línguas constituem um produto das atividades profundamente sociais e culturais nas quais as pessoas se engajam”.

Assim, se as línguas consistem numa série de práticas e ações locais em tempos e espaços específicos, elas precisam ser consideradas criações histórico-geográficas e não podem “ser tratadas de forma autônoma em relação ao fluxo mais geral de mudanças histórico-geográficas” (HARVEY, 1996, p. 88). Ademais, se a linguagem é ação histórico-geográfica, os falantes não podem ser considerados usuários das línguas e sim “fazedores de línguas, que é, por sinal, o seu papel natural na evolução infinda da comunicação humana” (HARRIS, 2010, n.p).

Pode-se dizer, assim, que, reinventadas à luz da definição de processos sociais de Harvey (1996, p. 79), as línguas e as correntes de ações semióticas que as constituem resultam da articulação dos seguintes elementos: 1) práticas materiais; 2) instituições; 3) relações sociais; 4) poder; 5) discursos; 6) crenças, valores e desejos. As línguas “internalizam” todos os elementos dos processos sociais. Porém, cada um desses elementos em si mesmo internaliza todos os outros, pois cada um deles “é constituído enquanto relação interna dos outros dentro do fluxo de vida material e social” (HARVEY, 1996, p. 80).

As práticas materiais organizam tempos e espaços em arranjos específicos, enquanto, simultaneamente, tempos e espaços específicos e os seus arranjos favorecem certas práticas materiais em detrimento de outras. Por internalizarem todos os elementos dos processos sociais, arranjos espaço-temporais e as práticas materiais a eles relacionados estabelecem ordens sociais particulares ao alocarem certos indivíduos e atividades em tempos e espaços específicos, estabelecendo assim hierarquias ao atribuírem poder de forma desigual aos sujeitos nelas engajados. Quando arranjos espaço-temporais, práticas materiais e relações sociais e de poder se firmam de forma duradoura, firmam-se instituições. As instituições, por sua vez, manifestam e reificam — e encontram sustento em — certas crenças, valores e desejos, favorecendo certos discursos enquanto inibem outros. Os processos sociais resultam da articulação de todos esses momentos, assim como fazem, quando compreendidas enquanto processos sociais, as línguas.

A educação escolar indígena constitui hoje um direito apenas por ter se tornado primeiramente uma obrigação e uma necessidade da qual os indígenas dependem para a sua sobrevivência econômica e cultural em decorrência do assédio do capitalismo que usurpa, explora, desmata e polui as suas terras. Esse direito é intercultural

porque os indígenas têm se apropriado da escola enquanto ferramenta de defesa e sobrevivência que deve servir aos propósitos e interesses da sua luta política. O ensino-aprendizagem de línguas indígenas constitui, dentro desse paradigma educacional e político, também um direito intercultural, que deve ser garantido dentro de uma educação escolar diferenciada, intercultural e bilíngue. Porém, para que essa aprendizagem resulte bem sucedida e sirva realmente aos interesses das comunidades, é necessário desinventar e reinventar as línguas em prol da superação das consequências insidiosas da invenção colonial das mesmas.

Os grandes encontros de especialistas em educação indígena organizados no âmbito do programa de formação de professores *Ação Saberes Indígenas na Escola* em Santa Catarina ilustraram, da mesma forma que este artigo buscou ilustrar, que certos tempos-espacos, como, por exemplo, o interior da *Opy* para os Guarani e ao redor da fogueira, no mato ou à beira do rio para os Laklãnõ-Xokleng — e não outros, principalmente se obedecerem à organização espaço-temporal tradicional das salas de aula — propiciam certas práticas materiais que favorecem uma ordem social na qual os mais velhos e os sábios acreditados pelos princípios epistemológicos indígenas recebem, e se sentem confortáveis para receber, o grau mais alto de poder simbólico. No âmbito das práticas materiais propiciadas por esses espaços-tempos e seus arranjos, suas crenças, valores e desejos podem ser transmitidos através dos seus discursos, favorecidos pelas instituições construídas com base neles. Os processos sociais guarani, kaingang e laklãnõ-xokleng eram assim até a violenta transformação do seu tempo-espaco. Essa era sua língua, a língua que tanto desejam conseguir aprender e ensinar através de uma escola diferenciada, intercultural e bilíngue.

Em prol do fortalecimento das línguas indígenas e do seu ensino e aprendizagem, os espaços-tempos indígenas e as práticas materiais, relações sociais e de poder, instituições, discursos, crenças, valores e desejos associados a eles — isto é, seus processos sociais como um todo — precisam ser fortalecidos. A medida mais eficaz para tanto, defendem eles, é a demarcação das suas terras, política indispensável, portanto, para o fortalecimento das suas línguas; política indispensável, linguisticamente ou não, para a sua sobrevivência.

Referências

AFFONSO, A. M. R. Y. *De pessoas e palavras entre os Guarani-Mbya*. 2014. 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BLOMMAERT, J. Ethnography and democracy: Hymes's political theory of language. *Text & Talk*, v. 29, n. 3, p. 257-276, 2009.

BLOMMAERT, J.; DONG J. *Ethnographic fieldwork: a beginner's guide*. Bristol: Multilingual Matters, 2010.

BORGES, L. C. Os Guarani Mbyá e a categoria tempo. *Tellus*, v. 2, n. 2, p. 105-122, 2002. Disponível em: <http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/14/24>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRIGHENTI, C. A. Terras Indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, A. L. V.; ROSA, H. A.; BRINGMANN, S. F. (eds.). *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012. p. 255-277.

BRIGHENTI, C. A.; NÖTZOLD, A. L. V. Educação guarani e educação escolar: Desafios da experiência mbya e nhandeva. *Cadernos do LEME*, v. 2, n. 2, p. 22-40, 2010. Disponível em: <http://www.leme.ufcg.edu.br/cadernosdoleme/index.php/e-leme/article/view/24/22>. Acesso em: 29 jan. 2019.

CAVALCANTI, M. C. Applied Linguistics: Brazilian perspectives. *AILA Review*, v. 17, p. 23-30, 2004.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. *Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil* – dados de 2016. Disponível em: https://www.cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2016-Cimi.pdf. Acesso em: 29 jan. 2019.

CLIFFORD, J. Introduction: partial truths. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E. (eds.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1986. p. 1-26.

D'ANGELIS, W. R. *Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2012.

DAVIES, C. A. *Reflexive ethnography: a guide to researching selves and others*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1999.

ERICKSON, F. Qualitative methods. In: LINN, R. L.; ERICKSON, F. (eds.). *Qualitative methods: a project of the American Educational Research Association*. Londres; Nova Iorque: Macmillan Publishing Company, 1990. p. 75-194.

FERNANDES, R. C.; PIOVEZANA, L. Perspectivas kaingang sobre o direito territorial e ambiental no sul do Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. 18, n. 2, p. 115-132, 2015.

GARCÉS, F. Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (eds.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, & Instituto Pensar, 2007. p. 217-242.

GARCÍA, O. *Bilingual education in the 21st century: a global perspective*. West Sussex: Wiley Blackwell, 2009.

GEERTZ, C. *The interpretation of cultures: selected essays* by Clifford Geertz. Nova Iorque: Basic Books, 1973.

GUEROLA, C. M. “Às vezes tem pessoas que não querem nem ouvir, que não dão direito de falar pro indígena”: A reconstrução intercultural dos direitos humanos lingüísticos na escola Itaty da aldeia guarani do Morro dos Cavalos. 2012. (Dissertação em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PLLGO513-D.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

GUEROLA, C.M. A reconstrução intercultural dos direitos humanos lingüísticos escolares guarani: horizontes sociais e letramento. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 53, p. 225-241, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-18132014000100012>. Acesso em: 28 jan. 2019.

GUEROLA, C. M. A disciplinarização letrada das línguas indígenas no Sul do Brasil: uma abordagem discursiva. *Estudos Linguísticos*, v. 44, p. 559-573, 2015a. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/994/576>. Acesso em: 28 jan. 2019.

GUEROLA, C. M. Proporcionar aos índios a valorização das suas línguas?! Problemas discursivos na diferenciação da escola indígena. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 15, p. 779-807, 2015b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-639820156311>. Acesso em: 28 jan. 2019.

GUEROLA, C. M. “Os alunos teriam que estudar para poder comprar comida”: a escola guarani como necessidade, obrigação e direito. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, p. 1-25, 2017a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782017227159>. Acesso em: 28 jan. 2019.

GUEROLA, C. M. “*Se nós não fosse guerreiro nós não existia mais aqui*”: ensinoaprendizagem de línguas para fortalecimento da luta Guarani, Kaingang e Laklãnô-Xokleng. 2017b. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PLLGo674-T.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

GUEROLA, C. M. Guarani, Kaingang e Laklãnô-Xokleng em Santa Catarina: Terra, história e política linguística. *PAPIA*, v. 28, p. 51-81, 2018. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/3031/pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.

HARRIS, R. *Integrationism: a very brief introduction*. 2010. Disponível em: http://www.royharrisonline.com/integrational_linguistics/integrationism_introduction.html. Acesso em: 29 jan. 2019.

HARVEY, D. *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford: Blackwell, 1996.

HEATH, S. B.; STREET, B. *On ethnography: approaches to language and literacy research*. New York: Teachers College Press, 2008.

KLEIMAN, A. O estatuto disciplinar da Linguística Aplicada: o traçado de um percurso, um rumo para o debate. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (eds.). *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 51-77.

KLEIMAN, A. ; CAVALCANTI, M. C. O DLA: uma história de muitas faces, um mosaico de muitas histórias. In: KLEIMAN, A.; CAVALCANTI, M. C. (eds.). *Linguística Aplicada: suas faces e interfaces*. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 9-26.

KLEIMAN, A. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações. In: MOITA LOPES, L. P. (ed.). *Linguística aplicada na modernidade recente: Festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 39-58.

LOCH, S. *Arquiteturas xoklengs contemporâneas: uma introdução à antropologia do espaço na Terra Indígena de Ibirama*. 2004. Dissertação (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88156/205561.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 jan. 2019.

MAANEN, J. *Tales of the field. On writing ethnography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. Disinventing and reconstituting languages. In: MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (eds.). *Disinventing and reconstituting languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 2006. p. 1-41.

MASON, J. *Qualitative researching*. London: SAGE, 1996.

MOITA LOPES, L. P. A transdisciplinaridade é possível em Linguística Aplicada? In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (eds.). *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 113-128.

MOITA LOPES, L. P. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (ed.). *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006a. p. 85-107.

MOITA LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, L. P. (ed.). *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006b. p. 13-44.

NACKE, A.; BLOEMER, N. M. S. As áreas indígenas Kaingang no oeste catarinense. In: NACKE, A. (ed.). *Os Kaingang no Oeste Catarinense: tradição e atualidade*. Chapecó: Argos, 2007. p. 43-77.

PENNYCOOK, A. *Language as a local practice*. Abingdom & New York: Routledge, 2010.

SALVARO, T. D. *De geração em geração e o lápis na mão: o processo de revitalização da língua kaingang na educação escolar indígena/Terra Indígena Xapecó - SC. 2009. Dissertação (Mestrado em história) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/93325/263916.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 jan. 2019.*

SANTOS, S. C. A barragem de Ibirama e os índios. *Geosul*, v. 2, n. 4, p. 42-47, 1987. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12673>. Acesso em: 29 jan. 2019.

SIGNORINI, I. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em Linguística Aplicada. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (eds.). *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 99-110.

SILVA, S. B. Dualismo e cosmologia kaingang: o xamã e o domínio da floresta. *Horizontes Antropológicos*, v. 8, n. 18, p. 189-209, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v8n18/19062.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.

SOUSA SANTOS, B. *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Trilce, 2010.

SOUZA, L. M. T. M. Entering a culture quietly: writing and cultural survival in indigenous education in Brazil. In: MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (eds.). *Disinventing and reconstituting languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 2006. p. 135-169.

SPRY, T. Performing autoethnography: an embodied methodological praxis. *Qualitative Inquiry*, v. 7, n. 6, p. 706-732, 2001. Disponível em: <http://www.nyu.edu/pages/classes/bkg/methods/spry.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.

WEBER, C. *Tornar-se professora Xokleng/Laklãnõ: escolarização, ensino superior e identidade étnica. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90249/247688.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 jan. 2019.*

WIIK, F. B. Doenças e transformação sociocultural entre os índios Xokleng. *Revista de Divulgação Cultural*, v. 20, n. 64, p. 59-67, 1998.

WITTMANN, L. T. *Atos do contato: histórias do povo indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281423/1/Wittmann_LuisaTombini_M.pdf. Acesso em: 29 jan. 2019.

Agradecimentos

Meu mais sincero agradecimento a todas as comunidades e professores Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng com quem tenho tido o privilégio de trabalhar ao longo destes anos. Agradeço também à CAPES e ao CNPq pelas bolsas de estudo que possibilitaram a elaboração da minha dissertação de mestrado e da minha tese de doutorado, assim como ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, à Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica e à Ação Saberes Indígenas na Escola em Santa Catarina.

Como citar

GUEROLA, Carlos Maroto. A demarcação de terras indígenas como política linguística. *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p. 102-143, 2018.

Recebido em 31/01/2019 e aceito em 18/04/2019

“Yo hablo un perfeito portuñol”: Indexicalidade, ideologia linguística e desafios da fronteira a políticas linguísticas uniformizadoras

Daniel do Nascimento e SILVA¹
Adriana Carvalho LOPES²

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), dnsfortal@gmail.com, orcid.org/0000-0002-6098-5185

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), adrianaclopes14@gmail.com, orcid.org/0000-0002-6068-8308.

RESUMO Este artigo tem um duplo objetivo, um teórico e outro empírico. Teoricamente, o artigo revisita os conceitos de ideologias linguísticas e indexicalidade, entendidas como chaves teóricas utilizadas por estudos recentes sobre práticas comunicativas situadas que evitam tomar o “dado” linguístico em seu valor de face, isto é, que buscam problematizar o caráter interacional do “dado” e a feição ideológica, portanto interessada, das crenças sobre linguagem envolvidas na própria geração do dado. Empiricamente, este estudo parte de duas interações, das quais fomos diferentemente participantes, para problematizar a importância de levar em consideração uma atenção às crenças sobre a linguagem – hegemônicas e alternativas – e à indexicalidade de eventos de geração de dados, como as entrevistas, na própria teorização sobre linguagem. Partindo das projeções de Fabian Severo e Dilma Rousseff sobre língua padrão, portunhol e diversidade linguística, nos eventos de que participamos, questionamos as lentes padronizadoras da diversidade linguística.

ABSTRACT This paper has a twofold objective – a theoretical and an empirical one. Theoretically, the article revisits the concepts of language ideologies and indexicality, understood as theoretical keys deployed by

scholarship on language that avoids taking the linguistic data at face value, i.e., scholarship that seeks to gauge the interactional character of the data and its ideological hence interested facet of beliefs about language in the very gathering of the data. Empirically, the study centers on two pieces of interaction, of which we differently participated, in order to problematize the importance of taking into account the beliefs about language – both hegemonic and alternative – and the indexicality of events such as interviews in the very theorizing of language. By analyzing the communicable projections by Fabian Severo and Dilma Rousseff about standard language, Português and linguistic diversity, we question the very uniformizing lenses of linguistic diversity.

PALAVRAS-CHAVE fronteira. indexicalidade. ideologia linguística. Fabian Severo. Dilma Rousseff.

KEYWORDS border. indexicality. linguistic ideology. Fabian Severo. Dilma Rousseff.

Introdução

Treis

Noum sei como será nas terra sivilisada
mas ein Artigas
viven los que tienen apeyido.

Los Se Ninguéim
como eu
semo da frontera
neim daquí neim dalí.

No es nosso u suelo que pisamo
neim a lingua que falemo.

(Fabian Severo, Noite nu norte, 2013, p. 12.)

Uma questão importante que se pode extrair da experiência de se viver em um estado-nação como o Brasil, que continuamente se reinventa nos termos da padronização e da uniformização de “sua cultura pública” e “sua língua nacional”, é: como lidamos com a diversidade num país que a toda hora reivindica o Padrão como medida?

Neste texto, procuramos delinear algumas nuances políticas e ideológicas dessa questão, assim como buscamos observar empiricamente como dois sujeitos situados, diferentemente, “à margem” ou “na fronteira”, respondem a ela. Assim, empiricamente, partiremos de uma entrevista com o poeta Fabian Severo, nascido na fronteira do Uruguai com o Brasil, região em que, ao lado do que se convencionou chamar português e espanhol padrões, comumente se fala portunhol – forma linguística híbrida resultante do contato entre português e espanhol – e de um discurso de Dilma Rousseff realizado também em portunhol, para apontar como esses sujeitos racionalizam os enquadres de uniformização a que suas práticas

são submetidas e como efetuam alianças para além de imaginações de uniformidade, pureza e circunscrição. Teoricamente, o texto dialoga com as noções de “ideologia linguística” e “indexicalidade”, entendidas como chaves teóricas utilizadas por estudos recentes sobre práticas comunicativas situadas que evitam tomar o “dado” linguístico em seu valor de face, isto é, que buscam problematizar o caráter interacional do “dado” e a feição ideológica, portanto interessada, das crenças sobre linguagem – tanto de quem é pesquisado quanto de quem pesquisa – na própria geração do dado.

O texto a seguir se organiza da seguinte forma. A seção 2 aborda a imaginação monolíngue que tem enquadrado o que se entende por forma padrão do português e a própria situação de diversidade linguística do Brasil. Nessa sessão e na seguinte, revisitamos o conceito de ideologia linguística, dando especial atenção à “cultura do Padrão monoglota”, termo cunhado por Silverstein, para pensar as crenças sobre norma padrão no contexto estadunidense – bastante semelhante aos contextos brasileiro e uruguaio. A seção 4 aborda o conceito de indexicalidade e a importância dele para compreender a história interacional dos dados que informam a presente pesquisa. A seção 5 trata do discurso metapragmático ou reflexivo de Fabian Severo e Dilma Rousseff, que diferentemente racionalizaram oportunhol como uma forma de se posicionar diante da naturalização da cultura do Padrão monoglota.

1. Peles multilíngues, máscaras monolíngues

Em 1999, Marilda Cavalcanti publicou um estudo de fôlego, que mapeava os estudos de educação bilíngue do Brasil, ao mesmo tempo em que fotografava o cenário multilíngue do país. Nesse artigo, Cavalcanti (1999) propõe que a invisibilização do multilinguismo no

Brasil – com exceção do bilinguismo envolvendo línguas de prestígio, conhecido como “bilinguismo de elite” – anda de mãos dadas com uma poderosa ideologia: a de que o Brasil é um país monolíngue. De fato, a autora aponta que essa ideologia não é exclusiva do Brasil:

Não é somente no Brasil que essa imagem de cenário monolíngue predomina. Mesmo se tendo a informação de que o bilinguismo está presente em praticamente cada país do mundo – Grosjean (1982, p. 7) diz que certa da metade da população mundial é bilíngue – segundo Romaine (1995, p. 9), é o monolingüismo que representa a norma, é o monolingüismo que é a base para os estudos linguísticos. De fato, para a autora, o monolingüismo deveria ser tratado como caso especial, como desvio da norma, e o bilinguismo deveria representar a norma. Diz ainda a autora (ROMAINE, 1995, p. 8): Há cerca de trinta vezes mais línguas do que há países. Isso implica a presença do bilinguismo em praticamente todos os países do mundo (CAVALCANTI, 1999, p. 388).

Assim, mesmo que as comunidades indígenas, surdas e de imigrantes utilizem cerca de 200 línguas diferentes no Brasil e mesmo que haja “cerca de trinta vezes mais línguas do que há países” no mundo, um curioso valor linguístico – o monolingüismo – parece ser naturalizado como o *default* das interações, como lente por meio da qual se olha para cenários sociolinguisticamente complexos, no Brasil e além dele (ver GRAMLING, 2016).

Cavalcanti correlaciona ainda a condição de invisibilidade dos contextos bilíngues de minorias (como os indígenas, de imigrantes, de comunidades de fronteira e surdos) com o fato de, em tais contextos, as línguas ou variedades de línguas utilizadas serem, de alguma forma, “estigmatizadas”. Tais contextos multilíngues minoritários envolvem sempre, em alguma medida, “alguma variedade de baixo prestígio do português ou de outra língua lado a lado com a variedade

de português convencionada como padrão” (CAVALCANTI, 1999, p. 388). Embora Cavalcanti não torne explícito em seu texto, é possível ler de sua densa discussão que o que se convencionou como português padrão está, de alguma forma, associado a uma imaginação de país monolíngue – portanto, (tido como) uniforme.

Em texto publicado três anos antes do mapeamento de Cavalcanti, Michael Silverstein (1996) faz uma conexão explícita entre norma padrão e ideal monolíngue nos Estados Unidos. Para ele, os problemas “essencialmente sociopolíticos do plurilinguismo” na sociedade são metrificados, racionalizados e, frequentemente, decididos nos termos de um ideal monolíngue de nação (CAVALCANTI, 1999, p. 284). Partindo de uma extensiva análise de comentários sobre a língua em jornais, Silverstein começa o seu ensaio argumentando que, embora o “plurilinguismo societal esteja em todo lugar ao nosso redor”, a noção de língua padrão funciona como reivindicação de Cultura pública uniforme. Ou seja, a língua padrão funciona como importante métrica e parâmetro da (suposta) uniformidade cultural de nações como Estados Unidos e Brasil. Nas palavras do autor, pelo fato de vivermos em um Estado nação que “perpetuamente tenta se constituir como uma sociedade oficialmente unificada com uma Cultura pública uniforme”, uma das formas de circunscrever as arestas dessa cultura é por meio da linguagem – “na forma da reivindicação ou oposição a algo que [...] chamarei de Padrão” (CAVALCANTI, 1999, p. 284).

Assim, Silverstein problematiza o que ele chama de uma “cultura do Padrão monoglota”, frequentemente invocada para racionalizar ou justificar a variação e a diferenciação linguísticas. Perceba que estamos utilizando os próprios termos que Silverstein utilizara em texto pioneiro, de 1979, em que ele definia ideologias linguísticas: “quaisquer conjuntos de crenças sobre língua articulados pelos usuários como uma racionalização ou justificação de estrutura e uso linguístico percebidos” (SILVERSTEIN, 1979, p. 193). Assim, a

cultura do Padrão monoglota, como qualquer ideologia linguística, “é um ideal [que] subjaz à compreensão que as pessoas têm do uso linguístico em sua comunidade” e que “está por trás ou é pressuposto pelo modo como as pessoas entendem o comportamento sociolinguístico como performance de uma ordem coletiva (social, “natural”, divina ou qualquer outra)” (SILVERSTEIN, 1996, p. 285). Ideologias linguísticas são modos coletivos de atribuir sentido ao comportamento e à ação “interpessoalmente consequentes” (SILVERSTEIN, 1996, p. 285) – ou, como Irvine e Gal iriam propor em 2000, ideologias linguísticas são *ideologias* e não meras “visões” de linguagem porque “elas são repletas das questões políticas e morais que se alastram num campo sociolinguístico particular e são *sujeitas aos interesses da posição social de seus portadores*” (IRVINE; GAL, 2000, p. 35, grifo nosso). Ao grifar o último sintagma gostaríamos de sublinhar o caráter interessado das ideologias linguísticas, algo que pode ser localizado na posição social de quem enuncia uma determinada ideologia – de forma que, em vista do inerente conflito de classes de uma sociedade, ideologias linguísticas também se situam no campo da disputa e da controvérsia.

Em diálogo com a obra de Franz Fanon (2008 [1952]), “Pele Negra, Mascaras Brancas”, em que esse influente pensador destaca que o homem negro (a pele negra) não é uma realidade fenotípica, mas um processo de significação e distinção construído pelo homem branco e seu olhar colonizador, entendemos que as “máscaras monoglotas” são ideologias linguísticas interessadas, que não se restringem, apenas, ao contexto nacional brasileiro, pois se trata de um tropo da “semiose colonial” (MIGNOLO, 2003). Nesse sentido, a cultura do padrão monoglota pode ser vista como parte de uma grande narrativa colonial que apaga ou hierarquiza histórias e falares locais, colocando a perspectiva europeia, branca e masculina como um saber universal e neutro, como uma métrica, um ponto de referência e de chegada.

2. Ideologia (e estrutura) linguística

Além de serem situadas e interessadas, ideologias linguísticas têm uma relação direta com a estrutura linguística, porque elas objetivam determinados segmentos das línguas, tornando esses segmentos o foco de analogias e reanálises e, conseqüentemente, o objeto de atenção metapragmática (ou reflexiva). Cremos que algumas palavras sobre objetificação, analogia e reanálise seriam importantes aqui. Silverstein parte sobretudo do pensamento de Benjamin Lee Whorf para pensar os padrões socioculturais que os usuários das línguas coletivamente elaboram a partir da análise nativa e relativamente inconsciente de determinados fenômenos que ocorrem nas práticas linguísticas de que participam.

Tais padrões socioculturais são ideologias linguísticas também no sentido da analogia em Saussure, isto é, estruturalmente, eles são projeções de fenômenos de uma ordem de fatos gramaticais a outras ordens, socioculturais inclusive. No conhecido ensaio “The relation of habitual thought and behavior to language”, Whorf (1995 [1941]) observou diferenças marcantes entre as formas de falar [*fashions of speaking*] sobre o tempo e outras categorias entre os falantes de línguas Standard Average European (doravante, SAE), como o inglês, o português e o espanhol, e os falantes do Hopi, uma língua Uto-Asteca do nordeste do Arizona. Whorf observou, por exemplo, que as línguas SAE fazem diferença entre nomes individuais e nomes de massa e projetam, via analogia, propriedades semântico-gramaticais do primeiro grupo para o segundo. Nomes individuais “denotam corpos com arestas definidas: ‘uma árvore, um graveto, um homem, uma colina’” (WHORF, 1995, p. 69). Nomes de massa “denotam contínuos homogêneos sem arestas implicadas”, como água, tempo, farinha. Cada classe de nomes tem propriedades definidas e distintas nas línguas SAE – por exemplo, nomes de massa em inglês e português não têm artigo indefinido, em francês têm artigos partitivos *du, de la,*

des. Analogicamente, no entanto, os falantes dessas línguas projetam propriedades do primeiro conjunto de nomes para o segundo, *objetificando* nomes de massa com as características de nomes individuais, por exemplo falando de *um recipiente* de água ou de *uma extensão* de tempo. A objetificação, no caso, significa que os nomes de massa, que não têm arestas nem podem ser contados, podem assumir essas propriedades via processo analógico. Na comparação com o Hopi, Whorf percebe que essa projeção analógica não é universal: a língua Hopi não faz diferença entre nomes individuais e nomes de massa; todos os nomes nessa língua podem ser contados; mesmo aqueles correspondentes a “corpos vagos ou extensões vagamente circunscritas” ainda assim não carecem de formato ou tamanho na codificação gramatical da língua. O argumento de Whorf é que essa forma de análise contida nas línguas – isto é, este processo analógico, verificado em outros fenômenos semântico-gramaticais pelo autor – é *cultural*, afetando, de um lado, a estrutura da língua e, de outro, os padrões habitais de falar sobre certas coisas. Quando Whorf fala em objetificação, está enfatizando que projetamos metaforicamente um domínio da experiência no outro: nós, usuários de línguas SAE, objetificamos o tempo, uma entidade sem arestas, sem tamanho e sem substância, nos termos de nomes que permitem atribuir essas características, linearizando-o (“a *linha* do tempo”, “um *intervalo* histórico”) e dando a ele uma substância; os usuários da língua Hopi, nos termos de uma cosmologia que dá centralidade à noção de preparação, objetificam o tempo não como uma *linha* mas como *aceleração*. Falar de linearidade da história ou pensar sobre o tempo nos termos da mecânica newtoniana não fazem sentido na ideologia linguística Hopi. Por outro lado, a teoria da relatividade de Einstein, em que força é pensada não como movimento mas como aceleração, está muito mais distante da codificação do tempo e da força em línguas SAE e próxima da objetificação produzida pelos Hopi.

Essa digressão histórica pode nos ajudar a situar a proposta de Silverstein. Baseado nos padrões de objetificação observados por Whorf, nos quais as reanálises gramaticais feitas pelos usuários são também processos reflexivos (ou seja, ideológicos), Silverstein propõe que

em qualquer ideologia cultural da linguagem, de fato, espera-se que o uso da língua se torne um foco objetificado de racionalização, um objeto explícito das subjetividades dos atores e as suas compreensões intersubjetivas comunicáveis como pensamento social (1996, p. 290, grifos nossos).

No caso da cultura do Padrão monoglota – o processo ideológico e sociocultural em que a diversidade linguística tem sido racionalizada em sociedades multilíngues como a estadunidense –, esse “*foco objetificado de racionalização*” centra-se em duas noções nativas sobre o funcionamento da língua. A primeira, explorada por teorias como a imagem platônica da representação ou a semântica fregueana, é a de que a função da língua é denotar entidades “lá fora”. A segunda, intimamente relacionada à primeira e problematizada em teorias como a do mercado linguístico em Bourdieu, é a de que a máxima acurácia e eficiência na denotação seria alcançável por meio do Padrão, o que terminaria por posicionar – de um modo relativamente mágico ou natural – os falantes desse dialeto nos estratos mais elevados de um mercado linguístico desigual e comodificado. Achamos importante ter em mente a distinção e articulação dos dois focos da objetificação percebidos por Silverstein – e embasados em sua extensa coleção de comentários metapragmáticos em jornais – porque discussões sobre preconceito linguístico ou sobre ideologias que justificam a interna “superioridade” da língua padrão tendem a ignorar a primeira ideologia (referencialista), dando mais atenção à segunda.

Para um exemplo brasileiro desses dois padrões, vejamos um recorte da coluna “Somos todos imbecis”, em que Pasquale Cipro Neto aborda questões de referência e comodificação semiótica no contexto da crise pela qual o governo de Dilma Rousseff sofria em 2016 e que culminaria em seu controverso *impeachment*:

Somos todos imbecis

Pela enésima vez neste espaço, recorro a Paulo Freire: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Permito-me, mais uma vez, explicar aos que não entendem: quem não compreende o mundo, a realidade e as suas correlações não entende a palavra, o (con)texto etc.

A vida é um complexo e interminável texto, caro leitor. Às vezes, julgamo-nos capazes de entender ao menos os textos mais mezinhos, embora isso seja extremamente difícil ou mesmo impossível para a parcela imbecil da humanidade.

Como diz Leonardo Sakamoto, faltam amor e compreensão de texto. Quando se leem os comentários dos “internautas” sobre determinados textos, nota-se que o analfabetismo funcional, aliado ao ódio, ao preconceito, à ignorância, à falta de sensibilidade, de cultura, de educação, gera manifestações dignas de pena, nojo, desprezo etc., etc., etc.

Do alto da sua grande sabedoria, o eterno Umberto Eco dizia que a internet deu voz aos imbecis, o que é fato cabal, mais do que cabal. Que eu saiba, Eco não chegava a dizer que os imbecis são majoritários.

Exemplifiquemos a compreensão torta: em suas delações, Delcídio diz que o PT isso, o PT aquilo, e automaticamente isso se torna “verdade”. Quando ele diz que o PSDB isso, o PSDB aquilo, o barulho e o ódio não são os mesmos, e nada disso vira “verdade” imediatamente.

Se você ler o que acabei de dizer como uma defesa do indefensável PT, sugiro que volte aos bancos escolares e reaprenda o beabá da leitura. Desenho, para quem entendeu tortamente: uma delação, seja contra quem for, carece de comprovação, nada mais do que isso.

Mas agora a questão é outra. Um ponto é manifestarmos a nossa imbecilidade por avaliarmos como o Diabo gosta textos que não têm (nem de longe) o sentido que neles enxergamos, por ignorância, ódio, miopia intelectual, moral, ética.

Outro ponto é estarmos no pleno domínio das nossas faculdades mentais e também da capacidade de compreensão dos fatos e das suas correlações e alguém tentar nos convencer de que a nossa compreensão do texto (isto é, dos fatos) não é correta, verdadeira, pertinente etc.

Aí é o caso de inverter a proporção do que dizia o grande Umberto Eco, se é que ele não julgava majoritários os imbecis: no Brasil de hoje, nós, os imbecis, somos majoritários.

O melhor exemplo disso tudo é o que tem feito o “governo” nas suas desesperadas tentativas de sobreviver. Os imbecis não conseguimos compreender a real intenção da nomeação de Lula para a Casa Civil, por exemplo, o que prova e comprova que somos todos imbecis. Também não compreendemos a real intenção de Dilma no telefonema para Lula.

(...)

Tomo emprestados uns versos da letra da genial e atualíssima “Saudosismo”, de Caetano Veloso: “Eu, você, depois, Quarta-feira de Cinzas no país, e as notas dissonantes se integraram aos sons dos imbecis”. É, caríssimo Umberto Eco, *siamo veramente tutti imbecilli*.

(...)

(CIPRO NETO, 2016)

Esta coluna articula as duas racionalizações da ideologia monoglota padrão identificadas por Silverstein no contexto estadunidense. Nos termos de Pasquale, a função primordial da leitura é, primeiro, circunscrever partes discretas do mundo (ou relações entre essas partes). Em terminologia semântica, essa primeira função seria extensional. Segundo, Pasquale pontua que essa função extensional da leitura é realizada da melhor maneira por aqueles que não são acometidos pelo “analfabetismo funcional”, nem pela “falta (...) de cultura, de educação” – características normalmente associadas aos falantes dos dialetos não-padrão. Dito de outro modo, a atividade referencial plena é um privilégio daqueles que dominam o Padrão: “quem não compreende o mundo, a realidade e suas correlações não entende a palavra, o (con)texto etc.”

A associação entre as duas racionalizações é o fio condutor da coluna. Os não-imbecis são aqueles que conseguem estabelecer, do modo mais eficaz possível, a relação extensional entre um mundo que preexiste à palavra e ela mesma. Se a verdade é algo que se obtém extensionalmente, circunscrevendo ou “desenhando” os referentes que preexistiriam ao discurso, a assunção à categoria dos não-imbecis é alcançada intensionalmente, manipulando as regras de um sistema que confere o emblema de distinção a alguns eleitos. Embora recorrentemente Pasquale diga, como no título, “somos todos imbecis”, a categoria de imbecil parece estar pragmaticamente associada aos que não estabelecem a devida relação extensional entre linguagem e mundo e, conseqüentemente, a “correta” relação intensional entre os termos da língua. Assim, há aqueles para quem “falta amor e compreensão de textos”. Há também, por outro lado, aqueles que têm “pleno domínio das [...] faculdades mentais e [...] da capacidade de compreensão dos fatos e das suas correlações”. Nos termos dessa racionalização, a plena capacidade denotacional é também uma característica interna, mental. Relações sociais

simplesmente não são invocadas nos comentários de Pasquale sobre os problemas de “compreensão de texto”. Ao contrário, o peso recai sobre supostas características naturais dos falantes eleitos (como eles foram eleitos não é uma questão nessa ideologia), ou seja, aqueles falantes que terão o sucesso na empreitada de identificar os referentes adequados (a real intenção de Dilma, a compreensão correta dos fatos...).

Na coluna de Pasquale e nas racionalizações mais amplas da cultura monoglota, o “Padrão é o logos” (SILVESTEIN, 1996, p. 292). Estabelecida desde Platão e Aristóteles como a capacidade de estabelecer a verdade de um discurso, a proximidade do logos é entendida por Pasquale como não-imbecilidade. Como já comentado, é justamente na eleição à categoria de não-imbecil que reside a segunda operação de racionalização: a de comodificação. Analogicamente, as ideologias da máxima eficiência denotacional da norma monoglota padrão e de sua inerente comodificação justificam a desigualdade social a partir de uma suposta *desigualdade natural*. Em última instância, eles são (ou “nós somos”) imbecis porque não conseguem ler o “livro da natureza”, metáfora que Derrida (1973) identifica nas metafísicas de filósofos como Platão, Galileu, Descartes e Hume.

Como Silverstein (1996, p. 284) insiste em seu artigo, “os problemas essencialmente sociopolíticos do plurilinguismo societal se apresentam” nos termos desses processos de naturalização da diferença sociolinguística na cultura monoglota. Se estamos tratando de problemas essencialmente sociopolíticos, é de se esperar que haja vozes ou ideologias que reajam às operações de naturalização da cultura do Padrão monoglota. Fabian Severo e Dilma Rousseff, diferentemente, têm se engajado em ideologias reativas à naturalização do Padrão. Começemos por Fabian Severo.

3. Indexicalidade e a história interacional do dado

Nossa chegada até a situação de entrevista em Montevideu e aos textos de Fabian Severo que relataremos a seguir – bem como ao discurso de Dilma Rousseff em portunhol, também em Montevideu – está situada, como qualquer *dado de pesquisa*, no espaço e no tempo. Sublinhamos essa questão situacional para articular o próprio conceito de indexicalidade, outra questão teórica tratada pelo artigo e que tem implicações para a própria política de interpretação em que qualquer pesquisador/a está envolvido/a.

A indexicalidade tem sido uma noção útil em estudos linguístico-antropológicos, linguístico-aplicados, sociolinguísticos e pragmáticos para explicar a imbricação entre língua e contexto social (no contexto brasileiro, ver, por exemplo, SIGNORINI, 2018; MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2018; PINTO, 2015; GONZALEZ; MOITA LOPES, 2016; LUCENA; NASCIMENTO, 2016). Há uma porção de significados sociais que não são comunicados pela referência das formas linguísticas, mas por outros elementos não-referenciais, que indicam determinados posicionamentos, relações ou ações que os interlocutores efetuam. Em sociolinguística, por exemplo, o estudo da variação linguística mostra que determinados itens lexicais, pronunciados diferentemente por usuários de variedades linguísticas distintas, indiciam certas características do pertencimento social do locutor – assim, duas variedades de pronúncia de um mesmo item estabelecem a mesma referência, mas distintos significados sociais. Mas a indexicalidade também pode ocorrer por meio de itens das línguas naturais que realizam referência, como os pronomes pessoais (Eu, você, ela), demonstrativos (esse, esta), advérbios dêiticos (aqui, ali, agora), etc. Independente da faceta lógico-referencial do significado social ou indexical, a pesquisa sobre indexicalidade,

fortemente influenciada por autores como Bakhtin, Voloshinov e Peirce, entende que parte desse significado, de qualquer enunciado escrito, gesticulado ou falado, “é sua história social, sua presença social e seu futuro social” (OCHS, 1992, p. 338).

A definição mais pioneira, e talvez a mais abrangente, de indexicalidade vem do semiótico Charles Peirce, que a definiu (usaremos sua terminologia) como a propriedade que um signo tem de representar um objeto, não por semelhança ou convenção, mas por co-presença física ou reação. Signos que representam seus objetos (ou referentes) por semelhança e convenção são chamados por Peirce, respectivamente, de ícones e símbolos. Índices, por outro lado, são contíguos aos seus objetos, reagindo a eles, às vezes sendo causados por eles. A fumaça é um signo natural *indicial* – algumas pessoas, nós inclusive, utilizam em português o neologismo *indexical* – porque ela foi causada pelo objeto por ela representado, o fogo; é ainda contígua ao fogo, reage a ele. A questão da indexicalidade tem interessado os estudos das questões sociais e culturais na linguagem porque os “processos de ancoragem indexical (...) não podem ser entendidos sem uma análise relativamente profunda dos contextos sociais e culturais da fala” (HANKS, 1999, p. 125). Nessa seara de estudos, a indexicalidade é particularmente relevante para a compreensão de como as pessoas são *socializadas* na contínua sequência dos encontros interacionais de que participam e como, por meio da conversa e de outros recursos desses encontros, se tornam sujeitos aptos – em graus variados – a interpretar e fazerem uso de determinados significados sociais.

Baseado nas interações de que participou no processo transexualizador do SUS, Rodrigo Borba (2016), por exemplo, pergunta: “como uma pessoa se torna um transexual verdadeiro?” Borba examina a indexicalidade dos encontros de usuários e usuárias do SUS com uma equipe multiprofissional, bem como outras

interações nas quais eles e elas são socializados/as, e observa a cadeia de conversas nas quais esses sujeitos aprendem (ou falham...) a se tornar pessoas aptas a receberem o tratamento hormonal, o acompanhamento terapêutico e a cirurgia transgenitalizadora oferecidos pelo Estado brasileiro. Borba salienta em sua análise de dados que se tornar um transexual verdadeiro implica, dentre outros importantes mecanismos semióticos, aprender a usar os signos de um determinado modo. A indexicalidade dos encontros é repleta de expectativas quanto à feminilidade (ou masculinidade) de certas formas de falar, usar o corpo e seus prazeres. As usuárias experientes, que aprenderam a conduta metapragmática esperada, passam então a ensinar as usuárias neófitas a se comportarem linguística e corporalmente de *forma viável*, em linha com protocolos médicos e psiquiátricos transnacionais que viajam até o SUS e afetam uma densa *ordem indexical* (SILVERSTEIN, 2003). A indexicalidade desses signos é, afinal, ordenada, regimentada e repleta de camadas de poder. Entendendo que processos sociais são efetuados, em escala micro, por relações sociais, Silverstein (2006, p. 14) resume que a indexicalidade “pode ser estudada como o meio pelo qual relações sociais entre comunicadores reais são estabelecidas, mantidas e transformadas, relativamente às normas invocadas na prática real.”

Assim, entendemos que a entrevista realizada por nós, Daniel Silva e Adriana Lopes, com o professor e poeta Fabian Severo é um encontro social, uma *conversa* situada numa cadeia maior de encontros online e offline. Como os/as analistas da conversa pontuam, conversas não são irrelevantes para entender a sociedade. Refletindo sobre a produção conversacional de hierarquias de gênero, Elinor Ochs (1992, p. 336) diz que “embora possam parecer mundanas, prosaicas e discretas, práticas conversacionais são os recursos primários para a produção de hierarquias de gênero.” Além disso, como Charles Briggs (1986, 2007) tem insistido, é comum que as entrevistas – nas

instituições sociais que a utilizam, incluindo a academia – sejam objetificadas como uma espécie de invólucro mágico, de onde a verdade sobre problemas sociais ou sobre os entrevistados emergiria de forma transparente; para desconstruir essa visão, Briggs (2007, p. 551) propõe que investiguemos as “cartografias comunicáveis” das entrevistas, isto é, os mapas que esses textos projetam sobre “suas fontes presumidas, processos de codificação, modos de circulação, audiência e modos legítimos de recepção, [os quais] naturalizam a prática de entrevistar, simultaneamente imbuindo as entrevistas com poder e as protegendo do escrutínio crítico.” Embora objetificar um texto ou qualquer outro segmento da língua seja algo que constantemente fazemos em nossa produção de sentido, nosso objetivo aqui é problematizar a própria comunicabilidade que projetamos do encontro que aconteceu na Casa do Brasil, em Montevideu, e que envolveu, além dos dois entrevistadores “oficiais” e o entrevistado, os colegas do campo da sociologia Bruno Coutinho e Marcus Dominguez, que também estavam na cidade para participar do XXXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (doravante referido por ALAS), em dezembro de 2017. Para isso, procuramos trazer a história interacional desse dado, a entrevista, a qual tem um passado semelhante aos próprios trânsitos que, embora sejam frequentemente encaixados em regimes monolíngues de padronização, não se reduzem a eles. Sigamos.

Fabian Severo é professor de língua espanhola na cidade de Atlântida, localizada a 600 km ao sul de Artigas, a cidade onde ele nasceu, na fronteira do Uruguai com o Brasil, e a apenas 44 km ao noroeste da capital. Ele tem alcançado notoriedade a partir de sua produção literária em portunhol – nome que ele utiliza para nomear as práticas comunicativas resultantes do contato e da mistura do espanhol e do português na fronteira entre Uruguai e Brasil. Como explicam Bortolini, Garcez e Schlater (2015), alguns sociolinguistas

uruguaios consagraram o termo *Dialectos Portugueses del Uruguay* (DPU) para nomear essa variedade produzida pelo contato entre as duas línguas (ver ELIZAINCÍN; BEHARES, 1987; BEHARES, 2007). Cunhadas num paradigma de “língua vista como entidade fixa, isolada e independente” (BORTOLINI; GARCEZ; SCHLATTER, 2015, p. 168), as DPUs logo passaram a popular discursos educacionais e populares sobre a situação linguística na fronteira. Fabian Severo, no entanto, prefere o termo portunhol. Ele nos contou que Luiz Behares, um dos proponentes do termo DPU, já lhe disse publicamente que não há problema que “chame sua língua materna como queira, claro.” Abaixo, Severo nos explica porque utiliza o nome portunhol:

A mi me gusta portuñol. A mi me gusta como suena. ‘Esa es la lengua materna de él. Deja que la llame como quiera, dijo [Behares]’. Entonces, que pasa? Para mi es mi lengua materna. Que tiene la maravilla de que es oral, totalmente oral. Y que cambia de barrio, de hablante, de época de la vida. Para un tipo que escribe, inventa libros, es lo mejor que me pueda acontecer. Porque yo tengo todas las posibilidades. Yo abro (...) en mi cuaderno, agarro una lapicera, y tengo todas las posibilidades inéditas. Puedo jugar con el léxico, con la musicalidad. Yo puedo decir: ‘quando éramos chicos/quando era chico/quando nosotros era chico/quando nós era chico/quando nosotros iva/ quando nós ia/quando íbamos.’ Puedo hacer todo. Y además inventar palabras. Puedo decir ‘fronteiramente’. Cual es el problema?

Transitar de forma dinâmica entre línguas, experimentando um conjunto de práticas comunicativas ainda não sistematizadas na escrita, é para Severo um benefício de escrever em portunhol. Em termos bakhtinianos, Severo chama atenção no excerto acima à heteroglossia – isto é, “o problema da diferenciação interna e da estratificação presentes em qualquer língua nacional” (BAKHTIN,

1981, p. 189). A teorização de Bakhtin sobre línguas como recursos internamente diferenciados, estratificados e hierarquizados tem um vocabulário específico para abordar o problema da uniformização e da contestação ou instanciação de ideologias de uniformidade na prática concreta, como aponta Severo aqui e na seção seguinte. Esse vocabulário mobiliza, principalmente, as noções de forças centrípetas (forças que direcionam o movimento para o centro) e forças centrífugas (que se movem para fora do centro). No excerto em questão, o escritor translíngue explora o potencial centrífugo do portunhol – seu caráter não-unificado, não-sistematizado na escrita, híbrido – e como esse potencial é produtivo em sua escrita criativa. No entanto, o Portunhol não é só a sua língua para a ficção, é também sua “língua materna”, como ele próprio reivindica.

Em linha com o que o próprio Severo argumentou em sua entrevista, a reflexão pioneira de Bakhtin apontou que, em última instância, a interação entre as forças nas línguas é fruto de uma matriz “praticamente impossível de recuperar e portanto impossível de resolver” (HOLQUIST, 1981, p. 429). Assim, embora Severo, acima, explore o ineditismo e a singularidades de usos não-sistematizados na escrita ou numa instituição centralizadora, ele próprio, como mostraremos a seguir, sabe da força (centrífuga) exercida por essas instituições. A passagem abaixo, de Bakhtin, aborda a dialética “impossível de resolver” entre uniformização e singularidade, ou entre forças centrípetas (centralizadoras) e forças centrífugas (que seguem pela tangente) na linguagem:

Mas as forças centrípetas da vida da linguagem, encarnadas em uma “língua unitária”, operam no meio da heteroglossia. Em qualquer momento de sua evolução, a língua é estratificada não apenas em dialetos linguísticos no sentido estrito da palavra (de acordo com marcadores formais linguísticos, especialmente fonéticos), mas também – e este é o ponto essencial

– em linguagens que são socioideológicas: linguagens dos grupos sociais, linguagens “profissionais” e “genéricas”, linguagens das gerações etc. Desse ponto de vista, a língua literária é apenas uma dessas língua[gens] heteroglotas – e por seu turno é também estratificada em linguagens (genéricas, periféricas e outras). E essa estratificação e heteroglossia, uma vez efetuadas, não são apenas uma invariante estática da vida linguística, mas também aquilo que assegura a sua dinâmica [...]. Ao lado das forças centrípetas, as forças centrífugas agem; ao longo da centralização verbal e ideológica, o processo ininterrupto de descentralização e desunificação avança (BAKHTIN, 1981, p. 272)¹.

A história interacional desse encontro é ela própria marcada por trânsitos e pela interação indecível das forças destacadas por Bakhtin: Adriana Lopes já dialogava com Severo, nas redes digitais, porque a produção literária dele e seus discursos que desconstroem a noção de “língua vista como entidade fixa, isolada e independente” (BORTOLINI; GARCEZ; SCHLATTER, 2015, p. 168) a interessavam em sua prática de sala de aula e em sua problematização de ideologias sobre o ensino de língua materna no Brasil. Adriana Lopes então convidou Daniel Silva para montar um projeto em conjunto sobre transidioma. Os dois submetem então um trabalho em coautoria, “Todos nós semos da frontera: práticas de letramentos para uma pedagogia translingue”, ao encontro da ALAS, em Montevideu, que discutiria justamente a inserção de uma unidade sobre os poemas de Fabian Severo e a questão minoritária do portunhol em um curso de língua materna ministrado por Lopes. Com seu companheiro Bruno Coutinho, na rodoviária da cidade, ela avistou Fabian Severo, que chegava na cidade vindo de Atlântida, para um trabalho que ele

¹ Neste artigo, traduzimos Bakhtin a partir da tradução norte-americana de Caryl Emerson e Michael Holquist (BAKHTIN, 1981). Sugerimos, em português, a excelente e recente tradução de Paulo Bezerra (BAKHTIN, 2015).

desenvolve no Ministério da Cultura. Em meio a malas e à agitação de pessoas, literalmente, em trânsito, Adriana conseguiu falar com o escritor, e terminamos por antecipar uma entrevista presencial que teria acontecido por meios digitais não fosse esse encontro inesperado – e em trânsito.

A situação etnográfica em que a entrevista se realizou é, ela própria, um desafio à construção de homogeneidade social que é constantemente imaginada nos discursos oficiais da nação – brasileira, uruguaia e além... Essa entrevista é, em outras palavras, uma confrontação translíngua à homogeneidade cultural e linguística. Embora a entrevista tenha sido semi-estruturada por Adriana e Daniel, um clima de informalidade e solidariedade – resultante das interações anteriores entre Adriana e Fabian pelas redes sociais e do compromisso de todos os participantes com a justiça social e as minorias – estruturou a conversa, que foi conduzida em espanhol, em português e na recombinação transidiomática dos dois (JACQUEMET, 2005). Além dos quatro participantes interessados na narrativa de Fabian Severo, os quais nem sempre partilhavam da mesma agenda na conversa, a diversidade da atenção na mesa era dividida com o som alto da música brasileira que tocava no café da Casa do Brasil, uma casa de cultura no centro de Montevideú, e com os celulares que eram utilizados como gravadores. Portanto a própria situação de entrevista – que envolvia a mistura e a recombinação de línguas, diferentes atores com diferentes interesses, dispositivos de comunicação digital, bem como os recursos e as limitações de uma cafeteria lotada – era um nicho ecológico que pode ser caracterizado como um ambiente de “disposições translíngues” (LEE; JENKS, 2016), i.e., um local onde se pode identificar uma “abertura geral à pluralidade e à diferença no modos em que as pessoas usam a linguagem” (p. 317; ver também CANAGARAJAH, 2013).

O segundo dado a ser discutido, o discurso que Dilma Rousseff proferiu no encerramento do congresso de sociologia de que participamos, também tem uma história interacional que, apesar de distinta e envolvendo uma diferente escala de participação do autores deste artigo, também merece reflexão. A então presidenta eleita do Brasil, removida um ano antes do posto de presidente num processo político que tem sido classificado por observadores internacionais, segmentos da esquerda, intelectuais e outros setores como um golpe de Estado, falou na seção de encerramento do evento, a qual era promovida também pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Ao lado de Dilma Rousseff, estavam na mesa o ex-presidente do Uruguai, José Pepe Mujica, o vice-presidente da Colômbia, Álvaro García Linera, Estela de Carlotto, presidenta da associação Avós da Praça de Maio, Argentina, além do professor Juan Carlos Monedero, da Universidad Complutense, Espanha, Consstaanza Moreira, senadora del Frente Amplio, Uruguai, e Nicolás Trotta, reitor da Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, Argentina. O encontro de Dilma Rousseff com esses e essas líderes latino-americanos/as e com a plateia de cientistas que a assistiam era, portanto, de cruzamentos e confluências de línguas e engajamentos e aspirações políticas. A então presidenta eleita faria um relevante apanhado dos fatos que culminaram no golpe – num discurso em portunhol. Para uma mesa em que as alianças transnacionais questionavam o poderoso centro neoliberal (e anglófono) em que decisões políticas são tomadas, muitas vezes à margem da lei e da democracia, a articulação de Dilma em portunhol desafiariam também discursos metapragmáticos de que ela seria “desarticulada na fala”.

Vale lembrar que não só a fala de Dilma, mas também a de Luiz Inácio Lula da Silva, também presidente do país pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sempre foram alvo de metadiscursos que as

posicionavam como desprezíveis, incapazes ou desviantes. Além disso, já que ideologias linguísticas sempre se relacionam a outras ideologias (HILL, 2008), tais metadiscursos de ódio ao PT trouxeram à tona o enorme incômodo que esses governos geraram nas elites ao mexerem, minimamente, no sistema de opressão e privilégios que estrutura a sociedade brasileira. Se por trás das falas de ódio ao PT esconde-se um ódio aos pobres e, historicamente, marginalizados no Brasil – como apontou Leonardo Boff (2015) –, os discursos sobre a fala de Dilma e de Lula apontam para algo mais. Enquanto as mídias hegemônicas noticiavam a fala de Lula como um “desvio ou erro a ser corrigido”, revelando um racismo e um preconceito de classe extremos (COUTINHO; LOPES; SILVA, 2017), os metadisdiscursos que circularam sobre a fala de Dilma apontaram, posteriormente, para mais um violência estruturante da imaginação da elites brasileiras: o machismo. Dito de outro modo, ao passo que Lula “errava” por excesso – pois ele, ao se aproximar da fala do povo, rompia com certa expectativa eurocêntrica sobre o que deve ser a língua da política no Brasil (COUTINHO; LOPES; SILVA, 2017) – a fala de Dilma foi tratada por muitos jornalistas conservadores como uma espécie de “falta” linguística ou de uma afasia civilizacional.

Em *Voices Of Modernity*, Baumann e Briggs (2003) destacam que o projeto moderno andou de mãos dadas com um projeto de purificação da língua – a invenção de uma estrutura descontextualizada, ideal e livre de imperfeições que serviria como base para a ciência e para a política. A expressão máxima desse processo de purificação foi *O Curso de Linguística Geral*, compilado a partir das aulas de Saussure, que purificou a língua ao eleger a *langue* – isto é, um sistema ideal, distinto das práticas cotidianas ou *parole* – como objeto da pura ciência linguística. Desse modo, uma ideologia modernista fundamentou a imaginação da língua como uma estrutura descontextualizada, autônoma e sem qualquer indício das circunstâncias concretas,

relegadas ao domínio da *parole*. Para adentrar na civilização moderna, seria preciso, de partida, compartilhar da pureza linguística que, apesar de narrada como universal, está paradoxalmente ligada à construção de um esfera pública desigual e excludente, uma vez que essa língua perfeita, na prática, seria a expressão do privilégio de poucos. Assim, por um lado, homens brancos e europeus tornaram invisíveis a sua localidade e as suas marcas de pertencimento, colocando-se como paradigma de ciência, de política e de humanidade; por outro lado, mulheres, camponeses e não-europeus, ao serem diferenciados regional, racial ou sexualmente por seus corpos, foram excluídos da esfera pública, indiciados como incapazes para a razão e inaptos para a política, que requeria a pureza linguística para seu livre exercício.

Desse modo, práticas metadiscursivas hegemônicas, construídas historicamente, estão na base da desqualificação das falas das/os dirigentes do PT. Essas práticas reforçam essa imaginação moderna, em que apenas certa elite (de máscaras brancas, masculinas e monoglotas) teria a capacidade de governar a esfera pública. A presença de “outros” seria sempre uma ameaça à modernidade, principalmente em uma sociedade excludente, patriarcal e de base escravocrata como a brasileira.

Não foram poucas as injúrias dirigidas a Dilma. Xingamentos dentro e fora do mundo digital eram frequentes: por exemplo, durante os jogos da Copa do Mundo de 2014, realizados em seu último ano de governo, Dilma sofreu vaias nos quais se ouviam insultos como “vagabunda” e “vadia”, veiculados em canais abertos da TV brasileira. Eram comuns adesivos pornográficos com sua imagem na região do tanque de gasolina de carros, os quais chegaram a ser vendidos no site de vendas Mercado Livre. Além disso, capas de revistas conservadoras e suas reportagens tratavam Dilma como uma mulher histérica e descontrolada. Por exemplo, em 06/04/2016 a revista *Isto É* trouxe em sua capa a imagem de Dilma em *close*

aparentemente gritando com alguém, acompanhada da seguinte chamada “As explosões nervosas da presidente”.

Extremamente misóginos, os metadiscursos conservadores se disfarçavam de humor mordaz. Um exemplo desses discursos sarcásticos é o livro do jornalista Arnaldo Araújo, lançado em 2015, que traz em seu próprio título, *Dilmês: o idioma da mulher sapiens*, uma referência à ideologia que sustenta o seu sarcasmo. Em entrevista concedida a Revista Veja (2016), o autor do livro comenta que Dilma teria um “lapso mental” que criava um novo idioma, caracterizado pelo uso do feminino, mas também por suas construções linguísticas primitivas (ARAÚJO, 2016). No livro, a fala de Dilma é classificada como uma “um triste espetáculo de pensamentos rudimentares, expressos por uma sintaxe que desafiaria estudiosos da neurolinguística.” De acordo com Bauman e Briggs (2003), a qualificação da mulher como pré-moderna, fora do campo da cultura e da civilização, aproxima-se de alegoria triunfante da modernidade, em que a natureza irracional, confusa e feminina deve ser domada pela força e pela língua masculinas da razão, da ciência e da política. Desse modo, a crítica à fala de Dilma aponta para a misoginia fundante da modernidade, da civilização, logo do que hegemonicamente se imagina ser a sociedade brasileira. Retomando a reflexão de Leonardo Boff, poderíamos dizer que, por trás do sarcasmo que qualifica a performance da ex-presidente como “Dilmês”, se esconde um sentimento de repulsa à presença de mulheres na política.

Avancemos nas contestações de Fabian Severo e Dilma Rousseff às imaginações de uniformidade na língua.

4. Desafios da fronteira a políticas de

uniformização

Em nossa interação com Fabian Severo, o escritor contestou, em seus próprios termos, os dois fundamentos da cultura do Padrão monoglota discutidos na seção 2. Grosso modo, esses fundamentos predicam as ideias de que (1) a principal função das línguas é denotar (i.e., representar ou descrever) coisas “lá fora” e de que (2) a maior eficiência nesse processo de denotação irá posicionar os falantes bem-sucedidos – i.e., aqueles que são capazes de utilizar o Padrão para circunscrever o mundo – nos extratos mais elevados de um mercado linguístico desigual e comodificado. A narrativa que escutamos de Fabian Severo expressa desconforto com essas duas noções. Sua crítica a uma suposta função primária lógico-referencial da língua, que seria melhor adquirida pelo Padrão, foi articulada, por exemplo, quando pedimos a ele para elaborar um pouco sobre um comentário seu feito em visita a Santa Catarina, quando ele disse em entrevista a Yasmine Fiorini (2016) que os sons do portunhol são aqueles que “escutava quando estava na barriga da minha mãe”. Este foi o comentário que ele produziu em nossa interação:

Qué pasa qué soy padre, no? Soy padre y desde que/ desde que Julieta está, mi hija, en la panza de su madre todos los días nosotros hablamos con Julieta y más yo le ponía canciones, muchas canciones, por ejemplo yo le ponía ‘À primera vista’, de Chico César, ‘Quando não tinha nada eu vi’. Siempre lo escuchaba cuando estaba en la panza. Cuando Julieta nasce, los días en que estaba muy... yo le ponía esta canción. Y ella se quedaba quieta. Y escuchaba esta canción hasta que aprendió a cantar. Yo ya le estaba pasando cosas, en mi casa. Todos mis años en Artigas, y mas hasta ahora, no? Nosotros no hablamos español o portugués. Nosotros ni sabemos, no tenemos tampoco porque poner un nombre en lo que nosotros hablamos. Nosotros hablamos como hablamos. También en la Universidad

tienen que estudiar lo que estudian, que le pongan nombre, no? En lo que estudian, todo eso. Pero nosotros no tenemos ni porqué saber lo que hacemos ni cómo lo hacemos, nosotros tenemos que hacerlo. Hacemos naturalmente, como respirar. Si? Entonces, yo recién empecé a darme cuenta que la cosas se separaban en la escuela. Yo recién me di cuenta que era, que habían unas palabras que eran de acá o de allá en la escuela, cuando me empiezan a corregir. No acá no se habla así. En toda mi vida me corregirán, no? Porque es la diferencia entre uno que vivió, esto lo dicen muchas veces acá, en muchas ponencias y entrevistas. A una persona que nunca le dijeron que tenía que cambiar su palabras es capaz que no entiendan lo que pasó a mi.

Neste excerto, o desconforto de Severo com a ideologia referencialista, que separa as palavras que são deste e daquele lado da fronteira, é bem evidenciado em seu argumento de que os residentes da fronteira “ni sabemos, no tenemos tampoco porque poner un nombre en lo que nosotros hablamos. Nosotros hablamos como hablamos.” Isto é, nomear o referente é menos relevante do que produzi-lo por meio de práticas linguísticas que são fluidas, móveis e dinâmicas. Como ele articula ao narrar as situações em que tocava a música de Chico César para sua filha “en la panza de su madre”, os usuários de portunhol na fronteira estão menos preocupados com “acurácia referencial” do que com “eficácia interacional” (JACQUEMET, 2016, p. 80). Seguindo Agha (2007), Jacquemet explica que:

acurácia e eficácia são questões bastante distintas envolvendo dois diferentes relacionamentos semióticos: a primeira envolve o eixo da denotação (o elo entre descrição e a coisa ou evento descritos), a segunda, o eixo da interação (o elo entre interactantes). Um ato referencial é interacionalmente eficaz, independente de sua acurácia denotacional, se os

interagentes têm uma compreensão relativamente simétrica do que é o referente, isto é, se eles podem se “coordenar mutuamente” com o referente, com base em seu comportamento relativo durante uma interação” (JACQUEMET, 2016, p. 80).

Para Severo, as formas de cognição envolvidas no evento coletivo de ouvir uma canção em português, no processo inicial aquisição de linguagem de sua filha, não são uma atividade de socialização calcada no potencial lógico-proposicional da linguagem (afinal sua filha ainda não “falava”), mas performativo: mesmo antes de aprender o sentido denotacional das palavras, ela já demonstrava ser afetada pelos versos de uma canção em “outra língua”, acalmando-se ao ouvi-la. Em vez de acurácia denotacional, o que estava em questão nesse evento musical era a eficácia interacional (e afetiva) envolvida na mútua calibração de afetos por meio da música.

Após narrar os efeitos da translíngua na sua filha, ele parece generalizar os efeitos dessa experiência para as práticas comunicativas na fronteira de forma mais ampla: “Nosotros no hablamos español o portugués. Nosotros ni sabemos, no tenemos tampoco porque poner un nombre en lo que nosotros hablamos. Nosotros hablamos como hablamos.” Dito de outro modo, nós da fronteira sequer sabemos estabelecer a referência (acadêmica) a respeito do que falamos – portunhol? DPU? *fronterizo*? Nós apenas misturamos português e espanhol e fazemos coisas com as palavras resultantes.

Fabian Severo então critica o segundo fundamento da cultura do Padrão monoglota, especialmente por meio de um desafio ao seu modo de legitimação. Em sua narrativa, o Padrão monolíngue é legitimado como um dialeto que tem poderes mágicos de melhor denotação possível. Mas, para ele, a atividade denotacional é plenamente possível também em portunhol. Em seu discurso

metapragmático, oportunhol é tão expressivo quanto qualquer língua natural. Diz ele:

El problema es que cuando la teoría no se adapta a la realidad lo que falla es la teoría no es la realidad. Porque cuando yo empecé a sentir una necesidad de decirme, no lo pude hacer en español. El español estándar. Este invento, esta ficción llamada español estándar. No puede hacerlo. Entonces yo quería decirme, quería decir un montón de cosas que se pasaban y no encontraba como. Hasta que un día las palabras me salieran todas entreveradas y yo dejé salieren todas entreveradas. Y esa palabra era otra y la otra y era un verso y un libro y otro libro y eran muchos libros y eran miles de páginas. Así entreveradas. Y ahí me di cuenta que estaba en la frontera, o que estaba en mi casa. Era yo. Hay cosas que tienen que ver con el afecto que sólo puedo decir en mi lengua materna.

Perceba que, no excerto acima, Severo tanto aponta para o potencial denotacional e criativo doportunhol – “y esa palabra era otra y la otra y era un verso y un libro y otro libro y eran muchos libros y eran miles de páginas” – quanto para os efeitos de intimidação que a língua legítima pode causar em usuários de variedades ou práticas comunicativas minoritárias. Deixar que as palavras saíssem misturadas, entreveradas, foi para ele uma forma de encontrar um lugar de fala, por mais móvel que tal lugar possa ser.

E foi com esse mesmo espírito combativo e fronteiriço que Dilma Rousseff saudou a imensa plateia que a aguardava no auditório da Prefeitura de Montevidéu, onde ela falaria para cientistas das humanidades vindos de vários lugares da América Latina, acompanhada pelos líderes políticos latino-americanos que elencamos na seção 3. Dilma faria o discurso de encerramento, proferido após o das outras autoridades presentes. Assim ela iniciou:

Buenas noches. Yo peço la comprensión de ustedes

porque yo hablo un perfeito portuñol. ((risos)) Yo soy la única en la mesa que habla portuñol. Entonces peço su comprensión. Entiendo que tengo de falar portunhol porque es siempre más difícil para los hispanohablantes de entender portugués do que para nosotros entender el español por una questão de la amplitud de las vocales. ((muitos risos)) Quería comenzar cumprimentando este líder, que es un grande líder de la America Latina mas también del mundo, que es Don Pepe Mujica ((aplausos)). Quería cumprimentar nuestro vice-presidente del estado plurinacional de Bolívia, Álvaro Garcia Lineira ((aplausos)). Quería cumprimentar Estela de Carlotto, a voz, la voz de todos e de todas que lucharan e que continuam lutando en Argentina, en un exemplo para nostra América ((aplausos)). (...)

Dilma Rousseff entextualiza uma racionalização do discurso técnico da fonética – a maior amplitude vocálica do português vis-à-vis o espanhol – para justificar seu uso de portunhol. Prática linguística de falantes em trânsito que geralmente não dominam uma ou as duas formas padrão do espanhol e do português, o portunhol é, nesse sentido, uma prática linguística minoritária – ou de uma maioria minoritarizada, como diria Marilda Cavalcanti (1999). A desenvoltura com que a ex-presidenta do Brasil narrou os eventos que precederam e sucederam o golpe, argumentou sobre os interesses do capitalismo do Norte Global pela sua destituição, destrinchou as artimanhas do judiciário e explicou as conquistas e os percalços de sua administração – tudo isso enunciado em portunhol – é, a um só tempo, uma evidência de que o Padrão não é a forma mais eficiente ou racional (ou mesmo a única) para a atividade de denotar e um índice de que a política de Dilma já era transnacional e *entreverada* de partida. Por seu caráter indexical, a forma linguística é enquadrada numa ordem – e o enquadre que se instituiu naquela mesa redonda era de reconhecimento e reverência ao que Dilma

tinha a dizer. Na contramão de comentários metapragmáticos que circularam na mídia corporativa e em discursos conservadores que taxavam Dilma de “desarticulada na fala”, ali ela demonstrou plena segurança da narrativa social-democrata que ela partilhava com aqueles líderes políticos, bem como da forma de enunciação desse discurso, o portunhol – que indiciava ao mesmo tempo um trânsito entre a “sua” língua e a língua “deles/as”.

Assim como Fabian Severo, Dilma Rousseff desafiava ali um Padrão. Embora o Padrão seja legitimado como uma forma “neutra”, “sem sotaque”, em uma palavra, “não-indexical”, ele é repleto de índices raciais, morais, sexuais, de gênero e classe. Livros como o citado *Dilmês: o idioma da mulher sapiens*, de Celso Arnaldo Araújo, e *Que horas ela vai? O Diário da agonia de Dilma*, de Guilherme Fiuza, expõem já no título o sexismo mobilizado contra a imagem da primeira líder do executivo mulher do país. Essas obras também apontam para um importante fato indexical: a imaginação do Padrão é também uma aspiração sobre corpos masculinos viáveis – e, em contradistinção, sobre corpos femininos inviáveis. A imposição do Padrão masculinista contra Dilma, na política e na língua, foi, em última instância, uma forma de violência. Numa espécie de intertexto da obra de Araújo (2015), Fiuza (2016, p. 1), por exemplo, explica que seu livro “é um roteiro da via-crucis de Dilma Rousseff, a primeira mulher sapiens a presidir o Brasil – e certamente a última.”

O machismo confesso dessas palavras se une a outras imagens hegemônicas no Brasil e em outros Estados nacionais, cuja naturalização de formas aparentemente “sem história” e “sem indexicalidade” interditaram aquelas identidades minoritárias que têm sido violentamente apagadas no Brasil. Escutar a mensagem fronteira de Fabian Severo e Dilma Rousseff, dois usuários minoritários de portunhol, parece ser um caminho interessante para entender como uma prática comunicativa menor pode projetar

formas alternativas de estar no mundo e contestar apagamentos e naturalizações de outras formas hegemônicas, por vezes violentas.

Referências

AGHA, Asif. *Language and Social Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ARAÚJO, Arnado. *Dilmês: o idioma da mulher sapiens*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

ARAÚJO, Arnado. O ‘dilmês’ é motivo de impeachment, 4 jan. 2016. *TV VEJA*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bpb6-ngtNEw>. Acesso em: 7 mai. 2019.

BAKHTIN, Mikhail. *The Dialogic Imagination*. Tradução de Caryl Emerson e Michael Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do romance I: A estilística*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: 34. ed. 2015.

BEHARES, Luis. Português del Uruguay y educación fronterizo. In: BROVETTO, C.; GEYMONAT, J.; BRIAN, N. (orgs.) *Portugués del Uruguay y educación bilingüe*. Montevideo: Administración Nacional de Educación Pública, 2007. p. 99-171.

BOFF, Leonardo. O que se esconde atrás do ódio ao PT? 05 mar. 2015. *Carta Maior*. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/O-que-se-esconde-atras-do-odio-ao-PT-/33000>. Acesso em: 7 mai. 2019.

BORBA, Rodrigo. *O (des)aprendizado de si: transexualidades, interação e cuidado em saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.

BORTOLINI, L.; GARCEZ, P; SCHLATTER, M. Práticas linguísticas e identidades em trânsito: espanhol e português em um cotidiano comunitário escolar uruguaio na fronteira com o Brasil. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Português no século XXI: ideologias linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 249-273.

BRIGGS, Charles. *Learning How to Ask: A sociolinguistic appraisal of the role of the interview in social science research*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BRIGGS, Charles. Anthropology, interviewing, and communicability in contemporary society. *Current Anthropology*, v. 48, n. 4, 2007, p. 551-580.

CANAGARAJAH, Suresh. *Translingual Practice: Global Englishes and Cosmopolitan Relations*. New York: Routledge, 2013.

CIPRO NETO, Pasquale. Somos todos imbecis. *Folha de S. Paulo*, 17 mar. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pasquale/2016/03/1750845-somos-todos-imbecis.shtml>. Acesso em: 7 mai. 2019.

COUTINHO, Bruno; LOPES, Adriana; SILVA, Daniel. Populism and the people in Lula's political discourse: Bridging Social and linguistic theory. *Revista de Estudos da linguagem*, v. 25, n. 2, 2017, p. 681-710.

CAVALCANTI, M. Estudos sobre educação bilingue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. *DELTA*, v. 15, 1999, p. 385-418.

CAVALCANTI, M. ; MAHER, T., (orgs.). *Multilingual Brazil: Language resources, identities and ideologies in a globalized world*. London: Routledge, 2018.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELIZAINCÍN, A; BEHARES, L.; BARRIOS, G. *Nós falemo brasileiro: dialectos portugueses del Uruguay*. Montevideo: Editorial Amesur, 1987.

ELIZAINCÍN, A; BEHARES, L. Variabilidad morfosintáctica de los dialectos portugueses del Uruguay. *Boletín de Filología de la Universidad de Chile*, v. 3, 1981, p. 401-417.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008 [1952].

FIORINI, Yasmine. “Falar portunhol é tão natural quanto respirar”, diz poeta uruguaio Fabián Severo. *Diário Catarinense*, 10 out. 2016. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/entretenimento/noticia/2016/10/falar-portunhol-e-tao-natural-quanto-respirar-diz-poeta-uruguaio-fabian-severo-7772725.html>. Acesso em: 7 mai. 2019.

GONZALEZ, C.; MOITA LOPES, L. P. Reflexividade metapragmática sobre o cinema de Almodóvar numa interação online: Indexicalidade, escalas e entextualização. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 57, p. 1102-1136, 2018.

FIUZA, G. *Que horas ela vai?* O Diário da agonia de Dilma. Rio de Janeiro: Record, 2016.

GRAMLING, David. *The invention of monolingualism*. New York: Bloomsbury, 2016.

HANKS, William. Indexicality. *Journal of Linguistic Anthropology*, v. 9, p.124-126, 1999.

HILL, Jane. *The Everyday Language of White Racism*. London: Willey-Blackwell, 2008.

HOLQUIST, Michael. Glossary. In: BAKHTIN, M. *The Dialogic Imagination: Four Essays*. Austin: University of Texas Press, 1981, p. 423-434.

IRVINE J.; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. (org.). *Regimes of Language: Ideologies, politics, and identities*. Santa Fe: American Research Press, 2000. p. 35-84.

JACQUEMET, Marco. Transidiomatic practices: Language and power in the age of globalization. *Language & Communication*, v. 25, 2005, p. 257-277.

JACQUEMET, Marco. Asylum and superdiversity: The search for denotational accuracy during asylum hearings. *Language & Communication*, v. 44, 2016, p. 72-81.

LEE, Jerry; JENKS, Christopher. Doing Translingual Dispositions. *College Composition and Communication*, v. 68, n. 2, p. 317-344.

MIGNOLO, W. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003

MOITA LOPES, Luiz Paulo; FABRÍCIO, Branca Falabella. Viagem textual pelo sul global: Ideologias linguísticas queer e metapragmáticas translocais. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 18, 2018, p. 769-784.

OCHS, Elinor. Indexing gender. *In: DURANTI, A.; GOODWIN, C. (orgs.). Rethinking Context: Language as an interactive phenomenon.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 335-359.

PINTO, Joana Plaza. De diferenças e hierarquias no quadro Adelaide às análises situadas e críticas na Linguística Aplicada. *DELTA*, v. 31, 2015, p. 199-221.

SEVERO, Fabian. *Noite Nu Norte: poesia de la frontera.* Montevideo: Rumbo Editorial, 2010.

SEVERO, Fabian. *Viento de nadie.* Montevideo: Rumbo Editorial, 2013.

SEVERO, Fabian. *Viralata.* Montevideo: Rumbo Editorial, 2015.

SIGNORINI, Inês. Metapragmáticas da ‘redação’ científica de ‘alto impacto’. *Revista do GEL (Araraquara)*, v. 14, 2018, p. 59-85.

SILVERSTEIN, M. Language structure and linguistic ideology. *In: CLYNE, P.; HANKS, W.; HOFBAUER, C. (orgs.). The elements: a parasession on linguistic units and levels.* Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979, p.193-247.

SILVERSTEIN, M. Monoglot ‘standard’ in America: Standardization and metaphors of linguistic hegemony. *In: BRENNEIS, D.; MACAULAY, R. The matrix of language.* Boulder: Westview, 1996, p. 284-306.

SILVERSTEIN, M. Indexical Order and the Dialectics of Sociolinguistic Life. *Language and Communication*, v. 23, 2003, p. 193-229.

SILVERSTEIN, M. Pragmatic Indexing. *In: MEY, Jacob L.; BROWN, Keith. (orgs.). Concise Encyclopedia of Pragmatics.* Elsevier Science, 2009, p. 14-17.

WHORF, Benjamin. The relation of habitual thought and behavior to language. *In: BLOUNT, Ben (org.). Language, Culture, and Society: A book of readings.* Prospect Heights: Waveland Press, 1995 [1944], p. 64-84.

Como citar

SILVA, Daniel do Nascimento e; LOPES, Adriana Carvalho. “Yo hablo un perfeito português!”: Indexicalidade, ideologia linguística e desafios da fronteira a políticas linguísticas uniformi-zadoras. *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p. 144-181, 2018.

Recebido em 31/01/2019 e aceito em 18/04/2019



Transnacionalidade da Língua Portuguesa, política linguística externa e cooperação acadêmica Sul-Sul nos governos Lula da Silva-Dilma Rousseff (2003 – 2016)

Letícia PONSO¹

¹ Universidade Federal do Rio Grande (FURG), lecapon@gmail.com, orcid.org/0000-0001-6513-3590.

RESUMO Durante os governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016), no Brasil, a cooperação acadêmica internacional Sul-Sul se fortaleceu, em particular no que alude aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOPs. Houve, por exemplo, o incremento dos Programas Estudantes-Convênio de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG) e a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Dentre os fatores que costumam justificar essa parceria educacional, destacam-se a história de colonização dessas regiões do Atlântico Sul e o compartilhamento da língua portuguesa como língua oficial (embora não majoritária em todos os países). O presente artigo pretende analisar, no âmbito das políticas linguísticas e educacionais de convênio acadêmico, o estatuto da língua portuguesa no processo de integração de estudantes oriundos dos PALOPs no ensino superior brasileiro. Questionando a ideia etnocêntrica e utópica da “lusofonia” (FARACO, 2016), bem como sua “base cultural comum” homogeneizadora de espaços, sujeitos e línguas, problematiza-se o apagamento da violência simbólica da colonização linguística portuguesa nos discursos da CPLP além dos pressupostos neocoloniais e interesses econômicos da cooperação acadêmica brasileira.

ABSTRACT During the Lula da Silva (2003-2010) and Dilma Rousseff (2010-2016) governments in Brazil, South-South international academic cooperation was strengthened, particularly concerning Portuguese-speaking African Countries (PALOPs). There was, for example, an increase in undergraduate and graduate exchange programs (PEC-G and PEC-PG) and the creation of the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB). Among the factors that usually justify this educational partnership are the colonization history of these regions of the South Atlantic and the sharing of the Portuguese language as an official language (although not a majority language in all countries). The present paper intends to analyze, in the scope of the linguistic and educational policies of academic agreement, the status of the Portuguese language in the process of integration in the Brazilian higher education of students stemming from PALOPs. Questioning the ethnocentric and utopian idea of “lusophony” (FARACO, 2016), as well as its “common cultural base” homogenizing spaces, subjects and languages, the paper discusses the erasure of the symbolic violence of Portuguese linguistic colonization in CPLP discourses as well as the neocolonial assumptions and economic interests of Brazilian academic cooperation.

PALAVRAS-CHAVE políticas linguística. colonização linguística. cooperação acadêmica Sul-Sul. língua portuguesa. PALOPs.

KEYWORDS language policies. linguistic colonization South-South. academic cooperation. Portuguese. PALOPs.

Introdução

Especialmente durante o governo Lula da Silva (2003-2010), com continuidade no governo Dilma Rousseff (2010-2016), a cooperação acadêmica internacional Sul-Sul¹ se fortaleceu no Brasil, em particular no que se refere a convênios com universidades da América Latina e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOPs. Houve, por exemplo, um incremento ao PEC-G - Programa Estudantes-Convênio de Graduação e ao PEC-PG – Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação, bem como a criação da UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, instituição irmã da UNILA – Universidade Federal da Integração Latinoamericana. Dentre os fatores que costumam justificar a parceria educacional entre Brasil e PALOPs, destacam-se a história de colonização dessas regiões do Atlântico Sul, bem como o compartilhamento da língua portuguesa como língua oficial (embora não majoritária em todos os países de África “lusófona”²).

Este artigo propõe-se a traçar um rápido panorama do estatuto da língua portuguesa e seu papel ao longo da história de imperialismo e colonização linguística de Portugal (e do Brasil atualmente), pano de fundo para se refletir sobre a diversidade da(s) língua(s) portuguesa(s) que ocupam os espaços simbólicos e identitários transnacionais da cooperação acadêmica atualmente. Para isso, segue dois caminhos: i) Primeiro, questiona-se a ideia eurocêntrica e utópica da “lusofonia”, bem como sua “base cultural comum”

¹ Segundo dados do IPEA, somente no biênio 2011-2013 o governo federal despendeu R\$ 129,6 milhões com a cooperação educacional, sem considerar gastos em ações desenvolvidas pelo Instituto Rio Branco (IRBr) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Das 27 Unidades da Federação (UFs), somente Acre (AC), Amapá (AP) e Rondônia (RO) não apresentaram registro de ações de cooperação educacional internacional realizada em seus territórios no período.

² Devido aos questionamentos levantados neste artigo, especificamente, optou-se por usar “lusofonia” entre aspas quando houver referência ao conjunto de países colonizados por Portugal e em itálico *lusofonia* quando houver menção ao termo/conceito/vocabulo.

homogeneizadora. A pergunta é: hoje nos discursos que cercam a cooperação acadêmica brasileira, há um movimento de ruptura ou de continuidade da violência simbólica que a colonização linguística da metrópole portuguesa representou? ii) Segundo, analisando-se que o ideologema linguístico-cultural da “lusofonia” sempre esteve atrelado a interesses econômicos e geoestratégicos, nem sempre explicitados nos discursos sobre as línguas, indaga-se: que interesses econômicos neocoloniais estão pressupostos na política externa brasileira de cooperação acadêmica?

No âmbito teórico de uma política linguística crítica, neste trabalho considera-se a língua portuguesa uma invenção política a serviço de interesses geoestratégicos e econômicos, a qual reflete relações históricas de poder e construções imaginário-ideológicas de seus falantes (MAKONI; PENNYCOOK, 2005; SEVERO; MAKONI, 2015; FARACO, 2009; 2016). Além disso, neste caso, aborda-se uma situação de colonização linguística (MARIANI, 2004), em que os discursos estão comprometidos com a visão colonialista e etnocêntrica da supremacia das línguas ex-coloniais em contato com as línguas e culturas autóctones. Não se pode esquecer que tanto a língua quanto a discursividade sobre ela se constroem sobre relações de poder contextualizadas e legitimadas historicamente e que, como nos lembram alguns teóricos da pós-colonialidade, o “cânone epistemológico da modernidade engendrou-se por meio de processos de marginalização, supressão e subversão de epistemologias, tradições culturais e políticas alternativas em relação às que foram nele incluídas” (SANTOS, 2011, p. 17).

Na primeira seção deste artigo reflete-se sobre a base colonialista do conceito de *lusofonia*. A expansão linguística no século XVI, devido ao mercantilismo e às grandes navegações, estabeleceu o primeiro contato do português com as culturas nativas, contato motivado pela busca de riquezas, negociação, administração, catequização, exploração das terras encontradas e da mão de

obra escravizada. Considerando como cenário a heterogeneidade linguística constitutiva das colônias “lusófonas” originariamente, sua configuração multilíngue atual e, por outro lado, os efeitos homogeneizantes da violência simbólica da colonização, discute-se o apagamento dos conflitos político-linguísticos na discursividade que cerca hoje a política de cooperação acadêmica internacional da CPLP, bem como a falta de reconhecimento das especificidades das identidades linguísticas nacionais dos PALOPs.

A segunda seção questiona as ideias de “comunhão” e de “pertencimento” que caracterizam algumas políticas de cooperação acadêmica Sul-Sul entre Brasil e PALOPs. Mais de cinco séculos depois do linguicídio de centenas de línguas nativas americanas e africanas, o valor econômico da língua lusitana (e sua variedade brasileira) é evocado positivamente quando se ressaltam as vantagens de se ter um idioma único para a CPLP. Porém, não se clareiam com o mesmo lume as dificuldades decorrentes da assimetria de status das diferentes variedades de línguas portuguesas em contato com outras, variedades cuja complexidade decorre da situação de multilinguismo característica dos países africanos (OBENG; ADEGBIJA, 1999; OBENG; ECHU, 2004; PONSO, 2011; 2014; OLIVEIRA, 2013a; 2013b) e de uma nativização pós-independência das línguas ex-coloniais (KUKANDA, 2000; 2007; HAGEMEIJER, 2009; FIRMINO, 2002; 2008; GONÇALVES, 2010; PONSO, 2010; 2014), mas também da opressão e do *apartheid* linguístico que sofreram as línguas bantu em países como Angola e Moçambique até o acontecimento das guerras de independência no ano de 1975.

Conclui-se que, no discurso diplomático brasileiro para uma política linguística externa na cooperação acadêmica Sul-Sul, em geral se aposta mais na homogeneidade do que na diversidade, com o evidente intuito de facilitar esse intercâmbio nas esferas comercial, acadêmica, política, institucional. Na prática, ignora-se a especificidade e a enorme diversidade da configuração

sociolinguística do panorama transnacional das línguas portuguesas, e isso pode acarretar grandes prejuízos para seus falantes.

2. Português, língua de colonização: ruptura ou continuidade?

A etimologia da palavra *lusofonia* (associada a Luso, a Lusitânia, lusitanos e mesmo a Os Lusíadas) marcadamente eurocêntrica, baseia-se ao mesmo tempo em uma época nostálgica de supremacia em um passado heroico de conquistas e em um futuro idílico de utopia de um “Quinto Império”. O linguista Carlos Alberto Faraco, em sua “História Sociopolítica da Língua Portuguesa” (2016), tece um comentário crítico acerca de expressões como *um Portugal maior que Portugal, um Império espiritual a se materializar numa grande comunidade de língua e cultura, a esperança mística e um futuro de paz*, etc. que afirmam a gradiloquência e o triunfalismo com que os próprios portugueses caracterizam seu empreendimento colonial na África e na América, (FARACO, 2016).

No entanto, como afirmação de um “eu coletivo”, em dialética inevitável com as alteridades que produz, a comunidade linguística imaginada sob esse rótulo faz sentido para a totalidade de seus falantes? O quanto se sentem representados pelo termo *lusofonia* Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé, nos quais o processo de colonização envolveu a imposição violenta da língua europeia que deixa até os dias de hoje um imaginário de submissão e insuficiência produzido no período colonial? O termo e o conceito *lusofonia* aliam à conveniência de uma designação unificadora um reducionismo que apaga, por exemplo, os conflitos e ressentimentos resultantes da violenta colonização e exploração portuguesa na África e, nas palavras de Carlos Alberto Faraco (2009, p. 41), “o estado de imensa miséria social, econômica e cultural em

que foram deixados, no momento da independência, os territórios africanos e asiáticos que estiveram sob o domínio português”.

Ao transplantar a língua portuguesa para os continentes africano e americano, o sistema colonialista impôs hábitos culturais e memórias sociais, o que acabou por produzir, nos dois lados do Atlântico, uma historicidade muito diferente para cada uma das línguas portuguesas forjadas nesse contato. Segundo Mariani (2007b), desde o século XVI, através de cartas régias e decretos, a coroa portuguesa buscou administrar as lutas entre as línguas, exigindo dos missionários o uso do português, apesar de aceitar que a catequese fosse realizada na língua geral ou em outra língua indígena. No caso dos PALOPs, a política assimiladora do regime colonial instituiu medidas oficiais contra as línguas indígenas desde os primeiros anos de colonização. Tratava-se de estados multiétnicos e multilíngues que o governo pretendia unificar, pela força e pela coerção, em torno de uma única língua. Entretanto, o português não se tornou a língua majoritária, nem em Angola, nem em Moçambique, nem na Guiné Bissau (e não o é até hoje), apesar de ser a língua de comunicação corrente entre a diminuta classe dos administradores que impunham os valores culturais “civilizados e civilizadores” do imperialismo europeu.

Esse império português, que continuou a se sustentar politicamente até o governo autoritário de Salazar e as independências dos PALOPs, afirmou-se juridicamente no território ultramarino com base no Ato Colonial (1930), na Carta Orgânica do Império Colonial (1933) e no Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas (Decreto 16.473). Os efeitos de controle, exclusão e violência simbólica a que foram submetidos os povos africanos deixaram consequências que se veem ainda hoje no período pós-colonial, herdeiro da ideia de que as línguas não europeias são difíceis, defeituosas, sem racionalidade (cf. PONSO, 2014; RONCARATI; PONSO; SILVA, 2012). E por mais que seja do interesse da ex-metrópole silenciar ou

reparar tal assimetria, não é possível ignorar, apagar ou esquecer a memória ancestral dos falantes nativos das ex-colônias.

Quando em 1989 (apenas 15 anos depois de findo o colonialismo português) aconteceu em São Luís do Maranhão o primeiro encontro dos Chefes de Estado dos Países de Língua Portuguesa, o que se criou não foi um organismo internacional de caráter político diplomático ou econômico, como se esperava, mas muito sugestivamente um organismo de caráter linguístico-cultural, o IILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa), que sempre foi – nas palavras de Carlos Alberto Faraco (FARACO, 2016, p. 248), - um elefante branco, que nunca serviu pra nada e teve uma atuação pífia, mas precedeu a criação da CPLP.

Pode-se pensar que a criação do IILP (1989), da CPLP (1996) e de outros órgãos diplomáticos durante os governos de Mário Soares, José Sarney e Fernando Henrique Cardoso teve como propósitos principais (não tão sutilmente disfarçados) esconder rapidamente o horror das guerras fratricidas que sucederam as lutas pela independência dos PALOPs, as quais terminaram por destruir o que restava da infraestrutura desses países. Além disso, também havia o intento de fortalecer Portugal dentro da União Europeia, força que dependia das suas relações ultramarinas.

Em 1996, houve a criação dos PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), grupo formado para firmar protocolos de cooperação com outros países e instituições nos campos da cultura, educação e fomento. Na década seguinte, durante os anos do governo Lula, as relações Sul-Sul - entre Brasil, os PALOPs e Timor Leste – foram uma preocupação constante da agenda da política externa brasileira (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 14; FARACO, 2009, p. 9).

Todavia, segundo Eduardo Namburete, da Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique, o termo *lusofonia* “ainda constitui um pólo de divergência, pois o seu entendimento ainda não é compartilhado

por todos aqueles que deveriam nela se sentir representados”. O autor questiona a identidade linguística de tantos falantes que vivem em países ditos “lusófonos”, mas que “não falam, não leem e muito menos escrevem na língua de Camões” (2006, p. 63) e afirma que tal tema é inevitavelmente enfrentado do lado africano com ceticismo e nem sempre de forma pacífica.

Pretendemos ainda consubstanciar a nossa recusa à congregação dos países africanos de expressão oficial portuguesa sob o manto da lusofonia usando para tal o argumento de que em português todos nós nos entendemos. Recusamo-nos a perpetuar a falsa verdade de que os países africanos colonizados por Portugal se comunicam usando os *fonos lusos*. Moçambique estaria mais bem categorizado no grupo dos países *bantúfonos*. (NAMBURETE, 2006, p. 70)

Percebe-se, na citação acima, a diferença de sentidos que o vocábulo *lusofonia* assume quando é visto do ponto de vista de linguistas portugueses, brasileiros ou africanos. O fim do colonialismo histórico (com a independência da maioria das colônias africanas na segunda metade do séc. XX) enquanto relação política não necessariamente acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. Nos PALOPS, a situação da língua portuguesa em contato com as línguas autóctones envolve relações muito complexas de assimetria de poder (Cf. PONSO, 2014; RONCARATI, PONSO; SILVA, 2012).

Ainda hoje, passadas as lutas pela independência dos PALOPs e com a reconfiguração do mundo globalizado, pergunta-se: a “lusofonia” traz vantagens, sobretudo econômicas e geoestratégicas, para todos os membros da CPLP igualmente? Ou mais para um do que para outros? Apesar da repisada polêmica acerca de uma comunidade

de países em torno de um passado colonial comum - sobretudo, se tal comunidade mantém certos traços de neocolonialismo – seguem-se usando os termos *lusofonia* e *lusófono* naturalizados e legitimados por uma tradição cultural, histórica, acadêmica e literária. Porém, infelizmente, no imaginário que cerca a CPLP, eles evocam Portugal, Brasil e “outros”, sendo esses outros e sua realidade sociolinguística muito pouco conhecidos dos portugueses e dos brasileiros, principalmente.

3. Programas de Internacionalização da Educação na Era Lula-Dilma

Nos anos 2000, o Brasil torna-se uma potência e passa a ter 85% dos falantes da língua portuguesa no mundo. Esse movimento foi concomitante ao fortalecimento da CPLP. Por exemplo: foi aprovada em 2000, na altura da III Reunião de Cúpula da CPLP, a Declaração na Era da Globalização, que reafirmou o compromisso dos Estados membros a cooperarem para a erradicação da pobreza, e promover o desenvolvimento. Vale recordar que foram investidos US\$ 1.635.735,42 do Fundo Especial da CPLP para a implementação de projetos e ações pontuais. Entre essas ações, estão a erradicação da fome e da pobreza, o desenvolvimento sustentável, universalização do ensino básico, promoção da igualdade de gênero e a capacitação das mulheres; redução da mortalidade infantil em dois terços, melhoria do acesso à saúde reprodutiva e redução da mortalidade materna em três quartos; combate ao HIV/SIDA, a malária, a tuberculose e outras doenças infecciosas endêmicas, entre outras.

Nenhuma decisão da III Reunião de Cúpula da CPLP, porém, menciona uma política linguística que contemple a educação bilíngue de transição nos PALOPs, países nos quais até a independência na década de 1970 o português era falado apenas por uma elite diminuta,

e as línguas africanas da maioria da população eram ignoradas ou negligenciadas pelos governos coloniais. Essa questão diz respeito à CPLP, pois, quando se fala de implementar as ações e os projetos de cooperação multilateral, considera-se que a língua portuguesa é uma só, sem especificidades e diferenciais.

Como apontam Silva e Sant’ana (2010), durante os anos 2000, houve uma intensificação de políticas a favor da promoção do idioma³ como parte do movimento de internacionalização de línguas, originariamente europeias, tratadas como bens de consumo. Para os autores, esse tratamento aquece os mercados culturais, garantindo divisas a alguns dos países que têm essas línguas como nacionais ou oficiais:

Esse mercado vem representando significativas parcelas de divisas que ingressam nos países, por meio da venda de filmes, músicas, espetáculos, livros, materiais didáticos para o ensino da língua, cursos de idiomas, traduções, exames de proficiência, enfim, um conjunto de serviços que não estiveram no topo dos mais “vendáveis” no século passado. (SILVA; SANT’ANA, 2010, p. 118)

A análise de documentos da CPLP feita por Silva e Sant’ana (2010) mostra que diferentes imagens de si constroem uma aparente ideia de homogeneidade linguística, que tem como objetivo superar a heterogeneidade fundante da própria CPLP. Para os autores, o enunciador do discurso da CPLP ignora os processos de

³ Entre essas políticas, ressaltam-se: a criação, pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC), da Comissão da Língua Portuguesa (COLIP) (2004-2007); a petição para que o português se torne língua oficial das Nações Unidas (2005); a inauguração do Museu da Língua Portuguesa (2006); a fundação, pelo Brasil, da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab) em Redenção, no Ceará (2010); a inauguração, pelo governo brasileiro, da TV Brasil Internacional (2010); o lançamento do Plano de Ação de Brasília para a expansão da língua (2010); intenção frustrada do MEC em criar, em 2005, o Instituto Machado de Assis (IMA), semelhante ao Instituto Camões de Portugal.

descolonização linguística na formação de uma língua nacional. O multiculturalismo (tão característico dos PALOPs) integra-se à posição de “enunciador defensor” não como argumento para proteger as línguas minoritárias dos países luso-falantes perante o domínio da língua portuguesa, mas para justificar as políticas de expansão do português num mundo cada vez mais tratado como homogêneo (como foco na disputa com o inglês, o espanhol e o francês). A difusão da língua portuguesa poderia, assim, ser uma forma tanto de defender a diversidade do mundo quanto de garantir um espaço aos países “lusófonos” nesse momento crucial.

O resultado desse modo de enunciar língua portuguesa tem como efeito uma homogeneidade de concepção: a língua falada nos nove países de língua oficial portuguesa constrói-se como se fosse a mesma. Mais do que a convergência entre os países, **ressalta-se o apagamento das diferenças, da heterogeneidade**, ao mesmo tempo em que se valoriza a homogeneidade no interior da comunidade e, como resultado, constrói-se a razão de ser da própria da CPLP. (SILVA; SANTANA, 2010, p. 132, grifos nossos)

A transnacionalização do português brasileiro ganha ainda mais força com o grande crescimento econômico dos BRIC, com a crise financeira dos países centrais do capitalismo em 2008 e com o Brasil ampliando seu status no cenário internacional⁴, o que por vezes pode lhe conferir um papel imperialista ou neocolonizador (cf. DINIZ, 2012).

⁴ Uma série de outros acontecimentos, em parte consequências desse momento ajudam a compor esse cenário: mobilização do Brasil no G-4, ao lado da Alemanha, Índia e Japão para reforma do Conselho de Segurança da ONU; criação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) em 2003; criação da União das Nações Sul-americanas (Unasul) em 2008; a reforma no FMI com a ampliação da participação brasileira em 2010; a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, além da ampliação de posto diplomáticos no exterior e a da diversificação de parceiros comerciais durante o governo Lula (2003-2010).

Nesse sentido, duas questões merecem destaque e um olhar mais crítico. Em primeiro lugar, a imposição de pontos de vista majoritários sobre o que seja língua, seu ensino e sua difusão está centrada em um modelo que garante a certas políticas linguísticas o papel de validadas, de legítimas. Se através da CPLP concretizam-se políticas para a promoção da língua portuguesa (sua homogeneidade, sua integração, sua hegemonia), toda a articulação e esforços em torno dessas políticas tiram do foco o caráter multilíngue, contatual, heterogêneo e conflitivo herdeiro do passado colonial.

Segundo, tais políticas aquecem os mercados culturais, garantindo divisas a alguns dos países que têm essas línguas como nacionais ou oficiais. Gilvan Müller de Oliveira (2013b, p. 409) analisa a internacionalização da língua portuguesa induzida pelo novo liberalismo no contexto geopolítico atual: o panorama é o da ampliação e consolidação dos blocos econômicos regionais, do reforço da infraestrutura dos transportes e comunicações, das imigrações internacionais ao turismo de massa de longo curso, do ensino à distância à multiplicação dos programas de intercâmbio acadêmico.

Tomando-se como exemplo de tais políticas a “difusão dos sistemas de certificação do português como língua estrangeira” (PLE), há reconhecidamente dois sistemas de avaliação e certificação de português: o Celpe-Bras de português brasileiro, criado em 1994 e implantado em 1998 pelo Ministério da Educação do Brasil e o CAPLE, de português europeu, criado pela Universidade de Lisboa e pelo Instituto Camões em 1999. Duas línguas concorrentes, o português europeu e o português brasileiro; dois Estados soberanos, que detêm o poder de atestar a qualquer indivíduo estrangeiro a proficiência nas suas línguas nacionais. Pode-se analisar esse fato no âmbito do que Mônica Zoppi-Fontana chama de “processo de capitalização linguística”:

O processo de capitalização linguística se caracteriza por investir uma língua de valor de troca, tornando-a ao mesmo tempo em bem de consumo atual (mercadoria) e um investimento em mercado de futuros, isto é, cotando seu valor simbólico em termos econômicos. (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 37)

No que se refere a políticas de internacionalização da educação superior, o Brasil atualmente lidera a cooperação Sul-Sul. De acordo com o documento “CPLP em Números”, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística⁵, a taxa bruta de escolarização do ensino superior nos países da CPLP (dados de 2012) é encabeçada pelo Brasil, com 40%, seguida de Portugal, com 32,1%. Nos PALOPs, a taxa decai para 20,7% em Cabo Verde; 8,0% em São Tomé e Príncipe; 5,1% em Moçambique e 3,2% em Angola (não há dados sobre a Guiné Bissau). A seguir, destacam-se dois exemplos dessa política.

O Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) é um programa de cooperação internacional do Brasil com os países em desenvolvimento que tem como objetivo a formação de recursos humanos. Esse programa é levado a cabo pelo Ministério das Relações Exteriores e outros parceiros na política educacional, como a Divisão de Cooperação Educacional do Departamento de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica (DCE/DCT) pelo MEC e por meio da Divisão de Assuntos Internacionais da Secretaria de Educação Superior.

Na ideia da cooperação Sul-Sul, privilegiaram-se bolsas para estudantes da América Latina e África. Na tabela a seguir, verifica-se o número de estudantes ingressantes por país africano, com destaque para os PALOPs.

⁵ Disponível em: <file:///C:/Users/jacson/Downloads/CPLP-ESTADISTICAS-2015.pdf>. Acesso em: 12.01.2019.

Tabela 1: PEC-G: número de estudantes ingressantes por país da África (2011-2013)

País da África	2011	2012	2013	TOTAL
África do Sul	-	-	1	1
Angola	61	55	42	158
Benim	5	14	32	51
Cabo Verde	27	87	55	169
Camarões	2	5	7	14
Congo	16	31	14	61
Congo-Kinshasa	1	-	-	1
Gana	1	-	-	1
Guiné-Bissau	55	108	10	173
Moçambique	6	7	10	23
Nigéria	8	1	2	11
Quênia	-	1	-	1
Rep. Democ. do Congo	12	19	9	40
São Tomé e Príncipe	11	5	3	19
Senegal	-	1	-	1
Togo	-	5	7	12

Fonte: SESu/MEC. Adaptado de Ipea.

Outro projeto, o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES), tem por finalidade estimular a cooperação técnico-científica e cultural entre os países com os quais o Brasil mantém acordos de cooperação técnica, em especial os PALOP, nas áreas de educação e cultura. O projeto concede auxílio financeiro no valor de um salário mínimo, por um ano, aos estudantes oriundos de países em desenvolvimento, que estejam matriculados em IFES, de baixa renda, que tenham bom rendimento acadêmico e sejam vinculados ao programa PEC-G.

Tabela 2: Número de estudantes que receberam bolsa Promisões por região e país (2011-2013)

País da África	2011	2012	2013	TOTAL
África do Sul	-	-	1	1
Angola	34	34	48	116
Benim	6	6	14	26
Cabo Verde	182	190	158	530
Camarões	2	2	6	10
Congo	16	31	14	61
Congo-Brazzaville	-	-	22	22
Costa do Marfim	1	1	1	3
Gana	3	3	6	12
Guiné-Bissau	276	290	280	846
Moçambique	8	8	8	24
Níger	-	-	2	2
Nigéria	6	6	3	15
Quênia	5	5	4	14
Rep. Democ. do Congo	52	48	59	159
São Tomé e Príncipe	25	25	26	76
Senegal	2	2	2	6
Togo	-	-	1	1

Fonte: SESu/MEC. Adaptado de Ipea.

Note-se também a prevalência de bolsas PROMISAES para estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs). Foram 525, em 2011; 547, em 2012; e 520, em 2013.

Além dos programas que contemplam alunos de graduação, também no mesmo período receberam bolsas do governo brasileiro estudantes de pós-graduação (PEC-PG): 812 estudantes de 22 países latino-americanos e caribenhos; 256 estudantes de treze países

africanos; e outros 26 estudantes oriundos de quatro países asiáticos. Dos 256 estudantes africanos, 193 são dos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Recentemente, em 2013, estabeleceu-se que o Celpe-Bras deveria ser exigido a todos os estudantes estrangeiros inscritos no PEC-G (artigo 6º do Decreto n. 7498, de 2013, cf. DINIZ; BIZON, 2015), inclusive os dos PALOPs. Diniz e Bizon criticam veementemente a demanda de tal exame de proficiência a estudantes vindos de países da CPLP, pois ela “cristaliza uma identidade genérica e estereotipada para esses sujeitos: africanos, inferiores, que, falando ‘dialetos’, precisariam ser submetidos a um exame de proficiência do ‘verdadeiro’ português – o do Brasil –, mesmo que a língua portuguesa seja sua língua materna” (DINIZ; BIZON, 2015, p. 156). Segundo os autores, tal processo capitaliza a língua portuguesa do Brasil, desvaloriza as outras línguas portuguesas e preocupa-se mais com os números da mobilidade estudantil e com as pontuações nos *rankings* que eles podem gerar do que com o desenvolvimento de políticas visando à efetiva inserção dos estudantes no ambiente acadêmico e em seu entorno.

No campo das associações científicas, foi criada em 2001 a AILP (Associação Internacional de Linguística do Português), numa ação conjunta da APL (Associação Portuguesa de Linguística) e da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística), a que se associaram ainda alguns investigadores de Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Tal instituição define seu objetivo como “promover a defesa da língua portuguesa num plano internacional, por meio da divulgação de informações e materiais para o seu ensino, *contemplando a enorme diversidade que apresentam as variedades nacionais da língua (grifo nosso)*”⁶. Vê-se, pelo exemplo dado no parágrafo anterior, que “contemplar a diversidade das línguas portuguesas” é uma retórica para constar das intenções e dos documentos desse tipo de

⁶ Disponível em: <http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp/>. Acesso em 20.01.2019.

instituição, mas que não tem efeitos práticos nem na aplicação de uma política linguística acadêmica (por exemplo, Celpe-bras ser exigido a estudantes da CPLP), nem nas incipientes pesquisas comparativas empreendidas por essas associações científicas em conjunto com as universidades dos PALOPs.

Em artigo recente, Charlott Leviski destacou a dimensão capitalista e o processo de mercantilização da língua portuguesa em dois fatos que denotam o traço de bloco econômico que a CPLP assume: a inclusão de Guiné-Equatorial como estado-membro, em julho de 2014, e a assinatura do protocolo da União dos Exportadores da Comunidade, em março de 2015. Sobre o primeiro fato, Leviski questiona o que significa a oficialização de línguas ex-coloniais em contextos pós-coloniais na África, uma vez que a adesão de Guiné Equatorial à CPLP vai contra o seu compromisso do primado da paz, da democracia e do Estado de direito já que têm sido documentadas pelo conselho da ONU as violações dos direitos civis, políticos e econômico-sociais por seu presidente, antes ditador e há 35 anos no poder, Obiang Nguema Mbasogo (LEVISKI, 2015, p. 245).

Finalmente, as ações que se descrevem como tarefas da CPLP em relação à língua são tão amplas e genéricas, que se torna difícil imaginar como seriam executadas em ações mais concretas. No site da CPLP, na seção destinada à “Promoção e difusão da Língua Portuguesa”⁷, pode-se ler:

Atendendo ao documento orientador da estratégia de cooperação da CPLP “Cooperação na CPLP – Uma visão estratégica de cooperação Pós-Bissau” (XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, Cidade da Praia, 2009; VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, Luanda, 2010), a prossecução destes objetivos deve assentar na cooperação multilateral, segundo o quadro intracomunitário e o quadro externo de cooperação com outros atores multilaterais, com base nos seguintes princípios:

⁷ Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4180.aspx>. Acesso em 20.01.2019

1. Promoção e difusão da Língua Portuguesa;
2. Implementação de cooperação comunitária estratégica assente em Planos Estratégicos de Cooperação Sectoriais, que obedecem à lógica de multilateralização e à lógica de compartimentação por áreas de atuação;
3. Adoção de metodologias e procedimentos que promovam a eficácia, coordenação e harmonização das ações de cooperação a desenvolver pelos Estados Membros da CPLP, de acordo com a identificação local e partilhada dessas ações;
4. Harmonização, alinhamento, apropriação e afinamento de áreas de intervenção com base em escolhas estratégicas definidas pelos Órgãos de Direção e Execução da CPLP;
5. Considerar a evolução da própria organização e do contexto internacional no desenho, identificação e implementação de projetos e ações de cooperação multilateral, orientando a atuação da CPLP para uma estratégia baseada em resultados;
6. Alinhamento de projetos setoriais (coordenação, concertação e monitorização) pelos Estados membros e impulsionar a sua apropriação, sustentabilidade e impacto junto dos cidadãos dos Estados Membros.

Há ainda uma carência de estudos sobre o contato entre as variedades de língua portuguesa moçambicana, angolana, guineense ou cabo-verdiana com o português brasileiro no âmbito da cooperação académica internacional. Pode-se, porém, levantar alguns questionamentos: considerando a colonização linguística e as relações de poder decorrentes dela, o Brasil é herdeiro de Portugal nesse quesito? Substituiu Portugal na construção de espaços enunciativos de poder que difundem a língua portuguesa como uma manifestação homogênea de povos muito distintos? A neocolonização linguística do português brasileiro faz dialogar ou abafa os diferentes sentidos produzidos na tensão resultante dos povos em contato? Leva tais povos a ressignificar a ideia de hegemonia e favorecer uma

visão mais plural e diversa dos espaços e sujeitos em torno das línguas portuguesas? Ou o contrário?

4. Uma outra fonia insurgente é possível na CPLP?

No silêncio decorrente da colonização, a imposição de uma língua camufla a heterogeneidade linguística e contribui para a construção de um efeito homogeneizador que repercute ainda hoje no modo como se concebe a língua nacional no Brasil, em Angola, em Moçambique, na Guiné Bissau, em Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe, e nas colônias portuguesas na Ásia, guardadas as diferenças históricas.

O ideograma imperial e colonizador por trás do rótulo da “lusofonia”, que apresenta a língua portuguesa como agregadora e não como excludente, reflete o característico fechamento da elite das sociedades pós-coloniais. Em outras palavras, a política linguística é usada pelos que estão no poder para o manter, bem como seus privilégios.

Se o discurso da “lusofonia” envolve continuidade ou ruptura não é uma pergunta de fácil resposta. A dialética da colonização e os teóricos da pós-colonialidade não nos deixam esquecer a situação de fluidez e de hibridismo na memória identitária que reside nos próprios falantes que ora incorporam, ora rejeitam a ideia de pertencimento a este coletivo sob o rótulo de “lusofonia”, reconfigurando e ressignificando traços culturais oriundos supostamente do contexto de transição entre o colonialismo português e os contextos de emancipação e independência política e/ou cultural.

O processo de uma pretensa homogeneização da língua portuguesa, capaz de justificar a sua possibilidade de atender ao mercado global, transnacional, de cooperação pedagógica, é uma construção político-linguístico-discursiva que não necessariamente tem uma concretização realizável na prática, já que a gramatização

nacional das diferentes línguas portuguesas está em pleno curso e a heterogeneidade linguística se manifesta em qualquer ato ou acontecimento discursivo da língua portuguesa. Por mais que se tente silenciá-las, as vozes permanecem, ainda que nem sempre possam ser ouvidas. Essas “novas línguas portuguesas” que identificamos são fruto dos conflitos e negociações entre esses movimentos: o de homogeneização - para se fortalecer no mercado global -, e o de heterogeneização das línguas portuguesas nacionais, com seus processos de gramatização e nativização em ambientes linguísticos amplamente heterogêneos, de língua autóctones e alóctones, minoritárias e nacionais.

Os estudantes dos PALOPs contemplados pelas políticas linguísticas e educacionais de cooperação Sul-Sul, são atravessados em suas experiências acadêmicas pela questão do contato de línguas e pela diferença de estatuto entre elas: não apenas no contato entre as línguas autóctones de seus países e o português, mas também no contato assimétrico entre as diferentes variedades de português. Isso envolve gerenciar uma competência linguística plurilíngue e repertórios linguísticos que pressupõem eficácias e potências variadas nos usos linguísticos em um campo de batalha caracterizado pela tensão conflitiva e nunca tranquila de poder entre as línguas. São experiências que acontecem no corpo e na subjetividade de cada um, sempre em dialética com o Outro, e com o passado e o presente histórico.

Nessa ordem de questões, a experiência individual do falante “lusófono” (e aqui as aspas expressam de fato uma dúvida, um questionamento) ocupa um lugar especial na fissura da onipotência estrutural predominante nos discursos que pressupõem a homogeneidade linguística da CPLP. Para refletir com maior cuidado sobre as características do presente linguístico de Portugal, do Brasil e dos PALOPs seria necessário: i) ter em vista essa memória

constitutiva de formações sócio-históricas muito diferentes; ii) respeitar a atribuição de sentidos para cada língua nacional, ou para as línguas nacionais, pelos seus próprios falantes; iii) considerar a dialética pluralidade/singularidade que remete para a questão de identidades linguísticas híbridas e fluidas; iv) dissociar as ideias de uma força centrípeta de unificação em uma comunidade de base comum, da força centrífuga da heterogeneidade, do multilinguismo e do multiculturalismo.

É imprescindível, portanto, contemplar as muitas fonias constituintes da CPLP, formadoras de uma identidade múltipla e complexa em suas práticas linguísticas, culturais, literárias e educacionais. Sem temer as diferenças que apontam para a fragmentação e a diversificação, tais fonias propiciam que um mosaico cultural - enquanto marca de identificação da cooperação acadêmica entre os países da CPLP - apareça nos mais variados campos de atuação e seja fonte de pesquisas, aprendizados e permutas acadêmicas bilaterais, baseadas sobretudo na reciprocidade e no reconhecimento da pluralidade linguística.

Referências

BRASIL. *Protocolo do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação*. Brasília, 13 de março de 1998. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/ProtocoloPEC-G.html>. Acesso em: 19 nov. 2018.

DINIZ, Leandro. R.A. *Política linguística do Estado brasileiro na Contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior*. Tese – Doutorado em Linguística. Campinas: UNICAMP, 2012.

DINIZ, Leandro; BIZON, Ana Cecília Cossi. Discursos sobre a Relação Brasil/África “Lusófona” em Políticas Linguísticas e de Cooperação Educacional. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 36, jul. /dez. 2015.

FARACO, C. A. Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. Conferência de encerramento do ROSAE - *I Congresso Internacional de Linguística Histórica*. Salvador, Bahia, 2009.

FIRMINO, Gregório. *A questão linguística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promedia, 2002.

FIRMINO, Gregório. Aspectos da nacionalização do português em Moçambique. *Veredas*, n. 9, 2008, p. 115-134.

GONÇALVES, Perpétua. *Português de Moçambique: uma variedade em formação*. Maputo: Livraria Universitária, 1996.

FIRMINO, Gregório. *A génese do português de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional/Cda Moeda. 2010.

HAGEMEIJER, Tjerk. As línguas de S. Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, v. 1.1. 2009. Disponível em: <http://rcblpe.sftw.umac.mo/doc/As%20L%C3%ADnguas%20de%20S.%20Tom%C3%A9%20e%20Pr%C3%ADncipe.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

KUKANDA, Vatomene. Diversidade Linguística em África. *Africana Studia*, n. 3. CEAUP: Porto, 2000.

KUKANDA, Vatomene. *Angola: Complementariedade entre o português e as línguas nacionais*. Embaixada da República de Angola. 2007. Disponível em: <http://port.pravda.ru/cplp/angola/25-11-2007/20495-angolalinguas-0/>. Acesso em: 17 nov. 2017.

LEVISKI, C. E. A CPLP e a virada econômica: Guiné Equatorial em foco. In: REGUERA, A. (comp.). *Actas del VII Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Lingüísticas*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, Asociación de Universidades Grupo Montevideo-Núcleo Educación para la Integración, 2015.

MARIANI, Bethania. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

MARIANI, Bethania. Língua portuguesa, políticas de línguas e formação de Estados nacionais: notas sobre lusofonia. In: PONTES, Geraldo; ALMEIDA, Claudia (coords.). *Relações literárias internacionais: lusofonia e francofonia*. Niterói: EDUFF, 2007a.

MARIANI, Bethania. Quando as línguas eram corpos: Sobre a colonização linguística na África e no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Política Linguística no Brasil*. Pontes: São Paulo, 2007b.

MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. Desinventando e (re)constituindo línguas. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 16, n. 2, 2015. p. 09-34.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. *História geral da África - VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

NAMBURETE, Eduardo. Língua e lusofonia: a identidade dos que não falam português. In: BASTOS, Neusa Barbosa. *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: EDUC, 2006. p. 63-74.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos em Linguística Aplicada* (UNICAMP), v. 52, p. 409-433, 2013a.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Um Atlântico Ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI. In: LOPES, Luiz Moita. (org.). *O Português no Século XXI: Cenário Geopolítico e Sociolinguístico*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013b, v. 1, p. 19-40.

OBENG, Samuel Gyasi; ADEGBIJA, Efurosibina. Sub-saharian Africa. In: FISHMAN, Joshua. *Handbook of Language and Ethnic Identity*. New York: Oxford University Press, 1999, p. 353-368.

OBENG, Samuel Gyasi; ECHU, George. West African languages in contact with european languages. In: *Africa meets Europa: language contact in West Africa*. New York: Nova Science Publishers, 2004.

PONSO, Letícia Cao. O português no contexto multilíngue de Angola. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 35/36, 2009. p. 147-162.

PONSO, Letícia Cao. Políticas linguísticas atuais em Angola e Moçambique: o modelo monolíngua do Estado nacional europeu X o modelo plurilíngua das nações africanas. *Anais [...]. XI Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais*. Salvador, 2011a.

PONSO, Letícia Cao. Um foco sobre a situação sociolinguística dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. *Revista Icarahy*, n. 5, 2011b. Disponível em: <http://www.revistaicarahy.uff.br/revista/html/numeros/5/dlingua/LETICIA.pdf>

PONSO, Letícia Cao. “As línguas não ocupam espaço dentro de nós”: práticas, atitudes e identidades linguísticas entre jovens moçambicanos plurilíngues. Tese (Doutorado) – Niterói (RJ): Curso de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, 2014. p. 313.

PONSO, Letícia; SILVA, Diego; RONCARATI, Cláudia. Um olhar crítico sobre a Sociometria da língua portuguesa. *Gragoatá* (UFF), v. 32, 2012, p. 11-27.

SEVERO, Cristine Gorski. A açucarada língua portuguesa: Lusotropicalismo e Lusofonia no século XXI. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 15, 2015a, p. 85-107.

SEVERO, Cristine Gorski. Língua portuguesa como invenção histórica: brasilidade, africanidade e poder em tela. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 16, n. 2, 2015. p. 35-61.

SEVERO, Cristine Gorski; MAKONI, Sinfree. B. *Políticas Linguísticas Brasil-África: Por uma perspectiva crítica*. 1. ed. Florianópolis: *Insular*, 2015. v. 1. p. 136.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente*. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011 [2000].

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

ZOPPI-FONTANA, Monica. *O Português do Brasil como Língua Transnacional*. Campinas: Editora RG, 2009.

ZOPPI-FONTANA, Monica G.; DINIZ, Leandro R. A. Declinando a Língua pelas Injunções do Mercado: Institucionalização do Português Língua Estrangeira (PLE). *Estudos Linguísticos*. v. 37, São Paulo, 2008. p. 89-119

Como citar

PONSO, Letícia. Transnacionalidade da língua portuguesa, política linguística externa e cooperação acadêmica Sul-Sul nos governos Lula da Silva-Dilma Rousseff (2003 – 2016). *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p. 182-209, 2018.

Recebido em 01/02/2019 e aceito em 02/04/2019



Políticas linguísticas em Angola: sobre as políticas educativas in(ex) cludentes

Ezequiel Pedro José BERNARDO¹
Cristine Gorski SEVERO²

¹ Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-Cabinda), bindumuka@hotmail.com, orcid.org/0000-0002-2649-1501.

² Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), crisgorski@gmail.com, orcid.org/0000-0002-2758-6668.

RESUMO Angola é um país multilíngue e heterogêneo, onde o cenário linguístico carece de uma política de Estado que contribua efetivamente para a interação entre a língua hegemônica, a língua portuguesa, e as línguas nacionais. A política linguística angolana não tem favorecido uma política de inclusão e de justiça social, que permita que falantes de têm as línguas nacionais como materna e que desconhecem a língua portuguesa tenham seu discurso legitimado. Nesse artigo, procuramos compreender como as políticas linguísticas e educacionais operam em Angola. Enfocamos, mais especificamente, a proposta de política bilíngue educacional que, a nosso ver, pouco contribui para a legitimação das línguas nacionais.

ABSTRACT Angola is a multilingual and heterogeneous country, where the linguistic scenario lacks a official language policy that effectively contributes to the interaction between the hegemonic language, the Portuguese language, and the national languages. The Angolan language policy has not favored a policy of inclusion and social justice, which allows speakers of Angolan mother tongues who do not know the Portuguese language have their speech legitimized. In this article, we seek to understand how educational linguistic policies operate in Angola. We focus,

more specifically, on the proposal of a bilingual education policy, which, in our perspective, does little to legitimize national languages.

PALAVRAS-CHAVE Ideologia Linguística. Angola. Política Linguística. Política Educativa. (In)exclusão.

KEYWORDS Linguistic Ideology. Angola. Language Policy. Educational Polic. (In) exclusion.

Introdução

O conceito de língua é plural, a depender do recorte epistemológico e da orientação política em tela. Em muitos casos, a língua é tida como símbolo de uma nação ou de um povo, como elemento da cultura ou como um recurso fundamental das práticas sociais de grupos e ou dos indivíduos. Trata-se, sobretudo, de um instrumento de ação e de poder. Em termos institucionais, por meio das políticas de Estado, se definiu, em Angola, a língua portuguesa como a língua oficial de comunicação nacional, hegemonizando-a e tornando-a um instrumento de manutenção ideológica do monolinguismo. Esse monolinguismo arraigado à língua portuguesa é sustentado por uma retórica que localiza as demais línguas angolanas sob o escopo de “línguas nacionais”. Sabemos quão complicada é essa designação, pois ela acaba assumindo um lugar subalternizado em relação à língua oficial. No contexto angolano aqui analisado, as definições e planejamentos das políticas de Estado voltados à educação muitas vezes foram e são definidos por indivíduos da elite que efetuaram seus estudos na Europa e construíram uma visão teórica eurocêntrica, o que, muitas vezes, dificulta a construção de um país mais inclusivo, socializador e humano. Tomamos o contexto educacional como signo político representativo da situação linguística em Angola, colocando em tensão as políticas institucionais e a realidade pluridiscursiva local.

Assumimos que a definição da língua portuguesa como a única língua oficial em Angola foi acompanhada pela adoção de ideologias, culturas e modos de ver o mundo um tanto distantes da realidade pluridiscursiva, plurilíngue e diversificada africana. Na realidade angolana, muitas pessoas não têm o português como sua língua materna, especialmente em contextos rurais ou distantes das grandes cidades angolanas. Nesse cenário, a marginalização se agrava na medida em que os cidadãos se tornam impossibilitados de terem

um ensino inclusivo, que funcionasse em suas línguas maternas e abordasse sua realidade local. Tendo em vista esse cenário linguístico, o presente artigo busca: (i) abordar as políticas do Estado angolano atual para questões de ensino e diversidade linguística; (ii) refletir sobre o lugar que ocupam as línguas nacionais na Constituição da República de Angola (2010) e na lei de base do sistema de educação e ensino (2016); (iii) discutir o projeto de ensino bilíngue proposto pelo Governo de Angola.

1. Políticas linguísticas em Angola: línguas e educação

A definição da língua portuguesa como língua oficial pela Constituição da República de Angola foi reforçada pela lei de base do sistema de educação e ensino, que definiu a língua portuguesa como sendo a língua de escolarização e de comunicação, o que descartou a possibilidade de um ensino voltado ao bilinguismo. Sabemos, contudo, que Angola é um país de pluralidade linguística: basta circularmos pelas localidades ao redor de Luanda, por exemplo, para verificarmos a co-existência das línguas não oficiais com a língua oficial.

As leis que regem o sistema de educação e ensino são baseadas na Constituição da República de Angola (CRA) de 2010, artigo 19, artigo 21, alínea n, bem como a lei de bases do sistema de educação e ensino, artigo 3º que dispõe sobre a Estratégia Nacional de Desenvolvimento e as Políticas Nacionais de Educação. A partir desse documento, buscou-se a criação de condições para que a aplicação das políticas públicas resultasse num melhor funcionamento econômico e social do país. Embora tais documentos buscassem melhorias educacionais, sabemos que, em muitos casos, “as línguas nativas podem ser uma panaceia para os problemas educacionais complexos da África” (MAKONI; MEINHOF, 2006, p. 198). Tem-se, com isso, a construção

da diversidade linguística como um problema ou um entrave educacional – evidenciado em altas taxas de reprovação escolar –, o que forçou o governo a ter que propor políticas educacionais bilíngues.

Em termos institucionais, o decreto-lei 17/16 de outubro de 2016 revoga a lei 13/01 de dezembro de 2001. Os incisos referentes ao uso da língua no sistema de ensino são descritos a seguir:

Artigo 14º - No exercício da actividade educativa, as instituições de ensino devem observar elevados padrões de desempenho e alcançar os melhores resultados no domínio científico, técnico, tecnológico e cultural e na *promoção de sucesso escolar, da qualidade, da excelência*, do mérito e da inovação.

Artigo 15º - O sistema de educação e ensino promove o respeito pelos símbolos nacionais e a *valorização da história, da cultura nacional, da identidade nacional*, da unidade e integridade territorial, da preservação da soberania, da paz e do estado democrático, bem como dos valores morais, dos bons costumes e da cidadania (ANGOLA, 2016, grifo nosso)

As políticas linguísticas adotadas pelo Estado espelham nos artigos o lugar que ocupam as línguas nacionais no sistema de educação e ensino, o que muitas vezes não dialoga com a realidade plurilíngue local. O Estado não valida a legitimidade do uso das línguas nacionais no sistema de ensino, como se pode observar no artigo 16, abaixo:

Artigo 16º

1 – *O ensino deve ser ministrado em português.*

2 – O estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e generalização da utilização no *ensino, das demais línguas de LBSE*, bem como de linguagem gestual para os indivíduos com deficiências auditiva.

3 – Sem prejuízo do previsto no número 1 do presente artigo, e como complemento e instrumento de aprendizagem, podem ser utilizadas línguas de Angola nos diferentes subsistemas de ensino, *nos termos a regulamentar em diploma próprio* (LBSE, 2016, grifo nosso).

Essa orientação reforça cada vez mais o processo de silenciamento das línguas em relação às culturas nas quais elas circulam. A legislação nacional contribui, assim, para promover a invisibilidade da diversidade linguística e de suas comunidades de fala, ao se oficializar o ensino monolíngue que não retrata o contexto real do país. Trata-se de um modelo que relembra “a cultura europeia e o eurocentrismo que veicula-se por meio do sistema escolar colonial que, aliado aos grupos religiosos, assumiria a ‘missão civilizadora’ europeia” (REIS, 2011, p. 23). A esse respeito, o prestígio social e simbólico das línguas nacionais tende a ser rebaixado com a oficialização da língua portuguesa como a língua hegemônica nas diversas esferas da sociedade. Além disso, em relação ao inciso 3 do artigo 16, sobre a exigência de se regulamentar um diploma próprio para o ensino das línguas nacionais, consideramos que esse requisito impede uma política educacional inclusiva.

Assumimos que o discurso legal angolano sobre as línguas é, por vezes, ambivalente e contraditório: ao mesmo tempo em que, retoricamente, reconhece e valoriza a diversidade linguística local, essas leis criam mecanismos burocráticos que dificultam a circulação dessas línguas em contextos educacionais. É assim que, “Embora retoricamente a Constituição reconheça que Angola é uma nação multiétnica, os estatutos conferidos ao português claramente anulam a possibilidade de promover a existência de uma nação multilíngue” (MANUEL, 2015, p. 81). Um exemplo dessa retórica estatal é o artigo 53 que estabelece como dever do Estado “e) – *garantir a valorização das línguas nacionais, da cultura local e da cultura nacional*” (CRA,

2010, grifo nosso). Indagamos, nesse caso, o que significaria essa valorização em termos institucionais.

Um outro exemplo de desvalorização das línguas nacionais presente na Constituição nacional é a sua política em relação às “línguas estrangeiras”: o inciso 4 do artigo 16 prevê a priorização do ensino das línguas estrangeiras, como o inglês e o francês, atribuindo-se um lugar de destaque a essas línguas:

4 – O Estado promove políticas públicas para a inserção e massificação do ensino das principais línguas de comunicação internacional, em todos os subsistemas de ensino, com *prioridade para o ensino do inglês e do francês*.

Verificamos a maneira como a proposta legal para a educação em Angola é sustentada por interesses e orientações não angolanas. Exemplificando, o “plano curricular” usado em Angola apresenta uma orientação portuguesa que pouco contribui para a valorização das línguas nacionais e suas culturas. Como forma de se construir uma autonomia educacional e linguística em Angola, reconhecemos que “a escola precisa dar vez e voz aos diferentes grupos que ainda estão muito afastados do cotidiano escolar” (BOLZAN, 2011, p. 126).

Esse posicionamento contemporâneo do Estado angolano, contudo, vai na contramão da visão de Agostinho Neto, líder do movimento de independência angolana e primeiro presidente do país, em 1975. Sua visão era clara a respeito da ponderação que faz para que a presença da língua portuguesa em Angola não se tornasse motivo para se instaurar um ensino monolíngue; Neto apostava, já naquela época, em 1977, em um modelo de ensino bilíngue, contestando a concepção de que o multilinguismo de Angola constituiria um problema. Diferentemente do sistema vigente, reconhecemos que o multilinguismo é uma vantagem, um recurso simbólico rico para o sistema de ensino, conforme proposto por Makoni e Meinhof (2006).

Ocorre que os modelos educacionais precisam ser repensados e descentralizados, caso queiram incorporar a realidade plural e linguisticamente diversificada de Angola.

Defendemos que, em se tratando de um país multilíngue e pluridiscursivo, o Estado deviria conceder autonomia às províncias para que pudessem elaborar as suas próprias políticas linguísticas, com a devida liberdade de inserir as línguas locais no sistema de ensino, o que espelharia a realidade e/ou o contexto local. Quanto a esse assunto, Bolzan (2011, p. 93) propõe que o “poder seja construído de forma democrática e contribua para a igualdade e não para a desigualdade social”. Assim, nesse projeto de autonomia para o planejamento de uma política educacional, a língua deve ser vista em relação as suas práticas locais de uso, que envolvem fatores históricos, geográficos, sociais, culturais etc., o que implica dizer que não se pode “encarar a língua como um objeto descontextualizado, inerte, congelado, morto, fora do tempo, fora do espaço, independente das pessoas que a falam” (BAGNO, 2015, p. 148).

Percebemos, nos documentos analisados, o quanto o Estado-nação angolano desenvolve práticas semelhantes às aquelas utilizadas pelo sistema colonial, promovendo a expansão da língua portuguesa à nível nacional. Tem-se, assim, que a “ideologia linguística colonial evoluiu historicamente no sentido de uma ideologia imperialista” (LAGARES, 2011, p. 186). Acrescenta, ainda, que a “situação de hegemonia responde, sobretudo, à construção discursiva e ideológica de uma língua sem ligações históricas ou culturais” (2011, p. 186). Assim, fica patente que os países pós-coloniais continuam presos, de certa forma, a suas metrópoles devido ao “sistema civilizacional” e modelos de ensino adotados. Sobre o sistema educativo contemporâneo africano, Reis (2011, p. 23) sustenta que:

O novo sistema educacional provocou uma ruptura no conceito africano de educação, já que tirava a autoridade dos mais velhos – receptáculos da cultura

– e da própria tradição cultural. À medida que as novas gerações recebiam uma educação ocidental nas escolas colônias, as histórias e costumes nativos foram substituídos por modelos estrangeiros, que introduziam um universo totalmente diferente.

O sistema educacional angolano não espelha o contexto de diversidade linguística e cultural, tendo, por isso, falhado diante das necessidades que se impõem a um ensino mais inclusivo. A presença do monolinguismo no sistema de educação e ensino em Angola criou um estereótipo sobre as línguas nacionais que dificulta a tentativa de inserção dos indivíduos que têm as línguas nacionais como as de comunicação. Tal política excludente dificulta qualquer possibilidade de ascensão pública, marginalizando os sujeitos. Essa discriminação, promovida por políticas concretas que impedem a inclusão de valores linguísticos, culturais e de identidade plurais nos sistemas institucionais, intensifica o distanciamento entre o Estado e o povo. Contrariamente à posição do Estado, Bolzan (2011, p. 86) sustenta que “[...] a escola é o espaço favorável para suscitar uma ampla e instigante reflexão sobre as questões culturais e os desafios em desconstruir as práticas estereotipadas e discriminatórias”.

Tendo feita essa exposição sobre a legislação educacional em Angola, a seguir pontuamos aspectos referentes às políticas linguísticas, com enfoque na relação entre multilinguismo o monolinguismo.

2. Entre realidade multilingue e a utopia monolíngue

Mas quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida quotidiana (FOUCAULT, 2016, p. 215).

A indefinição política do estatuto das línguas nacionais tem contribuído para a exclusão do multilinguismo das suas variadas esferas, especialmente institucionais. Reconhecemos que há diferenças no modo de aprendizado dos indivíduos que têm a língua dos ex-colonizadores como a língua materna, e aqueles que têm as línguas locais como materna, perspectiva defendida Nzau (2011) e Ngaba (2012). Tal diferenciação exige políticas educacionais diferenciadas, daí a importância da autonomia e liberdade local na construção de um planejamento educacional adequado.

Sabemos que a tática da ideologia monolíngue, criada pelas políticas de Estado, produz efeitos delicados em um contexto plural que envolve identidade sociocultural e linguística. As políticas monolíngues, por fim, violam o direito de o indivíduo expressar-se na sua própria língua. Sobre os direitos linguísticos, a Declaração Universal dos Direitos linguísticos (1996), no artigo 15º, defende que “Todas as comunidades linguísticas têm o direito a que a sua língua seja utilizada como língua oficial dentro do seu território”. Já o inciso 1 do artigo 17º atesta que “Todas as comunidades linguísticas têm direito a dispor e a obter na sua língua toda a documentação oficial, qualquer que seja o suporte (papel, informático, ou outro), nas relações respeitantes ao território de que essa língua é própria”. Quanto ao ensino, a UNESCO, na mesma declaração, no artigo 23º sustenta que “O ensino deve estar sempre ao serviço da diversidade linguística e cultural, e das relações harmoniosas entre as diferentes comunidades linguísticas do mundo inteiro”, inciso 3 e que “todos têm o direito de aprender qualquer língua”, inciso 4.

Assim, a oficialização e promoção do português como a língua de comunicação e de ensino em Angola constitui, também, um elemento de promoção do silenciamento das línguas e dos sujeitos bilíngues ou monolíngues em suas línguas locais. A restrição criada pela política vigente é um exemplo da influência dos processos decorrentes das atividades econômicas internacionais e dos acordos

bilaterais na autonomia dos recém Estados independentes da África (NKRUMAH, 1967 *apud* LOPES, 2011, p. 13). Nesse contexto, a situação de Angola pode ser vista também como um exemplo de estágio avançado do imperialismo, que nem sempre se configura em um neo-imperialismo.

O período de pós-independência angolano afinçou-se a partir de uma reestruturação de práticas coloniais, usando de forma coerciva o agenciamento econômico e financeiro. Tais práticas impossibilitaram que os sujeitos se comunicassem – nas esferas da oficialidade – nas línguas nacionais, conduzindo o funcionamento do Estado em direção a uma política monolíngue. Acreditamos que essas políticas monolíngues, que oficializam uma língua – a despeito do “reconhecimento da diversidade linguística nacional” – operam como uma forma de discriminação, separação e hierarquização de pessoas e práticas sociais. Nesse contexto,

A discriminação fundamenta-se na negação de determinados valores culturais que envolvem diferentes grupos. Ela traduz determinados juízos intencionais construídos pelos grupos para especificar uma cultura. A explicação da discriminação em forma de juízo ajuda a sustentação das acções excludentes que tenham como base as características culturais. Porém, podemos entender por discriminação todo o acto destinado a inferiorizar um indivíduo ou grupo por ter determinada proveniência cultural (BOLZAN, 2011, p. 85).

A falta de uso das línguas nacionais na realidade institucional e extra-institucional angolana tem relação com fatores políticos, produzindo uma situação de “aprisionamento”, inclusive, para o sujeito bilíngue. Esse aprisionamento linguístico pode ser visto como a privação que o sujeito bilíngue enfrenta por não poder falar sua língua em função da política do país, ou por não ter acesso aos

seus direitos, garantidos pela constituição, por não conhecer a língua portuguesa, a exemplo dos atendimentos em hospitais, da escolarização e do acesso à justiça. Assim, estabelecemos uma relação entre formas de aprisionamento descritas por Foucault (2016) e as questões de privação linguística às quais os sujeitos são submetidos através da hierarquia estabelecida. Nos inspiramos, não por acaso, nos escritos de Foucault sobre a situação das prisões modernas, como se descreve abaixo:

No caso da prisão, não haveria sentido em limitarmos-nos aos discursos formulados sobre a prisão. Há igualmente aqueles que vêm da prisão: as decisões, os regulamentos que são elementos constituintes da prisão, o funcionamento mesmo da prisão, que possui suas estratégias, seus discursos não formulados, suas astúcias que finalmente não são de ninguém, mas que são, no entanto, vividas, assegurando o funcionamento e a permanência da instituição (FOUCAULT, 2016, p. 214).

A posição do Estado angolano de considerar o português como língua de unidade nacional promoveu desagregações, uma vez que o país alberga uma diversidade de línguas. Essas atitudes segregacionistas enfraquecem a estrutura sociocultural e sociolinguística do país, favorecendo apenas uma parcela da sociedade que domina a língua portuguesa – uma pequena elite e sujeitos das áreas urbanas. As línguas nacionais para o Estado são sempre vistas como um problema a ser resolvido a longo prazo, com políticas que parecem postergar o debate e a execução concreta de uma política efetivamente bilíngue ou multilíngue. O que se percebe, com esse adiamento, é que “a soberania e autodeterminação dos países africanos foram e ainda são colocadas à prova constantemente, seja por questões de governabilidade, dos malefícios da herança colonial” (NKRUMAH, 1967 *apud* LOPES, 2011, p. 14).

Essa realidade nos permite assumir que a situação de Angola espelha um certo *neocolonialismo linguístico*¹ promovido pelo Estado, criando barreiras ao sujeito bi/multilíngue ou monolíngue em sua língua materna local na medida em que este se vê barrado de seus direitos de usar sua língua para fins comunicativos nas esferas da oficialidade e do setor público. Sobre essa tendência neocolonial, Nkrumah (1967 *apud* LOPES, 2011) sustenta a necessidade de os Estados independentes terem autonomia para darem o melhor destino ao país, se distanciando dos modelos e perspectivas coloniais, uma vez que o modelo colonial provocou inúmeros danos, criando hierarquias e um sistema de privilégios ou facilidades em relação àqueles que tinham o português como sua língua materna. Com isso, Severo e Makoni (2015) sustentam que a verticalidade estatal de uma dada política linguística, ainda que seja em nome da preservação de línguas minoritárias, acaba sempre por enfrentar inúmeros desafios e limitações, pois, geralmente, desconsidera a perspectiva das pessoas localmente envolvidas.

As políticas oficiais monolíngues produzem efeitos sobre a maneira como as etnias se relacionam com suas origens históricas e até mesmo familiares, uma vez que se veem, cada vez mais, obrigadas a utilizar a língua dominante, isto é, o português. Acrescentam Severo e Makoni (2015, p. 118) que no contexto africano de uso da língua portuguesa,

Os discursos e práticas locais são silenciadas e invisibilizadas, produzindo a emergência da lusitanização contemporânea como um signo político que simbolizaria, de forma imaginária, uma comunidade internacional conectada pela língua

¹ Adotamos a terminologia neocolonialismo linguístico para designar as ações ou atitudes que o Estado toma de formas a discriminar e silenciar as identidades linguísticas e culturais dos povos falantes das línguas angolanas de origem africana, pois que, quando a liberdade de expressão deixa de ser exercida, transforma o sujeito em vítima e deslegitima o direito de uso da sua língua através de discurso infundável e ficcional de que o português constitui a língua de unidade nacional.

portuguesa. Trata-se do apagamento de questões históricas que envolveram violência, racismo, escravização, imposição religiosa e invenção de línguas e etnias, práticas que produziram sociedades desiguais, hierarquizadas e fortemente assimétricas.

Assim, emerge um processo de *estigmatização linguística* em relação às línguas do país colonizado que tem repercussões no ambiente familiar, afetando as relações mantidas entre pais e filhos, onde os filhos, muitas vezes afetados pelo estereótipo criado em torno das línguas locais, evitam usar essas línguas na esfera pública e, inclusive, familiar. Considera-se que o silenciamento linguístico no circuito familiar é bastante delicado, uma vez que a família tem sido alocada como um dos fortes contextos de manutenção das línguas maternas. Nesse contexto, nota-se que não são as línguas que são silenciadas, mas as práticas sociais e comunicativas, uma vez que:

As línguas não são realidades abstratas e autônomas, mas elas emergem de práticas sociais historicamente situadas. Com isso, as políticas impostas de forma vertical com vista à promoção das línguas só se tornam eficientes quando transformadas em políticas de comunicação em que o direito às práticas comunicativas de diferentes grupos sociais é garantido e legitimado (SEVERO, 2014, p. 32).

O silenciamento de práticas comunicativas de diferentes grupos pode ser considerado um exemplo de um ato que reflete os efeitos do poder que privilegia uns em detrimento de outros. Esse silenciamento, evidentemente, afeta a escola, especialmente quando a língua portuguesa é tomada como objeto de ensino e meio de comunicação privilegiado, o que se verifica em escolas rurais (BERNARDO, 2017). Tendo feita essa discussão sobre a situação das políticas linguísticas angolanas, a seguir enfocamos o projeto de Ensino bilíngue em Angola, sinalizando para suas inconsistências e fragilidades.

3. Educação bilíngue em Angola: multilinguismo ou monolinguismo encoberto?

O cenário educacional monolíngue de Angola tem suscitado inúmeras indagações, dentre as quais o questionamento sobre o alto índice de reprovações e elevado número de abandono escolar, resultante da exclusão social das comunidades que têm as línguas nacionais como as de comunicação; essas línguas são muitas vezes marginalizadas pela escola. Por exemplo, quanto ao abandono escolar, um contato com professor local da escola primária do Nguvu, em Malanje, revelou que cerca de 40% dos alunos chegam a desistir da escola, e 30% de alunos chegam a reprovar de ano². Essa realidade tão comum em escolas de contextos rurais levou Angola a adotar um Projeto de Ensino Bilíngue. Esse projeto funda-se na Lei de Base 13/2001, do novo Sistema de Ensino, designada “Reforma Educativa”, que buscou reforçar a criação do IEL – Inovação no Ensino da Leitura em Angola –, um projeto de caráter multissetorial do Ministério da Educação, que visa inserir as línguas nacionais no ensino primário. Nesta seção, nos apoiamos nos relatos de dois pesquisadores acadêmicos, além de um professor e um aluno de escola rural. Tais relatos foram coletados em pesquisa de campo realizada no segundo semestre de 2017 em Luanda e na província de Malanje. Os nomes aqui usados são fictícios por questões de ética em pesquisa.

A criação de políticas públicas para a implementação das línguas nacionais no sistema de ensino surgiu a partir de uma consulta pública sobre o plano nacional da educação, em que se considerou a importância de adoção das línguas nacionais, pois elas são as línguas de socialização de muitos alunos que ingressam na escola. A referida

² Trata-se de informações oriundas de pesquisa de mestrado realizada em duas escolas primárias e públicas localizadas nas cidades de Nguvu e Kizanga, na província de Malanje, em Angola. Maiores informações em Bernardo (2018).

recomendação tinha como finalidade suprimir os impedimentos linguísticos tidos como barreira para a concretização da educação dos alunos, uma vez que o uso de línguas nacionais foi tido como um dos principais motivos do insucesso escolar que se repercute no abandono escolar. A retórica que embalou a construção do projeto de ensino bilíngue em Angola baseou-se no discurso de “Educação para Todos” que, segundo a UNESCO (2015), tinha como objetivos (i) garantir que, até 2015, todas as crianças, principalmente meninas, crianças em circunstâncias difíceis e as pertencentes a minorias étnicas tivessem acesso a uma educação primária completa, gratuita, obrigatória e de boa qualidade; e (ii) melhorar todos os aspectos de qualidade da educação, garantindo excelência para que resultados de aprendizagem mensuráveis e reconhecidos fossem alcançados por todos, principalmente em alfabetização.

Para o arranque do projeto foram utilizadas seis línguas nacionais: *Kimbundu*, *Kikongo*, *Cokwe*, *Ngangela*, *Oxikwanyama* e *Umbundu*. Posteriormente, foi adicionada a língua *Olunyaneka*, o que totalizou sete línguas. Em 2007, a primeira fase de experimentação do projeto de ensino bilíngue teve início, com enfoque na primeira e segunda classes, ou seja, no processo de alfabetização. O modelo bilíngue adotado consistia em tornar as línguas nacionais em disciplinas do currículo, ao invés de reconhecê-las como meio de instrução. Segundo a estatística apresentada pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE), 105 professores experimentadores estavam capacitados para o início do projeto. Demais dados sobre a implementação do ensino bilíngue podem ser constatados na tabela que se segue.

Quadro1 - Lista de zonas provinciais com o projeto de ensino bilingue

Nº	Línguas		Zona de experimentação	Nº de Escolas	Nº de Professores	Nº de alunos
01	Cokwe	Tchocue	Lunda-Sul – Cidade de Saurimo	3	15	750
02	Kikongo	Quicongo	Mbanza Kongo	3	15	750
03	Kimbundu	Quimbundo	Cuanza Norte	3	15	750
04	Ngangela	Nganguela	Cuando-Cubango-Cidade de Menongue	3	15	750
05	Olunyaneka	Olunhaneca	Huila- Cidade de Lubango	3	15	750
06	Oshiwambo	Oxiuambo	Cunene – Cidade de Ondjiva	3	15	750
07	Umbundu	Umbundo	Huambo – Cidade do Huambo	3	15	750
				21	105	5.250

Fonte: INIDE, (2007).

Para o ensaio do projeto, o INIDE resolveu adotar como critério a seleção de três escolas distribuídas em três áreas, a saber, rural, periférica e urbana. Cada escola teve cinco turmas atendidas, o que totalizou quinze, e igual número de professores por região linguística. Os referidos dados fazem menção ao ano de 2007 (INIDE, 2009).

Em entrevista realizada com pesquisador e professor universitário que investiga linguística africana, quando indagado sobre as diretrizes para o ensino bilingue em Angola, afirmou:

[...] o ensino bilingue não se começa directamente com duas línguas, tem de começar primeiro com a língua que tem maior falantes, que tem como língua

materna, a língua da área porque nós estamos aqui em África, nem todo mundo fala português, em Angola é um país africano, nem todo mundo fala português [...] (XINGANEKA, 2017).

Ainda sobre o mesmo assunto, o pesquisador Kalunga reforça a opção pela educação bilíngue como meio de favorecer a inserção das línguas nacionais no sistema de ensino:

[...] aprender na língua nacional primeiro faz com que esses alunos entrem numa certa visão, tenham uma certa visão do mundo [...] É que o português aqui mete-se em cima das línguas nacionais, as pessoas pensam directamente ou indirectamente nas línguas nacionais [...] (KALUNGA, 2017).

Ao nosso ver, o projeto de ensino bilíngue que Angola adotou carrega determinadas incongruências. Se pensarmos que o objetivo do ensino-aprendizagem bilíngue é de fornecer ao aluno o ensino nas duas línguas, considerando os fatores socioculturais, contextuais, históricos bem como o reconhecimento do poder dos falantes e de suas práticas linguísticas, perceberemos a diferença entre o ensino bilíngue e o ensino tradicional em que a segunda língua é o único meio de ensino. Em todo caso, entendemos que o modelo de ensino a ser adotado para o contexto não deve ser o de *submersão*, em que o aluno é forçado a aprender através do português.

Identificamos – na legislação, no projeto de ensino bilíngue e nas visões de pessoas críticas a esse projeto – seis fatores que podem estar na base do (in)sucesso do modelo do projeto:

- (i) Indefinição do estatuto das línguas nacionais, a exemplo da necessidade do diploma legal para que as línguas tenham legitimidade.
- (ii) Carência de um estudo prévio que compreendesse a tipologia do modelo de ensino bilíngue a se adotar em Angola.

- (iii) Falta de criação de condições humanas, técnicas e didáticas, antes da sua execução prática.
- (iv) Ausência de um modelo do projeto de ensino bilíngue preocupado em ajustar o plano curricular com as culturas e identidades das comunidades.
- (v) Incapacidade do projeto de atingir as áreas de maiores necessidades, como as áreas rurais em que se encontram maior número de sujeitos que têm as línguas nacionais como a de comunicação e apresentam maiores índices de abandono da escola.
- (vi) Falta de divulgação de relatórios de avaliação anuais que permitam à sociedade e pesquisadores compreenderem o andamento do projeto.
- (vii) Transformação das línguas nacionais em disciplinas ao invés de serem usadas como meios legítimos de comunicação.

Acreditamos que a inclusão das línguas nacionais no sistema de ensino como disciplina, embora seja relevante, não resolve o problema do número excessivo de alunos que abandonam a escola, pois a escola continua a não responder às expectativas dos alunos, em que, por exemplo, as disciplinas seriam lecionadas em suas línguas e suas culturas, integrando o currículo e a vida escolar. Como exemplo da desilusão que os encarregados de educação vivem a respeito da questão linguística, vejamos o desabafo de um dos responsáveis pela escola primária do Nguvu, a área rural localizada da província de Malanje:

Que escola é esta que nos meteram aqui? Nem nossa língua, nem nossa cultura nossos filho pode aprender. Como eles vão aprender nossa cultura, nossa língua, nossa identidade? Para não perderem tempo ali, fica a cuidar do mais novos ou vai à lavra para me ajudar nas coisas, lá. Tem muita coisa que ele precisa aprender, precisa aprender a trabalhar e não esta língua que os

brancos deixaram, que até fazem nossos filho reprovar toda hora (MUKENGEJI, 2017)

Quando um aluno desta mesma escola foi indagado, em kimbundo, sobre o motivo de não ir à escola, ele respondeu, em sua língua materna:

Ngondoya mu xikola mu banganhi!? Mu xikola kwene kima kya tokala. Ngadala ku zwela ó Kimbundu kyetu. Eme ngejya ima yavula maji mu xikola ka ngilongami, ó kukina kwetu, jisabu, o kutonoka kwetu. Ngoloyami dinge um xikola, ka ngilongami kima kya tokala. Ngadala mwene kwijya mu Kimbundu kyetu ni ku bangelu kyetu.³

Sabemos que, a despeito de um projeto de inclusão das línguas nacionais nas escolas, a exclusão da cultura angolana manifestada muitas vezes pelas práticas educativas contribui para o abandono massivo dos alunos das escolas em áreas rurais, e aqueles que resistem acabam não apresentando resultados satisfatórios, pois que, a expressão de sua forma de pensar, ver e agir em sua língua nacional não é acolhida e valorizada da mesma forma que a língua portuguesa.

Considerações finais

Este artigo abordou as políticas linguísticas angolanas, sinalizando para a tensão existente entre a oficialização do português e as políticas de reconhecimento das línguas nacionais. Compreendemos que a ideologia do monolinguismo em língua portuguesa tem sido

³ Vou a escola fazer o quê!? Na escola não tem nada de bom. Preciso é falar o nosso Kimbundu. Conheço várias coisas que na escola não ensinam, as nossas danças, os provérbios, as nossas bincadeiras. Não vou mais à escola, lá não aprendo nada que vale a pena. Preciso mesmo é aprender no nosso kimbundu e a nossa forma de fazer as coisas”. Tradução de Ezequiel Bernardo.

amplamente reforçada por políticas estatais, a exemplo das políticas educacionais. Mesmo projetos de ensino bilíngue, que visam incluir os sujeitos falantes de línguas nacionais nas escolas, têm surtido pouco efeito em Angola.

Reconhecemos que as avaliações de processos de ensino-aprendizagem em Angola operam de maneira política: atestam altos índices de reprovação e desistência, mas não reconhecem a articulação entre esses dados e o fracasso da política educacional do país. Percebemos que os alunos desenvolvem seu pensamento na língua materna e ao depararem-se com a língua portuguesa, não têm como transportar o que pensam para o português. Os alunos não estão preparados para questões de leitura e escrita, fato que pode ser motivado pela insuficiência do projeto de ensino bilíngue angolano em não aplicar o ensino das línguas nacionais como meio de ensino. Esta realidade exige repensar o modelo do projeto.

Em síntese, acreditamos ser imprescindível que o Ministério da Educação reelabore o projeto de ensino bilíngue como um modelo que se adeque à realidade contextual, o que envolveria a revisão não só do projeto, mas do plano curricular voltado para um ensino mais inclusivo e participativo, acabando com as limitações da integração sociolinguística dos falantes. Defendemos, assim, a necessidade de atualização contínua de políticas linguísticas públicas com o objetivo legitimar o uso das línguas nacionais, permitindo com todos possam efetivamente viver em condição de justiça social e de acolhimento público, tendo suas vozes e línguas reconhecidas. Acreditamos que reformulação do projeto de ensino bilíngue em Angola pode se beneficiar com as experiências compartilhadas por outros países da região, como África do Sul, Tanzânia, Zimbábue, Quênia e Moçambique que já implementaram o sistema de ensino bilíngue.

Referências

ANGOLA. *Constituição da República*. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.

ANGOLA. *Diário da República, Lei de bases do sistema de educação e ensino*. Luanda: Imprensa, 2016.

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico*. 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015.

BERNARDO, Ezequiel Pedro José. *Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola*. In: TIMBANE, Alexandre António; BALSALOBRE, Sabina Rodrigues Garcia (orgs.). *África em Língua Portuguesa: variação no português africano e expressões literárias*. Lisboa: AULP, 2017. p. 37-52.

BERNARDO, Ezequiel Pedro José. *Política linguística para o ensino bilíngue em Angola*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194395>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BOLZAN, Ourora Rosalina. *Cultura e Escola*. Santa Catarina: Unichapecó, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2016.

LAGARES, Xoán. As minorias linguísticas, as políticas normativas e os mercados. Uma reflexão a partir da língua galega. In: BAGNO M; LAGARES X. (org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. Rio de Janeiro: Parábola, 2011. p. 169-192.

LOPES, Ana Mónica Henriques. Descolonização e Racismo: atualidade e crítica “Neocolonialismo na África”. Sankofa. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, v.4, n. 8, dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/download/88804/91687>. Acesso em 25 abr. 2017.

MAKONI, Sinfree; MEINHOF, Ulrike Hanna. Linguística Aplicada na África: Desconstruindo a Noção de Língua. In: LOPES, Mota (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 191-213.

MANUEL, Nicolau Nkiawete. *Língua e Literacia Plúricas em Sub-Sahariana África*. Washington: SU, 2015.

NGABA, André Vela. *Política Linguística em Angola (1975 - 2005)*. Mbanza-Kongo: Sedieca, 2012.

NTONDO, Zavoni. *Línguas africanas em tempos de mudanças*. Seminário Internacional Acolhendo as Línguas Africanas – SIALA – Línguas e culturas afrobrasileiras e as novas tecnologias, Salvador, 22 a 26 de setembro de 2014, p. 1-6.

NZAU, Domingos Gabriel Ndele. *A Língua Portuguesa em Angola: Um contributo para o Estudo da sua Nacionalização*. Covilhã: UBI, 2011.

REIS, Eliana Lourenço de Lima. *Pós-Colonialismo, Identidade e Mestiçagem Cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SEVERO, Cristine. Línguas e Estados nacionais: problematizações históricas e implicações. In: SERRA, Carlos (org.). *Estão as Línguas Nacionais em Perigo?* Lisboa: Escolar Editora, 2014, p. 10-36.

SEVERO, Cristine Gorski; MAKONI, Sinfree. *Políticas Linguísticas Brasil-África*. Santa Catarina: Isular, 2015.

UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona: UNESCO, 1996.

Como citar

BERNARDO, Ezequiel Pedro José; SEVERO, Cristine Gorski. Políticas Linguísticas em Angola: Sobre as Políticas Educativas In(ex)clusivas. *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p. 210-233, 2018.

Recebido em 18/01/2019 e aceito em 15/03/2019

Língua Portuguesa em Angola: silenciamentos, isolamentos e hierarquias

Heloisa Tramontim de OLIVEIRA ¹

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), heloisatramontim@gmail.com, orcid.org/0000-0003-3995-6432.

RESUMO A Língua Portuguesa foi utilizada como instrumento de hierarquização, silenciamento e isolamento de línguas africanas, hoje conhecidas como línguas nacionais angolanas. O presente artigo articula um breve percurso histórico para fins de análise sobre a resistente presença das línguas nacionais em território angolano diante de uma política colonial que visou o apagamento cultural africano por meio do assimilacionismo. Tal feito era legitimado através do Estatuto do Indigenato e tinha como premissa a introdução de costumes europeus, no sentido de ocidentalizar a comunidade angolana. Neste panorama, além de atos de racismo linguístico, são evidenciadas as resistências que possibilitaram a sobrevivência de algumas línguas africanas, bem como as mutáveis relações de poder que fizeram com que a língua portuguesa, instrumento colonial, passasse a ser chamada de Português Angolano.

ABSTRACT The Portuguese Language was used as an instrument of tiering, silencing and isolation of African languages, today known as Angolan national languages. This article articulates a brief historic route for purposes of analysis of the resistant presence of national languages in Angolan territory against a colonial policy that aimed at erasing African culture through assimilation. This was legitimized through the Native Statute and had the

premise of introduction of European customs to Westernize the Angolan community. In this panorama, besides acts of linguistic racism, the resistences that enabled the survival of some African languages are highlighted, as well as the ever-changing power relationships which made the Portuguese language, colonial instrument, to be called Angolan Portuguese.

PALAVRAS-CHAVE Línguas Nacionais. Português Angolano. Estatuto do Indigenato.

KEYWORDS National Languages. Angolan Portuguese. Native Statute.

Introdução

O presente artigo pretende discorrer sobre o papel desempenhado pela Língua Portuguesa no período Pré-Independência Nacional, em Angola, no momento em que essa língua foi amplamente usada como instrumento de controle colonial português e de refutação de uma sociedade multilíngue, na tentativa de se homogeneizar o território angolano. Defende-se que tal papel atribuído à língua portuguesa contribuiu para a construção do multilinguismo em Angola como um problema.

Atualmente, o panorama linguístico de Angola se diferencia significativamente de outros países que possuem o português como língua oficial. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), realizado em 2014, com exceção do Brasil, Angola é o território onde se verifica o maior índice de crescimento da língua portuguesa, além de apresentar o percentual de 71,15%¹ de falantes desta língua, enquanto cada pessoa geralmente fala duas ou mais línguas nacionais em casa. De acordo com Bernardo,

O censo não clarifica se aqueles 71% de falantes se referem a falantes da língua portuguesa como língua materna ou como segunda língua. Constata-se, também, que, apesar do processo migratório, as áreas rurais continuam a resistir à política de silenciamento das línguas nacionais com que se deparam, sendo que 49% da população não usa o português. (BERNARDO, 2018, p. 45)

Além disso, o INE não disponibiliza como foram formuladas as questões relacionadas às línguas nacionais, a exemplo de especificar o uso do português ou das línguas nacionais como materna ou segunda língua.

¹ Disponível em: <http://ipol.org.br/mais-de-sete-milhoes-de-angolanos-falam-linguas-nacionais/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

A realidade contemporânea do país conta com mais de vinte línguas angolanas de origem africana, em sua maioria de tronco bantu, reiterando, dessa maneira, a citação de Fardon & Furniss (1994), que afirmam: “o multilinguismo é a língua franca da África”. Segundo Bernardo (2018), o Projeto de Ensino Bilíngue funda-se na Lei 13/2001, Lei de Base do novo Sistema de Ensino, denominada “Reforma Educativa”, veio reforçar a criação de um projeto de caráter multissetorial do Ministério da Educação, o IEL – Inovação no Ensino da Leitura em Angola, visando inserir línguas nacionais no ensino primário. De 2004 a 2010, o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE) experimentou o ensino de línguas nacionais em sete províncias, da 1.^a à 3.^a classes. Línguas como Cokwe, Kikongo, Kimbundu, Ngangela, Ulunyaneka, Umbundu e Oxikwanyama foram submetidas a normas ortográficas, além de terem sido introduzidas em escolas que agora contam com o ensino bilíngue (língua portuguesa e uma língua nacional angolana), nas zonas rurais do país. O cokwe foi experimentado na Lunda-Sul, o kikongo no Zaire, o kimbundu no Kwanza-Norte, o ngangela no Kuando-Kubango, o ulunyaneka e o umbundu no Huambo e o oshikwanyama no Cunene. A escolha destas áreas esteve relacionada com as zonas de origem cada língua. O processo se passou em três escolas de cada província, abrangendo 15 turmas e 15 professores que já faziam parte do sistema educativo e dominavam alguma língua nacional. Após a fase experimental, o INIDE deu início à fase de consolidação do projeto, que consiste na inclusão “paulatina” da disciplina de Línguas Nacionais no ensino, começando pela 1.^a classe.

Muitos cidadãos angolanos atribuem a esse ato de reconhecimento e visualização das línguas locais um sinal de ascensão e valorização de uma cultura nacional angolana que foi subjugada e silenciada pelo sistema colonial. Os agentes coloniais portugueses, no período de expansão territorial, incentivaram por

meios legais a disseminação da Língua Portuguesa, o que produziu efeitos sobre a maneira como as línguas locais foram valoradas. Defende-se que as línguas africanas em Angola ainda carregam valorações coloniais, conforme declara em entrevista o linguista angolano Bonifácio Tchimboto², o qual constatou que as línguas nacionais ainda carregam uma “carga negativa” do tempo colonial, fazendo com que muitas famílias de Angola prefiram que seus filhos aprendam somente o português. Muitas famílias receiam, por exemplo, que o aprendizado de uma língua nacional prejudique o tempo de atividades das crianças, o que faz com que optem somente pelo ensino da língua oficial. Por conta desta premissa, o aprendizado das línguas nacionais acaba ficando comprometido (BERNARDO, 2018).

A seguir apresenta-se o percurso histórico que levou as línguas nacionais a perderem sua importância diante da língua oficial, a portuguesa, mesmo que muitos angolanos fossem fluentes nessas línguas. Defende-se que esse percurso levou à construção ideológica do multilinguismo como um problema político-linguístico. O artigo se estrutura da seguinte maneira: inicialmente, apresenta-se um breve percurso histórico sobre a invenção colonial das línguas e das línguas como problemas, em seguida, evidencia-se que o problema real vem da imposição monolíngue, carregada pelo projeto de nação e instaurada em Angola através do Estatuto do Indigenato.

1. Línguas e problemas como invenções coloniais: um breve percurso histórico

O percurso histórico sobre as línguas em Angola exige uma compreensão sobre o contexto colonial. A expansão colonial europeia nos séculos XV e XVI coincidiu com o início de um sistema capitalista

² Idem nota 1.

moderno de trocas econômicas. As colônias foram imediatamente percebidas como fontes de matérias-primas que sustentariam por muito tempo o poder central da metrópole. Ademais, o sistema de vigilância panóptica pela qual se supervisionava o espaço colonial caracterizou também o método descritivo de viajantes e exploradores europeus do século XIX e XX, cujos olhares ajudaram a representar o mundo colonizado, articulando conhecimento e poder. Entre colonizador e colonizado, portanto, estabeleceu-se um sistema de diferença hierárquica fadada a jamais admitir um equilíbrio no relacionamento econômico, social e cultural.

Os anos finais do século XIX, mais especificamente, delinearão uma imagem aproximada do que se transformou a dominação portuguesa. Esta época foi marcada por uma ampla produção de interpretações verbais e imagéticas relativa às colônias, por agentes administrativos e religiosos da coroa portuguesa. Esse registro ocorreu devido à participação implacável de Portugal em África, que se intensificou a partir da realização da Conferência de Berlim em 1884-1885, a qual tratou do processo imperialista de Partilha da África (MURRAY, 2007).

Para consolidar o sistema de exploração econômica, o colonialismo português arquitetou em Angola, sobretudo a partir de 1850, um dualismo sócio-cultural caracterizado pela existência de dois tipos de sociedades desiguais: uma reservada aos colonos que comandavam o aparelho repressivo e explorador dos territórios, e outra destinada aos nativos, desempenhando o papel de fornecedora da mão-de-obra barata. A fim de converter os povos locais, a Igreja Católica designou missionários que se encarregariam, num primeiro momento, de compreender e aprender essas línguas para se comunicarem e também para inscrevê-las em gêneros religiosos, num segundo momento, com intuito de conversão.

Em termos de alianças entre o Reino português e a Igreja, com a finalidade de consolidar o aparato colonial, Portugal estabeleceu uma forte aliança entre a religião católica e o reinado português na forma do Padroado, o qual se tornou eficaz ao estrategicamente sobrepor portugalização e catequização (SEVERO, 2014).

Nesse contexto, a Igreja Católica, como instituição religiosa, missionária e de ensino, foi um dos empreendimentos coloniais que produziu maior restrição à liberdade cultural e linguística dos angolanos. Além de ser responsável pela indexação de fronteiras entre línguas angolanas ao centrá-las em comunidades étnicas específicas, também reagiu à proliferação anárquica de santuários, devoções e peregrinações rurais locais ao autorizar uma veneração mariana popular, centralizada em alguns santuários aos quais se dirigiu o fluxo de peregrinos: “Esta centralização dos rituais e devoções, instituída antes que se estabelecesse um cristianismo popular africano que a reclamasse, acarretou uma restrição, não um estímulo à imaginação dos lavradores africanos” (HOBSBAWN, 2015, p. 273).

Seguindo um modelo centrado no padroado, as missões religiosas empenharam-se em reproduzir instituições políticas portuguesas. Pelas línguas africanas não possuírem escrita, o modelo de missionarização católico dedicou-se ao processo de invenção de línguas para fins de conversão e dominação ideológica dos povos locais (MAKONI, 1998). Tal modelo visava a adaptação de línguas orais às línguas escritas para transpor aos africanos o gênero religioso em suas línguas, realizando, portanto, o método conversional. No entanto, este processo implica uma outra linguagem que não é de cunho epilinguístico, em sua forma oral, mas uma língua em seu estado objetificado, metalinguístico, a saber:

O processo do aparecimento da escrita é um processo de objetivação da linguagem, isto é, de representação metalinguística considerável e sem equivalente anterior. Ele precisa do aparecimento de técnicas

autônomas e inteiramente artificiais; ele produz o aparecimento de um dos primeiros ofícios da linguagem na história da humanidade, e provavelmente (falta-nos informações) o aparecimento das tradições pedagógicas. (AUROUX, 1992, p. 29)

Para tanto, utilizavam técnicas de produção de línguas baseadas em um modelo linguístico e discursivo latino, chamado gramatização, que empreendia a produção de gramáticas, dicionários, listas de palavras entre outros instrumentos linguísticos. Proponho que as descrições e mapeamentos linguísticos permitiram, dessa forma, uma espécie de *panoptismo* por parte do europeu. Sobre esse conceito, de acordo com Foucault (2013, p. 194),

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, que neste caso, era exercido pelos missionários, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens: um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça.

Assim, na busca pelo conhecimento sobre o “Outro”, o empreendimento colonial missionário português pautou-se em um extenso trabalho de produção de conhecimentos sobre as línguas locais; tratou-se de uma ampla produção discursiva na forma de “Cristianletos” (SEVERO, 2014, p. 13), que compõe um conjunto complexo de:

- (i) Línguas e discursos usados como instrumentos de dominação dos povos ditos locais através da invenção, descrição e nomeação de suas línguas;
- (ii) Traduções de uma série de gêneros discursivos europeus para as línguas locais;
- (iii) Discursos sobre os sujeitos e localidades locais tomados como exóticos e incivilizados.

De tal modo, o domínio e gerenciamento desses povos foram realizados por meio da indexação das línguas orais transformadas em línguas escritas. O engessamento das línguas, pelo processo de descrição, impossibilitou o dinamismo de seu caráter deslizando de mudança contínua, característica cara à vivacidade inerente de qualquer língua tomada como prática social, pois condiciona-se aos moldes descritivos do modelo greco-latino de línguas, ignorando características e peculiaridades próprias da língua alvo. “Este processo de gramatização corresponde a uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas, transferência que não é, claro, nunca totalmente independente de uma transferência cultural mais ampla” (AUROUX, 1992, p. 74), pois ignora a relatividade da ontologia e a indeterminação da tradução.

Entende-se, por conseguinte, que a língua descrita nesse contexto não pode ser tomada como reflexo de uma realidade linguística específica, mas como uma forma de conhecimentos sobre o Outro, prática epistemológica e política própria do contexto colonial (HARRIES, 1988). Conforme Makoni *et al.* (2012), o dispositivo colonial desempenhou um papel importante epistemologicamente, pois ajudou a construir uma representação dos grupos étnicos africanos como sendo homogêneos e estáticos, enquanto a realidade deles sempre foi de mudança e dinâmica.

Assim, defende-se que esse processo histórico de invenção de línguas angolanas - pelo modo como elas foram discursivizadas - resultou em um processo de redução das línguas orais angolanas aos métodos de letramento³, que se apresentava estritamente definido em relação à produção e recepção de textos escritos. É possível argumentar que inventar as línguas, nesse caso, não implica

³ De acordo com Makoni e Meinhof (2006), o letramento teve um impacto não somente na emergência dessas línguas, mas também nos significados sociais que os africanos tinham de suas “próprias” línguas e de outras línguas.

o nascimento de novas línguas, ou que elas não existissem antes em sua oralidade, mas sim um processo de “retalhamento” das línguas locais, pela descrição, classificação, transposição de gêneros textuais ocidentais etc. (MAKONI; MEINHOF, 2006).

Deste modo, as línguas, flexíveis e dinâmicas em seus processos de variação e mudança, foram reduzidas a códigos de rígidas prescrições para serem adequadas às demandas de gestão panóptica colonial. As línguas inventadas das sociedades africanas – inventadas pelos europeus ou pelos próprios africanos, como reação – engessaram, por um lado, a flexibilidade das línguas orais e, por outro, tornaram-se em si mesmas realidades através das quais se expressou uma incrível quantidade de conflitos coloniais (HOBSBAWN, 2015).

Do mesmo modo, o “problema da língua”, assim como o “problema do tribalismo” em Angola, é marcado pelo excesso, ou seja, “por terem línguas e tribos demais” (MAKONI; MEINHOF, 2006). A formação dos Estados-nacionais europeus não atendia à lógica do pluralismo africano, que era vista como um “problema”, como uma incoerência deslizando face aos ideais de nação europeus, os quais se baseavam num modelo totalizante e único – um território, uma língua, uma nação –, com a finalidade de facilitar a administração de suas colônias, as quais figuravam como extensão de seus territórios nacionais, depois de decretada a Partilha da África.

Assim como as línguas e as tribos foram invenções determinadas por uma lógica estruturante europeia, da mesma forma foram as nações. A esse respeito, Anderson (2008, p. 33) trata da invenção do nacionalismo não como “contrafação” ou “falsidade”, mas no sentido de “imaginação” e “criação”, explicando que “as comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo como são imaginadas”.

A partir do século XIX, um grande número de colonos e colonialistas⁴ portugueses chegou a Angola, assentou-se ao longo da costa e alastrou-se em direção ao centro e ao centro-sul do país. Sua preocupação central recaiu sobre se estabelecerem numa posição distinta da maioria angolana, recebendo, para isso, ajuda financeira das autoridades coloniais (MINGAS, 2000). A subjugação dos nativos angolanos era elevada a níveis estratosféricos, tomada a cabo pela diferença de cor e pela não proficiência da língua portuguesa. Sobre a situação das línguas no contexto colonial, Mingas (2000, p. 16) avalia a maneira como categorias raciais produziram diferenciações linguísticas:

Durante a época colonial, esta variante (português falado em Angola) era errada e ironicamente designada “pretoguês”, “português de preto”, “português moreno” e/ou “dialecto”, o que criou não só condições ótimas para a promoção do português como também, por um lado, a ideia de que as línguas locais eram inferiores ao português e por outro, um sentimento de vergonha por parte de alguns Angolanos ao admitirem ter uma língua sem prestígio como primeira e/ou materna.

As instituições europeias prosseguiram com a formatação, classificação e hierarquização das práticas locais, das línguas, das pessoas, das raças e das etnias. Ademais, a língua foi utilizada como mecanismo de poder nas práticas institucionais administrativas e educacionais estabelecidas pelas metrópoles, a exemplo de ensinarem apenas a língua portuguesa na escola, proibindo as pessoas de falarem línguas angolanas de origem africana. Ainda hoje, mesmo que os autores dos livros didáticos sejam angolanos, a produção de

⁴De acordo com Mingas (2000), na época colonial os portugueses estavam divididos em duas categorias: colonialistas, os quais eram agentes da metrópole colonizadora; e os colonos, que atuavam como instrumento da colonização.

livros didáticos dá-se em Portugal e a variante do português presente nos livros é a europeia (MENEZES; BOIO, 2017, p. 521). Todo o instrumento ordenado pelas tradições escolares, profissionais e regimentais, em África, veio a desempenhar um papel de comando e controle muito maior que na própria Europa (HOBSBAWN, 2015).

Resumindo, a empreitada colonial se utilizou da descrição linguística realizada por missionários para instrumentalizar o controle sobre as pessoas e seus territórios a fim de separá-las, mapeá-las e estratificá-las. Através do dispositivo panóptico (FOUCAULT, 2013), os portugueses valeram-se dos serviços dos missionários e seus conhecimentos sobre as descrições linguísticas para se apropriarem das línguas nativas a fim de controlar os seus falantes e mapear seus territórios. O controle territorial passou pela sobreposição de língua e etnia, criando fronteiras etnolinguísticas onde antes os limites não existiam para fins de dominação territorial e cultural. Dessa maneira, as línguas europeias passaram a ostentar um significado simbólico de prestígio, convertendo-se em línguas de êxito econômico, dos planos mais altos de educação formal, e da notoriedade social, conhecidas por um diminuto percentual da população considerada indígena (SEVERO, 2015).

Somente no século XX, a língua portuguesa ocupou a posição de língua mais falada nas áreas urbanas de Angola. Este fato deveu-se, fundamentalmente, ao aumento do número de colonos portugueses. A maioria preferiu fixar-se nos centros urbanos litorâneos, em detrimento das regiões rurais. Na base da necessidade concreta de subjugação econômica, fundamentou-se a justificação teórica da superioridade racial. Assim, durante as três primeiras décadas do Estado Novo português ainda prevalecia a velha concepção do século XV de que os africanos se beneficiavam da sujeição colonial em virtude da oportunidade de entrarem em contato com uma civilização superior.

Apesar de a Constituição portuguesa de 1933, consagrar inicialmente o caráter laico do Estado Novo, se iniciou um processo de progressiva confessionalização do Estado e, ao mesmo tempo, de crescente integração da Igreja Católica em seus propósitos ideológicos (ROSAS, 2013). Em 1940, foram assinados a Concordata e o Acordo Missionário, os quais concediam verdadeiro privilégio à Igreja católica que, por sua vez, se colocou a serviço espiritual do regime. Apesar desta se abster de interferir politicamente, legitimou-se ideológica e moralmente, ou seja, enquanto ficava impedida de fazer a sua política, aceitava abençoar e legitimar a política do Estado. Em troca disso, além de não se opor ao colonialismo imperial, a Igreja atuava explicitamente no quesito administrativo das colônias, sendo paga pelo Estado para o exercício de uma ação missionária orientada pelas prioridades da política do governo de Salazar (ROSAS, 2013). O *mito imperial* (ROSAS, 2013) consistia no seu duplo aspecto de vocação histórico-providencial de colonizar e evangelizar os povos indígenas das colônias utilizando a língua portuguesa. O Estatuto do Missionário afirmava textualmente que “o ensino especialmente destinado aos indígenas deverá ser inteiramente confiado ao pessoal missionário e aos auxiliares”⁵.

Tal iniciativa de cristianização foi disseminada por uma planificação colonial que também se realizava cultural, social e politicamente. Fiéis ao discurso do luso-tropicalismo⁶, o qual declarava os portugueses como colonizadores mais dóceis com os indígenas, essa colonização pode ser entendida como

⁵ Estatuto do Missionário, de 5 de abril de 1941. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/decreto_lei_n_o_31207.pdf. Acesso em: 4 de fev. 2016.

⁶ De acordo com Gilberto Freire, na obra *O mundo que o português criou*, o lusotropicalismo entende-se pela “especial capacidade de o português se misturar com os povos tropicais, trocando padrões culturais e criando sociedades sincréticas e harmônicas.”

...tendo por objetivo uma tentativa não só de “substituição” dos autóctones por outros recursos humanos, melhor preparados para ajudar os colonialistas na prossecução dos seus objectivos, como também, das suas culturas, instituições e economia através da introdução de um novo gênero de instituições, economia, cultura, língua, enfim. (MINGAS, 2000, p. 45)

Nesse estado de coisas, cabia ao administrador colonial a autoridade firme e “paternal” sobre a população angolana, a fim de colocá-los ao serviço dos colonos e das empresas. De acordo com Mingas (2000), cabe assinalar que, simultaneamente ao fato dos portugueses desejarem impor aos angolanos a absorção de sua cultura, eles, paradoxalmente, os coíbiam de aprendê-la, vetando o conhecimento excessivo sobre a cultura portuguesa. Dessa maneira, apenas uma parcela pouco significativa da população angolana, geralmente integrante de uma elite crioula, teve acesso aos estudos universitários. Esse fato decorria do temor por parte dos portugueses de que se os angolanos alcançassem o conhecimento dos europeus através da língua; dessa maneira, poderiam se libertar de sua opressão.

Nesse contexto paradoxal, em Angola havia uma elite política e econômica local que estabeleceu uma espécie de “cumplicidade contraditória” (HENRIQUES, 2003) com os portugueses, auxiliando-os no processo de colonização das colônias, mas, por outro lado, criando uma certa autonomia em relação à metrópole ao longo dos anos. Essa elite, apesar de não se denominar dessa forma, levava o nome de “elite crioula”. Na história da colonização portuguesa, os “crioulos” podem ser entendidos como grupos locais, quase sempre mestiços, que falavam as línguas das populações a serem colonizadas e entendiam, ao menos em parte, seus códigos sociais e culturais, por isso eram usados como vetores do processo de mistura entre portugueses e angolanos, facilitando a atuação de Portugal em Angola

(NASCIMENTO, 2015). Uma das medidas tomadas pelo ditatorial de Salazar, em 1926, foi a cisão entre cidadãos portugueses e os crioulos angolanos com a implementação do Estatuto do Indigenato.

Tendo apresentado esse panorama histórico que aproximou colonialismo português e línguas, a seguir, será abordado o papel das línguas na hierarquização dos sujeitos e como instrumento burocrático legal e arma de opressão, a partir da imposição do Estatuto do Indigenato pelo governo de Salazar.

2. O estatuto do indigenato como real problema

No decorrer do século XIX, o governo português editou uma série de leis com o objetivo de dar continuidade ao empreendimento colonial, buscando legitimar a subjugação do povo angolano. Um decreto-lei em especial teve um papel de destaque no tratamento das línguas em Angola: o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, melhor conhecido como Estatuto do Indigenato, instituído pelo Decreto-lei nº 39.666, de 20 de maio de 1954.

Salienta-se que, inicialmente, com o advento da República portuguesa, em 1910, elaborou-se a primeira Lei Orgânica sobre a administração civil das Províncias do Ultramar, a qual introduziu as duas categorias de “indígenas-civilizados” e “não civilizados”, ficando estes últimos sob a autoridade direta da administração colonial.

Em seguida, buscando regulamentar o tratamento dessas categorias de sujeitos, foram publicados vários outros decretos para definir o Estatuto do Indigenato (KANDA, 2005). O primeiro deles foi o “Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique”, em 1926, seguido pelo “Acto Colonial de 1930”,

pela “Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina”, em 1933 e, finalmente, pelo “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique”, aprovado pelo Decreto-lei de 20 de maio de 1954, o qual visava a “assimilação” dos indígenas na cultura portuguesa colonial.

As hierarquias sociais estipuladas pelas leis contribuíram para reproduzir as tradições europeias no contexto colonial, conforme atestado por Hobsbawn (2015, p. 280-281):

Na África, também, os brancos dependeram da tradição inventada para gerar a autoridade e confiança que lhes permitiriam tornar-se agentes de transformações. [...]. Havia duas maneiras bem diretas pelas quais os europeus procuravam fazer uso de suas tradições inventadas para transformar e modernizar o pensamento e o comportamento africanos. A primeira delas era a aceitação da ideia de que *alguns* africanos poderiam tornar-se membros da classe governante da África colonial, daí estender-se a esses africanos a educação num contexto neotradicional. A segunda maneira – mais comum – era uma tentativa de fazer uso do que as tradições inventadas europeias tinham a oferecer em termos de uma relação reformulada entre governantes e governados. As tradições inventadas europeias de subordinação tiveram uma influência realmente decisiva.

As “tradições inventadas europeias” para fins de dominação colonial eram legitimadas através dos decretos impostos pela colônia. Um dos principais motivos que explica o fenômeno de expansão da língua portuguesa no território angolano foi a implantação da política de assimilação, a qual configurou como uma das “soluções” encontradas por Portugal para reorganizar as relações com os nativos de suas colônias durante a ditadura salazarista (1926-1975). De acordo

com Mingas (2000, p. 32), essa política, além de aclamar o “bom conhecimento da língua portuguesa como condição mais importante para aceder a qualquer posição de destaque na sociedade colonial”, proibia fortemente os componentes da categoria de “assimilados” de falarem línguas locais.

Segundo a mesma pesquisadora angolana, a prática do emprego desse tipo de política linguístico-identitária foi consentida por um controle cada vez mais enfático da polícia política portuguesa, a PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), que considerava subversiva a utilização de qualquer uma das línguas locais, ou mesmo de vestuários locais por parte dos “assimilados”. Isso também implicava falar “corretamente” a língua portuguesa, ou seja, dominar sua estrutura a fim de evitar interferências de outras línguas. A ideia de um “português correto” também ajudou a inscrever relações de poder, pois validava uma norma a partir da qual os sujeitos são avaliados. Tendo em conta a especificidade do fenômeno colonial, o qual produziu um “isolamento linguístico” ao instaurar a cisão entre assimilados e indígenas, as diferentes línguas locais desenvolveram-se separadamente. Esse isolamento linguístico é exemplificado por Mingas (2000, p. 32): “É assim que, do ponto de vista linguístico, o país assemelhava-se a um arquipélago, onde cada uma das línguas representava uma ilha”.

O governo colonialista português tomou medidas de isolamento de etnias e línguas, evidentemente, como precaução sobre uma possível ação conjunta dos colonizados. Dessa maneira, é possível perceber as políticas coloniais de “promoção” do português pela decretação de leis e artigos, como a Lei nº 1031, de 6 de maio de 1921, promulgada por Norton de Matos, que segue:

Artigo 2º - [...]nas escolas católicas, é proibido ensinar línguas indígenas;

Artigo 3º- [...]a utilização das línguas indígenas no catecismo não é permitida a não ser como auxiliar durante o período de ensino elementar da língua portuguesa;

§ 1. É proibido o emprego das línguas indígenas ou qualquer outra língua, à excepção do português, por escrito ou por panfleto, jornal,...na catequese das missões, nas escolas e em todos os contactos com as populações locais...
(Cf. Norton de Matos, 1921 *apud* MINGAS, 2000, p. 33)

De acordo com Menezes (2000), foi na época do salazarismo que iniciaram verdadeiros movimentos de idealização do colonialismo, claramente apoiados pelo governo. A classe dominante se apoiou principalmente na ideia de lusotropicalismo criada pelo sociólogo Gilberto Freyre (1993). Portugal desenvolvia na colônia uma “civilização lusotropical”, criada a partir da assimilação e adaptação de valores de diferentes origens culturais. No processo português de colonização, diferente do inglês que se pautava no segregacionismo, haveria uma suposta harmonia social e racial e

...a exclusividade de semelhante prática era explicada pela existência entre os portugueses de qualidades sociopsicológicas particulares, que lhes permitiam adaptar-se facilmente às sociedades indígenas. [...] Os portugueses sempre procuravam transmitir-lhes a sua fé, a sua cultura, a sua civilização, chamando-os assim ao grêmio da comunidade lusitana. (FREYRE, 1993, p. 80)

Contudo, longe de uma colonização harmoniosa, a ideia de assimilação implicava a “adoção por parte do africano da lei comum e da conduta nos moldes do povo colonizador” (MOREIRA, 1961, p. 139). Ou seja, apenas o sujeito que soubesse ler e escrever em

português e possuísse trabalho remunerado poderia assumir essa condição. O “assimilado”, para assim ser reconhecido, tinha que demonstrar saber ler, escrever e falar fluentemente em português, se vestir, e ter a mesma religião que os portugueses, manter um padrão de vida e de costumes semelhantes ao estilo de vida europeu e não ter cadastro na polícia. Segundo o documento colonial Estatuto do Indigenato:

Art. 56.º Pode perder a condição de indígena e adquirir a cidadania o indivíduo que prove satisfazer cumulativamente aos requisitos seguintes:

- a) Ter mais de 18 anos;
- b) Falar correctamente a língua portuguesa;
- c) Exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim;
- d) Ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses;
- e) Não ter sido notado como refractário ao serviço militar nem dado como desertor.

A sociedade angolana naquela época já contava com uma hierarquização social interna própria. Se por um lado havia os grupos de “indígenas” explorados, por outro havia uma “elite crioula”⁷ que já gozava de alguns benefícios. No entanto, tal cisão configurava uma herança colonial portuguesa. Esse sistema hierárquico foi organizado da seguinte maneira:

⁷ Um ponto importante a ser delineado é o termo *crioulo*. Definido por Bittencourt (1997), o termo faz referência a uma mestiçagem de tipo cultural, ou seja, é a presença simultânea de elementos de cultura africana e europeia, capaz de atuar nesses dois mundos e realizar uma interligação entre eles. Nas palavras do autor, “A criouldade deve ser vista por um prisma cultural, enquanto uma junção de referências culturais africanas e europeias; não implica o encobrimento de fissuras existentes entre os grupos sociais” (BITTENCOURT, 1997, p. 34). Nessa pesquisa, contudo, consideramos a dimensão política da ideia de crioulo, que favoreceu uns em detrimento de outros.

Com o decorrer do tempo, o número de portugueses nascidos em Angola começou a superar o dos nascidos em Portugal. Assim, os colonialistas decidiram fazer a diferença entre eles pelo que, eram *Portugueses* ou *brancos de primeira* os nascidos em Portugal e *de segunda*, os nascidos em Angola. Aos primeiros era concedida prioridade de ajuda econômica bem como de acesso a cargos de alta chefia na colônia. [...] Para melhora imporem à maioria dos angolanos, que sentiam hostis à sua presença, os portugueses decidiram criar um “grupo de apoio” entre os autóctones. Para o efeito, os angolanos foram divididos em dois subgrupos. O primeiro era formado pelos “Assimilados”, cujos filhos tinham o direito de frequentar a escola conjuntamente com as crianças portuguesas, bem como à nacionalidade portuguesa. (MINGAS, 2000, p. 45-6)

O segundo grupo, referido por Mingas, era formado pelos “indígenas”, ou seja, angolanos que não haviam sofrido “assimilação”. De acordo com Bender (2004 *apud* KANDA, 2005), embora a obtenção do status de assimilação talvez tenha isentado os africanos do trabalho contratado e facilitado o seu acesso às instituições econômicas e educacionais europeias, na prática concreta, esse status não lhes garantiu a cidadania de primeira classe. Não devemos confundir, contudo, segundo Bittencourt (1997), as categorias de “crioulo” e de “assimilado”. Enquanto o assimilado corresponde a um estatuto jurídico com pretensões de legislar sobre fenômenos políticos, o crioulo está ligado a uma perspectiva cultural. Da parte dos crioulos havia um sério repúdio por essa legislação, por ter em conta que, diferentemente do indígena que “ascenderia” de categoria, os crioulos “decaíam”. Ter que provar níveis exigidos de civilização, quando já participavam ativamente da política e economia do país, era considerado extrema humilhação. Ou seja, o estatuto de assimilado pressupunha a absorção de um determinado padrão cultural europeu, mas não admitia a junção ou interpenetração cultural, que seriam próprias da ideia de criouldade.

Para a elite crioula, a proclamação do Estatuto do Indigenato visava retirar sua antiga categoria legal de “civilizado” pela substituição da categoria de “assimilado”. Essa categoria, intermediária entre civilizado e indígena, demandava o seguimento de novas ações burocráticas em relação a direitos políticos e, ao mesmo tempo, diferenciava esses sujeitos dos “indígenas”. Conforme visto, a diferenciação pautava-se na categorização dos sujeitos angolanos mediante processos de assimilação de hábitos e valores europeus considerados civilizados, entre os quais se encontrava o domínio da língua oficial da colônia. Essa nova exigência de domínio da língua portuguesa deu início a discussões dentro da elite crioula, que já contava, por exemplo, com o Bilhete de Identidade de “cidadania portuguesa”. A questão, para a elite crioula, seria aderir ou não ao novo estatuto, que na prática caracterizava uma diminuição do seu status legal e social de “cidadão” para “assimilado” (NASCIMENTO, 2015).

O Bilhete de Identidade português, conforme Matrosse (2008), era um documento de identificação pessoal de um cidadão, embora do ponto de vista do colonizador, ser cidadão angolano não significasse nada. Por conta disso, o Bilhete de Identidade atribuía aos angolanos, de forma compulsiva, a cidadania portuguesa, que era estrangeira. Buscar ser um cidadão angolano na época colonial era uma afronta ao regime, “com sérias interpretações e implicações profundamente políticas” (MATROSSE, 2008, p. 25). Oficialmente, por conseguinte, a categoria de “cidadão angolano” não existia, somente a de “cidadãos portugueses”, possuidora de uma “cidadania europeia”. Segundo Matrosse (2008, p. 25), sobre essa lógica colonial:

Nós, cidadãos africanos de Angola por imposição do regime com o qual não nos identificávamos éramos imperativa e intempestivamente catalogados como cidadãos portugueses. Lógica evidentemente

incompreensível e inadmissível, no fundo absurda, pois Angola nunca se situou no continente europeu, nunca fez parte da Europa, e nunca podia ser um país português por estar situada na África.

Pelo lado daqueles a quem foi atribuído o estatuto de “indígena”, a nova lei, que em teoria abolia a cláusula de vagabundagem de 1875⁸, acrescentou a estipulação de que os africanos deviam trabalhar por salários pagos durante um período de cada ano e, caso se recusassem a trabalhar de livre vontade, poderiam ser “contratados” pelo Estado. Uma “Cláusula de Proteção” do Código de trabalho de 1928 determinava que os africanos só poderiam ser forçados a trabalhar em serviços de premente interesse público; todavia, o “interesse público” incluía legalmente as fazendas privadas dos colonos, garantindo-lhes, assim, o fornecimento de mão-de-obra barata (KANDA, 2005, p. 24). Sobre a categoria “Indígena”, o Estatuto do Indigenato assim a definia:

Art. 2º Consideram-se indígenas das referidas províncias os indivíduos de raça negra ou os seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.

Ser chamado de “negro” em Angola colonial significava que a pessoa não era assimilada, portanto, era sujeita ao trabalho forçado, à perda dos direitos civis e outros tantos prejuízos reservados àqueles mantidos sob o regime do “indigenato” (AYOH’OMIDIRE, 2012). Sob o sistema de trabalho forçado, o padrão pouco se importava se

⁸ Segundo Kanda (2005), a Cláusula da “Vagabundagem” proibia a escravidão mas considerava “vagabundo” todo o indígena “não produtivo”, o qual estaria sujeito a “contratos” de trabalho sem pagamento.

o seu trabalhador estava incapacitado ou morria, porque poderia sempre pedir que lhes fosse fornecido outro trabalhador. A taxa de mortalidade dos indígenas fornecida pelo Governo atingiu a percentagem de 35% durante o período de contratos de dois anos. Este sistema de trabalho forçado só foi abolido em 1961 com o início da guerra de libertação. Mas, a prática de forçá-los diretamente a trabalhar continuou em Angola até 1974 (KANDA, 2005). O imposto indígena aumentava constantemente, passando de 80 para cerca de 300 escudos. Esta situação criou um grande descontentamento nas populações que, desde 1930 à década dos anos de 1950, fugiram para o então Congo Belga, Namíbia e África do Sul. Milhares de Tchokwes e Bakongos viviam nas proximidades daquelas colônias (KANDA, 2005).

Diferentemente dos indígenas, socialmente, os assimilados estavam isentos de todos os trabalhos forçados ou de contrato. E isso criava entre as pessoas um claro incentivo para se obter semelhante estatuto, embora não fosse raro suceder que o pessoal da administração recusasse aos nativos qualificados o “status” de assimilado a fim de manter um amplo repositório de potenciais contratados. Essa farsa colonial, porém, funcionava apenas para meia dúzia de angolanos: “Segundo as estatísticas de 1950 o número de nativos assimilados era tão diminuto que só 1% da população negra de toda Angola nesse ano era assimilada” (KANDA, 2005, p. 27). Nesse contexto, era obrigatório dominar o português europeu, ainda que o acesso à educação fosse praticamente vedado à generalidade dos angolanos (INVERNO, 2009). Em relação às línguas, o conceito de assimilação levou o governo português a enaltecer a posição da língua portuguesa em detrimento das línguas e povos locais, desvalorizando-os. Sobre essa desvalorização do sujeito:

O termo assimilado, por sua vez, era uma construção jurídica do colonialismo português, que muitos desejavam adquirir, mas que geralmente, quando obtida, não era explicitada gratuitamente e em muitos casos sua utilização se dava com o objetivo de tratar com desmerecimento o outro, retratando uma forma caricatural de comportamento. (BITTENCOURT, 1997, p. 12)

Esse desmerecimento dos sujeitos, apoiado legalmente pelo Estatuto do Indigenato, era expresso escancaradamente em relação à valoração das línguas. A língua portuguesa passou a adquirir ainda maior posição de prestígio na sociedade angolana em detrimento das línguas locais, que foram ridicularizadas e consideradas apenas dialetos. Além disso, a interferência das línguas africanas no domínio da língua portuguesa denotava uma “má proficiência” da língua da metrópole, alcunhada por “pretoguês”. Severo (2015b, p. 408) define essa medida como um exemplo de racismo linguístico, a saber:

Considera-se que os significados raciais inscritos na língua, bem como os significados linguísticos inscritos na ideia de raça, são heranças coloniais. [...] a raça não é uma categoria tomada a priori e, tampouco, essencializada. Embora o racismo não seja a única face do poder colonial, ele é um dos mais perversos, pois naturaliza a diferenciação e hierarquização entre as pessoas. A política linguística contribuiu – e tem contribuído – para o racismo ao legitimar as categorias coloniais que fomentaram estereótipos sobre os usos linguísticos por diferentes pessoas.

Tal condição de racismo linguístico era reiterada nas peças de teatro, as quais ridicularizavam e alcunhavam o “mau português”, influenciando os “assimilados” na concretização da política linguística desejada pelos colonizadores. Por meio da categorização

e avaliação das línguas, foi possível classificar os falantes das línguas, os quais estavam completamente sujeitos a elas. Ao utente do “português incorreto” eram atribuídas as piores qualidades. E como desdenhar o modo de falar tornou-se corriqueiro, os “assimilados” não só evitavam, como proibiam seus filhos de usar a língua africana. Assim, nota-se que os conceitos de proficiência e de correção linguística estão vinculados a uma memória colonial segregadora e hierarquizadora.

Sobre as formas de submissão do “assimilado”, tanto o setor privado como o setor público pagavam aos assimilados salários mais baixos, sob o pretexto de que os salários refletiam a produtividade diferencial das raças. Tanto o nível cultural como a produtividade econômica de um sujeito eram pré-avaliadas numa base racial, e não numa base cultural e nem, sequer, individual. As leis e práticas portuguesas garantiam que qualquer pessoa branca em Angola, mesmo que fosse “tida pelos compatriotas como parasita, indolente ou moralmente degenerada” (KANDA, 2005, p. 28), era objeto de uma consideração social mais elevada e recebia melhores salários do que quase a totalidade das pessoas negras.

Para os portugueses, “civilizar os nativos constituía a mais importante justificação ideológica para atingir o objetivo político da completa soberania” (KANDA, 2005, p. 13). É o que se pode depreender da leitura do Art. 2 da Lei Colonial de 1933. A saber: “É da essência orgânica da nação portuguesa desempenhar a função de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas”.⁹ Dessa maneira, a implementação da categoria de “assimilado” tem algo relacionado ao que Foucault em *Vigiar e Punir* (2013) chamou de “a vigilância hierárquica”. O filósofo explica que, ao lado de grandes técnicas de vigilância,

⁹ Citado por Gerald Jerry Bander no seu livro “Angola Sob o Domínio Português, p. 173. In: KANDA (2005, p. 14).

houve pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos; uma arte obscura da luz e do visível preparou em surdina um saber novo sobre o homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo (FOUCAULT, 2013, p. 165).

Era exatamente o que acontecia aos sujeitos que aderissem a essa categoria: por um lado sofreriam sujeição aos reclames da colônia, por outro receberiam alguns benefícios que não eram permitidos aos indígenas. E a vigilância multiplicou-se através de um sistema de benefícios e de punição atribuído às diferentes categorias.

Além das decorrências pragmáticas da adesão à condição de assimilação, as consequências sociais e políticas afetavam duramente as questões identitárias. Segundo Ayoh’Omidire (2012), o fato de mestiços gozarem alguns privilégios os colocava em posição de antipatia com os negros, pois, na sua ânsia de agradar ao pai branco, os mestiços tinham que demonstrar seu desprezo pelos negros e, até, maltratá-los. Por isso, eram odiados por esses que viram neles uma continuidade de tudo aquilo que representava o branco colonizador – explorador racista etc. Assim, o mote da política colonial consistia em “dividir para melhor reinar” (KANJONGO, 2009). De acordo com Santos (2004), o assimilado foi o protótipo da identidade bloqueada, uma identidade localizada entre as raízes africanas, a que deixa de ter acesso direto, e as opções de vida europeia, a que só tem um acesso muito restrito. O assimilado foi, assim, uma identidade construída sobre uma dupla desidentificação. E o domínio da língua portuguesa era constitutivo desse duplo processo de desidentificação.

Embora a identidade de assimilado sinalize para uma suposta subserviência, salientamos que dentro do grupo de assimilados existiam duas categorias: *os passivos* e *os ativos*. Segundo Mingas (2000), os *passivos* eram “alienados” e acabam por negar sua cultura, seu povo e sua história, aderindo completamente à cultura

do colonizador. Os colonialistas os designavam como “negros diferentes”, “negros que não eram como os outros, porque tinham a pele negra, mas a sua alma era branca” (MINGAS, 2000, p. 46). Sobre essa passividade, Ayoh’Omidire (2012, p. 279) conjectura que alguns mestiços

eram considerados uma raça intermediária entre os brancos colonizadores e os negros colonizados, sendo eles próprios filhos dos primeiros. Por isso gozavam de certos privilégios. Naquela altura, o sonho de todo mestiço era ser assimilado e aceito pelos brancos como “da família” e, assim, poder beneficiar-se de todos os direitos que advinham da elevada posição social da família branca na sociedade colonial.

Os *assimilados ativos*, por sua vez, configuravam aqueles que se apropriavam de tudo o que lhes fosse possível aprender, por terem como objetivo libertar seu povo e seu país da dominação colonial portuguesa. Para efeito, eles estrategicamente utilizaram a língua do colonizador para denunciar o colonialismo português. Alguns exemplos foram: Paixão Franco e Aníbal de Melo, que militaram através de jornais; Viriato da Cruz, Agostinho Neto, Mário António e Mário Pinto de Andrade, entre outros, que protestaram por meio da poesia militante e revolucionária, ou ainda, por intermédio de atividades políticas como as que deram origem ao “Processo dos Cinquenta”.¹⁰ Além disso, nem todos os portugueses concordavam com a política de Salazar, sendo que uma parte dos descendentes de portugueses nascidos em Angola apoiou esta atitude de revolta ao integrar-se nessas mesmas atividades políticas. Vemos, assim, que a relação entre colonizador e colonizado é complexa e não pode ser reduzida a uma visão dicotômica.

¹⁰ Prisão e julgamento, pelo tribunal militar português, de um grupo de patriotas angolanos, que foram, em seguida, deportados para as ilhas de Cabo Verde, mais especificamente, a Prisão do Tarrafal. (Mingas, 2000)

O processo de assimilação criou condições para a compreensão, por parte dos africanos, do mundo português europeu. Diante das imposições do Estado colonial nasceu a ideia de que seria preciso resistir e combater essa ideologia. Assim, os assimilados estudaram as ideias políticas e a história de Portugal e começaram a aplicar tais ideias à causa do progresso de Angola. A ideia de nacionalismo foi, talvez, a mais importante de todas elas. Basicamente, tratava-se da ideia europeia de que cada povo ou grupo de povos europeus, organizado numa nação, tinha o direito de governar a si próprio. A influência deste nacionalismo cresceu firme, mas lentamente. Contudo, a “ideia nacionalista era apenas defendida pela minoria educada” (KANDA, 2005, p. 41). Com o desencadear da luta de libertação e de várias pressões internacionais, segundo Mingas (2000), deixou de ser necessária a comprovação de qualquer tipo de “proficiência linguística” ou “hábitos europeizados” individuais e sociais para que os sujeitos angolanos adquirissem o estatuto de “Assimilado” e, conseqüentemente, a nacionalidade portuguesa.

Por iniciativa do ministro do Ultramar Adriano Moreira, empossado em 1961, o governo português viu-se forçado a promulgar várias medidas que visassem eliminar as formas mais arcaicas de exploração colonial e de discriminação racial. A revogação do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique foi realizada sob o Decreto-Lei nº 43893, em 6 de setembro de 1961, permitindo estender a cidadania portuguesa a todos os habitantes daqueles territórios (CASTELO, 2013). O acontecimento mais relevante no período de 1961 a 1972, de acordo com Kanda (2005), foi a criação da Junta Provincial de Povoamento de Angola (JPP), em seis de setembro de 1961, seis meses após o rebentar da guerra. Na mesma ocasião, o Governo Português, em busca de uma redefinição do seu controle colonial em face às pressões africanas, havia publicado vários decretos que se destinavam a: a) Eliminar o

Estatuto do Indigenato, abolindo a distinção entre “não cidadãos” e “não civilizados”; b) Alargar o Regulamento das concessões e ocupação de terras; c) Criar Organismos Administrativos Africanos Locais; d) Coordenar as Leis Gerais e Consuetudinárias¹¹. O Decreto que estabelecia a Junta Provincial de Povoamento de Angola apelava para a criação de comunidades multirraciais totalmente integradas e estáveis.

Assim, o Estatuto do Indigenato pode ser considerado um importante marco jurídico de como os processos de legislação do poder colonial em Angola legitimaram uma política linguística de estratificação social e racial que exerceu efeitos perversos sobre as pessoas. Bonifácio Tchimboto afirma que para muitos angolanos permanece a lembrança estudantil da placa de madeira escrito “burro”, dada a estudantes que, novos na escola, eram pegos falando em umbundo. De acordo com o pesquisador (2016, n.p): “Essa carga pesada sobrevive ainda hoje na cabeça de muitos. Temos entre os nossos concidadãos aqueles que olham para o bilinguismo como um defeito, que a competência em duas línguas é um defeito¹²”.

Por conta disso, é necessário atentar às relações de poder inscritas nas ordenações jurídicas que afetaram as práticas linguístico-discursivas. De acordo com Foucault (1995), a transmissão de informação através de uma língua, de um sistema de signos ou de qualquer outro meio simbólico não é neutra, mas uma forma de agir sobre o outro ou os outros.

¹¹ CFR. DIÁRIO DO GOVERNO, Iª Série, nº 207, 6 de Setembro de 1961; BENDER, G. J., Angola Sob o Domínio Português, Ed. Nzila, Luanda 2004, p. 190-191 (*In*: KANDA, 2005).

¹² Artigo publicado no jornal online ANGONOTÍCIAS, em 28 de março de 2016. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/50225/mais-de-sete-milhoes-de-angolanos-falam-linguas-nacionais>. Acesso em: 08 jan 2018.

Conclusão

Desta maneira, após traçarmos um percurso histórico sobre a validação e legitimação do português e a conseqüente invisibilização das línguas africanas, conclui-se que em Angola há uma presente relação de poder entre as línguas, pois elas imprimem os rastros de um passado colonial, ao mesmo tempo em que se mostram resistentes em ceder a políticas linguísticas que não respeitem sua identidade, sua história e seu povo. Na época colonial, as políticas assimilacionistas que vislumbravam um ostensivo preconceito linguístico contra as línguas angolanas acabaram causando o isolamento destas línguas. Desta forma, os “arquipélagos linguísticos”¹³, apartados do contato com a língua portuguesa, acabaram fortalecendo as línguas destas comunidades de fala. Desde o processo de nacionalização do país, é uma ideia latente a retomada das línguas nacionais por meio do ensino bilíngue nas escolas. A concretização de tal iniciativa poderia contribuir com a valorização identitária do povo, ao lado de um Português Angolano que considere e respeite a forma escrita de palavras originárias das línguas de tronco bantu.

A percepção extraída da análise do tratamento conferido pelos estatutos jurídicos instituídos pelo governo português em Angola é a de que serviram como instrumento da política de assimilação colonial, moldando o panorama linguístico, e subjugando completamente a identidade local.

Podemos perceber, portanto, o altíssimo custo sofrido pela população angolana para que o país apresente hoje elevados índices de crescimento da língua portuguesa e de percentual de falantes de português como língua materna.

¹³ De acordo com Mingas (2000, p. 32), “do ponto de vista linguístico, o país assemelhava-se a um arquipélago, onde cada uma das línguas representava uma ilha”..

Não é por outra razão que em tempos hodiernos apresentam-se movimentos de resistência das línguas nacionais e de conhecimento e legitimação do Português Angolano. Exemplo de busca desse reconhecimento foi a negação da assinatura do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Na oportunidade, o presidente da Academia Brasileira de Letras, Boaventura Cardoso, concedeu declaração¹⁴ avaliando ser desfavorável ao país firmar o Novo Acordo Ortográfico, por se tratar de um documento que não respeita a grafia de palavras em língua bantu, que deve ser feita mesmo quando se escreve em português. A instituição privada, sem fins lucrativos e de caráter cultural e científico defende que o acordo Ortográfico de Língua Portuguesa que vier a vigorar no país deve considerar a importância das línguas nacionais, além da necessidade de coexistência entre todas elas.

Assim, verifica-se que a resistência atual de Brasil e Portugal em flexibilizar os acordos linguísticos contemplando as variantes de cada local demonstra a existência de novos jogos de poder e de interesses na normatização da língua, mas se valendo das velhas sistemáticas manejadas na época colonial.

Referências

ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

¹⁴ Declaração da Academia Angolana de Letras imprensa sobre sua posição política linguística diante do Novo acordo ortográfico. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/novo_acordo_ortografico_desfavoravel_para_o_pais. Acesso em: 10 janeiro 2019.

AYOH'OMIDIRE, F. Mestiçagem e o discurso identitário em Angola e no Brasil: uma análise do romance *Mayombe* de Pepetela e da música “Sou realista” do rapista Afroman Yannick. In: FONSECA, M. N. S.; CURY, M. Z. F. (orgs.). *África: dinâmicas culturais e literárias*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

BERNARDO, E. P. J. *Política Linguística para o Ensino Bilíngue em Angola*. 2018.172 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Linguísticas Críticas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BITTENCOURT, M. A História Contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas. In: *Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola*. Luanda: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

CASTELO, C. *O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio*. 2013. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio>. Acesso em: 16 mar. 2016.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2005-1975.

FARDON, R.; FURNISS, G. *African languages, development and the state*. London: Routledge, 1994.

FREYRE, G. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 1933.

FOUCAULT, M. Sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. 41. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HARRIES, P. *The roots of ethnicity: Discourse and the politics of language construction in south-east Africa*. African Affairs, 346, 1988.

HENRIQUES, I. C. *Território e identidade: o desmantelamento da terra africana e a construção da Angola colonial*. Sumário pormenorizado da lição de síntese apresentada a provas para obtenção do título de Professor Agregado do 4º Grupo (História) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2003.

HOBBSAWN, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Tradução Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

INVERNO, L. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In: CARVALHO, A. *Português em contato*. Madri, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert, 2009.

KANDA, Almeida. *Repensar a História de Angola*. Uige: Sedipu, 2005.

MAKONI, S. African languages as European scripts: The shaping of communal memory. In: NUTTALLAND, S.; COETZEE, C. (orgs.). *Negotiating the past: The making of memory in South Africa*. Cape Town, Oxford Press: 1998.

MAKONI, S.; MEINHOF, U. Linguística Aplicada na África: Desconstruindo a Noção de Língua. In: MOITA LOPES, L.P. *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Editora Parábola, 2006.

MAKONI, S.; MAKONI, B.; ABDELHAY, A.; MASHIRI, P. Colonial and post colonial language policies in Africa. In: SPOLSKY, Bernanrd. *The Cambridge Handbook of Language Policy*. New York: Cambridge University Press, 2012.

MATROSSE, D. *Memórias e reflexões*. Angola: Nzila, 2008.

MENEZES, L. C.; BOIO, J. A. G. Gêneros textuais e ensino: uma análise do livro didático de língua portuguesa do ensino secundário da 12ª classe de Angola. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 517-533, ago./dez. 2017.

MENEZES, S. *Mama Angola: sociedade e economia de um país nascente*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000.

MINGAS, A. A. *Interferência do Kimbundu no Português falado em Lwanda*. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.

MOREIRA, A. *Política ultramarina*. Lisboa: Junta das Investigações Ultramar, 1961.

MURRAY, J. *Cultural Atlas of Africa*. Barcelona: Ediciones Folio, 2007.

NASCIMENTO, W. S. Memórias crioulas sobre as políticas de assimilação colonial em Angola (1926-1975). *Revista Binacional Brasil Argentina*. v. 4. Vitória da Conquista: 2015.

ROSAS, F. *Salazar e o Poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2013.

SANTOS, B. de S. Entre o Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. In: HOLANDA, H. B. *Cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

SEVERO, C. Línguas e Estados nacionais: problematizações históricas e implicações. In: SEVERO, C.; SITO, B.; PEDRO, J. *Estão as Línguas Nacionais em Perigo?* Lisboa: Escolar Editora, 2014.

SEVERO, C. MAKONI, S. Políticas linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica. *Coleção Linguística*. v.5. Florianópolis: Insular, 2015a.

SEVERO, C. *Política Linguística e Racismo*. Actas Del VII Encuentro Internacional de Investigadores em Políticas Linguísticas. Córdoba: UNC, 2015b.

TCHIMBOTO, B. *Mais de sete milhões de angolanos falam línguas nacionais*, 2016. Disponível em: <http://ipol.org.br/mais-de-sete-milhoes-de-angolanos-falam-linguas-nacionais/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Agradecimentos

Agradeço à agência de fomento CAPES – Proex, pelo incentivo financeiro que possibilitou a execução deste trabalho.

Como citar

OLIVEIRA, Heloisa Tramontim de. Língua portuguesa em Angola: silencia-
mentos, isolamentos e hierarquias. *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p. 234-269, 2018.

Recebido em 24/01/2019 e aceito em 22/03/2019

Les Droits Linguistiques au Canada: entre avancées historiques et reculs contemporains

Sara Farias da SILVA¹

Simon DABIN²

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foliesara@gmail.com, orcid.org/0000-0002-9508-6059.

² Université de Montréal - Québec - Canada, simon.dabin@umontreal.ca, orcid.org/0000-0003-3919-9654.

RÉSUMÉ Lorsque nous parlons des droits linguistiques au Canada, nous ne parlons que des droits de la minorité linguistique francophone: seule minorité dont la langue possède un statut de langue officielle et une protection garantie par la Charte des droits et Libertés du Canada. Aussi, cet article portera généralement sur l'histoire des droits linguistiques des francophones au Canada mais le complétera par deux parties évoquant les droits linguistiques des autochtones et les droits linguistiques des allophones. Notre objectif est de présenter une introduction politique-linguistique et historique de ces droits. Historique puisque nous présenterons l'évolution des droits à travers le temps et politique-linguistique car nous présenterons les rapports de forces et les enjeux de pouvoirs qui ont amené à la prise en compte de ces droits linguistiques.

RESUMO Quando se fala em direitos linguísticos no Canadá, os direitos da minoria linguística francófona é o tema principal, pois é a única minoria linguística cuja língua apresenta um *statut* de língua oficial e uma proteção garantida pela Carta dos Direitos e Liberdades do Canadá. Portanto, esse artigo pretende apresentar a história dos direitos linguísticos dos francófonos no Canadá, mas também destacaremos os direitos linguísticos

dos autóctones e dos alófonos. Nosso objetivo é proporcionar um panorama histórico e politico-linguístico desses direitos. Histórico, pois apresentaremos a evolução dos direitos através do tempo e politico-linguístico, pois iremos problematizar as relações de forças e as questões de poderes que levaram em consideração esses direitos linguísticos.

PALAVRAS-CHAVE Direitos Linguísticos. Canadá. Quebec. Políticas Linguísticas.

MOTS-CLÉS Droits Linguistiques. Canada. Québec. Politiques Linguistiques.

Introduction

Deuxième plus grand pays au monde par la taille, le Canada est aussi un pays multilinguistique. D'après le recensement opéré par Statistiques Canada en 2016, 74% des canadiens parlent l'anglais, 22% parlent le français et 1,9% ne parlent ni l'anglais, ni le français (une population plus connue sous le nom d'«allophone» au Canada). Quand nous parlons des langues maternelles, 57% déclarent posséder l'anglais comme langue maternelle, 21% déclarent posséder le français et 21,5% déclarent une autre langue maternelle (STATISTIQUES CANADA, 2016). Dans ces 21,5% de personnes qui possèdent comme langue maternelle une langue autre que le français et l'anglais, nous retrouverons les langues autochtones¹ (pour une population d'environ 2 millions d'habitants répartie en 600 nations, il se parlerait entre 53 et 74 langues autochtones) et les langues des immigrés et de leurs descendants.

Toutefois, malgré cette diversité linguistique réelle, lorsque nous parlons des droits linguistiques au Canada, nous parlons essentiellement des droits de la minorité linguistique francophone: seule minorité dont la langue possède un statut de langue officielle et une protection garantie par la Charte des droits et Libertés du Canada (BASTARACHE; DOUCET, 2014, p. 143-9). Aussi, cet article portera généralement sur l'histoire des droits linguistiques des francophones au Canada mais nous souhaitons y ajouter une partie pour évoquer les droits linguistiques des autochtones et les droits linguistiques des allophones. Cependant, notre objectif n'est pas de faire un état de la question exhaustif mais plutôt de présenter une introduction politico-linguistique et historique de ces droits. Historique puisque nous analyserons l'évolution de ces droits à travers le temps et politico-linguistique car nous présenterons les

¹ Le terme « autochtone » dans cet article est écrit à la fois en majuscule « Autochtone » et à la fois en minuscule « autochtone » selon l'usage du français québécois.

rapports de forces et les enjeux de pouvoirs qui ont amené à la prise en compte de ces droits.

Pour cela, nous commencerons par l'histoire de la Nouvelle France jusqu'à la conquête afin de poser les racines de la présence française sur le territoire que nous appelons aujourd'hui «Canada» (1). Puis nous relaterons les débuts tourmentés de la construction du Canada afin de comprendre pourquoi le français n'a jamais disparu et s'est imposé petit à petit comme une langue dont il était impossible de se passer (2). Afin de terminer sur la question des droits linguistiques des francophones au Canada nous analyserons l'évolution de ces droits dans le Canada contemporain (3). Puis nous conclurons par l'apparition timide mais réelle de la question des droits linguistiques des autochtones et l'ignorance manifeste des droits linguistiques des "allophones" (4).

1. Aux origines du Canada: deux colonisations, plusieurs guerres et l'affirmation d'un "fait français" en Amérique du Nord

Cette partie n'est pas une histoire de la nouvelle France, des colonisations française et anglaise ou encore des milliers de nations autochtones qui vivaient sur cet espace territorial, se faisaient la guerre, se faisaient la paix, et qui possédaient des systèmes de gouvernances, des systèmes sociaux, des systèmes familiaux et des cultures très divers. Notre but est de présenter les racines du "fait français" sur le continent nord-américain.

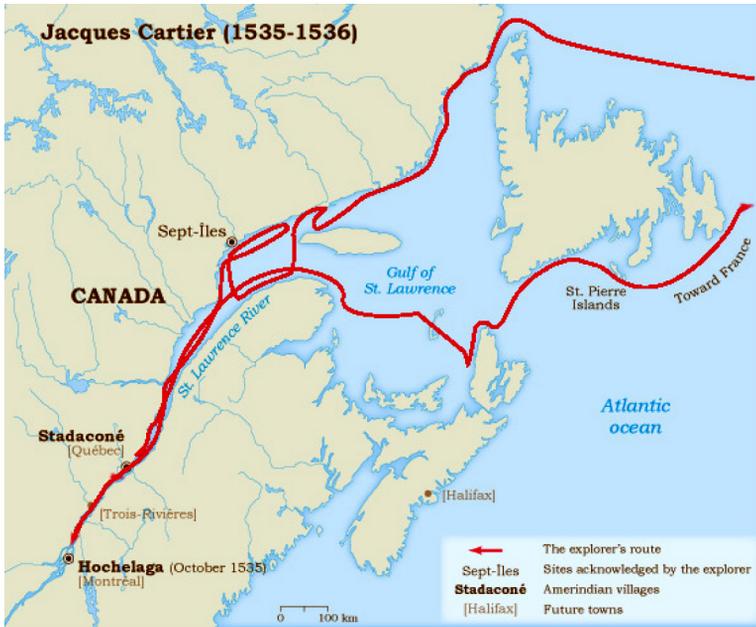
a) L'échec de la première colonisation (1534-1543)

Avant de parler de la «Nouvelle France », il est fondamental de préciser les échecs des tentatives de colonisation de ce territoire par Jacques Cartier et Jean-François de La Roque de Roberval: les deux premiers explorateurs missionnés par la Couronne française pour trouver des matières précieuses et un passage vers la Chine à travers le fleuve St-Laurent (SHOALTS, 2018, p. 62). Au-delà du fait qu'ils ne trouvèrent ni l'un ni l'autre, leurs échecs, qui peuvent paraître anecdotiques concernant les droits linguistiques au Canada, n'en sont pas moins fondamentaux. En effet, de ces échecs seront tirés un certain nombre d'enseignements qui auront des conséquences importantes pour la suite de l'histoire des colonisations britannique et française.

Premièrement, l'échec des trois voyages de Cartier et du seul voyage de Roberval peut s'expliquer en partie par la non prise en compte de l'importance des forces militaires autochtones présentes sur le territoire et à l'absence d'ententes avec eux qui en ont découlé. Cette erreur sera largement corrigée lors de la deuxième période coloniale, par Champlain et par les colonisateurs anglais (GIRARD; BRISSON, 2018). Cela signifie que pour rester sur le territoire, les colons ont considéré les Autochtones comme des nations à part entière malgré un discours en métropole qui niait leurs droits.

L'autre conséquence de ces échecs est commerciale. Constatant l'absence de matières précieuses et de passage vers la Chine, les colonisateurs du nord de l'Amérique du Nord vont se tourner vers le commerce de la fourrure et établir en conséquence des bouleversements économiques majeurs chez les nations autochtones (ETHRIDGE, 2014, p. 49-69).

Figure 1: Carte issue du Musée virtuel Canadien de l'histoire.



Fonte: Canadian Museum of History, 2019b.

b) La Nouvelle France (1603-1763)

Entre le premier voyage de Samuel Champlain dans la vallée du Saint-Laurent en 1603, la construction de la ville de Québec en 1608 (qui marque le début officiel de la Nouvelle France) (FISCHER, 2012) et la défaite contre les troupes anglaises en 1760, on estime que près de 33 000 personnes ont visité la Nouvelle France mais que seules 14 000 s'y sont installées (BRODEUR-GIRARD; VANASSE, 2010, p. 18). La Nouvelle France est exclusivement chrétienne, seigneuriale, militaire et en conflit avec plusieurs nations autochtones (GREER, 2018, p. 145-90). Il faudra attendre la grande Loi de la Paix de Montréal (1701) pour mettre fin temporairement aux conflits avec certaines nations autochtones.

Il faut retenir de cette période le fait que les français s'établissent sur le continent nord-américain et sont majoritaires sur le plan démographique par rapport aux colonies britanniques de la région. Cette réalité aura une importance capitale après la chute de la Nouvelle France et la création de la province de Québec.

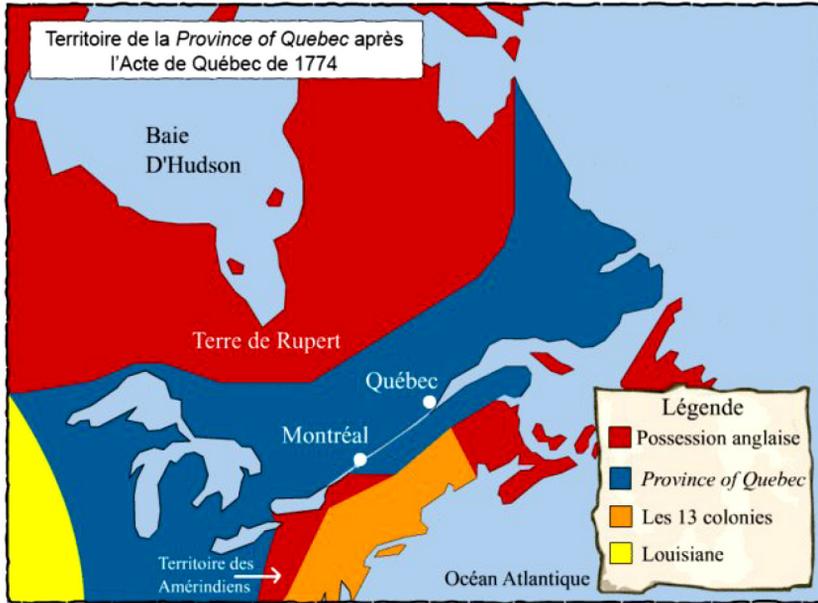
c) La chute de la Nouvelle France et la tolérance du fait français (1763-1774)

L'importance démographique des francophones sur le territoire de la province de Québec (nom donné à la province créée par les britanniques après l'invasion et la chute de la Nouvelle France entre 1757 et 1763) va reconnaître et protéger de facto le "fait français" au Québec.

À ce stade il est important de définir ce que nous pouvons entendre par le terme : "fait français" au Canada. Le "fait français" serait l'affirmation et la continuité de la pratique de la langue française à l'intérieur de territoire canadien (DA SILVA, 2018). Ce "fait français" est pris en compte dès 1763 par les dirigeants britanniques. Ainsi, la proclamation royale de 1763 crée une province du Québec composée majoritairement de français et ne remet pas en cause leur réalité linguistique. Mieux encore, certains gouverneurs britanniques de la province défendront même ce fait français au détriment de la minorité britannique (RUSSELL, 2017, p. 23-42).

Le deuxième et dernier texte important de cette époque est l'Acte de Québec de 1774. Si cet acte ne considère pas la langue française comme langue officielle, il garantit néanmoins des droits différenciés pour les habitants du Québec: ces derniers auront le droit de garder leur système juridique et leur religion. Surtout, cet acte affirme une pratique bilingue (anglais et français) dans l'administration et dans la justice et force la traduction dans les deux langues de tous les documents législatifs et exécutifs de la province.

Figure 2: Carte Bibliothèque virtuelle L'Acte de Québec (1774) et ses conséquences (notions avancées).



Fonte: Canadian Museum of History, 2019a.

d) Conclusion: affirmation réelle du fait français mais seulement dans la province de Québec

De l'arrivée de Champlain à l'Acte de Québec de 1774, l'histoire des francophones sur le territoire qui deviendra le "Canada" est une histoire de conquête et d'affirmation d'une langue (au détriment des langues autochtones): la langue française. La tolérance des britanniques envers cette langue dans la province de Québec peut s'expliquer par la domination démographique des francophones sur ce territoire, par la philosophie libérale de George III et également par la volonté de gagner la loyauté des français de la Nouvelle France à la Couronne britannique. La fin du XVIII et le début du XIX ème siècle vont donner raison à cette stratégie (RUSSELL, 2017, p. 64-5).

Toutefois, nous pouvons relativiser cette tolérance puisqu'elle ne s'est exprimée que pour et dans la province du Québec. Par exemple, la réalité des acadiens (soit les francophones qui vivaient sur le territoire qui comprend aujourd'hui les provinces de la Nouvelle-Écosse et du Nouveau-Brunswick) est toute autre. Dès la cession de l'Acadie aux Britanniques en 1713, le droit anglais est imposé aux acadiens, lesquels seront par la suite déportés de 1755 à 1760. Lors des créations des provinces du Nouveau-Brunswick et de la Nouvelle-Écosse, l'anglais deviendra langue officielle et les francophones du Nouveau-Brunswick devront attendre 1960 pour avoir leurs droits linguistiques protégés (DOUCET; BASTARACHE; RIOUX, 2014, p. 30-1).

2. Affirmation du Canada anglais et résistance du “fait français” (1774-1867)

Même si nous ne voulons pas faire ici une histoire du Canada (nous n'en n'avons pas la place), il nous semblait important de revenir brièvement sur les événements qui ont marqué l'histoire de ce pays au XIX^{ème} siècle. Car les années qui séparent l'Acte de Québec (1774) de l'Acte de l'Amérique du Nord Britannique (1867) sont très certainement les plus importantes pour expliquer les sources des droits linguistiques contemporains au Canada. Plus précisément, les premières années montrent la loyauté des Canadiens Français envers la couronne britannique, puis, devenant majoritaires sur le plan démographique, les anglais vont commencer à attaquer la langue française. Finalement, c'est une résistance des Canadiens Français² qui imposera définitivement le “fait français” en Amérique du Nord.

² Les termes que nous employons pour parler des francophones évoluent en fonction de la période historique afin d'utiliser les bonnes appellations en fonction de ces périodes. Jusque dans les années 1960, il est préférable de parler de “Canadiens Français” puisque le terme “Québécois” ne s'affirmera que dans ces années là.

a) Les Canadiens Français affirment leur loyauté à la couronne britannique et les loyalistes arrivent (1774-1814)

Les Canadiens Français dans la province de Québec ont obtenu des accommodements de la part des britanniques, notamment parce que ces derniers voulaient s'assurer d'une certaine loyauté de la part des anciens «français». S'il est impossible d'affirmer avec certitude le succès de cette stratégie³, un fait demeure: en dépit des nombreux appels en ce sens (FERRETTI; MIRON, 2004, p. 41-57), les Canadiens Français ne rejoignirent pas les révolutions française et américaine. Pour certains, la décapitation de Louis XVI en 1793 a même terminé de cimenter cette loyauté des Canadiens Français, plutôt conservateurs et monarchistes (RUSSELL, 2017, p. 66), envers la couronne britannique.

De fait, la province de Québec va devenir le territoire principal de refuge des “Loyalistes” pendant la guerre d'indépendance américaine (1775-1783). Les loyalistes sont des “colons britanniques qui pour des raisons [multiples] ont refusé de se joindre à la Révolution américaine” (BALTHAZAR, 2013, p. 50). On estime que leur nombre oscille entre 6000 et 10 000 (ROCHER; LAFOREST, 2017, p. 17) et cette importante immigration va changer logiquement et radicalement le visage français de la province de Québec. Ainsi, en 1791, l'Acte constitutionnel crée le Haut Canada anglophone et le Bas Canada francophone (BALTHAZAR, 2013) pour accommoder les “loyalistes” sans renier les droits des Canadiens Français (encore supérieurs en nombre aux britanniques sur ce territoire).

En cette fin de siècle, un nouveau pays est en train d'émerger en opposition aux révolutions américaine et française. Il est multinational⁴ et bilingue puisque “la tradition de bilinguisme

³ Il faudrait pour cela sonder les coeurs des Canadiens Français de l'époque.

⁴ Les Autochtones sont encore considérés comme des partenaires commerciaux et militaires.

législatif et judiciaire se poursuit dans le Bas Canada” (DOUCET, BASTARACHE; RIOUX 2014, p. 32). Cet aspect multinational va s'affirmer lors de la guerre de 1812 qui opposa les États-Unis au “Canada” de l'Acte constitutionnel de 1791, puisque les anglais se verront soutenir par les Canadiens Français et par des nations Autochtones pour contrer l'invasion américaine (RUSSELL, 2017, p. 246-72; SHOALTS, 2018).

b) La tentative d'éliminer le “fait français” (1814-1848)

La pratique bilingue du Canada sera largement remise en cause à partir de 1837. L'assimilation des francophones à la société anglaise (devenant au fil du temps de plus en plus importante sur le plan démographique) est proposé comme la solution pour répondre aux deux révolutions des Patriotes entre 1837 et 1838 (des révolutions qui visaient à rendre démocratique le Canada, à le séparer de l'emprise de la Grande Bretagne et à s'opposer au colonialisme britannique (HARVEY, 2005; BUCKNER, 1985; ROCHER; LAFOREST, 2017, p. 18). En 1839, c'est Lord Durham, envoyé au Canada par la couronne Britannique pour trouver des solutions à ces révoltes, qui proposa dans son rapport de créer le Canada-Uni (de réunir le Haut et le Bas Canada en un seul pays) mais surtout d'assimiler les francophones, ce peuple “sans histoire et sans littérature” (FRASER, 2006, p. 16).

En conséquence, le Canada-Uni fut créé en 1840 et l'usage de la langue française interdit. Logiquement, la langue anglaise devint la seule langue officielle sur le territoire (DOUCET; BASTARACHE; RIOUX, 2014, p. 33). Mais même si cette politique est officielle, sa mise en application ne sera jamais effective. Le “fait français” va persister, y compris à la chambre législative du Canada-Uni dans laquelle les élus Canadiens Français vont continuer de s'exprimer en français (TERRIEN, 2010, p. 60-8).

Face à cet échec évident, les politiques assimilatrices à l'encontre des francophones vont disparaître petit à petit. En 1848, l'unilinguisme du Canada-Uni est définitivement abandonné (FRASER, 2006, p. 17; DOUCET; BASTARACHE; RIOUX, 2014, p. 33). À partir de ce moment, l'existence et la persistance de la langue française sur le territoire canadien est acquise. Cette réalité sera affirmée par l'Acte de l'Amérique du Nord Britannique (la constitution de la fédération canadienne) en 1867 qui crée la fédération canadienne telle que nous la connaissons aujourd'hui.

c) Conclusion: 1867 ou le pacte entre deux nations aux langues protégées

Pour le Canada, l'histoire mouvementée du XIX^{ème} siècle s'apaise en 1867 avec la création de la fédération canadienne. Nous ne reviendrons ni sur les raisons, ni sur les débats qui ont mené à la fédération canadienne. Il est préférable de souligner, dans une discussion sur les droits linguistiques au Canada, que cette fédération, bien que comprise comme un pacte entre deux nations (la nation francophone et la nation anglophone) (MCROBERTS, 1999) ne reconnaît pas de langues officielles. Toutefois, le "fait français" se trouve affirmé dans l'article 133 de l'Acte de l'Amérique du Nord (DOUCET; BASTARACHE; RIOUX, 2014, p. 33) et comme en 1774 et en 1791, il est fascinant de constater que cet article s'adresse essentiellement à la situation du Québec. Les francophones en dehors du Québec ne trouvent pas de protections linguistiques au sein de la Constitution canadienne.

La tradition "bilingue" de 1791 réapparaît donc en 1867. Ce qui a changé depuis 1791, c'est l'aspect multinational du Canada. En effet, en moins d'un siècle les Autochtones se retrouvent définitivement exclus des discussions constitutionnelles, des protections linguistiques et de la citoyenneté canadienne. Mais surtout, ils sont devenus

les victimes des politiques coloniales canadiennes (DASCHUK, 2013; SAUL, 2018; BATTELL; LOWMAN; BARKER, 2015). Si nous ne reviendrons pas sur cette histoire, il faut garder à l'esprit cette exclusion pour comprendre notre partie sur les droits linguistiques des Autochtones.

3. Les droits linguistiques contemporains des francophones au Canada: avancées symboliques sur la scène fédérale, outil nationaliste au Québec et constantes batailles dans les autres provinces

La réalité des francophones au Canada est extrêmement complexe à résumer tant elle varie selon les provinces, selon l'histoire et selon le contexte fédéral. En effet, la constitution de 1867 met en place un régime fédéral au Canada dans lequel les pouvoirs sont divisés entre les "provinces", "les territoires" et le pouvoir fédéral (PELLETIER, 2017, p. 37-69). Cela signifie que les lois en matière de droits linguistiques sont différentes d'une province à l'autre et que les lois décidées par le Parlement canadien sont limitées dans leur application pour préserver l'autonomie des provinces. À l'heure actuelle, une seule province est officiellement francophone (le Québec) et une seule province est officiellement bilingue (le Nouveau-Brunswick). Aussi, pour cette partie nous allons distinguer la situation des droits linguistiques entre le Canada et les provinces canadiennes.

a) Le bilinguisme officiel du Canada

Deux documents sont importants pour comprendre la situation linguistique contemporaine du Canada. Le premier est la loi sur les

langues officielles de 1969 qui stipule en son article 1er que le français et l'anglais sont les langues officielles du pays et que tous les actes du Parlement et des institutions canadiennes devront être dans les deux langues.

L'autre avancée importante va se produire en 1982 lors du "rapatriement" de la loi constitutionnelle canadienne de 1982. La loi Constitutionnelle de 1982 ajoute à la loi constitutionnelle de 1867 une charte des droits et libertés et une formule d'amendement constitutionnel (WHOERLING, 2017, p. 71-94). C'est au sein de cette Charte des droits et libertés que nous trouvons des articles 16 à 20: "les garanties linguistiques des Canadiens à l'égard du gouvernement fédéral" (DOUCET; BASTARACHE; RIOUX, 2014, p. 35). Pour résumer ces articles, les canadiens ont le droit d'user de la langue française ou anglaise avec tous les fonctionnaires de l'État canadien et ont le droit de suivre un enseignement scolaire en anglais ou en français.

En d'autres termes, la tradition du bilinguisme née en 1774, affirmée en 1791, attaquée en 1840, survivante en 1867, légiférée en 1969 devient enfin constitutionnelle en 1982.

b) Le Français et les nationalismes au Québec

Alors que le Canada affirme son bilinguisme à partir des années 60, le Québec prend un tournant totalement opposé dans les mêmes années (LINTEAU, 1989, p. 595-604; LEVINE, 1997; FRASER, 2006, p. 133-210). En effet, l'arrivée d'un discours nationaliste moderne (BALTHAZAR, 2013, p. 137-210) va coïncider avec l'affirmation de la langue française comme langue de travail et des institutions dans la province. Le "français" va alors être utilisé comme un outil du nationalisme québécois (DOUCET; BASTARACHE; RIOUX, 2014, p. 34).

Le document le plus important pour le Québec en la matière est la Charte de la Langue Française (ou loi 101) adoptée en 1977 et qui affirme dès son article premier que “ Le français est la langue officielle du Québec” tout en protégeant certains droits de la minorité anglophone du Québec. Si pour certains la loi 101 a affirmé une division très grande entre le Québec et le Canada mais aussi entre les anglophones et francophones au Québec (FRASER, 2006, p. 133-60), elle reste une loi fondamentale pour la protection d’une identité “québécoise” différente de l’identité des autres francophones et des anglophones au Canada.

c) Dans les autres provinces et territoires

La situation des francophones en dehors du Québec varie grandement d’une province à l’autre. Nous ne pouvons faire ici un état des lieux exhaustif de ces droits par province mais nous pouvons montrer deux cas opposés dans l’application de la tradition du bilinguisme canadien depuis 1791.

D’un côté nous avons le Nouveau-Brunswick, qui est la seule province reconnue constitutionnellement comme bilingue par l’article 16.1 de la Charte des droits et libertés canadienne de 1982. Les communautés linguistiques anglaise et française jouissent ainsi d’un statut égalitaire (DOUCET; BASTARACHE; RIOUX 2013, p. 35-8). De l’autre, au contraire du Nouveau-Brunswick qui a souhaité assumer son bilinguisme, le Manitoba et ses différentes législatures ont voulu imposer l’anglais comme seule langue officielle entre 1890 et 1979 alors que la loi formant le Manitoba en 1870 garantissait un bilinguisme devant les tribunaux et l’Assemblée législative (une application de la tradition canadienne établie en 1791). Après une ultime défaite devant la Cour Suprême canadienne en 1979, le Manitoba a finalement accepté d’appliquer la tradition linguistique du Canada.

Finalement, les trois territoires canadiens ont tous reconnus le français et l'anglais comme langues officielles, incluant également des langues autochtones parlées sur ces territoires (en dehors du Yukon)⁵.

d) Conclusion: les difficultés des francophones au Canada

Nous voulions terminer cette partie en allant au-delà des réalités juridiques des droits linguistiques des francophones au Canada. Nous avons commencé cette partie en précisant la diversité des situations francophones au sein du Canada et nous allons revenir rapidement sur cette diversité en reprenant notre découpage.

Au Canada, le bilinguisme est une réalité de jure mais pas forcément de facto (FRASER, 2006). Il semble trop souvent que le bilinguisme canadien est un bilinguisme de façade qui ne permet pas de garantir réellement des services fédéraux offerts en français. Sans compter le problème démographique et le recul constant de la langue en dehors du Québec (ZANINETTI, 2013).

Les autres difficultés viennent du climat politique dans certaines provinces à l'encontre des droits des francophones. Notons par exemple la suppression récente du Commissariat aux services en français en Ontario⁶ ou encore l'arrivée dans un gouvernement de coalition d'un parti ouvertement contre les droits linguistiques des francophones au Nouveau-Brunswick. En règle générale, nous pouvons dire qu'en dehors du Québec les droits des francophones ne sont pas au "beau fixe".

⁵ Nous reviendrons sur cet aspect dans notre dernière partie.

⁶ Disponible en: <https://www.ledroit.com/actualites/francophonie/choc-pour-les-organismes-franco-ontariens-8989727b7713b48f5c3fco804a96fa63>.

4. Les droits linguistiques en construction ou à construire: le cas des Autochtones et des autres langues parlées au Canada

Il est temps de terminer cet article par celles et ceux dont nous n'avons pas assez parlé dans ce travail: ces fameuses 21,5% de personnes qui n'ont pas l'anglais ou le français comme langue maternelle au Canada. Nous ne traiterons malheureusement pas des allochtones et traiterons indistinctement les nations autochtones, bien que nous soyons tout à fait conscients que leurs difficultés et demandes varient beaucoup d'une communauté à l'autre (et tout comme pour les francophones d'une province et d'un territoire à l'autre). Mais cette partie se veut plus une ouverture pour des recherches futures qu'une description aussi complète que celle sur les francophones.

a) Les sources juridiques possibles pour la reconnaissance des langues autochtones

Officiellement, aucun droit linguistique Autochtone n'est reconnu au niveau canadien⁷. Cependant plusieurs avancées dans les dernières années laissent présager des avancées possibles en la matière. Premièrement la signature par le Canada de la Déclaration des Nations Unies sur les droits des Peuples Autochtones, deuxièmement l'article 35 de la loi Constitutionnelle de 1982 et les avancées dans les provinces.

En 2010 avec restrictions et en 2015 sans restrictions, le Canada a signé la Déclaration des Nations Unies sur les droits des Peuples Autochtones (CHARTERS *et al.*, 2013). Cette déclaration de 2007 reconnaît plusieurs droits aux autochtones, notamment le droit de “diriger leurs propres systèmes et établissements scolaires où

⁷ Une loi portant sur la protection des langues autochtones a été déposée le 5 février 2019 mais n'a pas encore complété le processus législatif.

l'enseignement est dispensé dans leur langue" (METALLIC, 2013, p. 908). Autrement dit, l'application possible voire probable de cette déclaration par le Canada ouvre la voie à des avancées en la matière pour les Autochtones.

L'autre source de droit canadien est celle ouverte par l'article 35 de la loi Constitutionnelle de 1982 qui dispose que "Les droits existants ancestraux ou issus des traités des peuples autochtones sont reconnus ou confirmés" (Loi Constitutionnelle de 1982). Cette disposition est évidemment très large, ce qui est à la fois un avantage et un inconvénient. L'inconvénient principal est de laisser le soin à la Cour Suprême de définir ce qu'il faut entendre par "droits ancestraux": une institution considérée par plusieurs penseurs autochtones comme une institution coloniale (KULCHYSKI, 1994; ALFRED, 2005) et qui a démontré dans sa jurisprudence qu'elle définissait ces droits avec une vision « culturaliste » (PANAGOS, 2016). Plus précisément cette Cour a défini par sa jurisprudence les droits ancestraux comme des droits nécessairement antérieurs à l'arrivée des colons et obligatoirement distincts des droits occidentaux (PANAGOS, 2016, p. 44-5). L'avantage c'est que même avec cette définition des droits ancestraux, les Autochtones pourraient, dans l'absolu, démontrer que les langues sont des droits ancestraux (METALLIC, 2013, p. 914-9). En conséquence de quoi la pratique des langues autochtones et leur protection deviendraient des droits constitutionnels protégés constitutionnellement.

La dernière source possible est celle des provinces canadiennes. Plusieurs provinces ont ainsi mis en place des programmes d'enseignement en langues autochtones dans les écoles primaires et secondaires (METALLIC, 2013, p. 968-975). La loi 101 au Québec reconnaît, par exemple, le droit pour les Autochtones de "maintenir et de développer leur langue et culture d'origine".

Dans tous les cas, ce que nous démontre l'approche juridique, c'est que l'avancée des droits linguistiques autochtones est très limitée par la volonté politique des gouvernements provinciaux et fédéraux. (METALLIC, 2013)

b) Les autres sources des droits linguistiques autochtones

Plusieurs avancées institutionnelles ont eu lieu dans les dernières années au Canada pour faire avancer l'autonomie des nations autochtones (par la signature de traités modernes, par la création de territoires, par l'acquisition de compétences exclusives sur des questions). Nous ne reviendrons pas sur toutes ces avancées mais il faut comprendre que l'autonomie permet souvent à des gouvernements autochtones de remettre en place des règles visant à promouvoir et protéger les langues autochtones.

Pour ne citer que cet exemple, il faut préciser que les territoires ont tous (en dehors du Yukon) affirmé les langues autochtones comme des langues officielles (METALLIC, 2013, p. 937-970). Il est certain que l'augmentation de l'autonomie (voire de l'autodétermination) des nations autochtones au Canada est une solution pour leur permettre de se doter des normes leur permettant de défendre leurs langues.

c) Conclusion: la difficulté de protéger le multilinguisme au Canada

Les défis qui se posent au Canada ont été présentés dans cet article, principalement en ce qui concerne les droits linguistiques de la minorité francophone et les Autochtones. Étant donné que notre objectif n'était pas de faire un état de la question exhaustif ou juridique des droits linguistiques au Canada, nous pouvons conclure de la manière suivante.

Puisqu'il n'existe pas de droits linguistiques pour protéger les langues des immigrants et de leurs descendants, puisque les droits des langues autochtones apparaissent seulement dans le paysage politique canadien et que la francophonie est attaquée en dehors du Québec, nous pouvons conclure que si le Canada est un pays multilingue, il n'offre pas les protections juridiques suffisantes pour protéger cet aspect. En ce sens, il est peut-être temps de repenser la politique linguistique canadienne notamment pour les peuples autochtones et les francophones en dehors du Québec, dans une perspective décoloniale.

References

ALFRED, Gerald R. *Wasáse: indigenous pathways of action and freedom*. Peterborough: Broadview Press, 2005.

BALTHAZAR, Louis. *Nouveau bilan du nationalisme au Québec*. Montréal; Québec: VLB Éditeur, 2013.

BASTARACHE, Michel; DOUCET, Michel. *Les droits linguistiques au Canada*. Cowansville: Éd. Y. Blais, 2014.

BATTELL LOWMAN, Emma; BARKER, Adam J. *Settler: identity and colonialism in 21st century*. Fernwood: Fernwood Publishing Company Limited, 2015.

BRODEUR-GIRARD, Sébastien; VANASSE, Claudie. *Parcours de la Nouvelle-France: l'histoire du Québec en visites*. Montréal: Éditions La Presse, 2010.

BUCKNER, Phillip A. *The transition to responsible government: British policy in British North America, 1815-1850*. Westport: Greenwood Press, 1985.

CANADIAN MUSEUM OF HISTORY. Virtual Museum of New France, 2019a. Disponível em: <https://www.historymuseum.ca/virtual-museum-of-new-france/the-explorers/jacques-cartier-1534-1542/>. Acesso em: 30 jan. 2019.

CANADIAN MUSEUM OF HISTORY. Virtual Museum of New France. The explorers: Jacques Cartier 1534-1542. 2019b. Disponível em: <https://www.historymuseum.ca/virtual-museum-of-new-france/the-explorers/jacques-cartier-1534-1542/>. Acesso em: 30 jan. 2019.

CHARTERS, Claire *et al.* *La déclaration des droits des peuples autochtones genèse, enjeux et perspectives de mise en oeuvre*. Paris: l'Harmattan, 2013.

DASCHUK, James W. *Clearing the plains: disease, politics of starvation, and the loss of aboriginal life*: Regina: University of Regina Press, 2013.

DA SILVA, Sara Farias. *A política linguística do Québec: o processo de imigração do brasileiro e o devenir québécois*. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. 233 f.

FERRETTI, Andrée; MIRON, Gaston. *Les grands textes indépendantistes*. Montréal: Typo, 2004.

FISCHER, David Hackett. *Le rêve de Champlain*. Montréal: Boreal, 2012.

FRASER, Graham. *Sorry, I don't speak French: confronting the Canadian crisis that won't go away*. Toronto: McClelland & Stewart, 2006.

GIRARD, Camil; BRISSON, Carl. *Reconnaissance et exclusion des peuples autochtones au Québec du traité d'Alliance de 1603 à nos jours*. Laval: Presses de L'Université Laval, 2018.

GREER, Allan. *Property and dispossession: natives, empires and land in early modern North America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

HARVEY, Louis-Georges. *Le printemps de l'Amérique française: américanité, anticolonialisme et républicanisme dans le discours politique québécois, 1805-1837*. Montréal: Boréal, 2005.

KULCHYSKI, Peter Keith. *Unjust relations: aboriginal rights in Canadian courts*. Toronto; New York: Oxford University Press, 1994.

L'ENCYCLOPÉDIE CANADIENNE. L'Acte constitutionnel de 1971. 2019. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/fr/article/lacte-constitutionnel-de-1791#>. Acesso em: 30 jan. 2019.

LEVINE, Marc V. *La reconquête de Montréal*. Montréal: VLB éditeur, 1997.

LINTEAU, Paul-André. *Histoire du Québec contemporain*. Montréal: Boréal, 1989.

MCROBERTS, Kenneth. *Un pays à refaire: l'échec des politiques constitutionnelles canadiennes*. Montréal: Boréal, 1999.

PANAGOS, Dimitrios. *Uncertain accommodation: aboriginal identity and group rights in the Supreme Court of Canada*. Vancouver: UBC Press, 2016.

PELLETIER, Réjean; TREMBLAY, Manon. *Le parlementarisme canadien*. Québec: Presses de l'Université Laval, 2017.

RUSSELL, Peter H. *Canada's odyssey: a country based on incomplete conquests*. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

SAUL, John Ralston. *Le grand retour: le réveil autochtone*. Montréal; Québec: Boréal, 2018.

SHOALTS, Adam. *A history of Canada in ten maps: epic stories of charting a mysterious land*. Toronto: CBC Books, 2018.

STATISTIQUE CANADA. (2017). *Profil du recensement, Recensement de 2016*. Disponível em: <http://www12.statcan.gc.ca/census-recensement/2016/dp-pd/prof/index.cfm?Lang=F>. Acesso em: 23 nov. 2018.

TERRIEN, Paul. *Les grands discours de l'histoire du Québec*. Québec: Presses de l'Université Laval, 2010.

WOOLFORD, Andrew; BENVENUTO, Jeff; HINTON, Alexander Laban. *Colonial genocide in indigenous North America*. Durham: Duke University Press, 2014.

ZANINETTI, Jean-Marc. La francophonie est-elle menacée au Canada?. *Population & Avenir*, Montréal, v. 1, n. 711, p. 14-6. 2013.

Como citar

SILVA, Sara Farias Da; DABIN, Simon. Les Droits Linguistiques au Canada: entre avancées historiques et reculs contemporains. *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p. 270-293, 2018.

Recebido em 30/01/2019 e aceito em 02/04/2019

O governo da língua: implicações do conceito de gestão na política linguística¹

Charlott Eloize LEVISKI²

¹Artigo resultante de pesquisa de doutorado em Linguística, linha de pesquisa em Políticas Linguísticas. Orientadora Dra. Cristine G. Severo.

² Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), charlott18@hotmail.com, orcid.org/0000-0003-1986-9120.

RESUMO O presente artigo discute os efeitos dos pressupostos econômicos na concepção teórica da gestão linguística, saber produzido no campo de pesquisa da Política Linguística. Inicialmente, aciona-se um diálogo teórico entre política, economia e teologia para compreender as implicações do construto de gestão, um conceito que aparentemente advém da esfera econômica e se alastrou para as diversas esferas de atuação humana, principalmente a esfera política. Em seguida, procede-se com uma análise dos discursos que versam sobre a gestão da língua encontrados em construtos de planejamento linguístico, no âmbito dos estudos sociolinguísticos.

ABSTRACT This article discusses the effects of the economic assumption in the theoretical proposal of language management, a knowledge produced in the field of Language Policy. For doing this, the article presents a theoretical dialogue between politics, economics and theology to understand the implications of the management concept, that apparently comes from the economic sphere and has spread to the various spheres of human activity, especially the political sphere. Then, in the framework of Sociolinguistics studies, an analysis of the discourses about language management and language planning is offered.

PALAVRAS-CHAVE Língua. Gestão. Economia. Política.

KEYWORDS Language. Management. Economy. Policy.

Introdução

Neste artigo, propõe-se uma discussão sobre economia, política e língua no intuito de compreender a proposta teórica da gestão linguística. Observa-se que a teorização sobre a administração das línguas vem se configurando em um determinado segmento de estudo inserido no campo da Política Linguística (CALVET, 2002, 2007; SPOLSKY, 2005, 2009, 2016; NEUSTUPNÝ; NEKVAPIL, 2003). Particularmente, a ideia de gestão linguística se ocupa em explicar a língua a partir de uma lógica econômica e mercadológica. Pautadas no conceito da economia política, tais abordagens teóricas sobre língua remetem a uma prática de governo em que a gestão das necessidades se tornou central (FOUCAULT, 2008, 2010). Porém, mais do que pertencente à esfera econômico-política, a ideia de gestão está intrinsecamente ligada ao conceito da teologia cristã da *oikonomia*.

A fim de estabelecer uma relação entre língua e economia, torna-se prudente dar um passo anterior, no sentido de situar as abordagens sobre economia e gestão, bem como compreender de que modo a administração se tornou uma pauta de governo. Deste modo, propõe-se a seguinte ordem: primeiramente, discorre-se sobre a implementação da economia política como lógica de governo na modernidade. Na sequência, é estabelecida uma reflexão sobre o conceito trinitário da *oikonomia* (AGAMBEN, 2011) dado que o dispositivo econômico-gerencial se tornou um paradigma do governo econômico (FOUCAULT, 2008, 2010). Conforme genealogia da economia e do governo proposta por Agamben (2011), é na esfera teológica da *oikonomia* que se encontram os dispositivos, que tem por objetivo gerir e governar os homens. Assim, a discussão assume um percurso entre os campos da teologia política e economia.

Tendo em mente a base teórica que sustenta o conceito de gestão, busca-se compreender seus efeitos na formulação do aporte teórico-

metodológico da gestão linguística. O enfoque é para as abordagens sobre planejamento linguístico que acionam construtos e analogias da esfera econômica. Para tanto, apresenta-se um mapeamento de conceitos de planejamento linguístico que dialogam com teorias econômicas, concomitantes ao surgimento da Política Linguística como campo de saber.

1. Governo econômico e o paradigma gerencial

O entendimento atual de economia, alicerçado como uma ciência econômica, fundamenta a maioria das teorias aplicadas na gestão das pessoas e das coisas. A economia também se configura como objetivo central da política de governo. Com isso, torna-se cada vez mais difícil entender o que é da ordem do econômico e da política, uma vez que economia e política vem se fundindo cada vez mais, como exemplificado na categoria ‘economia política’. No entanto, o entendimento de economia na atualidade difere-se bastante do que significava para os gregos.

Considera-se importante retomar o pensamento político na Antiguidade clássica, visto que a divisão entre a esfera pública e a esfera privada era bem demarcada para os gregos. Em *A condição humana*, Hannah Arendt (2005 [1958]) estabelece as relações da vida pública e da vida privada, o que funciona como um vértice para deslindar o ponto em que a moral da casa (oiko) e a moral pública (política) passaram a se misturar na modernidade. Conforme Arendt explica, a esfera do privado contemplava a atividade do labor e do trabalho, desenvolvida no plano doméstico, sendo que as atividades econômicas necessárias à manutenção da vida e do sustento do indivíduo não eram levadas ao debate público. O chefe de sua família era o responsável em gerenciar a sua casa, e não o governo. Por sua

vez, a esfera pública correspondia à ação exercida diretamente entre os homens, um espaço de convivência entre os diferentes. Os assuntos políticos eram do campo da ação, cuja condição vital para o debate político era a pluralidade, “o único lugar em que os homens podiam mostrar quem realmente eram” (ARENDRT, 2005 [1958]). Deste modo, a manutenção da vida ou as atividades econômicas eram pertinentes à esfera do privado, em oposição a forma de governo posta na atualidade que visa a manutenção da vida.

A investigação desenvolvida por Foucault (2010) pode auxiliar na compreensão de como operou a fusão entre a prática econômica e a prática de governo, mais especificamente, quando a vida se tornou objeto de governo. No governo econômico, a figura do pastor cede lugar às formas de governo estatais e uma Razão de Estado se concretiza via o biopoder, sendo que a lógica que prevalece é a administrativa/econômica (FOUCAULT, 2008, 2010).

A ideia de uma gestão geral do Estado significaria estabelecer a economia da ordem do privado para um nível macro. O modelo da economia passa a estar extremamente vinculado à arte de governar, sendo possível compreender o sentido moderno da palavra economia em que ela não mais se dissocia de governo (FOUCAULT, 2008, 2010).

A formulação teórica da economia política direcionou o governo em buscar o “princípio de verdade da sua própria prática governamental” (FOUCAULT, 2008, p. 45). Em sua genealogia sobre a arte de governar liberal, Foucault (2008, p. 30) identifica que esse tipo de racionalidade, encontrada nas formas de governabilidade moderna, funciona de acordo com o regime da “verdade econômica”. Nesta solução política que se opõe à razão do Estado, atrelado ao surgimento de uma economia política, o regime de verdade passa a ser regulado pelo mercado (FOUCAULT, 2008). Assim, o mercado é um dos pontos de ancoragem da razão governamental do liberalismo,

pois se configura em um mecanismo de averiguação das relações baseadas no valor/preço.

Outro ponto de ancoragem da razão governamental no liberalismo corresponde ao princípio de utilidade do poder público, visto que suas intervenções são medidas pela sua utilidade. O que se configura nessa razão governamental é um complexo jogo entre “interesses individuais e coletivos”, entre “utilidade social e o benefício econômico”, “entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público” (FOUCAULT, 2008, p. 61). O liberalismo foi se configurando numa “arte de governar que manipula fundamentalmente os interesses” (FOUCAULT, 2008, p. 90), em que a ideia de gestão se torna seu eixo central, pois opera na gestão desses interesses, bem como opera na organização dos mecanismos que propiciam a ‘segurança’ dos indivíduos ou do coletivo nesse jogo de interesses.

A ciência econômica teoriza sobre o regime de mercado e a confiança política é atribuída pela estabilidade da economia quando essa atinge um dado estado harmonioso determinado pelo mercado financeiro. Uma boa política passou a pautar-se na condição de estabilidade econômica. A figura do político é trocada pela do gestor, sendo que a confiança não é mais depositada no gestor, mas no mercado. Assim, as palavras que entram no jogo econômico-político, tais como depósito, confiança, esperança, devoção, vocação, e assim por diante, parecem exemplificar mais uma questão de fé do que de política (AGAMBEN, 2011).

A este respeito, Agamben (2011) põe em xeque a racionalidade da ciência econômica. O autor realiza uma genealogia da economia e descobre indícios de que o nascimento da economia política foi influenciado pelos conceitos da economia teológica. Agamben (2011) averigua que a partir da teologia cristã derivam dois paradigmas políticos: a teologia política e a teologia econômica. No primeiro, o

poder soberano é proveniente da teologia em analogia com a soberania do legislador, aos moldes de uma unicidade e transcendência de Deus. Isso pode ser evidenciado no ensaio *Teologia Política*, de Carl Schmitt, em que o paradigma da teologia política se encontra presente nas ideias de legislador onipotente e do papel do Soberano no estado de exceção (AGAMBEN, 2004).

Quanto ao segundo paradigma, que mais nos interessa nesta discussão, é possível relacionar os conceitos de economia às raízes da teologia cristã, sendo importante entender o papel trinitário no desenvolvimento da economia. Neste segundo paradigma, o poder soberano é substituído pela ideia de uma *oikonomia*, entendida por Agamben (2014, p. 37) como “um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens”. É a partir deste conceito de *oikonomia* que Agamben discorre sobre o triunfo do aparato econômico na esfera pública, como a política e a vida social.

A economia ou gestão ordenada conforme o modelo familiar das coisas e dos indivíduos é característica principal do pastorado cristão. Conforme discutido nesta seção, Foucault (2008, 2010) identifica as técnicas governamentais no pastorado cristão, em que destacamos a característica de se referir tanto à totalidade do corpo governado como sua individualidade. Essa dupla articulação entre o poder totalizante e individualizante que encontramos no poder pastoral foi transferido à esfera de governo no Estado moderno. Deste modo, ambos pastorado cristão e governo político situam-se no interior do paradigma econômico. No entanto, conforme pontua Agamben (2011, p. 128), na definição econômica de pastorado, Foucault (2008, 2010) não leva em conta as implicações teológicas do termo *oikonomia* a fim de compreender a passagem do poder eclesiástico para o governo político.

De uma perspectiva teológica cristã, o que dominava desde o início era o paradigma do governo, da economia da vida divina, visto que a teologia cristã não se ocupa em fazer um relato sobre os deuses, mas se trata de um relato da economia e providência de Deus, uma atividade de “autorrevelação, governo e cuidado do mundo” (AGAMBEN, 2011, p. 61). Diferentemente de uma narrativa mitológica, na teologia cristã a divindade está combinada em uma trindade em que são articulados, concomitantemente, a administração da vida divina e o governo das criaturas (AGAMBEN, 2011). Desse modo, a divisão entre teoria e prática precisa ser compreendida de um ponto de vista teológico.

Agamben (2014) explica que a cisão entre a religião natural e a religião positiva é o que sustenta a cisão da ordem do Ser e da prática, assim, ele situa que a separação entre prática e teoria é um acontecimento da religião positiva, cuja herança para a cultura ocidental é de que a ação não tem fundamento no Ser. Contrariamente à tradição filosófica em que Aristóteles propôs uma filosofia com base na doutrina do Ser ou da ontologia, a filosofia teológica teve como legado a filosofia platônica que dá primazia ao *ethos*, ou ao elemento pragmático-político (AGAMBEN, 2011).

A doutrina teológica da trindade reforça a cisão entre teoria e prática quando é estabelecida a divisão entre as figuras divinas do Pai, do Filho e do Espírito. Ao Deus Pai foi outorgada a ordem do Ser supremo, do universal, da ciência, da metafísica, da teoria; por sua vez, o Filho ficou responsável pela *oikonomia*, pela parte mundana, da administração e do governo do homem, sendo que a prática foi entregue aos homens. Observamos que *oikonomia* e providência divina estão estreitamente ligadas, em que a atividade de governo é pensada a partir da divisão econômica e coordenada entre ontologia e práxis.

A racionalidade governamental moderna reproduz exatamente a dupla estrutura da providência. Cada ato de governo tende a um objetivo primário, mas, justamente por isso, pode implicar efeitos colaterais, previstos ou imprevistos nos detalhes, mas de todo modo óbvios. O cálculo dos efeitos colaterais, que até podem ser consideráveis (no caso de uma guerra, implicam a morte de seres humanos e a destruição de cidades), é, nesse sentido, parte integrante da lógica do governo. (AGAMBEN, 2011, p. 135).

O paradigma teológico-econômico e a fratura entre ontologia e práxis propiciada pelo conceito de *oikonomia* assumem uma forma de governo do mundo que funciona como uma máquina de governo. Neste sentido, “governar significa deixar que se produzam os efeitos concomitantes particulares de uma ‘economia’ geral que seria em si mesma totalmente ineficaz, mas sem a qual nenhum governo seria possível.” (AGAMBEN, 2011, p. 159). Na compreensão de Agamben (2014), é na esfera semântica teológica da *oikonomia* que se encontram os dispositivos, ou seja, os dispositivos são relegados à ordem mundana. A *oikonomia* tornou-se “o dispositivo mediante o qual o dogma trinitário e a ideia de um governo divino providencial do mundo foram introduzidos na fé cristã” (AGAMBEN, 2014, p. 35). A cisão entre ser e prática, que foi introduzida pela *oikonomia*, reproduz, de algum modo, o evento que produziu o humano, em que o vivente foi separado de si mesmo e da relação imediata que tinha com o mundo.

Essa reflexão sobre dispositivo (AGAMBEN, 2014) foi posta numa tentativa de compreender que o triunfo da economia na atualidade está vinculado ao paradigma teológico-gerencial da *oikonomia*, visto que o conceito moderno de governo tem origem na *oikonomia* trinitária. Conforme Agamben (2011, p. 159) defende, a “vocação econômico-governamental das democracias contemporâneas não é

um acidente de percurso, mas parte integrante da herança teológica”. A este respeito, em sua genealogia sobre economia e governo, Agamben (2011) verifica que o termo *oikonomia* desapareceu durante a Idade Média da linguagem teológica do Ocidente, no entanto os termos *dispositio* e *dispensatio*, traduções latinas do vocábulo grego *oikonomia*, continuaram a ser utilizados para designar de modo genérico a atividade de governo do mundo.

O termo latinizado *oeconomia* com o “significado de atividade de gestão de governo das pessoas” (AGAMBEN, 2011, p. 301) entrou em circulação nos escritos de filósofos e economistas no século XVIII, sem ficar estabelecida sua conexão com a economia clássica ou com o sentido teológico de *oikonomia*. Esse singular embaraço e silenciamento dos teólogos a respeito do termo *oikonomia*, conforme Agamben (2011, p. 14), deve-se a “origem vergonhosa” do dogma trinitário, posto que a formulação fundamental da fé cristã se baseia no conceito da trindade, conceito que se apresenta no formato de um dispositivo econômico.

Os discursos que contribuíram para o nascimento da economia moderna tiveram uma estreita formação teológica, conforme genealogia do paradigma econômico providencial de Agamben (2011). É o que pode ser evidenciado na publicação de três tratados datados do século XVIII. Em *Ensaio acadêmico de economia da natureza*, de 1749, Lineu discorre sobre a economia *naturae*, sintagma derivado da tradição econômico-providencial, cujo significado remete à providencial “*dispositio* que o Criador imprimiu em sua criação e por intermédio da qual Ele governa e a conduz para seus fins” (AGAMBEN, 2011, p. 302).

Por sua vez, em 1762, Le Trosne, em *Da ordem social*, defende a ideia teológica de que existe uma ordem natural impressa nas coisas, cujo sintagma ‘governo da ordem’ é extraído dos Salmos a fim de justificar o argumento da providência instituída por Deus. Ou seja,

a partir de uma ordem natural e imutável instituída divinamente, a ciência econômica corresponde a aplicação e transposição dessa ordem natural para o governo dos homens (AGAMBEN, 2011).

Ainda, o teórico da administração e da economia, Adam Smith, em *Teoria dos sentimentos morais*, datado de 1759, vincula explicitamente o paradigma providencial à sua concepção de governo ao propor que a relação entre causas finais e causas secundárias bem como fins e meios são estabelecidos pelo “Autor da natureza”. Em *A riqueza das nações*, considerada a obra fundadora da ciência econômica, publicada em 1776, podem-se encontrar uma série de apontamentos que modificaram as políticas econômicas, visto que Adam Smith foi um dos primeiros teóricos a tratar uma nova ciência, a economia política. A produção de um novo saber sobre a ciência econômica teve um grande impacto na forma de gerir a economia na modernidade, especialmente na Inglaterra do século XIX em que *A riqueza das nações* “criou escola, ofereceu um método para a nova ciência e teve seu séquito de críticos” (BEHAR; LIMA, 2017, p. 17).

Na investigação sobre a natureza das trocas financeiras e comerciais responsáveis pelo enriquecimento do cidadão e do Estado, da mesma maneira que outros teóricos da economia, Adam Smith também recorre ao discurso de origem teológica para explicar o funcionamento da economia política. Em sua célebre metáfora da mão invisível, essa serve como guia ou uma espécie de força autorreguladora inerente ao sistema moderno capitalista:

Como todo indivíduo procura, tanto quanto pode, tanto empregar seu capital em apoiar a indústria doméstica, e assim dirigir aquela indústria para que sua produção seja do máximo valor, todo indivíduo necessariamente trabalha para tornar o rendimento anual da sociedade o maior que puder. De fato, em geral, ele nem pretende promover o interesse público nem sabe quanto o está promovendo. Preferindo apoiar a

indústria doméstica, e não a estrangeira, ele procura apenas a sua segurança; e dirigindo aquela indústria de tal maneira que sua produção seja do maior valor, procura apenas seu próprio ganho, e nisto, como em muitos outros casos, é só levado por uma mão invisível a promover um fim que não era parte de sua intenção. (SMITH, 2017, p. 280).

A potência reguladora da economia foi crucial para a formação da civilização ocidental moderna. A economia política, antes impensável na antiguidade clássica (ARENDDT, 2005 [1958]), tornou-se passível de teorização constituindo-se em ciência: a denominada “economia política”. Mais do que um campo do saber, tratou-se de um “tipo de intervenção característica do governo” que marcou a passagem de uma arte de governar a uma ciência política (FOUCAULT, 2008, p. 141).

A característica da racionalidade que rege o governo econômico elevou a economia à categoria de ciência, cujo principal objeto tornou-se a população. A constituição de um saber de governo em torno do corpo múltiplo da população demarcou o surgimento de uma área denominada de “economia política”. Dentre todos os elementos de riqueza até então existentes, a população, portanto, emergiu como um novo sujeito que também poderia ser administrado (FOUCAULT, 2008). Com o advento da biopolítica, a produção e o trabalho adquirem centralidade. Aliás, a lógica econômica/administrativa assume o controle da área teórico-prática no Ocidente, com enfoque especial para a produtividade (BAZZICAPULO, 2013).

Tudo parece se resumir em função do trabalho, inclusive o humano é cooptado pelo dispositivo econômico governamental e passa a se tornar ‘capital’ humano. Enquanto a lógica política segue num processo de secularização, a gestão econômica produz ‘verdades’ (BAZZICAPULO, 2013) que são formalizadas em técnicas e relações de poder advindas da prática cotidiana dos governados

(colaboradores) e dos governantes (gestores). Desse modo, a economia não se constitui em uma episteme, ou uma ciência propriamente dita, nem estaria vinculada a um sistema de regras, antes, entraria num paradigma gerencial teológico que implica a tomada de decisões dadas as circunstâncias e/ou problemas específicos (AGAMBEN, 2011).

Após discussão proposta nesta seção, verificamos a complexidade envolta no entendimento de economia: trata-se de um dispositivo governamental (AGAMBEN, 2011), cujo conceito moderno de governo econômico está implicado com a teologia cristã, haja vista suas origens na *oikonomia* trinitária, divergente do sentido clássico de política e economia (ARENDDT, 2005 [1958]).

Como observa Agamben (2011), o modelo da *oikonomia* parece se alastrar para todas as esferas de atuação humana, sendo que o conceito de gestão também é observado numa dada área da política linguística que teoriza sobre as línguas. A seguir, situamos o leitor quanto à emergência do campo do saber da política linguística para refletir de que modo a ideia de gestão implica a própria linguística. Levamos o seguinte questionamento: o que significa submeter as línguas ao enfoque da gestão?

2. Planejamento e gestão da língua

Os modelos de planejamento econômico tiveram influência em algumas teorias da linguagem. As discussões em torno do planejamento linguístico foram se configurando após a Segunda Guerra Mundial, quando muitas sociedades lidavam com o desafio da reconstrução pós-guerra e da grande depressão (SPOLSKY, 2012). A organização político-social do Estado de bem-estar social, uma forma de governo centrada na administração pública da economia, foi uma estratégia para impulsionar uma nova do capitalismo.

Também denominado de Estado Providência, configurou-se em principal modelo adotado nos países ocidentais a partir segunda metade do século XX, até a década de 1970. A convicção “socialmente orientada” dos governos após a Segunda Guerra foi instituída por um clima de solidariedade supranacional propiciado pelo novo quadro geopolítico, que dividia o mundo em duas propostas de organização econômica: o socialismo e o capitalismo (FIORI, 1997).

Em termos gerais, esse modelo político-econômico de Estado Providência está voltado para promoção de políticas sociais (garantia dos direitos básicos da população), vinculadas ao desenvolvimento do mercado (FIORI, 1997). Deste modo, a economia passa a ter intervenção estatal, em oposição ao pressuposto do liberalismo clássico, retomando Adam Smith, para quem o mercado era regulado por uma mão invisível.

O papel atuante do Estado na intervenção econômica foi inspirado na estratégia de política macroeconômica do economista inglês John Maynard Keynes. Preocupado com o problema do desemprego e do colapso da grande depressão econômica de 1929, as políticas econômicas intervencionistas aplicadas pelo presidente estadunidense Roosevelt foram teorizadas e racionalizadas por Keynes. Em *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, livro publicado em 1936, o economista fundou uma concepção teórica criadora de um novo estágio para o capitalismo, que se tornou referência nos estudos do campo da Administração e da Economia.

O keynesianismo defende que o problema do capitalismo é a mobilização de recursos, por isso propõe uma política macroeconômica que visa administrar a demanda agregada no intuito de assegurar a sustentação do pleno emprego. De maneira resumida, por essa perspectiva, o Estado deve garantir permanentemente a oferta de bens públicos em setores como segurança, educação e saúde, ao mesmo tempo, deve regularizar a demanda agregada e promover a

confiança no mercado financeiro, principalmente via políticas fiscais (CARVALHO, 2008).

A reconfiguração dos governos baseados em modelos econômicos influenciou o campo de saber linguístico, principalmente a partir da década de 1950. No começo dos anos 1960, pesquisadores ocidentais na área da linguística foram acionados pelas recém-formadas nações, que foram colônias europeias, para atuarem no desenvolvimento de gramáticas, sistemas de escrita, criação de dicionários e questões relativas a standardização das línguas (JOHNSON; RICENTO, 2013).

No embalo dos economistas que pretendiam reformular o mundo por meio de teorias econômicas, alguns linguistas concordavam que o planejamento linguístico regulado por uma série de regras quanto ao uso da língua poderia promover uma política linguística (SPOLSKY, 2012).

Os eixos “Política Linguística” e “Planejamento Linguístico” são considerados interligados por alguns autores na constituição da política linguística como disciplina (SEVERO, 2013). O surgimento desses eixos se deu na segunda metade do século XX, sendo que, no início, a política linguística dizia respeito a tomada de decisões, de caráter estatal-legislativo, referente as línguas e a sociedade. Por sua vez, diversos sentidos são atribuídos para a noção de planejamento linguístico, cujo foco é a implementação das decisões sobre a língua por meio de determinadas estratégias políticas (CALVET, 2007).

As primeiras abordagens sobre planejamento linguístico enfocam para a intervenção na língua, sendo que o ponto de partida consiste no diagnóstico de um problema, seguido da busca de soluções possíveis. O primeiro conceito de planejamento linguístico publicado na esfera acadêmica se deu 1961, por Einar Haugen, no texto intitulado *Language Planning in modern Norway*:

By language planning I understand the activity of preparing a normative orthography, grammar, and dictionary for the guidance of writers and speakers in a non-homogeneous speech community. In this practical application of linguistic knowledge we are proceeding beyond descriptive linguistics into an area where judgment must be exercised in the form of choices among available linguistic form. Planning implies an attempt to guide the development of a language in a direction desired by the planners. It means not only predicting the future on the basis of available knowledge concerning the past, but a deliberate effort to influence it. (HAUGEN, 1961, p. 68).

No texto acima, Haugen discute a situação linguística na Noruega após intervenção estatal na norma escrita do norueguês. O conceito de planejamento linguístico é posto a reboque da implementação normativa da língua via estratégias que dizem respeito ao uso de códigos linguísticos como a criação de ortografias, gramáticas e dicionários. De uma perspectiva econômica e estatal, o planejamento para Haugen envolve o diagnóstico de um problema, a busca de possíveis soluções, a tomada de decisões e a aplicação de uma solução.

Há de se levar em consideração que nessa época, o planejamento linguístico se limitava a proposição de soluções a respeito de padronização das línguas, sendo que ocorria de forma mecânica a exportação de modelos da área econômica para se pensar em técnicas de ensino de línguas, por exemplo nos construtos de “língua como mercadoria, suprimento e demanda pela língua, análise do custo-benefício e alocação eficiente de recursos linguísticos” (KAPLAN; BALDAUF, 1997, p. 153). Atrelados a essa esfera econômica, o planejamento linguístico também se baseava no estruturalismo linguístico, como o modelo de ensino áudio-lingual, aprimorado durante a Segunda Guerra (KAPLAN; BALDAUF, 1997).

O entendimento de planejamento linguístico passou a entrar na ordem do discurso, principalmente, após a publicação de Haugen. O aparecimento da Política Linguística como campo científico disciplinar (SEVERO, 2013) foi concomitante à Sociolinguística, marcado pelo evento organizado por William Bright em 1964, na Universidade da Califórnia. Dentre diversos pesquisadores como Ferguson, Hymes, Labov, Gumperz, também esteve presente Haugen. As conferências do evento foram publicadas em 1966. Na conferência *Linguistics and language planning*, Einar Haugen (1985 [1966]) explicita sua compreensão de planejamento linguístico:

Normative or prescriptive linguistics may be regarded as a kind of management or manipulation of language, which presupposes what I shall here call 'language planning' (hereafter written LP). PLANNING is a human activity that arises from the need to find a solution to a problem. [...] If planning is well done, it will include such steps as extensive fact-finding, the consideration of alternative plans of action, the making of decisions, and the implementation of these in specified ways. 2.2. This suggested model is applicable to LP also. LP is called for wherever there are language problems. (HAUGEN, 1985 [1966], p. 51-52).

Destaca-se no discurso acima a analogia entre *management* e normatização linguística, ou seja, a esfera econômica é acionada para explicar os pressupostos do planejamento linguístico. O entendimento de planejamento está embasado em conceitos da economia e da administração, bem como em modelos de gestão adotados em corporações empresariais, o que também se configurou em estratégia do governo econômico, conforme exposto na seção anterior. Ademais, a noção de 'problema' emerge no campo da política linguística, dado que o planejamento linguístico é apresentado como um modelo esquemático e racional na implementação de

soluções linguísticas e políticas. Neste contexto, o trabalho de consultoria técnica dos linguistas seria de grande valia no sucesso do planejamento linguístico.

Ainda conforme sugere Haugen (1985 [1966], p. 66), os linguistas estariam habilitados para atuarem em quatro facetas: “historian, descriptivist, theoretician and Teacher” (o historiador, o descritivista, o teórico e o professor). Deste modo, para a solução de problemas seriam mobilizados os estudos voltados para a história da língua, o trabalho de descrição linguística, o suporte teórico no que se refere a técnicas de análise das línguas e, por fim, o ensino e uso das línguas (HAUGEN, 1985 [1966], p. 66).

A urgente ‘necessidade’ de planejamento linguístico para as nações africanas foi enfatizada na Conferência de Lerhulme, na Universidade de Ibadan, Nigéria, em 1963 (SPENCER, 1963), pouco antes do evento na Universidade da Califórnia que marcaria o nascimento da Política Linguística como campo disciplinar. Assim, as pesquisas estadunidenses na área da sociolinguística passaram a se ocupar em resolver ‘problemas’ linguísticos principalmente com a formação dos estados nacionais em África, nos anos 1960 e 1970, período em que o processo de independência das ex-colônias africanas estava em franca ascensão (MAKONI *et al.*, 2012).

Alguns dos problemas linguísticos dos países recém descolonizadas em África e Ásia são tratados em *Language Problems of Developing Nations* (1968). A título de exemplificação citamos dois capítulos escritos por Fishman (1968). Em *Some Contrasts Between Linguistically Homogeneous and Linguistically Heterogeneous Polities*, nota-se uma correlação entre teorias de crescimento econômico e a sociolinguística na abordagem sobre heterogeneidade e homogeneidade linguística. O emprego dessas terminologias para se referir a comunidades com muitas línguas ou poucas línguas traz à baila o processo de modernização das grandes nações após a segunda guerra mundial, atreladas ao uso eficiente da língua, apreendida como um

recurso nacional para eliminar o problema da ‘heterogeneidade’ na comunicação e nos padrões de escrita.

Por sua vez, no artigo *Nationality-nationalism and nation-
nationism*, Fishman (1968) aborda o processo de integração nacional das novas nações na África e na Ásia, tratadas como exemplos de situações de diglossia. Assim, a relação entre língua e nacionalismo configura-se em tópico central para as nações em desenvolvimento, visto que se objetiva a integração nacional, Fishman (1968) propõe o termo “nationism” para se referir ao processo de integração político-geográfica dessas jovens nações. O planejamento linguístico está na chave da resolução de problemas e funciona como aplicação de uma política linguística.

[...] among those for whom nationalism is stochastically paramount other kinds of language problems come to the fore the geographic boundaries are far in advance of sociocultural unity. Thus problems of horizontal integration, such as quick language choices and widespread literacy language use, become crucial to the nation’s functional existence per se. Language policy based on nationism, however, has direct implications for nationalism (i.e. for sociocultural unity) in the new nation. The language(s) selected may foster or long delay isomorphism (or catching up) between nationism and nationalism; it may strengthen or weaken the potential for sociocultural unity of the several populations within common politico-geographic boundaries, and so on. (FISHMAN, 1968, p. 43).

Conforme o trecho citado, uma política linguística instituída no “nationism”, ou na integração horizontal, tem implicações diretas para o nacionalismo, pois pode enfraquecer ou reforçar o potencial da unidade sociocultural de populações que têm fronteiras político-geográficas em comum. Desse modo, o planejamento envolve a rápida

escolha de uma língua de integração. Por este ângulo, evidencia-se o discurso da eficiência linguística, dado que língua é posta como um instrumento para a implementação de uma política eficiente.

O entendimento de que o planejamento está alicerçado na resolução de problemas também aparece na perspectiva de Jernudd¹. No capítulo, *Notes on economic analysis for solving language problems*, publicado no livro *Can Language be Planned?*, Jernudd estabelece uma relação entre economia e sociolinguística, quando sugere que análises econômicas podem auxiliar na busca de soluções para problemas linguísticos. Para tanto, seleciona o modelo custo-benefício para guiar o processo de tomada de decisões no campo da linguagem.

Conforme ele apresenta, o processo analítico na tomada de decisões engloba as seguintes etapas: reconhecimento de um problema, especificação e objetivos e alternativas possíveis, escolha em modelo para aplicação, cálculo das consequências para as alternativas elencadas, valoração do custo-benefício, decisão da medida a ser adotada para solução do problema (JERNUDD, 2018 [1971], p. 265). O autor postula que as teorias macroeconômicas poderiam embasar as hipóteses teóricas na sociolinguística: “Macroeconomic generalizations about modernization can fruitfully be used as a source of hypotheses for sociolinguistic theory.” (JERNUDD, 2018 [1971], p. 273).

A orientação teórica do economista Simon Kuznets (1966) embasa o argumento de Jernudd (2018 [1971]) acerca da possibilidade em deduzir algumas relações hipotéticas na área da linguagem usando-se as generalizações macroeconômicas, encontradas em estudos econométricos. A título de exemplificação, primeiro trazemos uma generalização econômica de Kuznets (1966), seguida da discussão proposta por Jernudd (2018 [1971]) em seu texto:

¹ O autor explica que o artigo (publicado em 1971) é resultado de sua participação no projeto sobre problemas linguísticos das nações em desenvolvimento, financiado pela Ford Foundation no final da década de 1960.

Quality increase rather than quantity increase will successively account for a greater share of the rise in per capita product, by greater effectivity of production brought about by increases in useful knowledge and better institutional arrangements (KUZNETS, 1966, p. 491).

There will be demands on language as an instrument in bringing about such quality increase, in training, communications, etc. It is likely that a per capita expansion of knowledge of speech variation is necessary. (JERNUDD, 2018 [1971], p.274).

A analogia com a teoria econômica fica evidente no uso da terminologia específica: quantitativo, qualitativo, expansão per capita, e assim em diante. Em termos gerais, a língua é posta como um instrumento que se usada apropriadamente pode produzir impactos de crescimento qualitativo.

As concepções econômicas tornam-se cada vez mais interligadas ao entendimento de planejamento linguístico na década de 1970. Na percepção de Jernudd e Das Gupta (2018, [1971]), o modelo econômico é o que assenta o entendimento de planejamento:

In this paper, planning is considered at the level of national society. Here planning can be understood with reference to national planning for the whole economy, education, population, or any other specified social sector or combination of sectors. The popularity of “economic” planning has been such that many other social sectors are being increasingly brought within the scope of planned direction.

[...] We could also employ measures of cultural activity, which might be used together with “traditional” measures of success of economizing or planning. Language is in this respect also a resource and can be taken into account in planning.

[...] Language planning can proceed by identifying the concrete areas of society that demand planned action regarding language resources. (JERNUDD; DAS GUPTA, 2018, [1971], p. 195-196).

Nesta perspectiva, a língua é tomada como um recurso que pode servir para o desenvolvimento de diversos setores de uma dada comunidade. Por sua vez, o planejamento se configura em uma atividade política e administrativa que busca a solução de problemas linguísticos, sendo que a tomada de decisões de implementação se dá em uma relação top-down ou governamental. Verificamos assim, que os objetivos em torno do planejamento das línguas, na década de 1960 a 1970, basicamente visavam a unificação, a modernização, a eficiência e a democratização.

O refinamento dos construtos voltados para o planejamento linguístico em correspondência às teorias econômicas tem produzido um saber específico na política linguística, denominado *language management theory*, desenvolvido por Neustupný e Jernudd (NEKVAPIL, 2012). O conceito de *language management*, apresentado pela primeira vez em uma conferência no Canadá em 1986, tem por objetivo postular a diferença entre dois processos do uso da língua: a produção de discursos; e a gestão ou administração de discursos (JERNUDD; NEKVAPIL, 2012). Nessa perspectiva, a palavra *management* se refere a uma enorme gama de ações que podem ser empregadas para lidar com ‘problemas linguísticos’, sendo que a administração/gestão dos problemas linguísticos opera no nível individual (*simple management*) e no nível macro (*organized management*) (NEUSTUPNÝ; NEKVAPIL, 2003).

O *simple management* refere-se ao modelo como o falante organiza sua ‘competência linguística’ conforme um dado modelo sociolinguístico. Assim, uma intervenção no nível individual poderia ser exemplificada quando um dado falante se depara com um dado ‘problema’ para soletrar uma dada palavra (NEUSTUPNÝ; NEKVAPIL, 2003). Neste caso, ele precisa recorrer a uma forma de intervenção que o auxilie a entrar no sistema linguístico estabelecido.

Por sua vez, o *organized management* ocorre em níveis que envolvem mais falantes como uma família, uma organização social, a mídia, instituições educacionais, governos, organizações internacionais, corporações econômicas, e assim em diante (NEUSTUPNÝ; NEKVAPIL, 2003). O processo da gestão segue uma série de etapas, tanto no nível *simple* quanto no nível *organized*, em que se estabelece uma hierarquia entre gestão socioeconômica, gestão comunicativa e gestão linguística, nesta ordem (NEUSTUPNÝ; NEKVAPIL, 2003). Ainda, uma das características dessa proposta teórica é administrar os ‘interesses’ (NEUSTUPNÝ; NEKVAPIL, 2003) de uma dada comunidade para se propor a melhor solução para o problema linguístico diagnosticado no início do processo.

As duas formas de gestão da língua, tanto a simples como a elaborada, estão interligadas. Segundo os autores, as inadequações ou problemas linguísticos geralmente são percebidos durante situações específicas de interação, ou seja, as medidas mais elaboradas de gestão surgem de eventos ou situações particulares.

One such connection is that organized management may be founded on instances of simple management, in other words, its agents solve problems that have been brought to their notice as originating as inadequacies that were noted and evaluated by speakers in specific interactions; and after consultations and with the help of adequate measures, it recommends solutions that remove the speakers’ problems or suits their needs in the cases of gratification. (JERNUDD; NEKVAPIL, 2012, p. 34-35).

A teoria da gestão linguística (Language Management Theory) versa um modelo conceitual implicado na ‘solução de problemas’ relativos aos usos da língua. Embora os sujeitos do planejamento sejam os próprios indivíduos, os usos da língua precisam ser administrados. Nesta perspectiva, é imprescindível um agente no processo de gestão,

o que promove uma escala hierárquica no processo administrativo. Semelhante ao papel do gerente nas corporações empresariais, o agente é posto como um consultor cuja habilidade é acionada para diagnosticar as inadequações e recomendar as devidas soluções dos problemas no âmbito da linguagem. Assim, essa proposta de planejamento linguístico enfatiza o trabalho técnico da gerência, que acaba assumindo uma função reguladora na eficácia de uma dada prática comunicativa.

A abordagem teórica em discussão aciona formas típicas de gerenciamento dos sistemas de produção em voga na década de 1950 a 1970. No paradigma taylorista, a gerência é sinônimo de garantia da eficiência por meio da criação de regras e métodos da execução do trabalho. Conforme proposta da gerência científica, postulada por Taylor (1990), o cálculo e o planejamento do saber produzido pelo trabalhador, ou seja, a expropriação do saber, seriam a garantia de um maior controle no processo de trabalho. Vemos aqui a separação entre planejamento e execução: o trabalho técnico e de raciocínio é atribuído à gerência, enquanto os trabalhadores são meros operadores de tarefas simplificadas. A ênfase é dada para uma hierarquia gerencial, tanto na elaboração das tarefas quanto na supervisão (TAYLOR, 1990).

O crescimento econômico e a produtividade da maioria das nações propiciado pelo taylorismo entrou em declínio nos meados da década de 1970, momento em que o capitalismo de bem-estar social promovido pela maioria dos Estados ocidentais sofreu com as alterações do súbito aumento do petróleo, entre 1973 e 1979, além das oscilações nas taxas de câmbio devido à valorização do dólar estadunidense. O baixo crescimento econômico e a queda do consumo de bens fizeram com as empresas revissem seus métodos de gestão (ARAÚJO; RENTES, 2006).

Entra em cena um padrão de produção japonês, desenvolvido pelo engenheiro industrial Talichi Ohno, da Toyota Motor Company, na década de 1950. Após ser derrotado na Segunda Guerra Mundial, o Japão precisava se reerguer e reconstruir a economia, sendo que a técnica gerencial conhecida como Toyotismo auxiliou no processo de crescimento econômico (WATANABE, 1993). O método de produção do toyotismo tem como premissa o ‘just in time’ e a técnica do ‘Kanban’. A produção é feita de acordo com a demanda, sendo empregadas a quantidade e o tempo de trabalho estritamente necessários. Para evitar o desperdício, não há estocagem de produtos (SAYER, 1986; CURRY, 1993).

O modelo japonês também tem por objetivo reduzir falhas, uma vez que os trabalhadores passam por todas as linhas de produção. Atribuindo-se uma gama diversidade de tarefas para cada trabalhador, esse se torna responsável pelo gerenciamento de seu próprio conhecimento (PINTO, 2012). Deste modo, o princípio de tal sistema combina a habilidade individual e o trabalho em equipe, em uma forma de gestão participativa e mais flexível. Entretanto, o gerenciamento da força de trabalho garante a intensificação das formas de exploração e precarização do trabalho, resultando na desverticalização e na terceirização (WATANABE, 1993; SAYER, 1986; CURRY, 1993).

A reestruturação produtiva e a sistematização das práticas toyotistas em escala mundial se deram a partir da década de 1980. O modelo toyotista de gerenciamento do trabalho não ficou restrito apenas à esfera econômica, mas também serviu de base para propostas de gerenciamento na esfera política, cultural, científica, entre outras. Conforme apresentado neste artigo, podemos correlacionar o entendimento de planejamento linguístico ao sistema de produção taylorista que partem da perspectiva de resolução de problemas. A ancoragem em teorias gerenciais da esfera administrativa e

econômica também atuam na formulação do papel do gestor dentro do planejamento linguístico, ora conduzido por um especialista da língua, ora pelo próprio falante, ora por ambos.

Ainda, trazemos à baila uma concepção de política linguística, proposta por Spolsky (2016, 2009, 2005), baseada no conceito de gestão, em que estão envolvidas práticas, crenças e valores. Nesse pressuposto teórico, as práticas linguísticas referem-se às variedades de línguas escolhidas pelas pessoas, enquanto as crenças correspondem aos valores atribuídos pelos falantes às variedades linguísticas. Por sua vez, a gestão linguística é o esforço realizado por alguém ou algum grupo que possui autoridade sobre dados falantes a fim de modificar suas práticas e crenças (SPOLSKY, 2009, 2016).

O objetivo dessa teoria consiste em explicar as escolhas dos falantes a partir das regras estabelecidas por uma dada comunidade linguística, sendo que o controle dos usos só pode ser mantido por meio de esforços conscientes de gestores, ou “language managers” (SPOLSKY, 2009, p. 5). O problema do controle também é paradigma gerencial das técnicas do toyotismo e do taylorismo, conforme apresentado. A concepção de gestão linguística, como sugere Spolsky (2005), implica uma forma de intervenção oficial na língua por meio de uma instituição do governo, de um Estado-nação, ou de grupos com uma dada influência, por exemplo a Igreja Católica ao regular o latim como língua de prestígio. Nessa chave interpretativa, a regulação se concretizaria por meio de leis, constituições, decretos e assim por diante.

No entanto, Spolsky (2005) argumenta que a gestão linguística se refere à formulação e proclamação de uma política explícita sobre o uso da língua que, geralmente, mas não necessariamente, encontra-se escrita em um documento formal. No caso em que não há uma regulação por escrito, os membros de uma dada comunidade de fala compartilham de crenças a respeito dos usos apropriados da língua, o

que Spolsky (2005, p. 2153) denomina de uma “ideologia consensual” sobre os aspectos de prestígio e variedades linguísticas.

O que se destaca nesse modelo teórico é a preferência pelo uso de “gestão” ao invés de “planejamento”, como o próprio autor deixa entrever em entrevista para a revista brasileira *Revel*, edição especial de políticas linguísticas: [...] “Eu prefiro ‘gestão’ por ser mais contemporâneo do que ‘planejamento’ que tantas nações adotaram nos dias otimistas após a Segunda Guerra Mundial” (SPOLSKY, 2016, p. 35). A partir do discurso de Spolsky (2016), evidenciamos a tendência da governança discursiva (DAHLET, 2014), em que a língua é usada para consentir os rumos neoliberais das relações sociais e políticas.

A estratégia discursiva da globalização neoliberal recorre a procedimentos linguísticos que operam em mudar o campo semântico das palavras. É o caso de “governança” advindo de “corporate governance” que vem substituindo o uso de “governo”, ou o emprego das palavras “coach e manager” ao invés de chefe ou executivo, em que se opera no apagamento da “noção de controle” e de hierarquia em “benefício da função de coordenação e animação” (DAHLET, 2014, p. 129). A mudança no campo semântico da teoria proposta por Spolsky entra no jogo do globodiscurso empregado na área da administração e da economia em defesa de um mercado mundo, que, por sua vez, oferece como garantia uma suposta ‘prosperidade geral’ conforme as desigualdades são ‘apagadas’ pela livre-circulação de bens, ideia defendida pela política neoliberal (DAHLET, 2014).

No desenvolvimento de planejamento linguístico, o conceito de “gestão” das “situações linguísticas” também aparece em Calvet (2002, 2007), sendo que o autor articula dois tipos de gestão: *in vivo e in vitro*. O primeiro diz respeito ao modo como as pessoas “resolvem os problemas de comunicação com que se confrontam cotidianamente”, ou seja, resulta de prática comunitária sem

intervenção jurídica (CALVET, 2007, p. 69). Por sua vez, a gestão *in vitro* é posta em funcionamento por linguistas que analisam os usos da língua em seus laboratórios, por meio de descrições podem levantar hipóteses sobre o futuro das línguas e propor soluções para ‘problemas’ linguísticos (CALVET, 2007, p. 70).

Calvet (2007) também conceitua que as políticas linguísticas são intervenções sobre a língua e que, na maior parte, a instância do poder público é quem toma as decisões a respeito da gestão das línguas. Para ele, o planejamento linguístico só existe através do suporte jurídico, ou seja, a lei é o principal instrumento de intervenção na forma, no uso e na defesa das línguas (CALVET, 2007). Nessa perspectiva de política linguística, o linguista tem o papel de indicar o que “é tecnicamente possível fazer e o que será psicologicamente aceitável pelos falantes” (CALVET, 2007, p. 86). Assim, o linguista assume a função de especialista da língua, o que o capacitaria em coordenar a planificação do *status* e do *corpus* da língua, num papel de mediador entre o Estado e a população.

O termo “gestão linguística” vem da tradução do inglês, “language management”. A palavra *management* corresponde à tradução grega *oikonomia*, discutida na seção anterior. Conforme sugere o dicionário de grego-inglês da Lexicon, disponível na plataforma Perseus Digital Library, a tradução do termo grego *oikonomia* para o inglês aparece como “management” e seu significado é “the management of a household or family” (LIDDEL; SCOTT, 1889). Numa busca mais pormenorizada, o adjetivo *oikonomicos*, derivado de *oikonomia*, é utilizado por Aristóteles para designar a “domestic economy” (LIDDEL; SCOTT, 1889), ou simplesmente economia, dado que a economia era entendida por Aristóteles como a administração doméstica, um assunto a ser tratado na esfera privada, e não era um aspecto de interesse de Governo.

Conforme a discussão traçada até aqui não podemos deixar de correlacionar o uso de “language management” no âmbito das políticas linguísticas ao construto de *oikonomia* encontrado na teologia econômica (AGAMBEN, 2011) e, do mesmo modo, com a perspectiva da economia política abordada por Foucault (2008, 2010). O governo da língua segue a lógica do dispositivo econômico governamental. Nesta chave que visa a administração/gestão da língua, podemos relativizar a emergência de um dado problema no âmbito das políticas linguísticas, em que se faz presente a atuação do linguista no papel de especialista.

Afinal, qual o entendimento de língua por esse molde econômico-político? A política linguística enquanto campo de saber tem promovido a objetificação da língua. A gestão linguística vem se constituindo em um modo de funcionamento político de que dada política linguística tem se ocupado, com intuito de encontrar estratégias de ‘sobrevivência’ geopolítica para uma dada língua no “mercado linguístico” (CALVET, 2002). A ideia de “mercado linguístico”, por sua vez, está inserida numa perspectiva da globalização e de uma sociedade de informação ou de conhecimento, em que os povos estão inter-relacionados economicamente.

In a world which is continually shrinking in perceptual size (at least in its more affluent parts), where individuals and nations are increasingly closely economically interrelated, where access to information is critical to economic development and where business is increasingly international, language planning is often inspired by economic considerations. (KAPLAN; BALDAUF, 1997, p. 155).

A mudança de paradigma desde o modo de produção ‘just in time’ ou produção enxuta colocou a comunicação no centro do processo produtivo, visto que o fluxo de informações se sobrepõe

no novo modo de produzir dado que a demanda do mercado regula a linha de produção (MARRAZZI, 2009). Desta concepção, a maneira de trabalhar precisa se adaptar às mudanças do mercado, e a comunicação entra como principal ferramenta para o planejamento da produção. De acordo com Oliveira (2010), a língua é posta como meio de produção o que condiciona seu planejamento e esfera de atuação:

Podemos chamar a nova economia, então, de ‘modo de produção por meio da comunicação’, em que a comunicação é insumo central de produção. Se isso procede, temos então repercussões diretas sobre o lugar das línguas e mais, sobre as próprias línguas: o novo modelo comunicativo condiciona o status e o corpus das línguas. Neste modo de produção os softwares são mais importantes que os hardwares, e os softwares não podem ser feitos exceto em línguas particulares. (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

Outro discurso que dialoga com a perspectiva econômica das línguas é a “teoria orbital das línguas” (CALVET, 2002), que se baseia no princípio de que as línguas são hierarquizadas e determinadas por relações de força econômicas e políticas, sendo que nesse espaço de “mercado linguístico” as línguas são geridas/gestadas de maneira a se sobreporem umas em relação às outras, numa disputa de poder entre as comunidades linguísticas. Por este ângulo, o reposicionamento dos ‘mercados linguísticos’ tem uma correlação direta com a prática e formulação de políticas linguísticas, bem como dos centros de gestão da língua (OLIVEIRA, 2010, p. 25).

Assim, tal política linguística pautada nessa perspectiva mercadológica não leva em conta a vontade dos falantes (SIGNORINI, 2013), mas a vontade do mercado, por mais abstrato que isso possa parecer. De fato, o papel da língua do ponto de vista dos economistas é um produto que segue a tendência da esfera dos

negócios, sendo que a língua é avaliada em termos de benefícios financeiros que pode trazer para uma determinada comunidade ou país:

[...] the relationship between language and trade goes beyond strictly economic considerations, initially perhaps there may be a tendency for business and industry to look at language primarily in terms of its economic value. In economic terms the value of language is not a property of language itself, but an index of its appreciation by relevant community. Thus, language or any other product is not valuable in economic terms in and of itself, but holds a value determined by community, in this case business and industry. (KAPLAN; BALDAUF, 1997, p. 156).

O “processo de mercantilização das línguas” (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 37) explica o crescente interesse econômico pela língua. Tal processo, se caracteriza por investir uma língua em termos de valor de troca, qualificando-a como mercadoria e investimento para mercados futuros. Na versão contemporânea do capitalismo, “os mercados linguísticos estão em sinergia com outros mercados, mais diretamente com os mercados de trabalho e o mercado de capitais”, em que “outros atores, além do Estado” (SIGNORINI, 2013, p. 76) estão envolvidos, por exemplo: empresas, organizações governamentais e não-governamentais, entre outros.

Visto que os planejamentos linguísticos e econômicos estão interligados sob a ótica de uma política linguística voltada para a gestão, além da produção de um dado saber que objetifica a língua, determinadas línguas são mais atrativas do que outras. É o que ocorre com as grandes línguas colonizadoras europeias, que têm se configurado como principal objeto de gestão. A este respeito, Oliveira (2013, p. 65) argumenta que os “modos de gestão das grandes línguas” que procuram ganhar espaço no “mercado linguístico”

correspondem às ideias de anglofonia, francofonia, hispanofonia e lusofonia. Portanto, tal teorização no campo da política linguística exemplifica o governo da língua, visto que a lusofonia, a anglofonia, entre outras, são tomadas como mecanismos de gestão das principais línguas europeias.

Considerações finais

Após a problematização teórico-política sobre a questão da governamentalidade (FOUCAULT, 2008, 2010) e o dispositivo econômico gerencial (AGAMBEN, 2011, 2014), sugerimos que a ideia da gestão, advinda das teorizações da economia política e da teologia têm implicações em um dado campo de saber da política linguística. Desse modo, observamos que a configuração de um campo de saber na política linguística tem sua formulação teórica na esfera econômica, ou ainda, conforme discutido por Agamben (2011), trata-se de um construto que vem da teologia econômica.

Sob o prisma do dispositivo econômico gerencial, a língua se torna objeto de gestão, e as pessoas que falam a língua são vistas como potenciais econômicos a serem aproveitados, além de recursos naturais, culturais, turísticos. Ou seja, tudo é passível de potencial econômico. Assim, buscamos problematizar que a criação de políticas voltadas para a língua, numa chave do dispositivo governamental econômico, estaria operando numa lógica administrativa e/ou econômico-política.

As abordagens que encaminham as discussões sobre planejamento linguístico discutidas neste artigo estão voltadas para o governo da língua, o que tem operado na objetificação da língua, posta como um recurso e medida em termos de sua eficiência e impacto mercadológico. Neste sentido, prevalece a justificativa de uma política econômica, em que o planejamento linguístico se

torna refém dos princípios econômicos. Uma vez que se trata de uma reflexão inicial, sugerimos que o tema ainda merece uma revisão teórica e crítica.

Referências

AGAMBEN, G. Da teologia política à teologia econômica. Entrevista por Gianluca Sacco. Tradução de Selvino José Assmann. *Interthesis*, v. 2, n. 2, jul./dez. 2004.

AGAMBEN, G. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo, homo sacer II*. Tradução de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.

AGAMBEN, G. *O amigo & O que é dispositivo?* Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2014.

ARAÚJO, C. A. C.; RENTES, A. F. A metodologia kaizen na condução de processos de mudança em sistemas de produção enxuta. *Revista Gestão Industrial*, v. 2, n. 2, 2006.

ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005 [1958].

BAZZICALUPO, L. A economia como lógica de governo. Tradução de Selvino José Assmann. L'economia come logica di governo. *Spazio filosofico*, 2013, p. 21-29. Disponível em: <http://www.spaziofilosofico.it/wp-content/uploads/2013/01/Bazzicalupo2.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BEHAR, M.; LIMA, N. P. Introdução. In: SMITH, A. *A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas das riquezas das nações*. Tradução de Norberto de Paula Lima. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. p. 7-19.

CALVET, L. J. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola; Florianópolis: IPOL, 2007.

CALVET, L. J. *Lemarchéaux langues: Les effets linguistiques de la mondialisation*. Paris: Plon, 2002.

CARVALHO, F. J. C. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 26, n. 50, p. 7-25, 2008.

CURRY, J. The flexibility fetish: a review essay on flexible specialisation. *Capital & Class*, v. 17, n. 2, p. 99-126, 1993.

DAHLET, P. Apagar as divisões, celebrar o consenso: a governança discursiva na era neoliberal. *Todas as Letras*, v. 16, n. 1, p. 125-138, 2014.

FILOZOFICKÁ FAKULTA UNIVERZITY KARLOVY V PRAZE. Language Management. (2013). Disponível em: <http://languagemanagement.ff.cuni.cz/jernudd>. Acesso em: 13 abr. 2017.

FIORI, J. L. Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises. *PHYSIS*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 129-147, 1997.

FISHMAN, J. A. Some Contrasts Between Linguistically Homogeneous and Linguistically Heterogeneous Polities. In: FISHMAN, J. A.; FERGUSON, C. A.; DAS GUPTA, J. *Language Problems of Developing Nations*. New York: John Wiley and Sons, 1968. p. 53-68.

FISHMAN, J. A. Nationality-nationalism and nation-nationism. In: FISHMAN, FERGUSON, and Das GUPTA. *Language Planning Processes in Developing Countries*. New York: John Wiley and Sons, 1968. P. 39-51.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: *Em defesa da sociedade* - curso no Collège de France, 1975-1976. 2. ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 285-315.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 3. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GERTH, H.H.; MILLS, C. W. Introdução: o homem e sua obra. In: GERTH, H. H.; MILLS, C. W. *Max Weber: ensaios de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982, p. 15-89.

HAUGEN, E. Language Planning in modern Norway. *Scandinavian Studies*, Dinamarca, v. 33, n. 2, 1961. p. 68-81.

HAUGEN, E. Linguistics and language planning. In: BRIGHT, W (editor). *Sociolinguistics: Proceedings of the UCLA Sociolinguistics Conference*. 2. ed. Mouton, University of California, Los Angeles, 1985 (1966). p. 50-66.

KAPLAN, R. B.; BALDAUF, R. B. Jr. *Language Planning from practice to theory*. England: Multilingual Matters, 1997.

JERNUDD, B. H. Notes on economic analysis for solving language problems. In: RUBIN, J.; JERNUDD, B. H. *Can language be planned? Sociolinguistic Theory and Practice for Developing Nations*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2018 [1971]. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/chapter/2179854>. Acesso em: 20 mar. 2019.

JERNUDD, B. H.; DAS GUPTA, J. Towards a theory of language planning. In: RUBIN, J.; JERNUDD, B. H. *Can language be planned? Sociolinguistic Theory and Practice for Developing Nations*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2018 [1971]. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/chapter/2179854>. Acesso em: 20 mar. 2019.

JERNUDD, B.; NEKVAPIL, J. History of the field: a sketchp. In: SPOLSKY, B. *The Cambridge Handbook of Language Policy*. New York: Cambridge University Press, 2012. p. 16-36.

JOHNSON, D. C.; RICENTO, T. Conceptual and theoretical perspectives in language planning and policy: situating the ethnography of language policy. *International journal of the Sociology of Language*. 2013, p. 7 – 20.

KEYNES, J. M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Saraiva, 2014.

KUZNETS, S. *Modern Economic Growth: Rate, Structure, and Spread*. New Haven and London: Yale University Press, 1966.

LIDDEL, H. G.; SCOTT, R. *An Intermediate Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1889. In: Perseus Digital Library. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0058%3Aentry%3Ddoi%2Fkonomi%2Fa>. Acesso em: 18 fev. 2017.

MAKONI, S. *et al.* Colonial and post-colonial language policies in Africa: historical and emerging landscapes. In: SPOLSKY, B. *The Cambridge Handbook of Language Policy*. New York: Cambridge University Press, 2012. p. 523-543.

MARAZI, C. *O lugar das meias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

NEKVAPIL, J. From language planning to language management: J. V. Neustupný's heritage. *Media an Communication Studies*, 63, Hokkaido University, 2012, p. 5-31.

NEUSTUPNÝ, J. V.; NEKVAPIL, J. Language Management in the Czech Republic. *Current Issues in language planning*. v. 4, n. 3-4, 2003, p. 181- 366.

OLIVEIRA, G.M. O lugar das línguas: A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia. *Synergies Brésil* n. 1, 2010, p. 21-3.

OLIVEIRA, G. M. Um atlântico ampliado. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 53-73.

PINTO, G. A. O Toyotismo e a mercantilização do trabalho na indústria automotiva do Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 535-552, 2012.

SAYER, A. New developments in manufacturing: the just-in-time system. *Capital & Class*, Londres, n. 30, p. 43-72, 1986.

SEVERO, C. G. A diversidade linguística como questão de governo. *Calidoscópico (UNISINOS)*, v. 1, p. 107-115, 2013.

SIGNORINI, I. Política, língua portuguesa e globalização. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 101-119.

SMITH, A. *A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas das riquezas das nações*. Tradução de Norberto de Paula Lima. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SPOLSKY, B. Language Policy. In: COHEN, J. *et al.* (org.). *ISB4: Proceedings of the 4th International Symposium on Bilingualism*. Somerville, MA: Cascadilla Press, 2005.

SPOLSKY, B. *Language management*. Cambridge University Press, 2009.

SPOLSKY, B. What is Language Policy? In: SPOLSKY, B. (org.). *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 3-15.

SPOLSKY, B. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. Tradução de Paloma Petry. Revisão Pedro M. Garcez. *ReVEL*, v. 14, n. 26, 2016.

TAYLOR, F. W. Princípios de administração científica. 8. ed. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. São Paulo: Atlas, 1990.

WATANABE, B. Toyotismo: Um Novo Padrão Mundial de Produção? *Revista dos Metalúrgicos*, São Paulo, dez. 1993, CUT/CNM.

ZOPPI-FONTANA, M. *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: Editora RG, 2009.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no desenvolvimento deste trabalho, através da concessão de bolsa de pesquisa.

Como citar

LEVISKI, Charlott Eloize. O governo da língua: implicações do conceito de gestão na política linguística. *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p. 294-331, 2018.

Recebido em 13/01/2019 e aceito em 10/03/2019

As potências políticas do deslocamento na etnografia, na tradução e na linguística

Evelyn Martina SCHULER ZEA¹

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), evelynsz@gmail.com, Orcid.org/0000-0002-4213-6251

RESUMO Junto ao sentido genérico de movimento, deslocamentos também sugerem, eventualmente, mudanças no movimento, movimentos no movimento, que podem levar a um lugar impensado ou, inclusive, situar algo fora do lugar. O texto que se segue foca neste modo imprevisível do movimento, priorizando correntes alternas em detrimento das contínuas, buscando dessa forma reativar os efeitos políticos talvez diminuídos em modalidades lineares. O seguimento destas potências políticas do deslocamento atravessa os campos da etnografia, da tradução e da linguística.

ABSTRACT Along with the generic sense of movement, dislocations also suggest, eventually, changes in movement, movements in movement, which can lead to an unimagined place or, even, situate something out of place. The text that follows focuses on this unpredictable mode of movement, prioritizing alternating currents to continuous ones, seeking in this way to reactivate political effects perhaps diminished in linear modalities. The following of these political potentialities of dislocations crosses the fields of ethnography, linguistics and translation.

PALAVRAS CHAVE deslocamento. potências políticas. etnografia. tradução. linguística.

KEYWORDS dislocation. political potentialities. ethnography. translation. linguistics.

Introdução

Na convocatória da Mesa-redonda intitulada “Políticas Linguísticas, Etnografia e Tradução”¹, a figura da política aparece adiante e isso se justifica por vários motivos. Entre eles, certamente os condicionamentos das posições e concepções políticas sobre as tarefas da linguística, da etnografia e da tradução. Sem deixar de levar em consideração tais condicionamentos, a minha contribuição para esta mesa procede de certo modo em sentido contrário. Pois o que aqui proponho é, em contrapartida, fazer uso de um direito à réplica diante os fatos e feitos da política. E falo de réplica não no sentido de reprodução ou duplicação de posturas políticas, mas de interlocução com elas, ou seja, no sentido quase esquecido de interlocução como intervenção com efeito de interrupção e impugnação.

Já esta reatividade, se podemos chamá-la assim, me parece que responde estreitamente a modos de interação que aparecem em primeiro plano no trabalho etnográfico, onde permanentemente somos atingidos pelas alteridades com as quais lidamos. De modo que a réplica à política não resulta arbitrária nem opcional, mas exterioriza dinâmicas horizontais imanentes tanto às abordagens das ciências humanas quanto a seus objetos, que certamente nunca são meramente objetos, de estudo. Acredito que esse momento de reatividade ou, se preferirem, de interatividade seja tão destacado na linguística como o é na tradução. Posso ratificá-lo, de minha parte, na etnografia, da qual se pode dizer que vive precisamente dessa réplica ou interpelação reversa, isto é, da receptividade e elaboração dos impactos ou repercussões do pensamento dos Outros sobre seus conceitos e procedimentos. A tal ponto que se pode dizer sem intromissão nem permeabilidade, a etnografia simplesmente não é nada.

¹ No “II Seminário de Políticas Linguísticas Críticas”, realizado de 26 a 30/11/2018 na UFSC; cf. politicasinguisticas.paginas.ufsc.br/ii-seminario-de-politicas-linguisticas-criticas-26-a-30112018/.

Do que gostaria de tratar aqui – e obviamente apenas no sentido de ensaiar alguns passos – é do fator ou dos fatores políticos com os quais lidamos reiteradamente em nossas pesquisas; concretamente, vou comentar a potência política de um motivo que me parece atravessar os campos da etnografia, da tradução e da linguística. Este motivo, ao mesmo tempo precursor e condutor, é a figura do deslocamento.

1. Deslocamento na etnografia

Múltiplos e diversos são os sentidos do deslocamento na etnografia. Alguns deles resultam inclusive óbvios, como aquele em sentido espacial, mesmo quando a emergência de uma antropologia nativa² já coloca em dúvida o alcance deste parâmetro. Menos óbvio é talvez o fato de que os sujeitos aos quais a etnografia tenta conseguir uma via de acesso parecem deslizar-se uma e outra vez como se buscassem preservar sua alteridade, suas diferenças, além de toda tentativa de captura ou fixação. É o que experimentei, por exemplo, durante minha pesquisa de campo³ na aldeia waiwai de Jatapuzinho, em Roraima,

² Uma pesquisa antropológica nativa pode ser pensada como uma pesquisa que elabora uma dupla diferença, não apenas a diferença dos nativos com respeito aos brancos ou vista por eles, mas crucialmente a diferença dos brancos com respeito aos nativos, ou seja, de acordo com os critérios nativos. O que permite reformular questões como, por exemplo, as de conceito ou de território. Enquanto que no marco da primeira diferença se debate o estatuto dos conceitos indígenas ou do território indígena como propriedade, isso não impede que persistam no marco da segunda diferença outros critérios e modos de concepção. De tal forma que poderia se dizer simultaneamente que o que diferencia os brancos dos nativos são os sonhos, enquanto que o que diferencia os nativos dos brancos são as fricções que dizem respeito ao conceito ou à propriedade. Uma pesquisa antropológica nativa desenvolveria, portanto, menos uma antropologia alternativa que uma dupla estratégia antropológica.

³ Realizei trabalho de campo com os Waiwai durante minha pesquisa de doutorado entre 2001 e 2005, com bolsa do SNF (Schweizerischer Nationalfonds), e durante minha pesquisa de pós-doutorado entre 2007 e 2008, com bolsa da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Os ‘Waiwai’ (ou ‘Wai Wai’ ou ‘Uai Uai’) encontram-se dispersos em extensas partes da região das Guianas e são falantes, em sua maioria, da família linguística Karib. Constituíram-se a partir de processos seculares de troca e de redes de relações com

onde no momento de fazer uma cartografia das famílias percebi que sua genealogia remetia frequentemente a outros grupos: Mawayana, Xerewyana, Hixkaryana... e meu desconcerto diante dessa dispersão só se agudizava quando me era reiterado por parte de diversas famílias a indicação que apenas alguns poucos eram Waiwai de verdade, mas os vizinhos nem tanto. Aos poucos percebi que o que estava em jogo não era uma constituição por um modo de ser, mas por um modo de transitar, de deslocar-se e de fazê-lo de uma maneira idiossincrática.⁴ Como tentei mostrar em outra parte (SCHULER ZEA, 2006, 2008, 2010) como a trajetória digressiva dos rodeios aparece como forma distintiva de seu deslocamento e isso não apenas no sentido espacial, mas também conceitual.

Esse deslocamento nativo é que, ao mesmo tempo, pode provocar na etnógrafa (ou no etnógrafo) um deslocamento bastante mais significativo que aquele espacial. Porque se já a confrontação com alteridades portadoras de outras formas de falar e pensar põe um limite a qualquer pretensão de consistência, tanto mais desestabilizador resulta a confrontação com alteridades que parecem deslocar-se constantemente, ou seja, a constatação derivada de que os outros são sempre outros. Esta elusiva diferenciação, agora no sentido de diferir, ou seja, de uma reiterada suspensão, emite por um lado uma radiação dissolvente sobre as certezas da etnógrafa

outros ameríndios na região, sendo que alguns deles (tais como os Hixkaryana, Mawayana, Katuena, Karapayana, Taruma e Xerew, entre outros) vieram a co-residir com eles, formando as atuais “comunidades Waiwai” das três Terras Indígenas que abrangem parte dos Estados do Amazonas, Pará e Roraima no Brasil, a “Community Owned Conservation Area” (COCA) no Sul da Guiana e algumas poucas famílias que vivem nas aldeias Tiriyo no Suriname (maiores informações encontram-se no verbete que escrevi para a “Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil”, do Instituto Socioambiental: <http://www.socioambiental.org/pib/epi/waiwai/waiwai.shtm>).

⁴ Catherine Howard chegou a designar os Waiwai como “argonautas do Norte Amazônico” em função dos deslocamentos que realizam periodicamente nas expedições em busca do que chamam dos *enihni komo*, dos povos não-vistos. Os deslocamentos destas expedições configuram o tema principal da sua tese de doutorado: “Wrought Identities: The Waiwai expeditions in search of the ‘unseen peoples’ in Northern Amazonia” (2001).

(ou do etnógrafo), enquanto que por outro lado coloca para ela (ou para ele) o desafio de conseguir aproximações num contexto que é definitivamente de consistência cada vez menor e de leveza maior.

Por esse efeito desorientador, a confrontação inicial de alteridades se deixa transcrever em termos de efeitos e contra-efeitos do deslocamento. Mais inquietante me parece, contudo, o que acontece com outro tipo de deslocamento num plano que podemos chamar de conceitual. Me refiro ao que geralmente é considerado por nós como um deslizamento não permitido, como produto de um erro categorial, “a categorial mistake”: enquanto que, por outro lado, pelo lado nativo, esse deslocamento é visto de outra forma, como via ou rodeio indispensável. Vou dar um exemplo concreto a respeito:

Assisti há pouco tempo um documentário que indaga a escravidão nas plantações de café no Brasil através das sinuosidades das memórias familiares.⁵ O documentário perseguia esses rastros obstinada e sensivelmente. Ao final da sessão, no entanto, uma pergunta ficou para mim suspensa, flutuando, talvez fora de lugar. Eu me perguntava: como chegar a sentir a escravidão numa xícara de café? Ou – por extensão – como chegar a perceber o genocídio congolês numa barra de chocolate belga?

Deveria ser possível, já que são histórias que se cruzam em mais de um ponto. Não digo que seja imperativo atender à essas ressonâncias, mas tampouco deveria ser negado para quem busca estes enlaces. Entre estas diferentes dimensões deveria haver uma passagem. E, no entanto, é provável que esta conexão seja desestimada na maior parte das vezes precisamente como um erro categorial, dizendo que se trata de experiências de ordem distinta: num caso uma experiência sensorial, do sabor, dos sentidos, e, no outro, do acontecer histórico – e que, por conseguinte, tais fatos transcorrem em planos ou

⁵ Trata-se do documentário “Gilda Brasileiro – Contra o esquecimento”, que foi exibido em outubro 2018 na Mostra Internacional de Cinema em São Paulo, cf. <http://42.mostra.org/br/filme/9472-GILDA-BRASILEIRO---CONTRA-O-ESQUECIMENTO>.

campos ou dimensões sem passagem entre si. Ou seja, acontecem em regiões conceitualmente descontínuas entre as quais inclusive os deslocamentos resultam improváveis.

Essas fronteiras, que delimitam espaços de pertença, seriam as mesmas que impossibilitariam o acesso a aproximações imprevistas ou impropriadas, ou seja, deslocamentos. O que certamente produz uma sensação de impotência, de fracasso. Nada se pode fazer diante esse impasse? Repito a pergunta: como chegar a sentir a escravidão numa xícara de café? Ou o genocídio numa barra de chocolate belga?

Há coisas que só se entende chorando, diz um poeta (EIELSON, 1997).⁶ E uma resposta indígena diante desse impasse poderia ser formulada consonantemente da seguinte maneira: Há coisas que só se entende sonhando, sonhando-as.

Acredito nessa resposta mesmo sem pretender entender o acontecer do sonhar indígena: suas intrapolações, extrapolações e transpolações. O que sabemos é que o sonho é o transe da diferença, é o que faz a diferença entre brancos e indígenas. Nas palavras de Davi Kopenawa (2010, p. 581) no livro *A queda do céu*: “os brancos não sabem sonhar”, ou, como diz em outra parte, os brancos “dormem como machados abandonados no chão de uma casa” (2010, p. 52), o que sugere, além da pesada imobilidade, o simultâneo abandono da tarefa ou da arte de sonhar.

Vale lembrar também que Davi Kopenawa traça esta divisória do sonho em circunstâncias em que assistiu à uma série de imagens da destruição da floresta dos Yanomami. De tal forma que a incapacidade de sonhar é, segundo a formulação nativa, o que explica em última instância a violência dos brancos contra o mundo.

Não vou entrar neste assunto profundo, desmesurado e crucial da potência dos sonhos indígenas. Certamente os relatos indígenas nos dão, a propósito, sinais de que os sonhos fornecem um desnível ou

⁶ No poema *Llanto obligado* (*ante una fuente de roma*), que começa assim: *Hay cosas que no comprendo/sino llorando...*

um duplo fundo por onde circulam humanos e não-humanos, os vivos e os antepassados, todos eles em mútua e incessante interpelação. De tal modo que já aí podemos distinguir o deslocamento como uma chave dinâmica e estrutural dos sonhos. Mas aqui apenas quero chamar a atenção para o deslocamento extremo que performa a fórmula Yanomami, dado que o que ela transmite ao mesmo tempo é que é a capacidade de sonhar, isto é, justamente essa atividade aparentemente tão leve e intangível, tão imprecisa e volátil, é ela, com toda a sua labilidade, a alternativa que os indígenas levantam contra a capacidade de destruição do mundo. De tal forma que, se os sonhos abrem um espaço de deslocamentos intensivos, eles mesmos aparecem na fórmula yanomami deslocando-se para transmutar o erro categorial na potência cosmopolítica.

Antes de prosseguir com a segunda parte da minha exposição, sintetizo mais uma vez meu propósito: o que tento é elaborar a partir de nossas práticas teóricas um dispositivo, neste caso, o do deslocamento, que nos permita entrar em interlocução com a política e *replicar* a ela. Essa reatividade não é insólita, mas, como aponte, um fator que atravessa o campo das ciências humanas – e não apenas elas.

2. Deslocamentos na tradução

Que a tradução possa ser concebida como um deslocamento não é, imagino, particularmente controverso. A questão é ver: de que magnitude é esse deslocamento? Até onde chegam os deslocamentos que ela produz? No que segue, vou tentar elaborar esta questão em dois casos concretos de tradução e fazer referência à uma passagem clássica da teoria da tradução para, em seguida, retomar o fator, já mencionado, da politicidade da tradução.

Um poeta escreveu um verso que continha esta palavra: *bianchissimo*, no sentido usual de um branco muito intenso. O

tradutor do poeta - também poeta - se encontra com este termo que, à primeira vista, parecendo não revestir maior dificuldade, poderia ser traduzido para *branquíssimo*. Mas, então, ele toma uma decisão e traduz *bianchissimo* para *weisser als weiss*, (UNGARETTI; CELAN, 1997)⁷ – ou seja, para *mais branco que branco*. Essa tradução, acredito, produz um deslocamento que resulta tanto mais desestabilizador quanto imprevisto. Tanto assim que podemos nos perguntar, por exemplo, se a tradução *mais branco que branco* não tem o efeito de deslocar-nos para uma exterioridade descoberta e expor-nos à elas: pois *mais branco que branco* não nos fala mais de um branco ensimesmado, concentrado, mas da inquietude ou desassossego de um branco, de um branco fora de si mesmo, de um branco cuja branquidão – ou seja, sua suposta essência e identidade – saiu deslocado para fora de si e não lhe pertence mais.

Podemos ir mais longe seguindo este rastro, já que a tradução de *mais branco que o branco* mostraria que a tarefa de tradução não apenas permite esse deslocamento, mas que consiste nesse deslocamento. A tradução desloca enquanto aquilo que nos oferece não é a reprodução imaculada do original, não é secundar ao original em sua introversão, mas ao contrário motivar o que podemos chamar a *extroversão* do suposto original, que assim se transborda e escapa de si mesmo.

É precisamente o que acontece no significativo relato de uma tradução indígena evocada por José Ribamar Bessa Freire na UFSC durante um evento passado⁸. Alguns talvez vão lembrar desses versos em português e nheengatu:

⁷ Trata-se da tradução feita pelo poeta Paul Celan dos versos do fragmento 24 de *Todestraum* (in: *Merkbuch der Alten*) do poeta Giuseppe Ungaretti (cf. Ungaretti & Celan, 1997).

⁸ No evento “Línguas, traduções e narrativas ameríndias” no dia 31 de outubro de 2013, na UFSC, cf. <http://ppgas.posgrad.ufsc.br/2013/10/29/convite-para-ciclo-de-palestras-no-ppgas-lingua-traducao-e-narrativas-amerindias-com-joao-rivelino-rezende-barreto-e-jose-ribamar-bessa-freire/>.

*Te mandei um passarinho,
/patuá miri pupé,
pintadinho de amarelo,
iporanga ne iaué.*

Toda tradução é obviamente bilíngue, mas esta tradução o é também no sentido dos versos iniciais e o desafio consistia em *verter* estes versos em uma *versão* somente em português, isto é, traduzindo as linhas nheengatu na língua ao lado. A tradução foi feita em conjunto com um grupo de tradutores guarani e foram eles que descartaram a seguinte versão, aparentemente convencional:

*Te mandei um passarinho
dentro de uma gaiolinha
pintadinho de amarelo
e bonito como você.*

Pela seguinte versão:

*Te mandei um passarinho
dentro de um cestinho,
pintadinho de amarelo
e bonito como você.*

A divergência estava, como se pode observar, na tradução de *patuá mirim* pela *gaiolinha* ou pelo *cestinho*, ou seja, na decisão de tirar o passarinho da gaiola e de colocá-lo num cestinho aberto. José Ribamar Bessa Freire conta esse processo com detalhes e agudeza (2009). Gostaria aqui apenas de chamar a atenção para o fato ou a impressão de que os tradutores guarani estejam falando através de suas figuras - de maneira reflexiva - ao mesmo tempo sobre

as disjuntivas da tradução. Também para a tradução, com efeito, valem as alternativas seja de captura ou retenção, ou de abertura ou disposição para um eventual deslocamento e até iminente saída *fora do lugar*.

Mas, além disso, falo do abismo da tradução porque ela é a primeira a cair nela. A prova desse abismo, sua acreditação, é que também é um abismo para a mesma tradução. Isso é algo que podemos ver de perto em uma passagem clássica, talvez a mais citada da teoria da tradução, sobre o modo de concebê-la.

Me refiro ao texto de Roman Jakobson “Sobre os aspectos linguísticos da tradução” que propõe, como é bem conhecido, um esquema tríptico do qual formam parte a tradução *intralinguística*, a tradução *interlinguística* ou tradução *propriamente dita*, e tradução intersemiótica ou transmutação. Já o uso desta fórmula do que é *propriamente dito* no caso da tradução interlinguística sugere no esquema de Jakobson a ativa intervenção do próprio - isto é, da propriedade, do que constitui a propriedade - como critério determinante. Mas, além disso, a classificação de Jakobson se sustenta ela mesmo no pressuposto de delimitações e domínios linguísticos que são também funções da propriedade. Que essa demarcação é controversa mesmo a partir de uma abordagem linguística já foi sugerida, ao mais tardar, por uma anotação dos manuscritos de Saussure sobre a impossibilidade de determinar categoricamente, por exemplo, onde termina uma língua e começa outra - por exemplo, onde termina o português e começa o espanhol, quando o que prolifera na vida das línguas são antes incessantes deslizamentos.

Seria excessivo avançar aqui neste debate entre o efeito de desapropriação do deslocamento e a pressuposição de propriedade do esquema de Jakobson. Mas parece-me que a localização desta tensão sobre a questão da propriedade ou impropriedade da tradução

é suficiente para sugerir em que sentido a questão da tradução pode ser radicalmente política: precisamente na medida em que localiza fora da política uma questão crucial para a política – como é a propriedade – da mesma forma que, como vimos, o tradutor localiza ou, se se pode dizer, des-localiza a brancura radical fora do branco.

A pressuposição de campos linguísticos descontínuos no esquema de Jakobson desliza aqui já para a terceira parte à respeito do deslocamento linguístico, que vou comprimir em um brevíssimo comentário de Saussure.

3. Deslocamento na linguística

Saussure enfatiza que na vida das línguas o que há é “*transformação, ainda e sempre transformação*” (SAUSSURE *apud* FEHR, 1997, p. 151). Tudo é transformação, não há significado, nem forma nem fala – nem portanto linguagem – que permanecem as mesmas. Trata-se de uma transformação múltipla e incessante no tempo e no espaço, que faz com que a língua de hoje seja inevitavelmente diferente à de ontem ou à de amanhã – e ninguém poderia definir com precisão seus limites. A contraparte desta imprecisão é o fato de que a língua, como ressalta Saussure, “*não morre por si mesma, não se extingue*” (SAUSSURE *apud* FEHR, 1997, p. 254) e é, no que diz respeito a sua potencialidade, “*imperecível*” (*unvergänglich*) – ela apenas morre de morte violenta. Entre a vida e a morte das línguas o que há não é extinção, mas circularidade e interdependência, onde um se sustenta com o outro. No mais, uma língua não apenas se transforma linearmente, através de uma sucessão de estados alterados no tempo, mas, simultaneamente, ela também se fracciona em variações dialetais que se dispersam num espaço de crescente complexidade (cf. SCHULER ZEA, 2016). E o que produz esta transformação múltipla e incessante são os sucessivos deslocamentos que ocorrem

na circulação das línguas, ou seja, um fator imanente à dinâmica das línguas. É por isso que ninguém poderia dizer com certeza qual é a fronteira entre português e espanhol, ou entre kaingang e laklãnõ, porque acontecem aí intermináveis deslocamentos.

Através destas breves incursões nos campos da etnografia, tradução e, muito de passagem, da linguística espero que seja possível, ao menos, vislumbrar algo da eficácia recorrente do fator de deslocamento, tanto na conformação do objeto e procedimento de estudo. Gostaria aqui apenas de indicar ainda a seguinte observação: os deslocamentos, obviamente, vêm da grande matriz do movimento, eles são uma modalidade sua, mas com uma ênfase particular no que não se encaixa e no intempestivos, no imprevisto, no inesperado. De tal modo que este dispositivo poderia ser provisoriamente formalizado nos seguintes termos: o surgimento de algo ou de alguém em outra parte, ou inclusive, fora de lugar.

Gostaria de finalizar aqui retomando o propósito anunciado inicialmente de replicar ou entrar em interlocução com a política a partir do dispositivo do deslocamento. Se trata de uma questão da política no sentido, por um lado, dos pressupostos políticos que condicionam a formulação de políticas específicas. Mas também se trata, por outro lado, da política no sentido comum ou aquela subjacente às interações sociais. Começo por esta última:

Nós todos ouvimos, desde criança, provavelmente, essa expressão: *Ponha-se no seu lugar* – que, enquanto faz referência a um lugar próprio e quase natural de pertença, expressa o oposto do que foi formulado sobre os deslocamentos. Eu não sei com que frequência ainda se segue falando dessa forma, mas segue vigente no léxico estabelecido. O dicionário Aurélio consigna no item 10 dos significados do lugar o seguinte exemplo:

10 Classe, categoria, ordem:

Ponha -se no seu lugar, não suporte má-criação!

Ponha-se no seu lugar... Sempre - ou seja, na infância - essa expressão me perturbou: qual é o lugar de quem? Qual é o meu lugar? São perguntas que talvez devem ser reperguntadas, mas não para reiterar a distribuição nem apenas para redistribuir lugares, mas reperguntadas para questionar a pressuposição ideológica nessas perguntas de um lugar definitivamente próprio. O que tantas vezes não quer dizer reconhecer um lugar, mas impedir o deslocamento para outro lugar. E não apenas no plano das interações particulares, mas também aí onde uma sociedade decide sobre si mesma. Não são poucos os analistas, por exemplo, que examinaram os eventos políticos recentes em termos dos intensos deslocamentos sociais que ocorreram no país nas últimas décadas. Se colocou em questão suas dimensões e impactos, suas modalidades e como lidar com elas. Tanto assim que, para além das avaliações de cada parte, parecia haver concordância no debate sobre a conveniência ou não de tais deslocamentos.

Entre o plano das interações pessoais e o plano do das posições públicas, há outro plano dos deslocamentos que diz respeito à grupos vistos como minoritários, mesmo quando possam chegar a ser movimentos massivos. Um destes contingentes habitualmente inscritos entre os grupos minoritários é o dos migrantes. Eles são sujeitos de dramáticas notícias que chegam de diferentes partes do mundo e que converteram, entre outros cenários, o Mediterrâneo num cemitério marinho. Sabemos que imensas ondas migratórias também acontecem entre nós, nos países do Sul. Elas transportam pessoas com formas culturais e modos de expressão que demandam outras tantas tarefas de tradução. Chamar a atenção sobre esta dinâmica dos deslocamentos, sobre sua precariedade e sua potencia, poderia talvez contribuir a atenuar a indolência com respeito aos grupos minoritários. Poderia talvez chegar a ver-se que, tal como aconteceu com o genocídio dos indígenas ou com a escravidão dos

negros, o porvir de um país está indelevelmente marcado pelo modo como são tratados os grupos minoritários e seus deslocamentos.

Ailton Krenak atenta sensivelmente para o modo como são tratados os grupos minoritários e seus deslocamentos e nos fala a respeito do “campo minado do exílio” (KRENAK, 2018, p. 8), onde cada “desterrado agora vai ter que reinventar ele e seu mundo” (2018, p. 11). O exílio induz a olhar para trás e refletir, tal como o faz Ailton Krenak.⁹ O seguimento do deslocamento não deveria diminuir a atenção do drama e os desafios do campo minado do exílio. Mas a dupla composição do movimento - onde no mesmo momento alguém se distancia e se aproxima, alguém é expulso de um lugar e resistido em outro, demanda talvez refletir não separadamente, mas conjuntamente as alternativas do ir e do vir.¹⁰

⁹ Há algo que pode parecer contingente ou meramente idiossincrático na figura de Ailton Krenak, mas isso também pode ser uma chave - em um sentido musical - para nos situar em outro registro. Me refiro a algo tão impreciso ou indeterminável como pode ser o rosto, o temperamento ou mesmo o timbre de uma voz. Marcas tênues de uma liderança que, no entanto, não deixam de ser eficazes, às vezes extremamente eficazes. Poderíamos fazer uma comparação com o que transmitem outras figuras: a exasperação de um candidato, a opacidade de outro, os cálculos de um terceiro ... e não deixaria de ter interesse, porque é parte subliminar da retórica da política. Mas bastante mais significativo é que essa irradiação transmite uma radicalização da política no sentido de sua excentração ou deslocamento radial para outras esferas, registros, dimensões ou mundos. Entendo nesse sentido o comentário feito por Ailton Krenak ao receber o doutorado Honoris Causa da UFJF: “Agora a gente precisa se radicalizar” (citado no filme: *Ailton Krenak – O sonho da pedra*, cf. Altberg, 2018).

¹⁰ Sugiro ler e traduzir como tentativa de rastrear essa trajetória e alternativas do ir e do vir a seguinte passagem, na qual Alexis Nouss diferencia a figura do migrante e do exilado: “O migrante migra de um território a outro em função de uma identidade espacializada de acordo à uma ontologia cartográfica. O exilado passa de um céu a outro, de uma língua a outra, e retém na memória de uns e de outros fazendo-os dialogar” (NOUSS, 2015, p. 11.).

Referências

ALTBERG, M. *Ailton Krenak – O sonho da pedra*. Documentário exibido no Canal Curta, cf. Disponível em: http://canalcurta.tv.br/filme/?name=ailton_krenak_e_o_sonho_da_pedra. Acesso em: 30 jan. 2019.

EIELSON, J. E. Llanto obligado (ante una fuente de Roma), Habitación en Roma (1952). In: *Poesía Escrita*, Lima 1997.

FEHR, J.; SAUSSURE, F. *Saussure, Linguistik und Semiologie*. Notizen aus dem Nachlass, Frankfurt: Suhrkamp, 1997.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Tradução e interculturalidade: o passarinho, a gaiola e o cesto. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 321-338, Dec. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X200900200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jan. 2019.

HOWARD, Catherine. *Wrought Identities. The Waiwai expeditions in search of the “Unseen peoples” of Northern Amazonia*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Chicago, Illinois, 2001.

JAKOBSON, J. Aspectos Linguísticos da Tradução. In: *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *La chute du ciel. Paroles d’un chaman yanomani*. Paris: Plon, 2010.

KRENAK, A. A potência do sujeito coletivo - Parte I. *Revista Periferias*, Rio de Janeiro, v. 01, n. 01, 2018. Disponível em: <http://revistaperiferias.org/materia/a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-i/>. Acesso em: 30 jan. 2019.

MANHÃES REIS, R.; SCHEUERER, V. *Gilda Brasileiro – Contra o esquecimento*. documentário exibido em outubro de 2018 na Mostra Internacional de Cinema em São Paulo, cf. Disponível em: <http://42.mostra.org/br/filme/9472-GILDA-BRASILEIRO---CONTRA-O-ESQUECIMENTO>. Acesso em: 30 jan. 2019.

NOUSS, A. *La condition de l’exilé. Penser les migrations contemporaines*. Paris: Maison des Sciences de l’Homme, coll. « Interventions », 2015.

SCHULER ZEA, E. *Metaphorisierte Umwege, uneigentliche Übersetzungen: Arbeit an Bildern im Doppelfeld der Waiwai-Anthropologie*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Bern, 2006.

SCHULER ZEA, E. Genitivo da tradução. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências humanas*, 2008, v. 3, n. 1, p. 65-77. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222008000100006&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 30 jan. 2019.

SCHULER ZEA, E. On -Yesamarî and Laterality: Waiwai Meanderings, *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 8, n. 1. Disponível em: <https://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol8/iss1/2>. Acesso em: 30 jan. 2019.

SCHULER ZEA, E. Las dudas de Saussure: notas sobre la potencia de las disyunciones en la vida de las lenguas. Tradução de Carolina Villada Castro. *Linguística e literatura*, 2016, n. 70, p.193-203. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-55872016000200193&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 30 jan. 2019.

UNGARETTI, G.; CELAN, P. *Das verheißene Land. Das Merkbuch des Alten*, Suhrkamp, 1997.

Como citar

SCHULER ZEA, Evelyn Martina. As potências políticas do deslocamento na etnografia, na tradução e na linguística. *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p. 332-349, 2018.

Recebido em 30/01/2019 e aceito em 15/03/2019

É a linguagem um dispositivo? (ou o linguista enrubescido)

Atilio BUTTURI Jr¹

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atilio.butturi@ufsc.br , orcid.org/0000-0002-9985-2259.

RESUMO Neste ensaio, pretendo colocar em discussão a sugestão de Giorgio Agamben de que a linguagem funciona como um dispositivo, aproximando-a do que chamo de uma dramática saussureana a respeito da produção da Linguística como ciência geral da língua. Para tanto, recorro à problematização dos dispositivos e da assunção do conceito como ponto de viragem da arqueogenealogia foucaultiana, cujos efeito é forjar uma filosofia política baseada numa agonística entre o discursivo e o não-discursivo. No texto, então, volto-me para as análises que Agamben traça do estruturalismo e da teoria da enunciação benvenistiana, de modo a apontar no rubor e na vergonha uma modalidade de subjetivação que, em Saussure, materializa um desejo barrado, na emergência da Linguística, da inscrição autônoma do sistema. Dessa perspectiva, aproximo o rubor da hipótese de um dispositivo da linguagem, questionando-o sobre seus modos de subjetivação-dessubjetivação e sugerindo, por fim, a possibilidade de apontar, na rasura constitutiva em que se funda, as modalidades políticas de resistência e de liberdade que oferece.

ABSTRACT In this essay I intend to discuss Giorgio Agamben's suggestion that language functions as an *apparatus*, approximating language with what I call a Saussurean drama

vis-à-vis academic articles on Linguistics as general science about language. To that end, I turn to the problematization of this *apparatus* and the assumption of the concept as a turning point in Foucaultian archaeogenealogy, whose effect is to forge a political philosophy based on a distinction between the discursive and the non-discursive. In the text, then, I turn to the analyses that Agamben provides of structuralism and of the theory of Benvenistian enunciation in order to point out in the embarrassment a form of subjectivation that, in Saussure, materializes as a prohibited desire, in the emergence of Linguistics, for the autonomous registration of the system. From this perspective, I approach the embarrassment of the hypothesis of a language *apparatus*, questioning it as to its modes of subjectivation-unsubjectification and, finally, suggesting the possibility of pointing out, in the constitutive erasure on which it is based, the political modalities of resistance and freedom that it offers.

PALAVRAS-CHAVE Dispositivo. Linguagem. Enunciação. Resistências.

KEYWORDS *Apparatus*. Language. Enunciation. Resistances.

Introdução

Gostaria de começar este ensaio a partir de um dos discursos tradição moderna, qual seja, o da autoria. Poderíamos, de antemão, partir da própria noção de autoria com que pretendo produzir este texto, mas deixo uma certa metafísica da letra vir à tona e aquele que conhecemos como Saussure cometer seu enunciado. O excerto que aqui tomo, para tanto, é de uma carta de 1894, endereçada a Meillet, que Giorgio Agamben (2012 [1977], p. 243, grifos meus) cita abundantemente em seus *Estâncias*:

Estou muito enojado com tudo isso e com a dificuldade que se tem em geral para escrever dez linhas que tenham sentido comum em matéria de fatos de linguagem. Preocupado há tempo sobretudo com a classificação lógica destes fatos... vejo cada vez mais a imensidão de trabalho que seria necessário a fim de mostrar ao linguista o que ele faz... e, ao mesmo tempo, quanto é vão tudo o que, afinal de contas, se pode fazer em linguística.

Parto de Saussure e vou ao segundo excerto, mais conhecido e quase célebre, desta vez de Michel Foucault. Trata-se do muito comentado trecho de *O sujeito e o poder* (1982), publicado nos *Ditos e Escritos IX* (FOUCAULT, 2014, p. 128, grifos meus):

Sem dúvida, o objetivo principal, hoje, não é descobrir, mas recusar o que nós somos. Devemos imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos dessa espécie de “dupla obrigação” política que são a individualização e a totalização simultâneas das estruturas do poder moderno. Poder-se-ia dizer, para concluir, que o problema, ao mesmo tempo, político, ético, social e filosófico que se apresenta a nós, hoje, não é de tentar liberar o indivíduo do Estado e de suas instituições, mas de nos livrarmos, nós, do Estado e do tipo de individualização que a ele

se prende. **Precisamos promover novas formas de subjetividade, recusando o tipo de individualidade que se nos impôs durante vários séculos.**

Retomemos Saussure e Foucault, o fracasso e a tarefa enunciados nos recortes. Ambos partem da recusa – seja de uma lógica da linguagem, seja de uma subjetividade que nos é afeta. Mais do que a negação que ambos solicitam, me interessa partir de seus enunciados e marcar: i) a linguagem e sua cientificidade barrada (voltarei a este ponto), como aparece em Saussure; ii) a liberação do sujeito em relação à imposição de um modo de ser, individual, de que fala Foucault.

A partir de Agamben e de sua retomada do conceito de dispositivo – ou de vários momentos do italiano em sua abordagem sobre a linguagem, o mundo e os viventes –, meu esforço aqui é o de ler a linguagem (ou a língua, me pergunto¹) na modalidade de um dispositivo. Para mim, é justamente esse conceito que permite, a um só tempo, recolocar o drama saussuriano das estruturas e da produção de uma ciência (que, parece, ainda nos afeta, sobretudo, no campo em que nos encontramos) e o problema levantado por Foucault de uma dessubjetivação como “objetivo principal”. Dito de outro modo, pretendo pensar: é a linguagem um dispositivo? Se é um dispositivo, quais seus modos de captura e de subjetivação? No limite, ainda, é possível pensar em resistências e práticas de liberdade na e com a linguagem? Há um espaço de dessubjetivação na plasticidade de um dispositivo da linguagem?

Não espero responder peremptoriamente a essas questões que, como se sabe, já animaram autores fundamentais para o século XX, de Heidegger a Derrida, de Agamben a Foucault. Para, porém, fazer minhas provocações, recorro a uma análise dos discursos sobre uma

¹ Ou língua(gem), se partirmos estritamente da leitura de Agamben, que acaba por açambarcar o conceito de língua no de linguagem.

ciência da língua e sobre um dispositivo da linguagem, dividindo o ensaio em três breves partes. Na primeira, realizo uma apanhado em panorama sobre o conceito de dispositivo e sobre a possibilidade que avento de ler a linguagem como dispositivo. Na segunda, retomo algumas das leituras que a linguagem recebeu em Agamben e Foucault (aqui, novamente, não pretendo ser exaustivo). Na terceira, por fim, intento amarrar os fios e perscrutar os nós dessa rede que envolve um dispositivo e a promessa de formas de dessubjetivação.

1. Esse perigoso dispositivo...²

Passo à primeira parte e ao conceito de **dispositivo**³. Inicialmente, gostaria de trazer à tona certo modo heideggeriano de pensar as relações entre a modernidade e a técnica. Não pretendo, certamente, fazer uma história das origens ou das influências – nada mais anti-foucaultiano do que isto. Com Agamben (2010a), apenas aponto para o caráter de emergência do conceito, em sua heterogeneidade, nos moldes definidos pela genealogia nietzscheniana. Assim, o processo de subjetivação, conforme lido em Foucault, teria como pressuposto uma leitura heideggeriana daquela espécie de “injunção de mediação” do mundo que, na modernidade, corresponderia ao cuidado com o ente e o abandono do ser (DUARTE, 2006). Heidegger, como se sabe, foi um filósofo central para Foucault⁴, que afirmava o papel do alemão em sua leitura de Nietzsche: “[...] Heidegger sempre foi para o mim o filósofo essencial. [...] Todo o meu futuro filosófico foi determinado por minha leitura de Heidegger. [...] Nietzsche com Heidegger foi um abalo filosófico! [...]” (FOUCAULT, 2010

² Remeto o leitor à Derrida (2008 [1967]) e ao perigo suplementar. Porém, para além de toda escritura. Nos dispositivos vamos encontrar posta a relação nunca saturável entre a linguagem e o mundo, o discursivo e o não-discursivo, condição de toda filosofia política da arqueogenealogia de Foucault.

³ Para uma leitura do conceito, ver Butturi Junior (2016).

⁴ Deleuze (2005 [1988], p.115) reconhece uma dívida: “Há uma redescoberta final de Heidegger em Foucault”.

[1984], p.259). Vamos reencontrar enunciados sobre a técnica e a modernidade de Heidegger (como parte do da existência do *Dasein*), devidamente deslocados, tanto em Foucault quanto em Agamben⁵, aqueles cujos conceitos de dispositivo me interessam.

Do que se trata, então, quando pensamos num dispositivo como uma armação necessária para a produção de sujeitos, uma rede sobre a qual nos lançamos irremediavelmente? O conceito, como se sabe, teve pouco detalhamento em Michel Foucault, não obstante sua utilização tenha sido recorrente. Dessa perspectiva, ainda que um dos capítulos de *A Vontade de Saber* carregue o título de *O dispositivo de sexualidade* (FOUCAULT, 2009b), é em numa entrevista à *International Psychoanalytical Association*, em 1977, que Foucault elabora, em linhas gerais, o que compreende pelo conceito:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. [...] Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudança de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (FOUCAULT, 2009a, p. 244).

⁵ Ver, por exemplo, as menções a *Gestell* heideggeriana em Agamben (2014a).

O trecho é muito conhecido e nele Foucault (2009a) ainda afirma que a constituição dos dispositivos obedeceria a dois processos: o primeiro, na forma de um *a priori*, o de “sobredeterminação funcional” em relação à dispersão de seus elementos e aos demais dispositivos; o segundo, diretamente político, de “preenchimento estratégico”, entendido como o mecanismo plástico de reutilização dos dispositivos a partir de novas urgências históricas. O dispositivo, conforme elaborado por Michel Foucault, seria uma rede complexa e relacional, constituído de um campo de visibilidades, que permite fazer emergir objetos que se dão a ver conforme critérios específicos; e de um campo de enunciações, que estratificam o visível em regimes de dizer; de linhas de força, relacionadas ao poder-saber e às estratégias e às urgências a que ele responde (DELEUZE, 2005 [1986], 1990).

Ora, a relação sempre aberta entre um campo de dizibilidade e um de visualidade – proposta de Deleuze (2005 [1986]) – para inteligir a genealogia ganhou de Negri (2016) uma leitura em que o conceito de dispositivo (assim como a biopolítica e o biopoder) passa à boca de cena, por levar ao limite a exigência deleuziana de um pensamento sobre o campo da imanência e a agonística entre discurso e exterioridade. Para ele, “O dispositivo é uma operação não apenas epistemológica, mas também ontológica, que reconstrói o real a partir de baixo, em situação, segundo uma pragmática orientada.”. (NEGRI, 2016 [2003], p. 101).

É nesse espaço em que a linguagem (de uma perspectiva discursiva) e o mundo (de uma perspectiva genealógica) se encontram, se evocam e conjuram um ao outro que um dispositivo pode surgir, como rede de captura e produção de sujeitos. Giorgio Agamben foi um dos que, a partir de Foucault, valeu-se do conceito – que tomou como central para definir a arqueogenealogia – para pensar justamente essa produção de sujeitos no interior de tecnologias

disciplinares e tecnologias biopolíticas de governo. Agamben (2014a [2005]) fará uma conferência na Universidade Federal de Santa Catarina, em 2005 (e atualmente muito célebre) cujo título era *O que é um dispositivo?*.

Não me deterei nas discussões que ele tece ao descrever o dispositivo como um vértice entre os viventes e o mundo, cujo resultado é a produção de sujeitos – viventes sempre capturados. No entanto, dois pontos precisam ser considerados: o primeiro, que Agamben sustenta que à proliferação dos dispositivos corresponde, a um só tempo, a multiplicação de modalidades de subjetivação e de dessubjetivação – não há garantia de usos corretos dos dispositivos e, portanto, nem do controle irrestrito e nem de um sujeito saturado de identidade. Segundo, o que aqui me interessa diretamente, a sugestão de que a linguagem⁶ funcionaria como um dispositivo. Cito o italiano:

Generalizando posteriormente a já bastante ampla classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente [e ele cita os clássicos de Foucault], mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – **por que não – a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem se dar conta das consequências que se seguiram – teve a inconsciência de se deixar capturar.** (AGAMBEN, 2014a [2005], p.39-40, grifos meus).

⁶ Linguagem e língua não são sempre distinguidas em Agamben, que parece se preocupar menos com uma ciência linguística per se, mas com os efeitos que a linguagem pode estabelecer (como dispositivo, ela seria a um só tempo autônoma e constituída pela exterioridade, afinal) nos sujeitos e no mundo.

Se há na modernidade uma pulverização dos dispositivos, que passam a ser recorrentes e ubíquos, a questão lançada é: por que não pensar a própria linguagem como dispositivo⁷, já que é ela a condição de subjetivação incontornável a que nos submetemos? Na genealogia agambeniana, entre os viventes e o mundo estão os dispositivos como garantia de captura e condição de existência. Dessa perspectiva, os deslocamentos que a linguagem ofereceu para o próprio conceito de vivo devem ser levados em consideração, na forma em que aparecem em Agamben (2010 [1995]), quando o autor apresenta suas conhecidas cisões: entre *zoé* e *bios*, uma vida natural não-qualificada e outra, política e humana; entre a voz que pertence a todos os viventes e sua passagem para a qualificação humana da linguagem; entre o grito caótico e a ordem sintagmática da fala. A cisão biopolítica em que a linguagem tem lugar é tomada da *Política* de Aristóteles:

Só o homem entre os viventes possui a linguagem.

A voz, de fato, é sinal da dor e do prazer e, por isto, ela pertence também aos outros viventes (a natureza deles, de fato, chegou até a sensação da dor e do prazer e a representá-los entre si), mas a linguagem serve para manifestar o conveniente e o inconveniente, assim como também o justo e o injusto; **isto é próprio do homem com relação aos outros viventes [...]** (ARISTÓTELES 1253a, 10-18 *apud* AGAMBEN, 2010 [1995], p. 15, grifos meus).

Interessa a Agamben, como se vê, apontar que a política funda a metafísica ocidental na medida em que separa formas de vida. A separação, porém, diz respeito diretamente aos modos em que a

⁷ Aqui, não farei distinção entre um dispositivo da linguagem e o funcionamento da linguagem como dispositivo. Primeiro, porque – não obstante o efeito de “como”, lido, por exemplo, pela AD francesa no caso de Lacan –, parto da leitura de Agamben, que não distingue esses efeitos e, ainda, sustenta a tese de uma ontologia e de uma epistemologia, relacionais e ubíquas. Ora, dessa perspectiva, gostaria – ainda – de entender, no limite das distinções possíveis sugeridas pelo “como” uma das modalidades do dispositivo, qual seja, a da ausência de garantia de êxito de seus regimes de objetivação e de subjetivação.

linguagem habita os seres, pois entre os homens (*bios*) e os outros seres (*zoé*) se funda uma relação de oposição. Homem, afinal, é aquele que “[...] na linguagem, separa e opõe a si próprio a vida nua e, ao mesmo tempo, se mantém em relação a ela numa exclusão inclusiva.” (AGAMBEN, 2010 [1995], p. 16).

Pensar a linguagem nesse dispositivo de produção de subjetividade, em Agamben, será operar na dimensão da exceção, a exclusão inclusiva das modalidades de vida: *zoé*, ao mesmo tempo que desqualificada e excluída do ordenamento jurídico e político porque vida nua, é capturada na exceção tanatopolítica; *bios* é tornada vida capaz de linguagem e de *logos*, qualificada na cidade dos homens. Essa dimensão da soberania na origem da política – a *exclusão inclusiva* – não seria uma condição de pensar os modos pelos quais podemos e pudemos nos tornar sujeito? Ser sujeito, nesse caso, é uma possibilidade que apenas a linguagem oferece? Dito de outro modo e a partir da indagação do presente ensaio: se a linguagem é o mais antigo dos dispositivos, ela significa sempre exclusão e manutenção da fissura inaugural, ou seja, a assunção da ordem e da estrutura da política se inscreve na linguagem mas, em contrapartida, coloca em funcionamento fantasmático aquilo que é da ordem da *zoé*, da voz e do grito?

Faço aqui um corte e inicio a relação entre a (bio)política e a linguagem, de um lado, e o problema saussureano de *invenção* de uma ciência, a Linguística, a partir da invenção de um objeto, a língua, na modalidade da exceção. A hipótese que defendo é a seguinte: se o dispositivo exige o vértice entre a linguagem e a exterioridade (pressuposta no caráter discursivo e não-discursivo), o problema saussureano seria justamente o de hipostasiar uma parte desse dispositivo a partir do corte. Nesse caso, a dramática saussureana seria fundamentalmente bio-política: porque produzida na estrutura da exceção, porque ainda solicitando uma resposta para os problema do vivo e da vida.

É sobre a leitura dessa dramática da linguagem que pretendo me deter a seguir.

2. A língua e o rubor

É hora, pois, de pensar nos modos pelos quais esse dispositivo da linguagem opera na invenção da Linguística moderna. Para tanto, parto de três textos de Agamben em que a linguagem e a linguística, propriamente saussuriana, estão em questão: *Estâncias*, de 1977; *Homo sacer I*, de 1995; *O que resta de Auschwitz* (o *Sacer 3*), de 2008. Estou aqui considerando a provocação de Agamben (2014a [2005]), qual seja, *a de que linguagem é um dispositivo*, a fim de ler o problema político que reaparece nas muitas ocasiões em que o filósofo pretende refletir sobre ela – ao que parece, no esforço de deslindar seu funcionamento e aquilo que oferece como modos de captura para viventes.

Vou ao primeiro dos textos, em que a discussão é sobre uma fórmula cara aos linguistas, psicanalistas, antropólogos etc e que marca o estruturalismo e as leituras sobre o sujeito: S/s. Na quarta parte de *Estâncias*, intitulada *A imagem Perversa: a semiologia do ponto de vista da esfinge*, Agamben (2012 [1977]), similar ao que fez Foucault algumas vezes (em *A Vontade de Saber*, em *A Verdade e as Formas Jurídicas*, por exemplo), dá uma leitura languageira para a tragédia edípica: mais do que o incesto, o problema de Édipo foi o de pretender solucionar a linguagem na forma de um enigma passível de decodificação. Eis sua perdição.

O que Édipo, na leitura agambeniana, faz notar é aquilo que Hegel, nas *Lições de Estética*, vislumbrava: o SIMBólico é também o DIABólico (o livro de Agamben é, aliás, sobre fantasmas e assombrações). A fratura se dá justamente pela ambiguidade da linguagem em relação à presença: ao mesmo tempo em que pretende trazê-la à materialidade, redundando num fracasso em que a

materialização é sempre uma exclusão, um impedimento. Dito de outro modo, essa fratura que funda a linguagem – e que Agamben (2012 [1977], p. 219) considerada que “ficou afastada e ocultada” da história da metafísica diz respeito à uma relação nunca saturada, que diz respeito tanto à empresa de captura do mundo pela linguagem (seu caráter referencial) quanto à tentativa de captura do sujeito de uma enunciação (seu caráter discursivo).

Como em Lacan ou em Derrida – lembremos, o texto é de 1977, quando o ocaso do estruturalismo era bastante evidente –, Agamben (2012 [1977], p.221) descreve a metafísica moderna solicitada em Hegel como “esquecimento da diferença originária entre significante e significado”. Nessa esteira aporética, se a filosofia contemporânea é filha do *linguistic turn*, Agamben retoma o esquecimento do Ser heideggeriano, mote se *Ser e Tempo* (e, como afirmei antes, espaço de destruição da metafísica de que se serviu também Foucault) e passa a pensar Saussure em seu paradoxo, o mesmo que o genebrino confessava a Meillet e com que abri este escrito: é possível fazer uma linguística? O signo saussuriano, bipartido, não inauguraria a história feliz de uma unidade de significação e de apaziguamento, mas a impropriedade sempre-já presente na “unidade dupla” do *Cours* e, no limite, na expulsão dos elementos demandados por uma linguagem-dispositivo.

O problema do esquecimento do Ser heideggeriano, como se sabe, é o que condena a filosofia ao sono metafísico, mas também a condição positiva de uma ontologia fundamental, a ser realizada a partir da pergunta sobre o Ser do ente (HEIDEGGER, 1997 [1927]). O esquecimento de Agamben é também o apontamento de um fracasso e a júbilo discreto de uma promessa em aberto: o pensamento sobre a linguagem ainda não tomou consciência dessa fratura inaugural, porque a Linguística parte do signo saussureano positivo e se esquece da diferença, apagando-a em nome da totalidade. A tarefa é descrever a fratura e reaver a complexidade do dispositivo.

Agamben (2012 [1977], p. 244) lê na letra do *Cours* a aporia da unidade positiva do signo. Ele retoma a afirmação saussureana de que, não obstante as diferenças, no signo a positividade é garantida. Nas palavras de Saussure, citadas por Agamben (grifos meus): “Graças ao fato de que tais diferenças se condicionam umas às outras, **teremos algo que pode se assemelhar a termos positivos [...]**.” Quanto às cartas a Meillet, elas corroboravam o impasse de qualquer ciência da linguagem, porque a desconfiança primeira era relativa justamente a esse “**ponto de irradiação positivo em toda a linguagem**” (SAUSSURE, 1894 *apud* AGAMBEN, 2012 [1977], p. 244, grifos meus), problema central de uma teoria das diferenças. Ora, o *Cours*, segundo Agamben, inauguraria a Linguística somente na condição de assumir o impasse; novamente, Agamben evoca o *Cours* para apresentar o paradoxo: “O que seria necessário para que tal relação entre o significante e o significado fosse dado em si? **Sobretudo seria necessário que a ideia fosse determinada previamente e ela não é.**” (SAUSSURE, 1967, p. 272 *apud* AGAMBEN, 2012 [1977], p. 244, grifos meus)⁸.

O que Saussure oferece, apesar de seus esforços, é uma “[...] ciência dos signos na metafísica.” (AGAMBEN, 2012 [1977], p. 246). O ponto de vista agambeniano quer tanto colocar em suspenso a semiologia quanto sua crítica radical, a gramatologia. Para Agamben (2012 [1977]), até mesmo Derrida redundava em metafísica, pois ao restaurar a escritura significante e interpretar a fratura, deixa de notar o fato de que há sempre a dobra. Derrida, sob tal viés, é, ainda, o arauto de uma metafísica negativa e não sua superação. Agamben pretende que é o barramento do algoritmo saussureano a topologia da dobra, aquilo que permanece barrado, na origem da linguagem,

⁸ Na edição brasileira do *Cours*, a discussão aporética de Saussure está no capítulo *O Valor Linguístico*, mais exatamente no parágrafo quarto. O trecho em questão: “Mas dizer que na língua tudo é negativo só é verdade em relação ao significante e ao significado tomados separadamente: desde que consideremos o signo em sua totalidade, achamo-nos perante uma coisa positiva em sua ordem.” (SAUSSURE, 1972 [1916], p.139, grifos meus).

à significação. Significante e significado, para Agamben, devem ser substituídos pelo minimalismo da barra, a aporia inaugural que constitui toda possibilidade de uma linguagem – de um dispositivo da linguagem, eu diria aqui.

A modalidade da dobra reaparece no segundo dos textos que aqui escolhi para reflexão, o *Homo Sacer*, onde o problema da linguagem vai ser perscrutado segundo uma leitura da soberania. Novamente, trata-se de pensar a ambiguidade constitutiva da invenção do dispositivo no campo da ciência. Com Schmitt, Agamben vai descrever a soberania como a capacidade de produzir exceção. Assim, lendo os contruaturalistas, como Hobbes, a fundação do governo só existia pela criação do Leviatã a partir do desejo dos súditos, o que, por conseguinte, redundaria numa excessão constitutiva – os súditos passam a ter outra qualidade, o soberano passa a operar sobre ele, precedendo-os e criando o direito que, no limite, é de morte. É esse paradoxo de algo que está, ao mesmo tempo, dentro e fora da lei, o que constituiria tanto o direito soberano quanto as relações extremas de um ordenamento rompido desde a origem – e daí o paradigma é o do campo de concentração, postulado de Agamben (2010b [1995]).

O funcionamento da norma jurídica como exceção é, então, aproximado da *langue saussureana*. No funcionamento do sistema proposto por Saussure⁹, segundo Agamben (2010b [1995]), aquilo que é paradoxal na soberania revela-se na condição de existência da linguística moderna. Ora, o não-linguístico opera como aquilo que, de outra natureza (como o Leviatã) mantém o próprio linguístico (a estrutura). Aqui, é o não-jurídico (a soberania como estado absoluto) que funda a lei, ainda que o esforço seja o de expulsar o caráter referencial. É a exceção de uma estrutura de exclusão-inclusiva, que Hegel (novamente ele) já havia apontado: a linguagem está sempre dentro e fora de si mesma.

⁹ Cabe notar em Agamben (2010b [1995]) uma leitura da Linguística saussureana que oblitera a cisão entre *langue* e *parole* e a pensa em sua ambiguidade. Quando diz *linguagem*, o autor remete ao irresolúvel em Saussure, aquilo que se mostra na modalidade da dobra.

Interessa a Agamben, na ligação entre direito e linguagem, observar que, no nosso tempo, é a exceção a estrutura fundamental, em sua ambiguidade assassina. Como no problema levantado por Saussure e discutido em *Estâncias*, a dramática da linguagem é o seu modo paulino do “como se”¹⁰: a metafísica que pretende fazer coincidir sentido e referente ou fazer crer numa *langue* que só existe na condição soberana da exceção que inventa suas normas. Agamben (2010b [1995], p. 28, grifos meus) arremata que há, por conseguinte, um vínculo entre uma norma biopolítica e o dizer – o que evoca, por sua vez, sua provocação acerca de um dispositivo da linguagem no qual a aporia entre o linguístico e o não-linguístico é axial:

A linguagem é o soberano que, em permanente estado de exceção, declara que não existe um fora da língua, que ela está sempre além de si mesma. A estrutura particular do direito tem seu fundamento nesta estrutura pressuponente da linguagem humana. Ela exprime o vínculo de exclusão inclusiva ao qual está sujeita uma coisa pelo fato de encontrar-se na linguagem, de ser nominada. Dizer, neste sentido, é sempre *jus dicere*.

Essa linguagem e o direito, o direito de dizer na constituição da norma – que é exceção e, no limite, tecnologia da tanatopolítica –, eis o que gostaria de retomar, mais esta vez, na modalidade do dispositivo. No *Homo Sacer*, a descrição da linguagem saussureana, defendo, exige o pressuposto da relação ambígua entre linguístico e o não-linguístico. Mais ainda: segundo a captura do vivente e de acordo com um deslocamento da desordem para a ordem – o que lemos no *Estâncias* na produção de uma linguagem propriamente humana –, esse dispositivo é sempre um vértice entre a política e a vida. Viver e dizer, pois, são elos do dispositivo da linguagem que apontam para

¹⁰ O modo paulino do “como se”, estrutura de dizer e de viver de uma estética da existência e uma resistência pode ser lido em Agamben (2014b, 2000).

a exceção soberana, cindindo modalidades de vida, modalidades de dizer e de produzir sentido.

Finalmente, passo à terceira leitura da Linguística de Agamben, empreendida em *O que resta de Auschwitz*, seu belo texto sobre a possibilidade do testemunho, sobre a exceção, sobre Primo Levi e sobre esse paradigma do campo em que vivemos – muçulmanos ou não (o muçulmano, esse vivente cuja subjetividade está posta em xeque na tanatopolítica). Agamben (2008), já no início do texto, remete-nos à vergonha, para questioná-la na relação com os sujeitos e a ética. Ora, aqui cabe retomar o próprio Saussure, para quem a vergonha sondava a ciência. Repito o trecho com que iniciei este ensaio, a carta a Meillet, de 1894: **“Estou muito enojado com tudo isso e com a dificuldade que se tem em geral para escrever dez linhas que tenham sentido comum em matéria de fatos de linguagem”** (AGAMBEN, 2012 [1977], p.243, grifos meus). Esse nojo, gostaria de ler justamente no funcionamento da vergonha, do rubor a que Agamben faz menção e que em Saussure corrobora aquilo que avento como a dramática da linguagem. A aproximação, nesse caso, não pretende evitar a diferença entre nojo e vergonha, mas apontar as relações entre o enunciado e o sujeito, da ordem de uma disjunção e de uma reaparição fantasmática, inscrita no corpo.

Agamben (2008) recorre à vergonha para pensar na figura do sobrevivente do campo, cuja vida perdeu a dignidade diante do ocaso da morte e da impossibilidade do testemunho. O autor problematiza a vergonha do sobrevivente do campo e usa, para tanto (entre muitos, como Kant, Heidegger ou a experiência SM), um texto de Levinas, de 1935, para quem a vergonha, o ruborizar-se, é a condição radical da presença de si a si mesmo. No limite, é nossa incapacidade de nos *dessolidarizarmos* conosco, mas uma nudez de si que implica um olhar para si, sem controle. Similar à estrutura da exceção, a vergonha traz no bojo um inassumível, algo que nos exige numa exclusão inclusiva,

qual seja: uma dessubjetivação que reside em nós mesmos: “[...] este inassumível não é algo exterior, mas provém da nossa intimidade; é aquilo que em nós existe de mais íntimo (**por exemplo, a nossa própria vida fisiológica.**” (AGAMBEN, 2008, p.110, grifos meus). A vergonha seria a modalidade de subjetivação dessubjetivada. Um movimento de desconcerto e de deslocamento dos efeitos de identidade que rondam o sujeito. Mais, ainda, seria – e o exemplo de Agamben não é sem motivo – algo que retoma a ambiguidade entre as modalidades de vida, *bios* qualificada e *zoé* fisiológica que vem à tona apontando a ambiguidade de nossas capturas por dispositivos.

Por que a vergonha, aqui, quando o que faço é ler a possibilidade de um dispositivo da linguagem? Para além do rubor saussureano, a que voltarei, a estrutura da vergonha reaparecerá na linguagem. Ao tratar da criação poética, Agamben (2008, p.118) retomar a dessubjetivação na composição, talvez, de “todo ato de palavra”. Logo a seguir, ele se vale da *Carta de Paulo aos Coríntios* e à *glossolalia*: o acontecimento da palavra misteriosa, o falante que enuncia “coisas misteriosas” que não controla, porque sua origem está num outro. É o bárbaro que funda essa glossolalia. Bárbaro, como ensina Agamben (2008), é aquele que é sem *logos* (da ordem do grito, da voz e da *zoé*), o estrangeiro que habita a capacidade de enunciação e que aponta: i) para o acontecimento de uma dessubjetivação; ii) para um fracasso em toda tentativa de estruturação da linguagem.

É, pois, de um fracasso e um rubor que, ao retomar o problema estruturalista, Agamben vai observar na teoria enunciativa de Benveniste. É a dessubjetivação que interessa a Agamben (2008): a vergonha e a falta de controle de uma enunciação que se vê nua; e, mais importante, a cisão entre língua e discurso de Emile Benveniste. Para Benveniste, como é de muito sabido, os embreantes, o sistema dêitico, no mesmo golpe em que marcam a dependência do sujeito que habita na linguagem (é, afinal, o eu quem cria o tempo e o espaço),

estabelece um paradoxo de muito conhecido, similar ao apontado por Hegel: passar da língua ao discurso, o sujeito passa a existir apenas na condição de falar *na* língua. Essa expropriação, segundo Agamben (2008), é a marca da glossolalia, digamos, original.

Leiamos Benveniste (2005 [1958], p. 288), que fala de uma “revelação da subjetividade na linguagem”. Agamben (2008), por sua vez, afirma que **Eu falo**, nos termos de Benveniste, traz no bojo a responsabilidade do dizer mas, em contrapartida e ambigualmente, o funcionamento de uma vergonha: **falo no interior de um dizer**¹¹. Sou sujeito na expropriação, barrado, porque meu dizer exige a dessubjetivação na linguagem. Quando Benveniste pretende que o eu refere-se apenas “[a] algo muito singular, que é **exclusivamente linguístico** [...]” (BENVENISTE (2005 [1958], p. 288, grifos meus), o que temos, para Agamben (2008), é a experiência radical da glossolalia e daquela exclusão inclusiva produzida na (bio)política. No discurso, aquilo que a linguística saussureana materializava como um problema a conjurar se materializa na coincidência entre subjetividade e dessubjetivação. No discurso, ainda, o vivo e o enunciável se confundem até o limite do silêncio:

No presente absoluto da instância do discurso, subjetivação e dessubjetivação coincidem em todos os pontos, e tanto o indivíduo em carne e osso quanto o sujeito da enunciação se calam totalmente. Isso também pode ser expresso dizendo que quem fala não é o indivíduo, mas a língua; isso, porém, nada mais significa senão que – **não se sabe como** – a palavra atingiu uma impossibilidade de falar. (AGAMBEN, 2008, p. 121, grifos meus).

¹¹ Em Benveniste (2005 [1958], p. 288-289): “A linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda designando-se como eu.” [...] “A linguagem é, pois, possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas lingüísticas [sic] apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade [...]”.

É na instância desse “não se sabe como” que operam os poetas: uma responsabilidade diante do dizer e do ser sujeito na língua; uma vergonha da constituição pela língua, da qual não é possível se desvincular e que torna toda enunciação, a um só tempo, pertença e não pertença. Agamben (2008, p. 123) assevera que é a poesia moderna o terreno em que emerge a dessubjetivação cuja estrutura é a do discurso. Fernando Pessoa marcaria um percurso de despersonalização e de retorno a si mesmo, pois sua heteronomia solicita que possa “[...] *responder por sua dessubjetivação.*”

Ora, aqui a topologia dos três textos de Agamben pode ser retomada, num itinerário: primeiro, uma Linguística cuja condição é a dobra; depois, a constatação de que a linguagem, conforme Saussure, guarda em si a estrutura da exceção soberana; por fim, o discurso e a presença de sujeito como resto entre a captura da linguagem. Nos três casos, o ponto fulcral é a pergunta sobre a natureza dos estudos sobre a linguagem, aquela mesma que preocupava e enrubescia Saussure – um nojo. Em jogo, está a cisão que torna possível toda a política, qual seja: entre as modalidades de vida, bios e zoé, e a consequente produção da exceção.

A possibilidade de matar – de sacrificar o insacrificável – e de produzir a vida nua, como tentei até aqui mostrar, é um problema da norma jurídica, desde que essa é também direito a dizer. Nesse cadinho, os viventes, as normas e a linguagem guardam relações não irrelevantes. Para uma teoria biopolítica, um dispositivo da linguagem. Isso equivale a pensar a dobra, a exceção e o rubor. O linguista ruborizado, tal qual Saussure em queixa a Meillet, coloca em xeque o empreendimento de uma ciência e aponta no seu fracasso a possibilidade de um êxito de outra ordem. Dessubjetivado, tornado corpo político (e corporalizando os sujeitos que falam e que cometem discurso), o que parece mais importante aqui, realinhando a investigação sobre a linguagem na consideração mesma de que ela é: dispositivo.

Na última parte deste texto, gostaria de me voltar para aquilo que, de resistência, um dispositivo da linguagem passa a sugerir.

3. O sem remédio

A leitura que Agamben sobre a Linguística mostra a tensão existente numa teoria que reduz o acontecimento à formalização. A pergunta pela enunciação benvenistiana, nesse caso, ainda reverbera, segundo a ordem de um ato “absolutamente singular e irrepetível” (AGAMBEN, 2008, p. 140), que escapa do golpe científico de produção de um objeto no interior do dispositivo ambíguo da linguagem. Dito de outro modo, a aporia de Benveniste funcionaria como a marca de uma impossibilidade semiótica e uma exigência positiva – a que Michel Foucault, de alguma maneira, teria respondido com a sua teoria dos arquivos, a arqueologia ou a que Agamben (2010a) formulou em sua ruínologia. Para Agamben (2008), Foucault, na *Arqueologia*, teria realizado o programa de uma metassemântica benvenistiana, ao tomar como objeto de investigação justamente o excedente semiótico, o “mais” que separa uma análise linguística de sua arqueologia dos discursos.

Diferente do que acontecia em Benveniste, Agamben (2008) considera que a retomada do esforço da Semiologia Geral saussuriana, realizado pela metassemântica de Benveniste e pela arqueologia de Foucault, no mesmo 1969, diferem quanto ao papel dado ao sujeito. Para Agamben (2008), a arqueologia parte da *dessubjetivação* e evoca a existência dos enunciados no limite entre a *langue* e a *parole*. O discurso, para Foucault, restaria irresolúvel entre a repetibilidade e o acontecimento político, entre o dito e o não-dito estratégico, revelando a um só tempo a sistematividade e a dispersão que habita aquilo que existe em linguagem. Para o *arqueólogo-positivista*, o interesse era descrever algo “no limite da linguagem” (FOUCAULT, 2012 [1969], p. 127). Como na explicação sobre a filosofia política da

arqueologia de Deleuze (2005 [1986]), o que Foucault ofereceria é da ordem dos dispositivos e da relação entre o dizível, as estratégias de poder, as tecnologias e as formas de subjetivação.

Chamo a atenção, a título de conclusão, para aquilo que é, também em Michel Foucault, da ordem da dessubjetivação, motivo de investigação de Agamben. Faço um retorno breve ao Foucault inicial: “Sem dúvida, o objetivo principal, hoje, não é descobrir, mas recusar o que nós somos”. Ora, é a relação pretendida por Agamben, referente à dessubjetivação presente em toda subjetivação que aqui reaparece, mas tomada como vislumbre de práticas de liberdade e de resistência. Dito de outro modo, se o dispositivo da linguagem é dobra que captura viventes, é na estrutura de inclusão exclusiva, como aporia e ambiguidade fundante, que nos tornamos algo cuja origem é a capacidade da recusa. Resistir, nesse caso, é uma condição aberta para aquilo que, como resto, aparece entre a norma, a exceção e a linguagem.

Brevemente, arremato, lembrando a vergonha de Saussure e a tarefa de Foucault da *Introdução* deste ensaio. É um já costumeiro Agamben (1993, p.83) – dessa vez no *A comunidade que vem* – que cito:

Apenas podemos ter esperança naquilo que é sem remédio. Que as coisas estejam assim ou de outra maneira – isto é ainda no mundo. Mas que isso seja irreparável, que o assim seja sem remédio, que nós possamos contemplá-lo como tal – isso é a única passagem para fora do mundo. (O caráter mais íntimo da salvação: que sejamos salvos só no instante em que já não queremos sê-lo). Por isso, nesse instante, existe salvação – mas não pra nós).

Saussure, o linguista enrubescido de que falei, parece na condição de provar essa salvação que é *pharmakon*¹²: o que salva e o que dana. Interessa, mais do que a anedota, interrogar sobre aquilo que, ainda

¹² “[...] ‘esse phármakon, essa ‘medicina’, esse filtro, ao mesmo tempo remédio e veneno, já se introduz no corpo do discurso com toda ambivalência.’ (DERRIDA, 2005, p. 14).

nos estudos sobre a linguagem, é da ordem da dessubjetivação e das resistências e que diz respeito à política. É na intersecção entre um acontecimento e uma prática política, na urgência histórica e estratégica, que têm lugar as coisas da linguagem. Esse dispositivo é sempre, segundo a leitura que aqui aventei, pertença e não pertença. Como uma norma e não como uma lei, a linguagem é aquilo que, inventado, permanece a engendrar modalidades de sujeito e de vida. Por isso, é um dispositivo de captura e, no limite, de exceção e de fazer morrer. Porém, se é sem remédio, é também uma dobra aberta de que nos valemos para resistir. É dessa salvação que, como afirmava Holderlin, nasce do perigo, é que parece se tratar quando pretendemos, dessubjetivados, travas lutas corpóreas e fazer gestos ínfimos em seu interior rasurado – esse dispositivo primeiro e plástico que nos solicita.

Considerações finais

Neste ensaio, parti de uma espécie de pergunta, recorrente e em aberto, forjada por Giorgio Agamben a partir de Michel Foucault: *a linguagem, afinal, é um dispositivo?* Ao me deparar com o questionamento, voltei-me à presença de uma discussão sobre a linguagem na filosofia do italiano, mais detidamente naquela em que a fundação da linguística moderna é explorada em sua invenção rasurada.

Nesse itinerário, depois da leitura dos apontamentos sobre a positividade do signo, a exceção soberana da língua e a aporia na teoria enunciativa, assumi que: i) se a linguagem é um dispositivo, é preciso pensá-la na modalidade da política; ii) a política, nesse caso, é um modo de captura que se funda na exclusão inclusiva e que cria formas de vida mais ou menos qualificadas; iii) nessa biopolítica, os

dispositivos aparecem como relação ambígua entre o linguístico e o não-linguístico; iv) nesse caso, e paradoxalmente, pensar a linguagem como dispositivo solicita que a relação de conjunto seja colocada em causa, porque ela é ao mesmo tempo o que captura (o dispositivo) e uma das formas da captura (o discurso)¹³.

Tendo em vista o que discuti e o relacionado entre i e iv, do que se trata quando interrogamos um dispositivo da linguagem? Ao que parece, da assunção do rubor como um voltar-se para si. Essa vergonha, positiva, faz inquirir acerca daquilo que, como gesto corriqueiro, expulsamos: o corpo e o discurso, a produção de modos de sujeito em tecnologias nas quais a linguagem tem destaque, a deiscência dos esforços de saturação. É, pois, na dobra e no hífen – sobre os quais algumas linguísticas têm se debruçado, com mais ou menos êxito – que se dá a ver uma política linguística ou, de forma mais fundamental, uma linguagem-política.

Referências

AGAMBEN, G. *O amigo. O que é um dispositivo?*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2014a.

AGAMBEN, G. *Altíssima pobreza: regras monásticas e formas de vida*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014b.

AGAMBEN, G. *Estâncias: a palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Tradução de Selvino J. Assman. Belo Horizonte: Editor da UFMG, 2012. [1977].

AGAMBEN, G. *Signatura rerum: sobre el método*. Tradução de Flavia Costa y Mercedes Ruvituso. Barcelona: Editorial Anagrama, 2010a.

AGAMBEN, G. *Homo sacer I: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010b. [1995].

¹³ Para uma leitura da linguagem e da soberania de acordo com o paradoxo da Teoria dos Conjuntos, ver Agamben (2010b [1995]).

AGAMBEN, G. Une biopolitique mineure (Entrevista com Giorgio Agamben realizada por Stany Grelet e Mathieu Potte-Bonneville). *Vacarme*, n. 10, 2000.

AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Homo sacer III). Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGAMBEN, G. *A comunidade que vem*. Tradução de António Guerreiro. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

BENVENISTE, É. Da subjetividade a linguagem. [1958]. In: BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral I*. 5. ed. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. Campinas, São Paulo: Pontes: Editora da UNICAMP, 2005. p.284-293.

BUTTURI JUNIOR, A. A autoria, o dispositivo e a ética: os limites da (des) subjetivação na escrita. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 60, n. 3, p. 507-530, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v60n3/1981-5794-alfa-60-3-0507.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

DELEUZE, G. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005. [1986].

DELEUZE, G. *O que é um dispositivo?* In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161. Disponível em: <http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art14.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2012.

DERRIDA, J. *Gramatologia*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. [1967].

DERRIDA, J. *A farmácia de Platão*. Tradução de Rogério da Costa. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DUARTE, A. Heidegger e Foucault, críticos da modernidade: humanismo, técnica e biopolítica. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 95-114, 2006.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: *Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. [1982]. p. 118-140.

FOUCAULT, M. O retorno da moral. *In: Ditos e escritos V: ética, sexualidade e política*. 2. ed. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. [1984]. p. 252-263.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. *In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder*. 27. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2009a. p. 243-276.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 19. ed. Tradução de Maria Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009b. [1976].

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. [1969].

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo: parte um*. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. 6. ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1997. [1927].

NEGRI, A. *Quando e como eu li Foucault*. Tradução e organização Mario A. Marino. São Paulo: n-1, 2016. [2003].

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. 4. ed. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1972. [1916].

Como citar

BUTTURIJR, Atílio. É a linguagem um dispositivo? (ou o linguista enrubescido). *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p. 350-375, 2018.

Recebido em 29/01/2019 e aceito em 25/03/2019

Da linguística humana ao sistema “d” e às ordens espontâneas: uma abordagem sobre a emergência das línguas indígenas africanas¹

Sinfree B. MAKONI²

Alexandre Cohn da SILVEIRA³

¹ Artigo originalmente publicado em *Linguapax Review*, 5, 2017: World Language Diversity: Old frontiers, New Scenarios, p. 39-79. Autorização para tradução cedida pelo autor, Sinfree Makoni.

² Autor: Penn State University, sbm12@psu.edu, orcid.org/0000-0002-4493-1750.

³ Tradutor: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), alexandre.silveira@unilab.edu.br, orcid.org/0000-0002-2574-0123.

RESUMO As práticas linguísticas têm sido vistas através de abordagens – como a translinguagem, mistura de códigos, superdiversidade e metrolinguismo – motivadas pela intenção de capturar algumas das diversidades sociolinguísticas contemporâneas, ou de capturar as diversidades que ocorreram historicamente – e perdidas devido aos quadros analíticos usados – sublinhando a necessidade de expandir os “repertórios epistemológicos”. Este artigo segue essa lógica de expandir repertórios epistemológicos analíticos para descrever as diversidades sociolinguísticas, tendo como foco contextos sócio-históricos da África e analisando como as línguas indígenas foram apropriadas como primeiras línguas por falantes africanos, bem como explorando as implicações de uma perspectiva linguística humana no planejamento linguístico.

ABSTRACT Language practices have been seen through frameworks - such as translingualism, codemixing, superdiversity, and metrolinguism - motivated by the intent to capture some of the contemporary sociolinguistic diversity or capture the diversities that have occurred historically - but lost because of the analytical frameworks used - underlining the need to expand the “epistemological repertoires”. This article follows this search logic by expanding epistemological analytical repertoires to

describe sociolinguistic diversity, focusing on socio-historical contexts of Africa, analyzing how indigenous languages were appropriated as the first languages by African speakers, as well as it explores the implications of a human linguistic perspective in linguistic planning.

PALAVRAS-CHAVE Planejamento linguístico. linguística humana. linguística africana.

KEYWORDS Language planning. human linguistics. African linguistics.

Introdução

Nosso principal objetivo é explorar as implicações da adoção da perspectiva da “linguística humana” (YNGVE, 1996, p. 80) sobre o planejamento linguístico na África. Sob tal perspectiva, a língua não é entendida como uma coisa que possui vida própria, externa e acima dos seres humanos, mas que tem verdadeira existência apenas nos indivíduos, e todas as mudanças na vida de uma língua só podem existir a partir de seus falantes (YNGVE, 1996, p. 28). Em uma perspectiva da linguística humana, são as pessoas e as suas atividades que devem ser centrais para um estudo da língua. Portanto, a partir de tal perspectiva, o principal objetivo do planejamento linguístico na África seria promover e mudar o *status* político e econômico das pessoas, ampliando a natureza da comunicação entre elas, o que se torna valioso porque “[...]as tarefas comunicativas são frequentemente subtarefas de tarefas não linguísticas (...) e se relacionam naturalmente com assuntos cotidianos” (YNGVE; WASIK, 2004, p.23). Então, o objetivo final da “linguística humana” é permitir que as pessoas realizem suas atividades, e sendo a linguagem uma subtarefa dentro desse processo, ela não pode existir em “isolamento esplêndido” (YNGVE; WASIK, 2004, p. 23). A língua não pode ser isolada de outras práticas semióticas. Na perspectiva da linguística humana, em que as pessoas são de primordial importância, elas são assumidas como “usando as línguas” e não como “usuários de idiomas”. Chamá-las de usuários é, portanto, “perverso” porque estaríamos definindo pessoas em termos de língua (YNGVE, 1996, p. 77).

Muitos estudiosos que trabalham na África têm observado com frequência que os governos africanos são relutantes ou intransigentes quanto a implementar de forma abrangente políticas linguísticas que busquem promover o que se entende por línguas indígenas (STROUD, 2001). O suposto fracasso do governo africano

para implementar tais políticas linguísticas é atribuído à preferência dada ao inglês ou francês, que, por sua vez, seria um resultado do neocolonialismo. Infelizmente, esse argumento está historicamente errado, pois é baseado no pressuposto de que um dos principais objetivos dos governos coloniais era promover o inglês ou o francês, o que se torna historicamente inválido uma vez que os governos coloniais estavam muito mais inclinados a promover os idiomas africanos do que o inglês ou o francês. Ao contrário do argumento neocolonial, foram os países africanos que defendiam fortemente o uso do inglês na educação (SUMMERS, 2000; MAKONI; TRUDELLE, 2006). O principal impulso do nosso argumento neste artigo, no entanto, não reside no aspecto histórico do planejamento linguístico, ainda que possa estar à luz de tal perspectiva, mas na noção teórica de língua e, por extensão, no multilinguismo e nas implicações do reenquadramento da língua em uma “perspectiva da linguística humana” para o planejamento linguístico na África.

O fracasso frequentemente relatado das políticas africanas para o planejamento linguístico na África tem criado, paradoxalmente, oportunidades únicas para se examinar criticamente algumas das suposições feitas sobre as línguas africanas. Esse insucesso não se deve à falta de vontade ou incapacidade, por parte dos governos africanos, em implementar tais políticas, mas a uma tendência teórica de tratar as línguas africanas como se fossem objetos reais. Nós não somos nem os primeiros nem os únicos estudiosos céticos sobre a crença de que as línguas são entidades no mundo real e tal ceticismo tem sido raramente articulado aos contextos africanos de política e planejamento linguísticos.

Nossa posição não é que devamos tratar o planejamento linguístico como uma empresa na África, mas que precisamos nos reorientar para longe de uma reificação das línguas como se existissem por si só no mundo real, no sentido de buscarmos enquadramentos

cujos principais objetivos seriam, em primeiro lugar, promover as pessoas e, em seguida, melhorar a comunicação entre elas. Projetos africanos de planejamento linguísticos realizados a partir de uma perspectiva da linguística humana devem nos levar a reformular nossas perguntas mesmo em outras áreas, indo além da noção das línguas africanas. “Podemos dizer que estamos interessados em como as crianças aprendem a falar e que estamos curiosos sobre a maneira como nós vemos o mundo (e poderíamos adicionar “como vemos as pessoas”) depende da maneira como falamos sobre isso” (YNGVE, 1996, p. 73). Um projeto de planejamento linguístico bem-sucedido nessa perspectiva exige no mínimo coragem moral e intelectual para prescindirmos da noção de língua na sociolinguística africana.

A posição que estamos adotando é o inverso dos modelos convencionais de planejamento linguístico, cujo objetivo consiste em promover o *status* das línguas em modelos que não prestam a devida atenção ao modo como as pessoas falam sobre o mundo e sobre si mesmas e de como as línguas emergem de tal interação, não sendo um “*a priori*” em relação aos encontros humanos. Defendemos a ideia de que as mudanças no *status* da língua podem ocorrer como resultado de mudanças sociais, políticas e econômicas de seus falantes, e o contrário não necessariamente ocorre. A situação socioeconômica das pessoas nem sempre melhora porque o *status* de sua língua foi alterado, ou seja, o reconhecimento e a atribuição de *status* oficial às línguas não melhora a condição social e política dos povos indígenas.

Se as nossas conceituações das línguas africanas mudarem, temos que desinventar os discursos sobre as línguas africanas e analisar não apenas nossos discursos sobre a África, mas também como nossos discursos são (mal) apropriados ou subvertidos pela população local. Para que a desinvenção ocorra é necessário intervir em um nível de discurso, o das representações, e, por implicação,

no nível da conceituação das línguas africanas. Nesse raciocínio, ser africano significa, por extensão, incluir o estatuto das práticas linguísticas africanas, a relação entre tais práticas e o sobrenatural e “a maldição das vozes dos mortos-vivos”¹ (PERLEY, 2012, p. 133). O objetivo final da desinvenção é facilitar formas alternativas de abordagem e conceituação das línguas africanas, dispensando completamente a noção existente e reforçando um contexto sociolinguístico epistemológico africano e livre. Nesse ínterim, devido à persistência da noção de língua sobre o nosso imaginário de África, nos resta a alternativa de desinventar cinco formas dominantes de conceituação das línguas africanas:

- A diversidade linguística como enumerabilidade.
- O jogo de nomeação.
- A conceituação das línguas africanas.
- A construção da indigeneidade.
- Os dicionários como discurso e como uma teoria das línguas africanas.

Os argumentos que apresentamos não são necessariamente exclusivos para África, embora possam assumir maior significado nesse contexto. Eles podem não apenas se identificar com experiências de línguas minoritárias na Europa, e outros contextos pós-coloniais como a Índia, como também são claramente relevantes para o chamado Sul Global (KERFOOT; HYLSTENSTAM, 2017; ARTHUR, J.; CHIMBUTANE, 2015).

¹ “undeadvoices”, no original.

1. Diversidade linguística como enumerabilidade

Nesta seção do artigo analisamos o papel da enumeração na conceituação da diversidade africana. Greenberg (1966), em relação às línguas na África, estima que existam cerca de 800 línguas diferentes. Crystal (1997, p. 316) propõe cerca de 2000. Mann e Dalby (1987) apresentam uma estimativa maior do que a de Crystal e sugerem que a África possui aproximadamente 2550 línguas. Existe um debate em curso envolvendo linguistas, antropólogos, grupos de cooperação, planejadores da educação e governos africanos sobre o número exato de línguas africanas. Até mesmo linguistas bem estabelecidos, com ampla experiência na África, parecem estar indecisos sobre o número exato de idiomas. Por exemplo, Whiteley (1974) atribui 47 idiomas ao Quênia, na página 21 do seu texto, e então, misteriosamente, altera o número para 34, na página 27. Njoroge (1986, p. 330) afirma que, segundo o governo queniano, o Quênia tem um total de 39 idiomas. As estimativas para o Malawi variam entre 12 e 35, uma ampla variação que não é uma exclusividade do país. As estimativas para a Zâmbia variam ainda mais. Às vezes, afirma-se que o país possui 20 línguas, outras vezes, 73 (WILLIAMS, 1992).

A variabilidade do número de línguas africanas não se restringe ao sul ou ao leste da África. Grimes (1974), por exemplo, estima que o número de idiomas na Costa do Marfim seja 58 e, um ano depois, em 1975, o censo oficial relatou que a Costa do Marfim teria um total de 69 idiomas. O *Summer Institute of Linguistics*, uma organização com uma vasta experiência na codificação das línguas africanas, listou, em 1995, um total de 84 idiomas para a Costa do Marfim, sendo 10 não indígenas e uma língua extinta (DJITE, 1993, p. 16). A controvérsia sobre o número de línguas africanas ilustra importantes questões teóricas cujo impacto afeta diretamente áreas de conhecimentos aplicados, como o planejamento linguístico e a língua na educação.

É altamente improvável que cheguemos a algum consenso sobre o número exato de línguas africanas.

Muhlhausler (1996, p.36), focado na região do Pacífico, sugere que a falta de acordo sobre os números de línguas não reflete necessariamente uma incapacidade dos linguistas em distinguir *communalects*², línguas e dialetos, mas a inexistência de línguas conforme significado atribuído pela tradição ocidental. Embora Muhlhausler não tenha a África como foco de seus estudos, suas ideias são igualmente relevantes para pensarmos esse contexto específico. Paradoxalmente, a discrepância e a controvérsia relativas ao número de línguas africanas não é um problema, mas sim uma situação que deveria ser reforçada, pois nos leva a repensar alguns dos conceitos fundamentais relativos à linguística africana, como se de fato precisamos de noções de língua para enquadrar e descrever os contextos sociolinguísticos africanos.

O jogo dos números nas línguas africanas é um sintoma da poderosa influência da ideologia censitária na linguística africana, uma ideologia que é a espinha dorsal da modalidade enumerativa, uma das cinco modalidades utilizadas para enquadrar narrativas pós-coloniais sobre a África, citadas anteriormente. As outras modalidades são a historiográfica, a modalidade de pesquisa observacional/ de viagem e a museológica (COHN, 1996, p.8). A modalidade enumerativa, ao contrário das outras modalidades, baseia-se na ideia de que as línguas africanas podem ser convertidas em formas contáveis, descritíveis e podem, assim, serem prescritas. Em suma, a modalidade enumerativa é baseada na crença de que as línguas em geral, mas particularmente as formas africanas de fala, podem ser contadas e controladas. Para que a contagem aconteça, as línguas são rotuladas, mesmo que “nomear idiomas seja um tipo de consciência ocidental, um artefato embutido na

² Formas linguísticas específicas de uma determinada comunidade de fala.

educação formal ocidental, em um continente em que a maioria não é formalmente alfabetizada no sentido ocidental (MAKONI *et al.*, 2003). Ideologicamente, os números assumem um duplo papel: em alguns casos, são usados para oprimir os falantes destas línguas e, em outros casos, alguns linguistas evocam os mesmos números para exigir reparação e compensação.

2. O jogo de nomeação

Nesta seção, ilustramos como surgiu a noção de que os idiomas têm nomes e o impacto que essa nomeação tem sobre as formas nas quais mapas linguísticos africanos são desenhados e construídos. Uma vez que essa linguánimia [linguanymys] frequentemente coincide com a etnonímia, temos que os Shona falam Shona, os Zulu falam Zulu, os Bambara falam Bambara, e que a produção de mapas linguísticos também produz simultaneamente mapas étnicos. Exemplos são a maneira como a nomenclatura, a catalogação e classificação integravam um projeto de desenvolvimento enciclopédico e de inventários coloniais (FABIAN, 1986). Linguisticamente, a variabilidade no número de idiomas é, em parte, uma consequência dos diferentes nomes atribuídos à “mesma” variedade de fala, às vezes até dentro da mesma política, resultando na contagem da mesma variedade discursiva mais de uma vez, inflando, assim, o número de línguas africanas (DJITE, 1993, 2008).

Uma vez que algumas das línguas africanas são faladas e usadas por vários sistemas políticos, acabam por possuir, não surpreendentemente, vários nomes. Por exemplo, um pidgin de base Zulu falado em cidades de mineração na África Austral e Central, pejorativamente tratado como “kaffir de cozinha” ou o “kaffir de mina” pelos colonialistas europeus, é denominado Fanakalo, no sul da África, Chilapalapa, no Zimbabwe, Chikabaga, em Zâmbia,

e Kitanga, no Congo. Há também uma tendência de considerar línguas mutuamente inteligíveis como distintas, porque elas são historicamente associadas a diferentes disposições políticas, algumas das quais relativas a um período anterior ao colonialismo. Por exemplo, Kirundi e Kinyarwanda devem suas identidades a diferentes reinos que evoluíram no moderno Burundi e em Ruanda (MASAGARA, 1997, p. 385).

Há, também, uma discrepância entre nomes utilizados pelos linguistas e aqueles utilizados pelos próprios falantes. Os nomes usados por linguistas aplicados têm sido geralmente versões criadas pelos colonialistas, o que não surpreende, pois, na África, a linguística aplicada é herdeira do colonialismo. Em termos etnometodológicos, os nomes das línguas utilizadas pelos colonialistas e linguistas aplicados não necessariamente correspondem àqueles usados pelos próprios falantes. Djite (1989) cita dois exemplos de línguas faladas na África Ocidental, Guere e Wobe, que com base em critérios linguísticos poderiam ser tratadas como línguas diferentes, embora sejam consideradas como uma “mesma” língua por seus falantes. De acordo com essas pessoas, a distinção entre Guere e Wobe existe na língua do homem branco, mas os seus falantes identificam-se com a ampla comunidade Akan (DJITE, 1989, p. 6). Evidências sobre o impacto do colonialismo europeu na formação do mapa linguístico de África são largamente encontradas em toda a África, e não se limitam apenas à África Ocidental. Em alguns casos, os nomes não eram apenas impostos, mas eram pejorativos também, não poupando os próprios colonialistas. Para exemplificar, Springer, em 1909, em texto sobre o chiShona da África austral, comenta que “Vários termos foram inventados pelo homem branco, sendo o chiSwina o mais conhecido, significando, a língua das pessoas imundas (SPRINGER, 1909, p.4). No Malawi, os missionários e os primeiros exploradores foram responsáveis por dar à língua chiChewa o nome chiNyanja

no período pré-colonial (MVULA, 1992, p. 45). Mvula relata como os primeiros exploradores portugueses entraram no sudeste da África, na região de Quelimane, onde se depararam com os Marawi ou Chewa. O povo Marawi foi apelidado amaNyanja, uma vez que eles viviam na área perto do lago ou do Rio Shire, conhecido como Nyanja. Daí, amaNyanja significava as pessoas do lago, e chiNyanja, a língua das pessoas do lago (MVULA, 1992, p. 45). Em 1968, quatro anos após a independência, o Malawi substituiu o nome chiNyanja por chiChewa.

Os argumentos de Djite (1989), Springer (1909) e Mvula (1992), entre outros, ressaltam a necessidade de prestarmos mais atenção em como os falantes constroem suas línguas e a necessidade de se elaborar descrições e classificações que levam em consideração as perspectivas individuais como parte da descolonização do pensamento que moldou as chamadas línguas indígenas. As perspectivas dos usuários normalmente refletem a natureza das relações sociais entre os falantes dos grupos “supostamente” diferentes (HYMES, 1983), ao contrário das perspectivas usadas pelos linguistas que são ostensivamente construídas por critérios linguísticos restritos, cuja precisão é questionável. O legado do objetivismo fica evidente em como formas de fala africanas são divididas em línguas distintas, e em como estas línguas são divididas, por sua vez, em “famílias”. Às vezes, as línguas são traçadas como tendo um ancestral comum, um *proto-bantu* (GUTHRIE, 1972) ou *ur-bantu*. *Proto-bantu* e *ur-bantu* são reconstruções históricas, ficções linguísticas e idiomas não reais, baseadas no pressuposto de que todas as línguas bantu são desenvolvidas a partir de um ancestral comum.

A análise feita pela neogramática – Carl Meinhof – demonstra que as línguas bantu estão “relacionadas” e pertencem à mesma família, havendo uma continuidade histórica do proto-bantu. O

método comparativo que foi aplicado às línguas africanas tem sido usado em outras regiões do mundo, como na região do pacífico, por exemplo (CROWLEY, 1989). Essa classificação exclui as “línguas mistas”, as línguas de contato, as línguas veiculares, os crioulos, que não foram descritas por terem sido assumidas como ideologicamente marginais. Essa exclusão se deve ao fato de serem utilizadas principalmente entre os africanos e não entre estes e os europeus (ERRINGTON, 2001, p. 29). A reconstrução das línguas proto-bantu também criou uma interpretação linguística da história baseada em uma idealização de processos históricos, uma justaposição simples de estados reais e estados hipotéticos, sem qualquer referência a estados intermediários. Assim, toda uma gama de dados dotados de variação tem sido excluída da análise histórica. Cohn apresenta uma crítica bastante veemente ao método comparativo:

O poder do método comparativo foi permitir que o praticante classificasse e controlasse a variedade e a diferença. No nível fenomenológico, britânicos descobriram centenas de línguas. Assim como nas genealogias, em que se poderia representar visualmente todos os membros de uma família e de grupos descendentes em uma árvore com raiz, tronco, galhos e até brotos, de forma semelhante, os dialetos e idiomas eram representados e agrupados. Curiosamente, as árvores sempre pareciam ser as do norte da Europa, como os carvalhos e os bordos, e aos britânicos nunca pareceu pensar em usar árvores mais típicas do sul da Ásia, como a figueira-da-índia³, que cresce para cima, para os lados e para baixo ao mesmo tempo (COHN, 1996, p. 55).

As línguas bantu consistem no maior grupo linguístico dentro das línguas do grupo Níger-Congo, a maior “família linguística” (HURST, no prelo) da África subsaariana, falada (segundo afirmam)

³ Banyan, no original.

por cerca de 260 milhões de pessoas no oeste, centro, leste e sul da África (WEBB; KEMBOSURE, 2000, p. 33). A relação linguística entre as línguas torna-se evidente quando as palavras usadas para um mesmo conceito são comparativamente analisadas.

O discurso de classificação linguística das línguas africanas é objeto de nossa análise porque, como todo tipo de discurso, molda nossas imagens e conceituações de línguas africanas (BLOMMAERT, 2008). A partir de uma perspectiva feminista, os discursos sobre a classificação das línguas da África são bastante impressionantes. A metáfora da “família” é usada para enquadrar as relações entre as línguas africanas; trata-se de uma metáfora, extremamente poderosa e emotiva mesmo quando usada analiticamente (IRVINE; GAL, 2000). Infelizmente, tais expressões idiomáticas podem ser inadequadas para descrever as relações entre línguas porque, como qualquer metáfora, carregam uma bagagem extra de implicações sobre as línguas e seus falantes, tais como se os falantes partilhassem um interesse comum, se fossem coparticipantes de alguma comunidade global, ou se a sua participação fosse inevitavelmente diferenciada de acordo com uma hierarquia social. Em alguns casos, as línguas são descritas como “irmãs”. A feminização da língua é levada a um extremo quando as línguas, tais como o Hausa, são consideradas como “fecundadas de semitismo”.

Metodologicamente, a classificação das línguas africanas em unidades distintas, hermeticamente fechadas (MAKONI, 1998), ainda que ostensivamente baseada em dados linguísticos objetivos, exclui, infelizmente, a perspectiva dos falantes, além de mascarar o papel dos analistas. O objetivismo linguístico surge de uma demanda dupla. Por um lado, espera-se que o/a analista atue objetivamente, enquanto, ao mesmo tempo, é importante que ele ou ela esteja imerso na vida local. Consequentemente, os rótulos e nomes atribuídos às línguas estão conectadas – e moldam – as identidades socioculturais

de seus falantes. A questão, portanto, não é de simplesmente obter o nome certo para o que se fala, mas de se obter uma consciência sobre a natureza constitutiva dessa nomeação. Os rótulos não são meramente descritivos, mas constitutivos (DANZINGER, 1997), o que resulta em povos africanos verem a si próprios através das lentes coloniais.

Esses rótulos inventados foram frequentemente mobilizados em políticas nacionalistas e étnicas ao longo da história. Por exemplo, Webb e Kembo-Sure (2000, p. 289) observam uma crescente consciência de identidade linguística na África do Sul, produzindo rótulos de auto-identificação, como “eu falo Tswana”, como observa van Warmelo (1974, p. 74, *apud* HERBERT, 1992, p. 2). É difícil desenhar qualquer fronteira real entre Tswana e Sotho do Norte, o qual é tão diverso que se pode questionar a relevância de uma única categoria de nomeação.

3. Conceituando as línguas africanas

A diversidade linguística africana, conceitualmente falando, é um artefato de línguas construídas separadamente cujas fronteiras não podem necessariamente ter qualquer realidade social funcional. Trata-se de uma demarcação baseada puramente em critérios linguísticos e que não necessariamente traduz limites de comunicação (DJITE, 1993). Se o mapa linguístico africano fosse projetado com base na comunicação, ao invés de diferenças linguísticas imaginadas, seria relativamente fácil produzir soluções viáveis às questões locais (DJITE, 1993). No continente africano, a questão do redesenho das fronteiras linguísticas africanas tem ramificações que vão além da linguagem. Quanto a isso, Chimhundu argumenta:

O que os europeus realmente fizeram quando eles dividiram a África foi efetivamente parar os movimentos perpétuos de grupos de pessoas. O resultado foi congelar os mapas linguísticos geopolíticos e etnopolíticos que os próprios europeus criaram por suas próprias regras durante os estágios iniciais do domínio colonial. Linguistas e historiadores africanos precisam olhar para esses mapas novamente (CHIMHUNDU, 1985, p. 89).

Stroud (2001), discutindo sobre a falta de ajuste entre a construção da língua e os ambientes multilíngues, argumenta que a construção da “língua” pode ser pouco sintonizada com as nações multilíngues em desenvolvimento. Uma construção de redes multilíngues pode ser adequada para descrever a natureza das práticas linguísticas africanas presente em contextos africanos. Os falantes africanos “movimentam-se dentro, entre, e através de muitas práticas semióticas diferentes, exibindo práticas múltiplas e variadas de uso da língua, como o cruzamento linguístico e os registros mistos” (STROUD, 2001, p. 350). O interesse na problemática da natureza da língua tem implicações em outras áreas da sociolinguística, como nos Direitos Humanos Linguísticos, em que alguns dos discursos sobre direitos parecem tratar a língua como tendo uma validade ontológica independente dos discursos nos quais estão embutidos. O significado de “língua” e sua importância são fortemente contestados como consequência das posições ideológicas divergentes e conflitantes, e a palavra “língua” é usada em vários sentidos, sendo que não é óbvio que os sentidos sejam compatíveis entre si. A língua é entendida como:

Fenômeno natural, o objeto da ciência, um tipo de faculdade, um tipo de sistema, como comportamento voluntário, como algo usado, como algo ensinado e aprendido, como tendo elementos aprendidos, como

tendo padrões, como algo falado, ouvido e aprendido, como algo processado, como algo conhecido e estruturado, como algo produzido e compreendido como dados (YNGVE, 1996, p. 10).

Não está claro que cada uma das noções de língua acima mencionadas complementa as noções de direitos linguísticos. Stroud (2000) tenta resolver a natureza problemática da noção de língua, propondo a noção de “cidadania linguística”. Trata-se de um enquadramento potencialmente útil, uma vez que permite que o autor redefina a língua enfatizando como ela, com seus significados e significância, é muito mais um objeto restringido e contestado, um resultado sócio-histórico de debates, legislação, ideologias divergentes e conflitos. A ideia de cidadania linguística é um poderoso corretivo que desafia o domínio esmagador de uma visão estruturalista da língua, uma visão que tem um impacto poderoso em como as línguas africanas são imaginadas. Se a nossa imaginação da sociolinguística africana é organizada em torno de línguas discretas, contáveis, unitárias, acabamos evocando uma imagem distorcida da diversidade linguística africana (BRETON, 2003, p. 204), que pode nos levar a formular políticas linguísticas impróprias.

4. Construindo a Indigeneidade

Mudimbe, em “A invenção da África” e, posteriormente, em “A ideia de África”, argumenta convincentemente que a ideia da África é uma invenção (MUDIMBE, 1994). O autor afirma que a invenção foi feita através da implantação de uma série de tropos conceituais eurocêntricos e de discursos, que começam com as narrativas gregas sobre a África, passando pela antropologia e os discursos missionários, até a filosofia. A África estava, portanto, sendo imaginada e incorporada em discursos estrangeiros e, mesmo

que a ideia da África como uma invenção tenha sido difundida nos estudos africanos, as línguas indígenas foram tratadas na linguística africana como se fossem primordiais. Esse tratamento gerou grandes implicações políticas em que o objetivo dos projetos políticos foi a promoção das chamadas “línguas indígenas”.

Nesta seção, argumentaremos que as maneiras como as línguas indígenas foram construídas são uma invenção, cujo processo não se restringe à era colonial, como demonstra a construção do chiChewa, em Malawi, e do Runyakitara, em Uganda. Bernstein (1998) mostra como Runyakitara era considerada uma única língua durante o auge do reino de Buganda, tendo sido mais tarde, com o advento dos missionários, dividida em duas. No período inicial, após Uganda ter conquistado sua independência na década de 1970, a língua Runyakitara foi novamente subdividida em quatro idiomas separados. Atualmente existem esforços para reduzi-la a uma única língua! A história do Runyakitara ilustra como uma única língua é transformada, primeiramente de uma em duas e, posteriormente, em quatro e, num outro momento, vive um movimento de retorno à língua única novamente (BERNSTEIN, 1998).

O conceito de línguas indígenas é um dos principais tropos através dos quais a sociolinguística africana é narrada e imaginada. Sua importância é evidente em como esse conceito é frequentemente evocado para conduzir decisões sobre política e planejamento linguísticos na África. Em termos de planejamento linguístico, quando os países africanos decidem oficialmente sobre as suas políticas de língua, normalmente selecionam dentre as três opções seguintes:

1. optar por uma língua colonial;
2. optar por uma língua ex-colonial;
3. optar por uma combinação de línguas indígenas e ex-coloniais.

O objetivo principal deste artigo não é debater se o inglês pode ou não ser definido como uma língua colonial, embora isso pareça ser uma questão interessante. O que pretendemos é argumentar que a oposição entre o inglês e as línguas africanas – frequentemente construída como só envolvendo a língua colonial e as línguas indígenas – é conceitualmente uma proposição falha e historicamente insustentável. Isso porque as chamadas línguas indígenas são elas próprias invenções coloniais. O conceito de línguas indígenas é uma resposta pós-colonial a variedades de línguas emergentes como consequência do envolvimento da África com o colonialismo. As línguas indígenas são, portanto, um prisma pós-colonial através do qual a África pré-colonial é imaginada.

Paradoxalmente, as línguas que são definidas como indígenas na África pós-colonial foram construídas como não autênticas durante a era colonial por missionários, seus assistentes africanos, administradores coloniais e pelos próprios africanos locais. Por exemplo, os africanos referiram-se à versão do chiShona, usada no sistema educacional, como *chibaba*, a língua dos sacerdotes, sendo “baba” o termo usado para se referir ao padre. Os padres foram ainda mais francos sobre a “não autenticidade” das línguas indígenas, referindo-se a chiShona como um idioma jesuítico (RANGER, 1995). São essas línguas indígenas, e não o Inglês, que foram enquadradas como línguas coloniais pelos africanos escolarizados (RANGER, 1995).

O processo de invenção não se restringiu à África colonial, mas integrou o processo geral do colonialismo britânico. A visão expressa por Breckenbridge e Van der Veer (1993) sobre a questão indiana pode ser aproximada das experiências africanas: “As várias línguas chamadas ‘nativas’ são produtos de uma intrincada dialética entre projetos coloniais de conhecimento e formação de distintas identidades de grupo” (BRECKENBRIDGE; VAN DER

VEER, 1993, p. 6). Na África Austral, investigações sócio-históricas de línguas como Tswana, Zulu, Xhosa, Tsonga e Ndaou foram recentemente refeitas por conta da necessidade de desinvenção e reconstituição (MAKONI, 1998, 2003; COOK, 2001; MACGONAGLE, 2001). O processo de invenção, ao contrário da maioria das outras situações de padronização linguística, não consistiu em converter um *continuum* linguístico em línguas distintas, mas sim em criar efetivamente línguas “ideais” (ECO, 1995), que refletiam mais uma epistemologia europeia do que a prevalência das realidades sociais locais (HARRIES, 1995,). Essa criação resultou na produção de línguas que não eram línguas maternas de ninguém, ou seja, as línguas africanas inventadas possuem sua socio-gênese como segunda língua. No Zimbábue, por exemplo, a criação de regras gramaticais (divisão de palavras) e ortográficas complexas fazia parte da harmonização do chiShona, conforme Clemente Doke (1931). O comitê da língua chiShona e Fortune (1972) produziu um tipo de chiShona que ninguém usava fora do contexto dos exames (aqueles que usavam, provavelmente o faziam como uma segunda língua e não como primeira).

O processo não foi o de simplesmente reduzir as formas de fala africanas, mas, nos termos felizes de Harries (1981, p. 87), de “compilar” um inventário de formas linguísticas e regulamentação de significados através da produção de dicionários. Por exemplo, os missionários suíços criaram uma língua chamada Tsonga como uma “língua franca para um assombrosamente confuso *pout-pourri* de refugiados de toda parte do sudeste colonial da África, que não compartilhava qualquer língua comum e viviam em aldeias dispersas independentes umas das outras” (HARRIES, 1987, p. 29). O tsonga é falado atualmente no norte e no leste de Transvaal, na África do Sul, e na parte sul de Moçambique. As pessoas que ocupavam essas regiões não viviam em uma realidade social e linguística coesa, pois

eram refugiados de uma série de revoltas políticas locais decorrentes das guerras civis de Gaza, na década de 1860, além da presença dos refugiados Shakan (daí a afirmação de Harries sobre o *pout-pourri* de refugiados).

Após a compilação do inventário linguístico, atualmente conhecido como Tsonga, este foi posteriormente reintroduzido para que, aquilo que originalmente era uma mistura linguística heterogênea, obtivesse uma aparência linguística coerente. O termo Tsonga é Zulu em sua origem e significa literalmente “povos conquistados”. Os habitantes dessa região geográfica, por questões práticas, foram compelidos a se apropriarem da língua indígena atribuída a eles. A questão importante a se enfatizar aqui é que os missionários, através de sua orientação positivista quanto à língua, não conseguiram perceber que os inventários linguísticos, assumidos mais tarde como línguas fruto de construções humanas, não eram cientificamente objetivos. “Ao contrário de micróbios ou de foz de rios, o Ronga e as línguas Thonga/Shangaan não estavam aguardando para serem descobertas; elas eram, acima de tudo, uma invenção de estudiosos europeus e, talvez, até mesmo de seus assistentes africanos” (DWYER, 1999). Os inventários compilados, que foram posteriormente transformados em línguas, serviram para moldar as línguas orais, particularmente para aqueles que deveriam ser educados inicialmente através das línguas indígenas. Historicamente, o inventário compilado chamado Tsonga era composto por três dialetos distintos que participaram de seu desenvolvimento.

A compilação do inventário era parte de uma hegemonia imperial, uma tentativa de controlar e conduzir as realidades africanas a fim de que se adequassem à epistemologia europeia (HARRIES, 1981, p. 410), dentro de um contexto criado no qual a apropriação descritiva poderia se tornar um caminho para a imposição linguística (FABIAN, 1986). Perguntamos:

Os missionários administradores coloniais e seus colaboradores conseguiram ter sucesso em moldar as realidades africanas conforme a lógica europeia? A resposta é não. Até mesmo a hegemonia tem seus limites, como afirma Said, baseado em um contexto diferente:

[...] a realidade não está nem à disposição do domínio indivíduo (por mais poderoso que seja), nem necessariamente participa das mentalidades de algumas pessoas e não de outras. A condição humana é composta de experiência e interpretação, e essas nunca podem ser completamente dominadas pelo poder; elas também são de domínio comum dos seres humanos na história. (SAID, 2003, p. 136).

O processo de criação de “novas” versões de línguas africanas implicava não só o desenvolvimento de uma ortografia, mas a organização de regras gramaticais e palavras reguladoras através da lexicografia. “Uma vez estabelecidas, as regras gramaticais foram apresentadas como que funcionando com autonomia. Suas origens feitas pelo homem foram esquecidas e foram concebidas como dados operando de acordo com as leis da ciência” (HARRIES, 1995, p. 156). De acordo com Irvine, por causa de pressões acadêmicas quanto à objetividade na ciência linguística, o caráter pessoal ou socialmente situado de autores e falantes desapareceu – ou “foi desaparecido” – da análise linguística africana, tanto no nível do falante quanto no nível linguístico, em busca de uma ciência de língua, a reboque das condições do sistema imperial (IRVINE, 2001, p. 87). Sob a perspectiva construtiva, o perigo de apagar a natureza social situada da construção do conhecimento reside no fato de que um fenômeno linguístico construído assume *status* ontológico independente dos analistas e produtores. O conhecimento construído é apresentado como natural e o conhecimento colonial é admitido como conhecimento oficial (PRAH, 1999).

Da perspectiva dos missionários e administradores coloniais, eles possuíam o “Tsonga” e usavam seu controle e influência sobre o estado colonial para promover suas versões de línguas africanas em colaboração com africanos educados pelos religiosos. O monopólio sobre a publicação de livros – mantido primeiramente pela missão e depois pelo governo – determinava o que os africanos liam. Na linguística colonial aplicada, assim como na antropologia e no folclore, os africanos eram leitores, consumidores de textos (YANKAH, 1999) e, geralmente, não se esperava que fossem autores (IRVINE, 2000), mas sim nativos complacentes (SAID, 2003, p. 172).

A alfabetização impressa foi ensinada para que os africanos pudessem ler a Bíblia, não para que escrevessem livros de própria autoria, podendo, os africanos, ser tradutores, intérpretes ou copistas. Eles poderiam oferecer sermões orais para companheiros africanos (sob supervisão), mas não poderiam proferir sermões para europeus, ou exercer autoridade sobre eles (RANGER, 1995; IRVINE, 2001). Quando os africanos posteriormente tornaram-se escritores, produziam suas obras inicialmente baseados em pressupostos epistemológicos coloniais. Por exemplo, usando línguas e dialetos inventados, os africanos produziam o passado e a história tribais (RANGER, 1995, p. 15). Os europeus tentaram moldar a forma como os africanos conceituaram a si mesmos articulando a visão de mundo europeia através de formas linguísticas africanas, em processo análogo ao que Franz Fanon (1967) chamou de “Pele negra, Máscaras brancas”.

5. Dicionários como Discurso e como uma Teoria das línguas africanas

A noção de dicionário como “discurso” é incomum porque contraria suposições sobre dicionários e línguas. Os dicionários são amplamente considerados como um tipo de lista ou listagem cujos

princípios organizacionais diferem substancialmente do discurso habitual (DEBEAUGRANDE, 1997). A discrepância recua, no entanto, se definirmos o discurso não como um artefato da linguagem, baseado no modelo da conversa cotidiana, mas como um evento comunicativo entre os participantes. Nós mudamos nosso foco de artefatos tangíveis de papel e tinta, para compilação e uso de dicionários como situações comunicativas que ocorrem sob circunstâncias específicas (DE BEAUGRANDE, 1997; BENSON, 2001). Na África, a produção de dicionários deve ser entendida dentro de um contexto mais amplo de colonialismo, neocolonialismo e supremacia da elite negra.

O desenvolvimento da lexicografia em linguística aplicada africana tem sido impulsionado pelo cristianismo, pela expansão colonial e pela antropologia, tornando qualquer discussão na linguística aplicada africana sobre o imperialismo político uma impossibilidade intelectual. Recentemente, a lexicografia tem sido impulsionada por desenvolvimentos na linguística descritiva, especificamente na linguística de corpus (PRINSLOO; DE SCHRUYVER, 2001, 2003), a qual tem lançado projetos lexicográficos ambiciosos. Dados de corpora foram desenvolvidos para, pelo menos, 15 idiomas diferentes, incluindo Ciluba, Swahili, ChiShona, isiZulu e isiXhosa.

A maioria dos primeiros dicionários em línguas africanas eram bilíngues. Por exemplo, um dos primeiros dicionários (publicados antes do famoso dicionário de inglês Johnson) era um dicionário quadrilíngue composto por italiano, latim, espanhol e kiKongo (1650). Outros dicionários bilíngues significativos foram o Biehler, de inglês/chiswina (1927), o dicionário de shona (Biehler, 1950), e um dicionário Zulu/Kaffir (1953). O dicionário lexicográfico tem se tornado cada vez mais monolíngue e a mudança de dicionários bilíngues para dicionários monolíngues é explicada pelo fato de a maioria dos dicionários bilíngues ter sido baseada em línguas

européias, sem contar que a lexicografia bilíngue criou um espaço que permitiu aos europeus exercerem autoridade sobre as línguas africanas. Os dicionários monolíngues permitiram que acadêmicos africanos exercessem autoridade para “responder”. Em um contexto intelectual em que o bilinguismo é celebrado, é impossível resistir à tendência de se vilanizar o monolingüismo. Torna-se necessário tomar conhecimento das estratégias intelectuais que os pesquisadores estão buscando para que seja evitada uma celebração acrítica do bilinguismo. Uma mudança de dicionários bilíngues para monolíngues está se posicionando contrariamente a um passado em que as relações entre o conhecimento africano e a erudição ocidental tem sido radicalmente reconfigurada. Ranger fez uma observação astuta sobre o assunto:

[...] Na África e na Ásia contemporâneas estudiosos expatriados tem que aceitar a parceria ou o aprendizado como condição de fazer pesquisa como parte de um esforço de substituir antigas relações coloniais de dominância (RANGER, 1995, p. 272).

A ousadia de insistir que os estudiosos ocidentais sirvam de aprendizes aos estudiosos africanos, como um pré-requisito para a realização de pesquisas, está ocorrendo em um contexto no qual, paradoxalmente, poderosas agências financiadoras exercem uma influência sobre a agenda intelectual africana de forma mais poderosa do que nas décadas anteriores. Linguistas africanos aplicados, assim como outros intelectuais africanos, estão preocupados que suas agendas estejam em perigo de “serem domesticadas” (HYDEN, 1993, p.252) por pessoas de fora, as quais, em sua maioria, não têm empatia com seus dilemas. Porque não podem sempre se representar, os africanos continuam se vendo através das lentes de outras pessoas, de outras imagens e de um idioma intelectual externo. A apreensão que estudiosos africanos sentem tem que ser entendida dentro de um

contexto no qual a maioria do que o Ocidente sabia sobre o mundo não-ocidental enquadrava-se em uma estrutura colonial e abordava os sujeitos africanos com uma postura dominante. Essa posição de dominância é que estudiosos africanos estão tentando desafiar, ao insistirem em fazer do aprendizado investigativo uma pré-condição para o envolvimento dos europeus em África.

Os dicionários durante o período colonial integraram um processo que incentivava os africanos a internalizar a epistemologia europeia sobre si mesmos, criando uma nova visão sobre seus assuntos atuais e sobrepondo novos valores ao seu passado (MAKONI, 2003, p.142). Esses dicionários inventaram relações novas e ideologicamente orientadas entre palavras e significados, atribuindo significados europeus às palavras africanas. A internalização da epistemologia europeia na educação dos africanos resultou em africanos rurais e escolarizados incapazes de se relacionarem prontamente com suas visões do mundo, embora falassem ostensivamente a “mesma” língua.

Diante dessa realidade, os dicionários no período colonial funcionavam como um exemplo perfeito do Panopticon de Bentham (FOUCAULT, 1977). Uma análise de dicionários escritos entre 1890 e 1931 na Rodésia do Sul (atual Zimbábwe) demonstra o papel dos dicionários no fornecimento de importantes lentes epistemológicas e foucaultianas através das quais as sociedades africanas foram observadas, pesquisadas e controladas. Hartman, em seu dicionário de 1983, traduz a palavra “cavalheiro” como *murungu*, que no Shona vernacular se refere a brancos, implicando, dessa forma, que as únicas pessoas que poderiam ser senhores, “cavalheiros”, eram os europeus. Aliás, um século depois do dicionário de Hartman (1983), Mawadza (2000) e Mashiri (2003) mostram que o Shona urbano ainda carrega os mesmos significados que aqueles inventados pelos europeus nas formações de significados das palavras africanas.

O controle colonial, preocupado em aumentar a receita financeira através do trabalho assalariado, impôs, por vezes, impostos sobre os africanos, e aqueles que se recusassem a se envolver com o trabalho assalariado eram tratados como preguiçosos ou desonestos. O “Espírito Santo” foi traduzido em Shona como *mudzimu unoyera*. *Mudzimu* na cosmologia africana refere-se ao espírito do falecido. Outros dicionários foram mais além, ao definirem “Deus” como *mudzimu*, uma interpretação imprecisa mesmo a partir de uma perspectiva africanista, pois *mudzimu* é um intermediário e não um ser final.

Jeater descreve de forma apropriada o que ocorreu no processo de incorporação da epistemologia e cosmologia europeias nas línguas africanas:

Encontrar uma palavra para deus ou pecado ou espírito em um vernáculo local, sem que causasse dano ao conceito entendido pelos cristãos, consistiu em um método poderoso ao forçar os missionários a pensar profundamente sobre as ideias espirituais daqueles que eles pretendiam converter, a fim de identificar pontos de conexão ou pontos de entrada entre as duas cosmologias. Os missionários não apenas recriaram as línguas em sua forma textual, tomando decisões sobre a fonética, a ortografia e a divisão de palavras com base nas línguas europeias. Eles submetteram os vernáculos à sua vontade fazendo com que operassem coisas novas. Os projetos linguísticos foram importantes não apenas porque ajudaram os missionários a conversar com os africanos, mas porque lhes permitiram apropriarem-se das línguas africanas, para reinventá-los dentro da tradição cristã (JEATER, 2000, p. 457).

Uma análise dos dicionários coloniais demonstra que houve um esforço sistemático para desviar palavras africanas para expressar

visões epistemológicas europeias. Ao contrário de outros estudiosos africanos (MAZRUI; MAZRUI, 1998), estamos argumentando que as imagens coloniais estão secretamente inscritas nas chamadas línguas indígenas. O argumento de que as línguas indígenas foram obrigadas a incorporar significados europeus tem implicação evidente sobre como as relações entre “significante” e “significado”, dentro dessas línguas indígenas, podem ser conceitualizadas. Do ponto de vista dos produtores dos dicionários coloniais, as relações entre significante e significado eram claramente não arbitrárias, mas motivadas socialmente.

Um conjunto diferente de reivindicações está sendo feito a respeito de dicionários concebidos em corpora eletrônicos. A compilação e a consulta de corpora eletrônicos se tornaram condição *sine qua non* como base empírica para as investigações linguísticas contemporâneas (PRINSLOO; DE SCHRYVER, 2000, p.89). Ao considerar seriamente as sugestões de alguns dos principais protagonistas da linguística de corpus e da lexicografia, nós indagamos a respeito de algumas das reivindicações da linguística de corpus como um tipo de discurso do dicionário. Os corpora eletrônicos aspiram construir materiais que sejam representativos e balanceados de dados autênticos e não inventados.

Os termos “análise autêntica”, “representativa” e “balanceada” são utilizados em relação ao corpus linguístico do inglês, embora tenham sido fonte de muita controvérsia (SINCLAIR, 1991; MCCARTHY; CARTER, 1995; DE BEAUGRANDE *et al.*, 2001; WIDDOWSON, 2000). Esses termos são potencialmente etnocêntricos, uma vez que foram realizadas muitas pesquisas em corpora em inglês. As conceituações sobre os corpora em inglês estão involuntariamente sendo impingidas em corpora de outras línguas (MAKONI; MEINHOF, 2003) e essa hegemonia está sendo definida aqui como uma imposição dos discursos associados ao

inglês sobre as línguas da África. O perigo das relações hegemônicas não é apenas a imposição involuntária de discursos sobre o inglês nas línguas africanas, mas as nuances dentro de discursos sobre o inglês, despojados de complexidade quando transferidos para outras línguas.

O discurso dos dicionários evoca a ideia de que existem textos que compõem os corpora nos quais os dicionários são baseados como “representativos” do idioma em uso. O corpus é, portanto, apresentado como representante da língua em uso, quando é, na realidade, uma coleção de textos, um vocabulário magno, que forma a base dos dicionários e que não pode ser representativo de qualquer língua porque não constitui o vocabulário de qualquer falante nativo. Se os dicionários forem baseados em “textos” contidos e reunidos em um corpus, então os significados são derivados dos textos e não diretamente da língua em uso, porque em uma ecologia escrita, as línguas são “medidas por recolhidas oficiais” e não pelo seu uso habitual. O vocabulário magno, como o contido nos dicionários, tem um *status* de autoridade e enraíza uma tendência prescritiva dentro da língua.

A falta de nitidez na distinção entre o conceito de língua, como normalmente é usado, e de língua como resultado de uma coleção de textos, consiste em um artefato linguístico denominado Texto Autônomo (TA), no qual o significado é codificado como um texto, e nenhuma outra informação é necessária para sua interpretação como, por exemplo, quem é o falante, a quem ele está se referindo (quem mais pode estar ouvindo, a condição do falante etc.). Os TAs são normalmente usados para codificar e decodificar proposições bem como para comunicar informações factuais, e o que mais se aproxima de uma linguagem TA propriamente dita é a forma escrita, uma vez que as formas faladas são derivadas. Em idiomas não naturais, se existirem, a língua em corpora não pode ser lida como exemplo de uma língua autêntica, mas como um artefato de uma língua.

O desenvolvimento da metalinguística é necessário por ser difícil separar o nosso conhecimento das línguas africanas das categorias usadas para descrevê-las. Em outras palavras, é difícil manter uma distinção clara entre *língua sob descrição* de *uma língua de descrição*, ou manter uma distinção entre língua e metalinguística (HARRIS, 1981). Se uma língua não pode ser separada com sucesso de sua metalinguística, a qual, no caso africano, chegou até nós via latim, isso significa que estamos olhando para as línguas africanas através do prisma do inglês. Consequentemente, as línguas africanas, em tais contextos, não podem ser comparadas ao inglês ou francês. Se o objetivo do planejamento linguístico é promover as línguas africanas de modo que elas sejam consideradas iguais ao inglês, então a intervenção tem que ocorrer em um nível analítico, em termos de como interpretamos e enquadramos as línguas africanas (MAKONI; PENNYCOOK, 2006; MAKONI; PENNYCOOK, 2012).

6. Rumo à desinvenção e reconstituição das línguas africanas: ordens espontâneas

Um dos proponentes mais articulados do multilinguismo africano foi Neville Alexander (1998, 2000) que, entre outras coisas, vê o multilinguismo africano como um recurso que, numa visão resumida em seu giro retórico astuto, vira a “Torre de Babel” do avesso ao falar não sobre a torre, mas sobre o poder de babel. A metáfora das línguas indígenas como um recurso não ganhou muita adesão das pessoas, em nome de quem essa metáfora estava sendo utilizada. Argumentar, por exemplo, que a língua, que não se fala nem compreende, é um recurso faz sentido se alguém assina uma noção de propriedade universal dos recursos. Do ponto de vista daqueles que falam a língua, no entanto, soa estranho insistir que alguém tem direito a uma língua que nem sequer fala e que, inclusive, não tenha, eventualmente, intenção de aprender. A propriedade universal, nesses casos, pode

ser interpretada como uma estratégia para esconder o controle dos recursos do mundo, incluindo a língua, por um pequeno, mas poderoso, grupo de pessoas no mundo globalizado.

Apesar de sermos críticos da visão pluralista do multilinguismo presente na língua como uma metáfora do recurso, nós admitimos que o multilinguismo na África tem, até certo ponto, conseguido forçosamente chamar nossa atenção para o impacto potencial benéfico das línguas africanas na educação, saúde e na economia. O argumento multilíngue também nos chamou a atenção para o fato da aquisição e uso do inglês não ser, necessariamente, uma panaceia para os desafios sociais e educacionais africanos. Infelizmente, o argumento multilíngue possui limitações severas aparentes em sua falha em ganhar a adesão das camadas urbanas pobres da população africana que ao invés da retórica das línguas indígenas como recurso, estão se afastando dos chamados recursos em direção ao vernáculo urbano (COOK, 2001; NGOM, 2005; MUFWENE, 2002).

Apesar do modo como o multilinguismo aumentou a nossa compreensão da situação linguística na África, a construção epistemológica da língua em contextos multilíngues no continente é questionável. A questão não é apenas epistemológica, mas tem efeitos reais na medida em que a maneira como as línguas são construídas provoca um impacto sobre as circunstâncias materiais da vida dos africanos. Em primeiro lugar, em que sentido a África é uma Torre de Babel? Em um grande projeto pan-africano, Prah (1999) desafia diretamente a ideia de uma Torre de Babel baseada nos argumentos de Alexander. Ele explica que mais de 80% dos africanos não falam mais de doze línguas ou grupos linguísticos, nos quais 855 línguas são mutuamente inteligíveis. Isto não deixa claro, entretanto, os critérios que ele usa para determinar o que constitui uma língua. As suposições feitas por Prah são também questionáveis uma vez que o autor baseia seu argumento na crença de que as línguas são

mutuamente inteligíveis como se fossem coisas animadas, tendo vidas próprias (YNGVE, 2004, p. 29).

Kwesi Prah está conscientemente definindo os africanos a partir de estruturas ocidentais de língua, sucumbindo à poderosa crença na existência de línguas africanas como entidades no mundo real. Partindo desse pressuposto das línguas africanas, o principal objetivo da seu projeto de pesquisa é melhorar a descrição linguística, o que não resolve os problemas sociolinguísticos da África, uma vez que, assim agindo, as línguas consistem em uma ilusão ocidental imposta aos contextos sociolinguísticos africanos. Prah está, portanto, tomando como certo os blocos linguísticos que sua teoria deveria criticar. Ele sucumbiu às hipóteses filosóficas ocidentais dos séculos XVIII e XIX sobre a língua e, conseqüentemente, não questiona a validade do conceito de língua e nem, por extensão, de outros construtos frequentemente usados em uma descrição de línguas africanas, tais como fonemas, fonologia, palavras, gramáticas etc. Se a linguística africana quiser fazer progresso, portanto, não precisa de melhores descrições, mas de melhores perguntas sobre a base de muitos dos conceitos que estamos usando. A crítica é necessária porque “enquanto físicos estudam objetos do mundo real dados antecipadamente, a linguagem não é um objeto dado antecipadamente que possa ser estudado cientificamente (YNGVE, 1996, p. 69).

O ponto de partida para um projeto de desinvenção deve levar em conta as misturas e não as línguas indígenas, bem como a capacidade dos africanos de aproveitar o material linguístico de diferentes sistemas sociais/linguísticos para se comunicar, o que, segundo Comaroff e Comaroff (1991), apesar de estar sendo amplamente relatada, não é algo novo. Essa era uma característica do comportamento social e linguístico da África, mesmo no período pré-colonial. A mistura é, portanto, socialmente incorporada nas

experiências sociais, históricas e contemporâneas, das línguas africanas.

Se os africanos estão mudando de línguas indígenas para vernáculos urbanos, é uma contradição argumentar que a promoção das línguas indígenas facilita a retenção de práticas culturais africanas. Um projeto de desinvenção tem que abordar os fatores que facilitam essa mudança para vernáculos urbanos e explorar as implicações da mudança em projetos de planejamentos linguísticos. A mudança não é necessariamente algo ruim, se as línguas indígenas estão associadas a etnias específicas e conservam ideologias sociais e políticas, enquanto, por outro lado, os vernáculos urbanos são uma “personificação da identidade híbrida dos habitantes das cidades (...) onde pessoas de diferentes etnias e origens religiosas podem ser unificadas” (NGOM, 2005, p. 284). Os vernáculos urbanos são também usados em comunidades rurais, por pessoas que procuram projetar uma identidade urbana, fato que mostra a importância de combinar as histórias sociais urbanas e rurais na África, uma vez que muitos africanos moram em ambos os lugares simultaneamente. Isso sugere que as distinções entre “rural” e “urbano”, indígenas e modernos, podem não ser formas muito produtivas de lidar com a sociolinguística africana (COQUERY-VIDRVOTICH, 2005; COOK, 2001).

Outra grande vantagem do uso dos vernáculos urbanos como uma base para o projeto de desinvenção é o uso desses vernáculos de forma extensiva pela juventude urbana africana, a qual constitui comunidade majoritária, na maioria dos países africanos e, por isso, a língua que eles usam se espalha rapidamente para o resto da população (SALM; FALOLA, 2005). Do ponto de vista historiográfico crítico, é importante ressaltar dois fatores. As cidades da África sempre desempenharam um papel crucial na formação de novas etnias e línguas na linguística sócio-histórica da África. Swahili

é o melhor exemplo de uma língua da cidade que nasceu muito provavelmente antes de alguma invenção de línguas indígenas, uma consequência do colonialismo (COQUERY-VIDROVITCH, 2005).

A maioria dos projetos de planejamento linguístico na África baseia-se na noção de Estado e precisamos ir além de um Estado centrado na perspectiva do planejamento linguístico. Isso significa que estamos nos afastando da perspectiva daqueles que estão representando o Estado, ou a política linguística, para aqueles que são sujeitos atuantes na sociedade (WILLIAMS, 1992, p.178). Enquanto o Estado e os linguistas podem enquadrar seus discursos em termos de língua, os não-linguistas podem enquadrar suas atividades em termos de comunicação. Em um projeto de desinvenção, argumentamos que a maioria dos sujeitos da política linguística é susceptível de participar de redes sociais que se estendem também às comunidades rurais.

É importante nos afastarmos das orientações estatocêntricas, pois muitos Estados são disfuncionais, enquanto as cidades constituem importantes centros de energia social e política na África. “As cidades, na maioria das vezes, existem como pontos de partida ou incorporadas a uma rede de caminhos, estradas, ferrovias, rios, que interligam outras cidades que chamamos, em francês, de tecido urbano” (COQUERY-VIDROVITCH, 2005). As cidades têm uma longa e complicada história na África, sendo que algumas antecedem o colonialismo. A primeira revolução urbana em África ocorreu quando as sociedades caçadoras pré-históricas se tornaram fixas em seus territórios, o que permitiu a agricultura doméstica. “As cidades tornaram-se centros multiuso desde o início. Este foi o caso de Jenne-Jeno, no vale do rio Níger, no alvorecer do século 1” (COQUERY-VIDROVITCH, 2005, p.17).

Um programa de desinvenção tem que ser capaz de levar em conta as realidades históricas e contemporâneas que descrevemos acima como ponto de partida, em vez de aceitar suposições sobre a promoção de línguas indígenas com base na crença de que estão sendo promovidos fenômenos unitários e distintos com realidades objetivas, ao invés de construções distorcidas (GARDNER-CHLOROS, 1995). Uma visão das línguas indígenas como construtos unitários é parte de um legado da construção de línguas africanas no século XIX, que tem o efeito de reificar as línguas (ERRINGTON 2001; WILLIAMS, 1992), o que leva a uma necessidade de reformulação de estratégias ineficazes para corrigir as desigualdades existentes. Isso porque o *status* social dos falantes das línguas ou variedades linguísticas é interpretado a partir da própria língua, ou invés da condição social própria daqueles que falam a língua (WILLIAMS, 1992). Se o *status* for atribuído à língua ao invés de ser atribuído aos falantes, a estratégia lógica, embora errada, seria mudar o *status* das línguas para, assim, mudar o *status* dos falantes dessas línguas.

Estamos argumentando que mudanças no *status* dos falantes de determinada variedade linguística muito provavelmente contribuirão para uma mudança no *status* da língua falada por esses indivíduos. O contrário não necessariamente se aplica, ou seja, uma mudança no *status* da língua não resulta necessariamente na mudança do *status* de seus falantes. Teoricamente, estamos, portanto, defendendo uma Linguística africana que procura explicação baseada nas pessoas: quem são, onde vivem, sua migração e assim por diante (YNGVE, 1996). Poderíamos dizer que estamos interessados em como as pessoas se distinguem umas das outras pela forma como elas falam em diferentes partes do mundo, e como nós nos diferimos na maneira como falamos das gerações anteriores. Tudo isso seria facilmente compreensível ao público em geral e por nossos novos alunos: podendo ser dito sem referências obscuras à língua (YNGVE, 1996, p.73). Se o nosso argumento é válido, então

a falha do movimento multilíngue na África, frequentemente lamentada por muitos estudiosos, deve ser bem-vinda porque os defensores do multilinguismo, inadvertidamente, procuraram continuar uma tradição *top-down* do pensamento colonial, que não leva em conta as perspectivas daqueles que são os alvos das políticas. Diante do exposto, embora a pesquisa sociolinguística ortodoxa na África provavelmente descreva os africanos como multidialetais/multilíngues, achamos que a noção de repertório verbal seja mais apropriada porque as formas de fala que os indivíduos usam podem ser extraídas de línguas que o falante pode usar, ainda que não tenha comando completo e abrangente sobre elas.

7. Dos repertórios verbais ao sistema “D” e às ordens espontâneas

Como conclusão, argumentamos que é necessária uma abordagem do Sistema “D” para as práticas de linguagem. O termo Sistema “D” é uma gíria, na África e no Caribe com raízes francófonas, oriunda da palavra *débrouillards*, usada para descrever pessoas eficazes, auto motivadas, engenhosas e criativas. Um termo que toma como premissa básica a ideia de que todo ser humano é um especialista em sua própria existência, consistindo em um enquadramento a partir do qual se desafiam as noções de *status* do especialista, reduzindo o potencial tirano da sua sabedoria colonial. Metodologicamente, no sistema “D” cada indivíduo viaja uma jornada sociolinguística única e não há dois indivíduos com trajetórias sociais idênticas, sendo que tais jornadas fornecem à pessoa capital social, econômico e cultural. Daí a importância da construção de uma perspectiva histórica para a análise de cada prática linguística individual.

Referências

- ARTHUR, J.; CHIMBUTANE, F. (orgs.). *Bilingual education and language policy in the Global South*. Londres: Routledge, 2015.
- ALEXANDER, N. South Africa harmonizing Nguni and Sotho. In: CRAWHALL, N. (org.). *Democratically speaking international perspectives on language planning*. National language project, 1998.
- ALEXANDER, N. English unassailable and unattainable. The dilemma of language policy in education. *South Africa Praesa Occasional Papers*. n. 3. Praesa: University of Cape Town, 2000.
- BENSON, P. *Ethnocentrism and the English dictionary*. London: Routledge, 2001.
- BERNSTEIN, B. *Class, codes and control*. v. 1. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1971.
- BERNSTEIN, J. *Runyakitara Uganda's new language Journal of Multilingual and Multicultural Development*, n. 19. v. 2, 1998. p. 93-108.
- BIEHLER, E. *English-chiswina dictionary*. The Jesuit fathers, 1927.
- BIEHLER, E. *A Shona dictionary with an outline Shona grammar*. The Jesuit fathers, 1950.
- BLOMMAERT, J. Artefactual ideologies and the textual production of African languages. *Language and Communication*, n. 28. v. 4, 2008. p. 291-307.
- BRETON, R. Sub-Saharan Africa. In: BRETON, R (org.). *Languages in a globalizing World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 203-217.
- BRECKENBRIDGE, C.; VAN DER VEER, P. (orgs.). *Orientalism and the postcolonial predicament*. Filadélfia: University of Pensylvania Press, 1993.
- CANAGARAJAH, S. *Translingual Practice Global Englishes and Cosmopolitan Relations*. London and Nova York: Routledge, 2013.

CHIMHUNDU, H. Early Missionaries and the ethnolinguistic factor during the 'invention' of tribalism in Zimbabwe. *Journal of African History*, n. 33, 1985. p. 87-109.

CHIMHUNDU, H. *et al. Durmazwi guru rechiShona*. Harare: College Press, 2001.

COHN, B. *Colonialism and its forms of knowledge. The British in India*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. *Of Revelation and Revolution: Christianity, Colonialism and Consciousness in South Africa*. Chicago: Chicago University Press, 1991.

COOK, S. Urban language in a rural setting: the case of Pheokeng South Africa. In: GMLECH, G.; ZENNER, W. (orgs.). *African Urban Spaces in Historical perspectives*. Durham, NC: Carolina Academic Press, 2001.

COQUERY-VIDDROVITCH, C. Introduction: African spaces: History and culture. In: SALM, J.; FALOLA, T. (orgs.). *African Urban Spaces in Historical Perspectives*. Durham, NC: Carolina Academic Press, 2005.

CROWLEY, T. The Politics of Discourse: The standard language question. *British Cultural debates*, Londres: Macmillan, 1989.

CRYSTAL, D. *English as a Global Language*. Cambridge: University Press, 1997.

DANZINGER, K. *Naming the Mind: How Psychology Found its language*. Londres: Sage, 1997.

DE BEAUGRANDE, R. *New Foundations as a Science of Text and Discourse*. Stanford: Ablex, 1997.

DE BEAUGRANDE, R.; PEARCE WILLIAMS, L. Discourse and 'democracy': some signals from the South African corpus of English. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, n. 2. 2001. p. 1-15.

DE SCHRUYVER, G.; PRINSLOO, J. Electronic corpora as a basis for the compilation of African dictionaries: The macrostructure. *South African Journal of African Languages*, n. 20. v. 4, 2000. p. 291-309.

DI CARLO, P. Towards an understanding of African endogenous multilingualism, ethnography, language ideologies and the supernatural. *The International Journal of the Sociology of Language*, 2017.

DJITE, P. Correcting errors in language classification. Monolingual nuclei and multilingual satellites. *Language Problems and Language Planning*, n. 12. v. 1, 1993. p. 14.

DJITE, P. *The Sociolinguistics of Development in Africa*. Clevedon, Buffalo, Toronto: Multilingual matters, 2008.

DOKE, C. *Report on the Unification of Shona dialects*. London: Stephen Austin and Sons, 1931.

DWYER, D. *The language/dialect problem*, 1999. Disponível em: <https://msu.edu/course/anp/420/dwyer/Language-Dialect%20Problem%20LingAnp.doc>. Acesso em: 24 jan. 2019.

ECO, U. *The Search for the Perfect language*. Oxford: Basil Blackwell, 1995.

ERRINGTON, J. Colonial linguistics. *Annual Review of Anthropology*, n. 30, 2001. p. 19-30.

FABIAN, J. *Language and Colonial Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

FANON, F. *Black Skin, White Masks*. Nova York: Grove Publishing, 1967.

FOUCAULT, M. *Discipline and Punish: The Birth of the Prism* (A Sheridan, translation), 1977.

FORTUNE, G. *A guide to Shona spelling*. Harare: Longman, 1972.

GARCIA, O.; KLEYN, T. *Translanguaging with multilingual students: learning from classroom moments*. Nova York: Routledge, 2016.

GARDNER-CHLOROS, P. Code-switching in community, regional and national repertoires. The myth of discreteness of linguistic varieties. In: MILROY, L.; MUYSKEN, P. (orgs.). *One speaker, Two languages: Cross-disciplinary Perspectives on Code-switching*. Cambridge: University Press, 1995. p. 68-90.

GREENBERG, J. Languages in Africa. The Hague. In: MOUTON, G. *Word Lists and languages. Technical report of the National Science Foundation*. n. 2. NY: Cornell University, 1966.

GUTHRIE, M. *Comparative Bantu: An Introduction to the Comparative Linguistics and Prehistory of the Bantu Languages*. Farnborough: Gregg Press, 1972.

HARRIES, P. The roots of ethnicity: Discourse and the politics of language construction in South Africa. *African Affairs*, n. 86, 1987. p. 25-52.

HARRIES, P. Discovering languages the historical origins of standard Tsonga in southern Africa. In: MESTHRIE, R. (ed.). *Language and Social History*. Cape Town: David Philip, 1995. p. 154-176.

HARRIS, R. *The Language myth*. London: Duckworth, 1981.

HARTMAN, A. M. *Outline of a Grammar of the Mashona Language*. Cape Town: St. Leger Printer, 1983.

HERBERT, R. K. Introduction: Language in a divided society. In: HERBERT, R.K (org.). *Language and Society in Africa: The Theory and Practice of Sociolinguistics* Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1992. p. 11-19.

HURST, E. Colonial heteronormative ideologies and racializing discourses of language families: fantacising Bantu Languages (Bantu Languages as myth). In: HURST, E. et al. (orgs.). *The Oxford Guide to Bantu Languages*. Oxford: Oxford University Press, no prelo.

HYMES, D. *Studies in the history of linguistic Anthropology*. Amsterdam: John Benjamins, 1983.

IRVINE, J.; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: Kroskrity, P.V. (ed.). *Regimes of Language: Ideologies, Politics and Identities*. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 2000. p. 35-85.

IRVINE, J. Style as distinctiveness: the culture and ideology in linguistic differentiation. In: ECKERT, P.; RICKFORD, J. (orgs.). *Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

JEATER, D. Speaking like a native. *Journal of African History*, n. 43, 2000. p. 449-468.

KERFOOT, C.; HYLSTENSTAM, K. *Entangled Discourses: South-North Orders of Visibility*. London: Routledge, 2017.

MACGONAGLE, E. Mightier than the sword: The Portuguese pen in Ndau History. *History in Africa*, n. 28, 2001. p. 169-186.

MAKONI, S. African languages as European scripts: The shaping of communal memory. In: NUTTAL, S.; COTZEE, C. (orgs.). *Negotiating the Past: The Making of memory in South Africa*. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 242-248.

MAKONI, S. From misinvention to disinvention. Multilingualism and the South African Constitution. In: MAKONI, S. *et al.* (orgs.). *Black Linguistics: Language, Society and Politics in Africa and the Americas*. New York: Routledge, 2003. p. 132-153.

MAKONI, S.; MEINHOF, U. Introducing applied linguistics in Africa. *AILA Review*, n. 16, 2003. p. 1-13.

MAKONI, S.; TRUDELLE, B. *Complementary and conflicting discourses of Diversity in language Planning*. *Per Linguam*, 2006.

MAKONI, S.; MASHIRI, P. Critical Historiography: Does Language Planning in Africa Need a Construct of Language as Part of its Theoretical Apparatus? In: MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. *Desiventing and Reconstituting Languages*. Toronto: Multilingual Matters, 2006. p.62-89.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. Disinventing Multilingualism. From Monological Multilingualism to Multilingua Francas. In: MARTIN-JONES, M.; BLACKEDGE, A.; CREESE, A. (orgs.). *The Routledge Handbook of Multilingualism*. Abingdon: Routledge, 2012. p. 167-183.

MANN, M.; DALBY, D. *A thesaurus of African languages: a classified and annotated inventory of the spoken languages of Africa with an appendix on their written representation*. London: Saur, 1987.

MASAGARA, N. Negotiating the truth through oath forms. In: *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, n. 18. v. 5. 1997. p. 385-400.

MASHIRI, P. Managing face in urban public transport: Polite request strategies in Commuter Omnibus Discourse in Harare. *AILA Review*, n. 16, 2003. p. 120-126.

MAWADZA, A. Harare Shona slang. A linguistic study. *Zambezia*, n. 27. v. 1, 2000. p. 93-101.

MAZRUI, A.; MAZRUI, M. *The Power of Babel: Language and Governance in the African Experience*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

MCCARTHY, N. AND CARTER, R. Spoken grammar: What is it and how can we teach it? *ELT Journal*, n. 49. v. 3. 1995. p. 207-218.

MUDIMBE, Y.V. *The Idea of Africa: Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge*, Bloomington: Indiana University Press, 1994.

MUFWENE, S. Colonization, globalization and the future of languages in the 21st century. *International Journal of Multicultural Societies*, n. 4, 2002. p. 165-197.

MUHLHAUSLER, P. *Linguistic Ecology: Language Change and Linguistic Imperialism in the Pacific Region*. New York: Routledge, 1996.

MVULA, E.T. Language Policies in Africa: the case for chiChewa in Malawi. In: HERBERT, R.K. (org.). *Language and Society in Africa. The theory and Practice of Sociolinguistics*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1992. p. 37-47.

NGOM, T. Linguistic and sociocultural hybridization in Senegalese urban spaces. In: FALOLA, T.; SALM, S. (org.). *Urbanization and African cultures*. Durham, NC: Carolina University Press, 2005. p. 279-295.

NJOROGE, K. Multilingualism and some of its implications for language policy and practices in Kenya. In: DAVIES, A (org.). *Language in Education in Africa*. 1986. p. 327-353.

PENNYCOOK, A.; OTSUJI, E. *Metrolingualism: language in the city*. London and New York: Routledge, 2015.

PERLEY, B. Zombie Linguistics: experts, endangered languages and the curse of undead voices. *Anthropological Forum*, n. 22. v. 2, 2012. p. 133-149.

PRAH, K. *African languages for the Mass education of Africans*. Cape Town: The Centre for the Advanced Study of African Societies, 1999.

PRINSLOO, D. J.; DE SCHRUYVER, G. M. *First Parallel Dictionary: Sepedi-English*. Sedipro, 2000.

PRINSLOO, D.; DE SCHRUYVER, G. Corpus based activities versus intuition-based compilations by lexicographers, the Sepedi-Lemma sign list as a case in point. *The Nordic Journal of African Languages*, n. 10. v. 3, 2001. p. 374-398.

PRINSLOO, D.; DE SCHRUYVER, G. Non-word error detection in current South African spell checkers. *Southern African Applied Linguistics and Applied language Studies*, n. 21. v. 4, 2003. p. 307-326.

RANGER, T.O. Are we not also men? *The Samkange Family and African Politics in Zimbabwe 1920-64*. London: James Currey, 1995.

SAID, E. *Orientalism*. London: Penguin, 2003.

SALM, J.; FALOLA, T. (orgs). *Urbanization and African Cultures*. Durham: Carolina Academic Press, (2005).

SINCLAIR, J. *Concordance and Collocation*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

SPRINGER, J. M. *The Heart of Central Africa, Mineral Wealth and Missionary Opportunity*. Cincinnati: Jennings, 1909.

SUMMERS, C. *Colonial Lessons: Africans' Education in Southern Rhodesia, 1918– 1940*. Cape Town: David Philip Publishers, 2002.

WEBB, V.; KEMBO-SURE, K. *African Voices: An Introduction to the Languages and Linguistics of Africa*. Cape Town: Oxford University Press, 2000.

WHITELEY, S. *Language in Uganda*. Oxford University Press, 1974.

WIDDOWSON, H. On the limitations of linguistics applied. *Applied Linguistics*, n. 21. v. 1. 2000. p. 3–25.

WILLIAMS, G. *Sociolinguistics: A Sociological Critique*. New York: Routledge, 1992.

YNGVE, V. *From Grammar to Science: New Foundations for General Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1996.

YNGVE, V. Issues in hard-science linguistics. In: YNGVE V.; WASIK, Z. (orgs.). *Hardscience linguistics*. New York: Continuum, 2004. p. 05-35.

Como citar

MAKONI, Sinfree B. Da linguística humana ao sistema "d" e às ordens espontâneas: uma abordagem à emergência das línguas indígenas africanas. Tradução de Alexandre Cohn da Silveira. *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p.376-419, 2018.

Recebido em 28/01/2019 e aceito em 25/03/2019

